

Relatório de Gestão do Exercício 2010

Superintendência Regional da Conab na Bahia e Sergipe



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Wagner Gonçalves Rossi - Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Milton Elias Ortolan – Presidente - MAPA
Evangelvaldo Moreira dos Santos - CONAB
Boaventura Teodoro Lima- MAPA
Edilson Gulmarães - MAPA
Guilherme Costa Delgado - MPOG
Membros

CONSELHO FISCAL

Pedro Ataíde Cavalcante – Presidente - MAPA

DIRETORIA COLEGIADA

Evangelvaldo Moreira dos Santos - Presidente
Amaury Pio Cunha - Diretor Financeiro
Rogério Luiz Zaraik Abdalla - Diretor Administrativo
Sílvio Isopo Porto - Diretor de Política Agrícola e Informações
Rogério Colombini de Moura Duarte- Diretor de Operações e Abastecimento

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA E SERGIPE

Rose Edna Mata Vianna Pondé – Superintendente Regional
Jassilene Matos do Nascimento - Gerente de Finanças e Administração
Mario Alves da Silva - Gerente de Operações
Aurendir Medeiros de Melo - Gerente de Desenvolvimento e Suporte Estratégico

Avenida ACM, Nº 3840, Edifício Capemi, Bloco A, 4º Andar, Pituba, CEP 41820-902 – Salvador/Bahia
Telefone: (71) 3113-8630 – FAX (71) 3270-3884
www.conab.gov.br / ba.sureg@conab.gov.br

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO -MAPA
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO- CONAB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA BAHIA E SERGIPE - SUREG/BA**

Relatório de Gestão Exercício de 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n.º 63/2010, da Decisão Normativa n.º 107/2010, da Portaria TCU n.º 277/2010 e orientações contidas na Portaria CGU nº 2546/2010.

Salvador , maio de 2011

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ABC - Agência Brasileira de Cooperação
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGF – Aquisição do Governo Federal
Art. - Artigo
ASG - Auxiliares de Serviços Gerais
ATR - Açúcar Total Recuperável - ATR
AUDIN - Auditoria Interna
Av. - Avenida
BA – Bahia
BACEN - Banco Central do Brasil
BACKUP – Cópia de Segurança
BD – Benefício definido
BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuro
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAMEX - Câmara de Comércio Exterior
CDA - Certificado de Depósito Agropecuária
CDAF - Compra Direta da Agricultura Familiar
CDAF - Compra Direta da Agricultura Familiar
CDBS – Certificados de Depósito Bancário
CDI - Certificados de Depósito Interbancário
CEASAS – Centrais de Abastecimentos
CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos
CetipNet - Plataforma eletrônica de negociação de títulos e valores mobiliários da Câmara de Custódia e Liquidação
CFP - Companhia de Financiamento da Produção
CGPC – Conselho de Gestão da Previdência Social
CGSI – Comitê Gestor de Segurança da Informação
CGU – Corregedoria Geral da União
CIBRAZEM – Companhia Brasileira de Armazenamento
CIBRIUS - Instituto Conab de Seguridade Social
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CMN - Conselho Monetário Nacional
CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefício
COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos
COBIT – Control Objectives for Information and Related Technology
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONSAD - Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONSECANA - Conselho dos Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Alcool
Conced. Concedido
Cp. - Capacidade
CPR – Compra da Agricultura Familiar
CPR-Doação - Compra Especial da Agricultura familiar
CPR-Estoque - Formação de Estoque pela Agricultura Familiar
CV - Contribuição Variável
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
DANFE – Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica
Dec. - Decreto
DDI futuros – Contratos Futuros Negociados na BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros)
DERAL - Departamento de Economia Rural
DEST - Departamento de Controle de Governança das Empresas Estatais
DEVCOCAST -(acrônimo) Projeto GeonetCast para e por países em desenvolvimento
DHCP – Dynamic Host Configuration Protocol
DI - Contratos Futuros Negociados na BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros)
DIAFI – Diretoria Administrativa e Financeira
DIFIN - Diretoria Financeira
DIPAI - Diretoria de Política Agrícola e Informações
DIRAB - Diretoria de Operações e Abastecimento
DIRAD - Diretoria Administrativa
Dist. - Distrito
DOU – Diário Oficial da União
DPGE – Depósito a Prazo com Garantia Especial
DRE – Demonstrativo de Resultado do Exercício
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EFD – Escrituração Fiscal Digital
EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar
EMATER - Associação de Assistência Técnica, Extensão Rural
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina
Equip. - Equipamento
ETL – Extract Transfom Load (Extração Transformação Carga)
FIDCs - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios
FIF – Fundo de Investimento Financeiro
Fls -Fundo de Investimento
FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GEARE - Gerência de Avaliação de Resultados
GEASA - Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras
GEBEM - Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho
GECAD - Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns
GECAD - Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns
GECAP - Gerência de Capacitação e Desenvolvimento
GECON – Gerência de Contabilidade
GEDES – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico
GEFAD – Gerência de Finanças e Administração
GEFIS - Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais
GEHOR - Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
GEOPE – Gerência de Operações
GEOSAFRAS – Projeto tecnológico que tem como finalidade estimar, por meio de uma rede multi-institucional, áreas cultivadas e produtividade agrícola com uso de geotecnologias (sensoriamento remoto, GPS - Global Positioning System e SIG - Sistema de Informações Geográficas)
GEPES – Gerência de Pessoal
GEPRI - Gerência de Parcerias Institucionais
GEVEP - Gerência de Avaliação e Vistoria dos Estoques Privados
GMM – Governance Maturity Mdel
GPS – Global Position System (Sistema de Posicionamento Global)
Ha - hectare
HSBC – Banco
IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço
IEC – International Electrotechnical Commission
IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado
INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
ISO- Interntional Organization Standardization
ISS – Imposto Sobre serviço
ITIL – Information Technology Infrastructure Library

Jd. Jardim
JRC – Joint Research Center
Km – Quilometro
LED – Diodo Emissor de Luz
LFT-B – Letras Financeiras do Tesouro – série B
LOA – Lei Orçamentária Anual
MAB - Master of Business Administration
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MI - Ministério da Integração Nacional
MOC - Manual de Operações da Conab
Mov. - Movimento
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS – Ministério da Previdência Social
Mtb – Ministério do Trabalho e Emprego
NBR- Denominação de Norma da ABNT
NF – Nota Fiscal
NFe – Nota Fiscal Eletrônica
Nº. - número
NR – Norma Regulamentadora
NTN-B – Notas do Tesouro Nacional – série B
NTN-C - Notas do Tesouro Nacional – série C
OAN - Ouvidoria Agrária Nacional
Obrig. - Obrigação
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAANet - Aplicativo desenvolvido e disponibilizado pela com o objetivo de facilitar e descentralizar o preenchimento das propostas de participação dos mecanismos do Programa de Aquisição de Alimentos.
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PCCS – Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PDV - Pedido de Demissão Voluntária
PDVI - Pedido de Demissão Voluntária e Incentivada
PEP – Prêmio para o Escoamento de Produto
PEPRO - Prêmio Equalizador pago ao Produtor
Perm. - Permanente
PESOJA - Prêmio Equalizador da Soja
PGPAF -Preços de Referência para a Agricultura Familiar

PGPM - Política de Garantia de Preços Mínimos
PI – Piauí
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PMTI – Planejamento de Ações de TI da Conab
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POSIC – Política de Segurança de Informação e Comunicação
PostgreSQL – Sistema Gerenciador de Banco de Dados
PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PROGE - Procuradoria Geral
PROHORT - Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar
PROP – Prêmio de Risco de Opção Privada
PTRES – Programa de Trabalho Resumido
Qtde – Quantidade
R\$ - Real
Receb. Recebido
REFAP - Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
Rod – Rodovia
RP – Restos a Pagar
SAAGRA – Sistema de Administração Quantitativa e Qualitativa de Armazenagem de Grãos
SAS – Serviço de Assistência à Saúde
SE – Sergipe
SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEAGRI – Secretaria de Agricultura do Estado de Sergipe
SEAPE – Serviço de Apoio ao Empresário
SECOF - Setor Fiscal e Setor Contábil
SECOM – Setor de Operações Comerciais
SEDEC - Secretaria Nacional de Defesa Civil
SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SEOPE – Setor de Operações de Estoques
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção a Igualdade Racial
SEREH – Setor de Recursos Humanos
SESAN – Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SETAD – Setor Administrativo
SFC - Secretaria Federal de Controle Interno
SIAJUR – Sistema de Atividades Jurídicas
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE – Sistema de Administração de Pessoal

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICARM – Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
SICONV – Sistema de Convênio do Governo Federal
SIGEST – Sistema de Gestão de Estoques
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIMEPAR - Sistema Meteorológico do Paraná
SINAC - Sistema Nacional de Comercialização
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal ..
SIPES – Sistema Integrado de Pessoal
SISAC- Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissões e Concessões
SISCOD – Sistema de Geração de Códigos para Acesso Externo
SISCOE – Sistema de Comercialização Eletrônica
SISMAT – Sistema de Material
SISOUV – Sistema de Ouvidoria da Conab
SPA - Secretaria de Política Agrícola
SPC - Secretaria de Previdência Complementar
SPED – Sistema Público de Escrituração Fiscal
STORAG – Sistema de Armazenamento
SUARM - Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques
SUCON - Superintendência de Contabilidade
SUFIN - Superintendência de Finanças
SUFIS - Superintendência de Fiscalização de Estoques
SUGOF - Superintendência de Gestão da Oferta
SUINF - Superintendência de Informações do Agronegócio
SUMAJ - Subprocuradoria de Matéria Judicial
SUMOC - Superintendência de Modernização e Capacitação
SUOPE - Superintendência de Operações
SUPAB - Superintendência de Abastecimento Social
SUPOR - Superintendência de Orçamento e Avaliação
SUREG – Superintendência Regional
SUREH - Superintendência de Recursos Humanos
T – tonelada
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TPF - Tabela de Participação Financeira
TR – Taxa Referencial
Trib. - Tributária

TVN – Termo de Vistoria e Notificação
UAs – Unidades Armazenadoras
UF – Unidade da Federal
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
Unid – Unidade
Var. - Variação
VEP - Valor de Escoamento do Produto
WA - Warrant Agropecuário
Xfac – Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRAFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

Título	Página
Quadro A.1.1 – Identificação da UG.....	26
Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução da Ação 2004 (Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes).....	45
Quadro A.2.2. – Execução Física e Orçamentária do Serviço de Assistência à Saúde.....	45
Quadro A.2.3 -Elementos de Despesas do SAS.....	45
Quadro A.2.4 -Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde.....	46
Quadro A.2.5 – Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde.....	46
Quadro A.2.6 – Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde.....	47
Quadro A.2.7 Demonstrativo da Execução da Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos.....	47
Quadro A.2.8 – Percentual de Atendimento no SAS – Exames Periódicos.....	48
Quadro A.2.9 – Percentual de Execução Financeira do SAS- Exames Periódicos.....	48
Quadro A.2.10 – Demonstrativo da Execução a Ação 2212 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados.....	49
Quadro A.2.11 - Execução Física e Orçamentária do Auxílio-Alimentação.....	49
Quadro A.2.12 - Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação.....	50
Quadro A.2.13 Percentual da Execução Financeira do Auxílio-Alimentação.....	50
Quadro A.2.14 Percentual de Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação.....	51
Quadro A.2.15 – Demonstrativo da Execução da Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados.....	52
Quadro A.2.16 -Execução Física e Orçamentária do Auxílio Transporte.....	52
Quadro A.2.17 – Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte.....	53
Quadro A.2.18 - Percentual de Execução do Auxílio-Transporte.....	53
Quadro A.2.19 - Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte.....	54
Quadro A.2.20 – Demonstrativo da Execução da Ação 4702 - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras.....	54
Quadro A.2.21 – Elementos de Despesas-Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	55
Quadro A.2.22 - Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada	55
Quadro A.2.23 – Demonstrativo da Execução da Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.....	56
Quadro A.2.24 - Demonstrativo dos Treinamentos Realizados por Área de Conhecimento, Número de Treinandos e Carga Horária na Surge-BA/SE.....	57

Quadro A.2.25 – Execução Física e Orçamentária da Capacitação de Servidores.....	57
Quadro A.2.26- Elementos de Despesas da Capacitação de Servidores.....	57
Quadro A.2.27 Atendimentos da Demanda de Capacitação.....	58
Quadro A.2.28 Execução Financeira com Capacitação.....	58
Quadro A.2.29 Custo por Empregado Capacitado.....	59
Quadro A.2.30 Demonstrativo da Execução da Ação 0022 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.....	59
Quadro A.2.31 – Elementos de Despesas com Cumprimento de Sentença Judicial.....	60
Quadro A.2.32 – Percentual Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais.....	60
Quadro A.2.33- Demonstrativo da Execução da Ação 2137 – Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares.....	61
Quadro A.2.34 - Demonstrativo dos Estoques Fiscalizados.....	62
Quadro A.2.35 – Fiscalização dos Instrumentos de Comercialização.....	62
Quadro A.2.36 - Elementos de Despesas com Fiscalização.....	63
Quadro A.2.37 Demonstrativo da Execução da Ação 2130 – Formação dos Estoques Públicos.....	63
Quadro A.2.38 - Demonstrativo das Aquisições.....	64
Quadro A.2.39 - Remoções de Produtos dos Estoques Públicos – PGPM.....	65
Quadro A.2.40- Demonstrativo da Execução Financeira.....	65
Quadro A.2.41 – Posição dos Estoques Públicos – Bahia.....	66
Quadro A.2.42– Posição dos Estoques Públicos – Sergipe	66
Quadro A.2.43– Posição dos Estoques Públicos – Bahia e Sergipe	66
Quadro A.2.44 Demonstrativo de Execução da Ação 8579 – Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar.....	67
Quadro A.2.45 – Elemento das Despesas com a Ação Geração e Difusão de Informações	67
Quadro A.2.46 – Demonstrativo da Execução da Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa	68
Quadro A.2.47 - Demonstrativo da Execução de Despesas	69
Quadro A.2.48 - Variação da Execução das Despesas	70
Quadro A.2.49 – Pregões Eletrônicos	72
Quadro A.2.50 - Demonstrativo dos Contratos Vigentes em 2010.....	73
Quadro A.2.51 – Demonstrativo da Execução da Ação 8566 – Incentivo à Modernização do	74

Mercado Hortigranjeiro.....	
Quadro A.2.52 -Demonstrativo da Execução da Ação 4710 – Organização dos Micro e Pequenos Varejistas	75
Quadro A.2.53 - Produtos Comercializados na REFAP.....	76
Quadro A.2.54 – Elementos de Despesas com a REFAP.....	76
Quadro A.2.55 Demonstrativo da Execução da Ação 4711 – Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	76
Quadro A.2.56 - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2008/09 e 2009/10 – Bahia	78
Quadro A.2.57 - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2008/09 e 2009/10 – Sergipe	78
Quadro A.2.58 - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2009/10 e 2010/11 – Bahia	79
Quadro A.2.59 - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola – Safra 2009/10 e 2010/11 – Sergipe.....	79
Quadro A.2.60 - Elementos de Despesas com Avaliações de Safras	79
Quadro A.2.61 Demonstrativo da Execução da Ação 2829 – Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	80
Quadro A.2.62 - Demonstrativo de Aquisições, Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras	81
Quadro A.2.63 Movimentação Orçamentária Interna – Concedidos	82
Quadro A.2.64 Movimentação Orçamentária Interna – Recebidos.....	83
Quadro A.2.65- Despesas por Modalidade de Contratação	84
Quadro A.2.66 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	85
Quadro A.2.67 - Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	86
Quadro A.2.68 Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos..	91
Quadro A.2.69 Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos.....	91
Quadro A.2.70 Percentual de Fiscalizações Realizadas	92
Quadro A.2.71 Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques	92
Quadro A.2.72 Índice de Perdas em Armazenagem	93
Quadro A.2.73 Índice de Desvio de Produtos Armazenados	93
Quadro A.2.74 Índice de Ocorrência de Produtos Desclassificados	94
Quadro A.2.75 Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão	94
Quadro A.2.76 Custo por Fiscalização Realizada	94

Quadro A.2.77 Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos.....	95
Quadro A.2.78 Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas	95
Quadro A.2.79 Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria.....	96
Quadro A.2.80 Percentual de Armazéns Cadastrados	96
Quadro A.2.81 Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns	97
Quadro A.2.82 Custo por Unidade Cadastrada.....	97
Quadro A.2.83 Percentual de Unidades Varejistas Organizadas	98
Quadro A.2.84 Percentual de Execução Financeira destinado à Organização dos Micro e Pequenos Varejistas.....	98
Quadro A.2.85 Percentual de Pesquisa de Safras – Bahia	99
Quadro A.2.86 Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras – Bahia	99
Quadro A.2.87 Percentual de Pesquisa de Safras Sergipe	100
Quadro A.2.88 Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras – Sergipe	100
Quadro A.2.89 Percentual de Execução Financeira Utilizada para a Integração das CEASAS na Base de Dados dos Mercados Hortigranjeiros	101
Quadro A.2.90 Percentual de Mercados Hortigranjeiros Integrados na Base de Dados	101
Quadro A.2.91 Percentual de Mercados Integrados na Base de Dados	102
Quadro A.2.92 Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão das Informações Agropecuárias	102
Quadro A.2.93 Demonstrativo de Armazéns Próprios.....	103
Quadro A.2.94– Demonstrativo Receita de Armazenagem	103
Quadro A.2.95 – Demonstrativo Estoque Médio Armazenado 2005 a 2007	103
Quadro A.2.96– Demonstrativo Estoque Médio Armazenado 2008 a 2010.....	104
Quadro A.2.97 – Remoções de Estoques do MDS	104
Quadro A.2.98– Demonstrativo das Doações Realizadas.....	105
Quadro A.2.99– Demonstrativo da Distribuição de Produtos.....	106
Quadro A.2.100– Demonstrativo da Doação de Feijão dos Estoques Públicos	107
Quadro A.2.101 – Demonstrativo da Distribuição de Alimentos(Oriundo da Agricultura Familiar)	107

Quadro A.2.102 - Demonstrativo das Metas Previstas.....	113
Quadro A.2.103- Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDS	114
Quadro A.2.104- Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque / MDS	114
Quadro A.2.105- Demonstrativo de Aquisição pela CPR-Doação/ MDS	114
Quadro A.2.106 - Demonstrativo da Execução da Despesa – MDS.....	115
Quadro A.2.107- Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDA	116
Quadro A.2.108- Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDA.....	116
Quadro A.2.109 Demonstrativo de Remoção dos Estoques – MDA	116
Quadro A.2.110 Demonstrativo da Execução da Despesa – MDA	117
Quadro A.2.111 Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos	119
Quadro A.2.112 Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios	119
Quadro A.2.113 Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos	120
Quadro A.2.114 Demonstrativo da Execução da Despesa-Distribuição de Alimentos-MDS.....	120
Quadro A.2.115 – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos.....	121
Quadro A.2.116– Demonstrativo de aquisição de Gêneros Alimentícios	122
Quadro A.2.117– Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos	122
Quadro A.2.118- Demonstrativo da Execução da Despesa – Distribuição de Alimentos/MI	123
Quadro A.2.119 - PEPRO Milho	124
Quadro A.2.120	124
Quadro A.2.121 – PEP TRIGO.....	125
Quadro A.2.122 Datas Limites Para acompanhamento dos Leilões de PEP – Trigo 2010.....	125
Quadro A.2.123 PEP Milho	126
Quadro A.2.124– Datas Para Acompanhamento dos Leilões de PEP – Milho 2010.....	126
Quadro A.2.125 – PEP Sisal	127
Quadro A.2.126 Datas Para Acompanhamento dos Leilões de PEP – Sisal 2010	127
Quadro A.2.127 VEP Milho em Grãos	128
Quadro A.2.128 Datas Para Acompanhamento dos Leilões de VEP – Milho em Grãos 2010	128
Quadro A.2.129- Demonstrativo do Pagamento de Subvenção aos Produtores de Cana de Açúcar	129
Quadro A.2.130- Demonstrativo da Evolução da Produção de Café 2009/10	132

Quadro A.2.131- Demonstrativo da Evolução da Produção de Café 2010/11.....	132
Quadro A.2.132 - Demonstrativo de Produção e Produtividade do Parque Cafeeiro Safra 2011.....	133
Quadro A.2.133 Demonstrativo de Estoques Apurados, por Segmento e UF	134
Quadro A.2.134 Demonstrativo da Distribuição Espacial e por Entidade dos Estoques de Café	134
Quadro A.2.135 Demonstrativo da Execução da Despesa	135
Quadro A.2.136 - Demonstrativo da Produção de Cana-de-Açúcar	136
Quadro A.2.137 Demonstrativo da Produção de Açúcar	137
Quadro A.2.138 - Demonstrativo da Produção de Alcool	137
Quadro A.2.139 - Demonstrativo da Safra 2010	138
Quadro A.2.140 - Levantamento de situação do Pinhão Manso	139
Quadro A.2.141 - Demonstrativo da Execução da Despesa	139
Quadro A.2.142 – Demonstrativo do Número de Apólices	140
Quadro A.2.143 – Demonstrativo da Execução Orçamentária	141
Quadro A.4.1 Restos a Pagar Processados e Não Processados	141
Quadro A.4.2 Restos Pagar a Pendentes	142
Quadro A.5.1 – Composição do Quadro de Recursos Humanos	144
Quadro A.5.2- Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual Situação Apurada em 31/12/2010	144
Quadro A.5.3 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária Situação Apurada em 31/12/2010.....	145
Quadro A.5.4 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade	145
Quadro A.5.5 – Composição do Quadro de Estagiários	146
Quadro A.5.6 – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008 a 2010 ..	146
Quadro A.5.7 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.....	147
Quadro A.5.8 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	147
Quadro A.5.9 – Distribuição de Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra	148
Quadro A.5.10 – Faixa Etária X Tempo de Trabalho	150

Quadro A.5.11 - Demandas Trabalhistas, por Sureg e Risco	154
Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ	154
Quadro A.10.1 Avaliação Sobre os Aspectos da Gestão Ambiental.....	159
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	161
Quadro A.11.2 Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	161
Quadro A.12.1– Gestão de TI da UJ	162
Quadro A.12. 2- Demonstrativo de Aquisição de Equipamentos	169
Quadro B.3.1 Balanço Patrimonial – Lei n.º 6.404/76	175
Quadro B.3.2 Demonstração do Resultados	177
Quadro B.3.3 Demonstração do Valor Adicionado.....	178
Quadro B.3.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa	179
Quadro B.3.5 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	180
Quadro B.4.1 UJ como investida.....	195
Quadro B.4.2 UJ como investidora	196
Quadro C.12.1 Remuneração da Diretoria da Conab	199
Quadro C.12.2 Remuneração do Conselho Fiscal	200
Quadro C.12.3 Conselho de Administração da Conab.....	200
Quadro C 12.4 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal (JAN a JUN).....	201
Quadro C 12.5 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal (JUL a DEZ).....	202
Quadro C 12.6 - Remuneração Total dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	203
Quadro C.36.1 Identificação da Entidade Fechada de Previdência Complementar Patrocinada.....	204
Quadro C.36.2 Valor da Folha de Pagamento dos Empregados Participantes	204
Quadro C.36.3 Valor das Contribuições Pagas pelos Empregados Participantes	206
Quadro C.36.4 Patronal/Paritária – R\$10.599.485,55	206
Quadro C.36.5 Posição do Agente	208
Quadro C.36.6 -Alocação de recursos e limites por segmento e modalidade de investimento.....	211

Quadro C.36.7 Meta de rentabilidade	211
Quadro C.36.8 Agências de Classificação de Risco	212
Quadro C.36.9 Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos JAN a DEZ 2010.....	214
QUADRO C 36.10 Projeções considerando o Plano de Custeio Atual, <u>com aporte</u> das Reservas a Amortizar Contratadas (Sobrevida até 2017).....	221
Quadro C.36.11 Rentabilidade dos Investimentos no Exercício de 2003.....	227
FIGURAS	
Figura A.2.1 - Área de Atuação do PAA na Bahia	110
Figura A.2.2 - Área de Atuação do PAA em Sergipe	111
Figura A.2.3 -MUNICÍPIOS ONDE OS PRODUTORES FORAM BENEFICIADOS COM O PAGAMENTO DO SUBSÍDIO DA SUBVENÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR	130
Figura A.5.1- Evolução do Número de Empregados	150
Figura A.5.2 – Evolução do N.º de Treinandos e do Custo <i>Per Capta</i>	152
Figura A.5.3 – Serviços de Saúde.....	152
Figura A.5.4 – Evolução das Demandas Trabalhistas.....	153
Tabelas	
Tabela A.12.1- Técnicos da Sutin por tipo de vínculo.....	164
Tabela A.12.2 - Técnicos da Sutin por Área	164
Tabela C 36.1 Comparativo dos Custos Percentuais do Plano.....	217
Tabela C.36.2 Comparativo Percentuais das Contribuições Vertidas.....	217

SUMÁRIO (ATUALIZAR)

APRESENTAÇÃO	
LISTA DE ABREVIACOES	4
LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRAFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.	11
A PARTE A, ITEM I, DO ANEXO II DA DN TCU Nº. 107, DE 27/10/2010	
1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	26
2. RESPONSABILIDADES, OBJETIVOS, PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	28
2.1 - Responsabilidades Institucionais da Unidade	28
2.1.1 – Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização....	29
2.1.2 – Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.....	32
2.1.3 – Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento	33
2.1.4 – Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas	34
2.1.5 – Gestão de Estoques - Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários	37
2.2 – Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	39
a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos	40
b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar.....	40
c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos	41
d) Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte.....	41
e) Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros	42
2.3 Gestão de Programas	42
2.3.1 Programas.....	43
2.3.1.1 – (0352) Programa Abastecimento Agroalimentar	43
2.3.1.2 – (0360) Programa Gestão da Política Agropecuária.....	44
2.3.1.3 – (0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais.....	44
2.3.2 Principais Ações dos Programas da Unidade Jurisdicionada	44
2.3.2.1 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.....	44
2.3.2.1.1 Indicadores do SAS	46
2.3.2.2 - (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	47
2.3.2.2.1 Indicadores do SAS - Exames Periódicos	48
2.3.2.3 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	45
2.3.2.3.1 Indicadores	50
2.3.2.4 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.....	51
2.3.2.4.1. Indicadores.....	53
2.3.2.5 (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	54
2.3.2.6 (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação	56
2.3.2.6.1 Indicadores	58
2.3.2.7 - (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista	59
2.3.2.7.1 Indicadores	60

2.3.2.8 (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	60
a) Fiscalização dos Estoques Públicos	61
b) Fiscalização dos Instrumento de Apoio à Comercialização	62
2.3.2.9 - (2130) Formação de Estoques Públicos	63
a) Preços Mínimos	64
b) Aquisições de Produtos Agrícolas	64
c) Remoção de produtos dos estoques Públicos	64
d) Posição dos estoques Públicos	65
2.3.2.10 (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar	67
2.3.2.11 - (2272) Gestão e Administração do Programa	68
2.3.2.12 - (8566) Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro	73
2.3.2.13 - (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas	74
2.3.2.14 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	76
2.3.2.15 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	80
2.4 Desempenho Operacional	81
2.4.1. Movimentação Orçamentária	81
2.4.2. Execução Orçamentária	84
2.4.2.1-Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Recebidos da UJ	84
2.4.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos da UJ	85
2.4.3. Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ	86
2.4.3.1 - Análise da Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela UG ..	87
2.4.3.1.1 - Programa Abastecimento Agroalimentar (0352)	87
a) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos (20CW)	87
b) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (2004)	87
c) Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (2011)	87
d) Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (2012)	87
e) Formação de Estoques Públicos (2130)	87
f) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (2137)	87
g) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns (2829)	88
h) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras (4702)	88
i) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas (4710)	88
j) Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro (8566)	88
2.4.3.1.2– Programa Gestão da Política Agropecuárias (0360)	88
a) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar (8579)	88
b) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação (4572)	88
c) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação (4572)	89
2.4.3.1.3. Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais (0901)	89
a) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista	89
2.5. – Indicadores de desempenho	89
2.5.1 - (2130) - Formação de Estoques Públicos	91

2.5.2- (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	92
2.5.3 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns	95
2.5.4 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras	96
2.5.5 - (4710) Organização dos Micros e Pequenos Varejistas	98
2.5.6 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras	99
2.5.7 - (8566) Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro	100
2.5.8 - (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar.....	102
2.6 – Outras Atividades	103
2.6.1 – Serviços de Armazenagem.....	103
2.6.2 - Remoção de Produto	104
2.6.2.1 – Remoções de Produtos Vinculados ao MDS	104
2.6.3. Participação na Execução do Fome Zero	104
a) Produtos recebidos em doação	105
b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos	106
c) Doação de Feijão dos Estoques Públicos	106
d) Doação de Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar	107
2.6.4– Recursos Recebidos	107
2.6.4.1 Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA.....	108
2.6.4.1.1 Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS.....	112
a) Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	113
b) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque)	114
c) Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação	114
d) Execução Orçamentária	114
2.6.4.1.2 Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA	115
a) Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	115
b) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque)	116
c) Remoção de Estoque	116
d) Execução Orçamentária	116
2.6.5 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS	117
2.6.6.- Distribuição de Alimentos -Ministério da Integração Nacional – MI	120
a) Aquisição de Gêneros Alimentícios	121
b) Distribuição de Cestas de Alimentos	122
c) Execução Orçamentária	122
2.6.7 - Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários	123
2.6.7.1 Prêmio Equalizador Pago ao Produtor-PEPRO	123
a) PEPRO de milho	124
2.6.7.1 Prêmio para Escoamento de Produto- PEP	124
a) PEP Trigo	124
b) PEP milho	125
c) PEP Sisal	126
2.6.8. Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos	128
a) Subvenção à Comercialização - Valor de Escoamento do Produto-VEP	128
b) Subvenção Econômica aos Produtores de Cana-de-Açúcar	129
2.6.9. Levantamento da Produção, Custos e Estoques Privados do Café	130
a) Levantamento da Safra Brasileira de Café	131
b) Levantamento dos Estoques Privados de Café	133
2.6.10. Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana-de-Açúcar	135

2.6.11. Levantamento de Safra das Culturas do Dendê e Pinhão Manso	138
a) Dendê	138
b) Pinhão Manso	138
2.6.12. Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica do Prêmio de Seguro Rural	139
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVO POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	141
4. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	141
4.1 – Análise Crítica dos Restos a Pagar	142
a) A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ	142
b) Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de 2010, decorrentes do pagamento de RP nesse exercício	142
c) As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro	142
5. COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS	143
5.1 – Análise Crítica sobre a Composição dos Recursos Humanos	148
6 -INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES O INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO	154
7 - REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV_	154
a) Declaração SIASG:	154
b) Declaração SICONV_	155
8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI N.º 8.730/93	155
9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	155
10. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	157
11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS	160
12. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	161
12.1 – Planejamento de área	162
12.2 – Perfil dos Recursos Humanos envolvidos	163
12.3 – Segurança da Informação	164
12.3.1. Segurança Lógica	164
12.3.2. Segurança Física	165
12.4 – Desenvolvimento e produção de sistemas	165
12.4.1. Relação de sistemas entregues em 2010 Relação de sistemas mantidos em 2010	166
12.4.2. de Sistemas Mantidos em 2010	168
12.5 – Contratação e gestão de bens e serviços de TI	168
12.5.1. Contratação de serviços de TI	169
12.6 – Portal da Companhia	170
13. CARTÕES DE PAGAMENTOS DO GOVERNO FEDERAL	170
14. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS – BA	170
15. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UJ SE VINCULA, OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO	171
16. TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	171

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO	171
18. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	173
18.1 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada	173
18.2 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 4.320/64	174
18.3 – Demonstrações Contábeis Lei n.º 6.404/76 e Notas Explicativas	174
18.3.1. Demonstrativos Contábeis - 6.404/76.....	174
18.3.2. Notas Explicativas	181
18.4 – Informações sobre a Composição Acionária do Capital Social	194
18.5 – Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis	198
19. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES DA UJ, MEMBROS DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL	199
19.1 – Síntese da Remuneração dos Administradores	199
20. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES DA UJ, MEMBROS DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL	204
20.1 – Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas	204
20.1.1. Demonstrativo anuais	204
20.1.2. Complemento de Previdência (Serviço Passado) – R\$ 12.701.315,31	206
20.1.3 Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora Conab	206
20.1.4 Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições	206
20.1.5 Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal	206
20.1.6. Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB	209
20.1.7. Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB	209

Apresentação

Apresentamos o Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento – Cona, nos Estados da Bahia e Sergipe, relativo ao exercício de 2010 elaborado de acordo com o estabelecido na Instrução Normativa TCU n.º 63/10 de 27 de agosto de 2008, Decisão Normativa TCU n.º 107/10, Portaria TCU n.º 277/10 e nas orientações constantes na Portaria CGU n.º 2.546/10.

Tomando-se por base o Anexo II, item A – Conteúdo Geral, da DN 107/10, não foram atendidos os itens 3-Informações sobre o reconhecimento de passivos e 14 -Informações sobre renúncias tributárias e 15 por não terem sido registradas ocorrências durante o exercício e também o item 13-Informações sobre operações de fundo, por não se relacionar com à natureza jurídica da Cona.

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas Ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Cona. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou termos de cooperação firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia, cujo desenvolvimento das Ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

No exercício 2010 as intervenções para garantia dos preços mínimos fixados pelo governo federal estiveram mais relacionados aos produtos regionais. A valorização de alguns produtos e das *commodities* agrícolas, especialmente no segundo semestre, redirecionou as ações realizadas no exercício anterior, com a maior aplicação de recursos nos instrumentos de apoio a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, sem a intervenção direta do Governo na aquisição(AGF).Assim sendo, aplicamos os instrumentos PEP – Prêmio para Escoamento da Produção, PEPRO – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor e subvenção direta para assegurar o preço mínimo para comercialização de sisal, milho, cana-de-açúcar e piaçava. Destaca-se para o milho e sisal a oportunidade de promover o escoamento das safras das regiões produtoras para às regiões de consumo .

No âmbito do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, foi possível assegurar o preço de referência para os agricultores familiares, garantindo à comercialização de sua produção à preço justo. Neste exercício houve destaque para a participação dos agricultores no instrumento compra com doação simultânea e compra para formação de estoque, sendo investidos R\$ 38.089.494,84 nos dois instrumentos. Merece destaque também as pessoas em situação insegurança alimentar e nutricional que foi foram atendidas com os produtos de origem familiar, totalizando 4.029.514 beneficiários.

A Surge/BA/SE também atuou em parceria com o Ministério da Integração Nacional, adquirindo produtos para distribuições emergenciais e gratuitas, para ajuda humanitária no caso de calamidade pública.

No exercício de 2010, sofremos sérias dificuldades orçamentárias para reformar as estruturas das Unidades Armazenadoras de Irecê/BA, Santa Maria da Vitória/BA e Itabaiana/SE não sendo possível adequá-las à Instrução Normativa nº 3 de 08 de Janeiro de 2010, Decreto nº 3.855 de 03 de julho de 2001, lei nº 9.973 de 29 de maio de 2000; implementamos a REFAP no bairro do subúrbio de Salvador(Cajazeiras), com a formalização de uma central de negócios; e treinamos empregados na área de fiscalização de estoques governamentais, visando reciclagem e formação de fiscais. Finalmente conseguimos, com a participação da Equipe da Matriz, realizar a concorrência pública para venda do imóvel localizado em Salvador, no bairro Sete Portas.

Dentre os planos e projetos para o exercício de 2011, persistimos no propósito de reformar as Unidades Armazenadora e proporcionar treinamento para os empregados nas diversas áreas da empresa.

Por fim, ressaltamos que este Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da Surge Bahia e Sergipe para cumprir sua missão institucional “**contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento**”.

Rose Edna Mata Viana Rondé

Superintendência Regional da Bahia e Sergipe

Superintendente Regional

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

(PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/1/2010)

Quadro A.1.1 – Identificação da UG PODER E ÓRGÃO DE VINCULAÇÃO

Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		Código SIORG: 14	
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento – Superintendência Regional da Bahia e Sergipe			
Denominação abreviada: Conab - Sureg/BA			
Código SIORG: 87209	Código LOA: NÃO SE APLICA		Código SIAFI: NÃO POSSUI
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	71 3113-8630	71 3113-8603	71 3270-3884
Endereço Eletrônico: ba.sureg@conab.gov.br			
Página da Internet: www.conab.gov.br			
Endereço Postal: Av. ACM, nº 3840, Ed. Capemi, Bl. A, 4º Andar, Pituba Salvador/Bahia, CEP 41.800-700			
NORMAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA			
1. Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada A Conab é constituída nos termos do art. 19 da Lei nº 8.029 de 12.04.90, regulamentada pelo Decreto nº 99.944, de 26.12.90. A última alteração do Estatuto Social foi aprovada por meio do Decreto nº 6.407, de 24/03/08. A Superintendência Regional da Conab nos Estados da Bahia e Sergipe, é parte integrante da estrutura organizacional da Conab e foi criada mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em Reunião Extraordinária, realizada em 10 de janeiro de 1991.			
2. Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada a) Norma 10102 - Estatuto Social b) Norma 10104 – Regimento Interno c) Lei nº 9.973/2000 – Lei de Armazenagem de Produtos Agrícolas			
3. Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Nº	DENOMINAÇÃO		
10108	Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos		
30101	Armazenagem		

30105	Aquisição do Governo Federal – AGF
30107	Certificado de Depósito Agropecuária – CDA e Warrant Agropecuário – WA
30201	Remoção de Produtos
30301	Regulamento de Armazenagem – Ambiente Natural
30401	Regulamento de Armazenagem – Ambiente Artificial
30506	Securitização
30507	Contrato de Opção
30508	Prêmio Equalizador Pago ao Produtos Rural e/ou sua Cooperativa – PEPRO
30601	Compra Direta da Agricultura Familiar
UNIDADES GESTORAS RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA	
Código Siafi	Nome
135103	Unidade Armazenadora de Itaberaba
135110	Estoque Estratégico Sergipe
135111	PGPM Sergipe
135112	PGPM Bahia
135113	Estoque Estratégico Bahia
135114	Unidade Armazenadora de Irecê
135416	Unidade Armazenadora de Itabaiana
135425	Mercado de Opções Bahia
135426	Mercado de Opções Sergipe
135558	PAA Bahia
135564	Unidade Armazenadora de Entre Rios
135565	Unidade Armazenadora de Ribeira do Pombal
135566	Unidade Armazenadora de Teixeira de Freitas
135572	PAA Sergipe
135584	Unidade Armazenadora de Feira de Santana
135585	Unidade Armazenadora de Santa Maria da Vitória
GESTÕES RELACIONADAS À UNIDADE JURISDICIONADA	
Todas as UGs informadas acima se relacionam com a Gestão 22211	
RELACIONAMENTO ENTRE UNIDADES GESTORAS E GESTÃO	
Código Siafi da Unidade Gestora	Gestão
135103, 135110, 135111, 135112, 135113, 135114, 135416, 135425, 135426, 135558, 135564, 135565, 135566, 135572, 135584 e 135585	22211

As normas acima e outras normativos que regulamentam a gestão se encontram disponibilizadas na INTRANET, de forma acessível, para consulta por todo o corpo funcional da Companhia, objetivando dar transparência e nortear os procedimentos internos.

A Conab também disponibiliza no sitio www.conab.gov.br outros normativos para atender ao público externo, e vários aplicativos de consultas públicas contemplando informações em tempo real e *on-line*

2. RESPONSABILIDADES, OBJETIVOS, PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/1/2010)

2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade

A Conab, empresa oficial do Governo Federal que tem por finalidade executar as Políticas Agrícolas no segmento do abastecimento agroalimentar, atua em todo o território nacional por meio de suas Superintendências Regionais, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado, garantindo renda ao produtor rural e a regularidade do abastecimento agroalimentar.

A **missão institucional da Conab** é “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.”

A Companhia tem por objetivos:

- planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;
- desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto n.º 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - Camex, do Conselho de Governo, e dá outras providências;
- participar da formulação da política agrícola; e
- exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Para cumprir sua missão e objetivos, a Conab realiza atividades como: comprar, vender e permutar produtos de origem agropecuária. Podendo ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais, além de executar operações de comércio exterior, nos mercados físico e futuro, de produtos de origem agropecuária, participar dos programas sociais do Governo Federal que guardem conformidade com as suas competências, firmar convênios, acordos e contratos, inclusive para financiamento e para gestão de estoques agropecuários de propriedade do Governo Federal, com entidades de direito público ou privado, efetuar operações financeiras com estabelecimentos de crédito, inclusive mediante garantia do Tesouro Nacional, observada a legislação em vigor; aceitar, emitir e endossar títulos, receber garantias de caução, fiança, aval, penhor e hipoteca, aceitar doações e dar destinação a elas, de acordo com os objetivos da Companhia, promover a análise e o acompanhamento do agronegócio brasileiro, incluindo oferta e demanda, preços internos e externos de produtos agropecuários e insumos agrícolas, previsão de safras e custos de produção, promover a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de pessoal, em atividades relativas aos objetivos da Companhia, explicitados no art. 6º; e prestar, mediante remuneração, apoio técnico e administrativo ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a outros órgãos e entidades públicos, na execução das ações decorrentes dos mandamentos legais e regulamentares da legislação agrícola e do preceito institucional de organizar o abastecimento alimentar.

A Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em cinco grandes segmentos de atividades:

- **Informações do Setor Agropecuário:** Desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário. Tais informações possibilitam ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos-Safra.
- **Gestão dos Estoques Públicos:** Formar e fiscalizar os estoques públicos e administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem o escoamento de produtos para áreas desabastecidas.
- **Programas Sociais e de Abastecimento:** Desenvolver atividades voltadas à disponibilização de produtos (pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.
- **Armazenagem:** Oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.
- **Organização e apoio aos mercados varejistas de micro e pequeno porte e atacadista hortigranjeiro:** Induzir ações de preparação, formalização e regularização de unidades varejistas para formação de Centrais de Negócios, e articular com o setor e seus parceiros visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, com a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

2.1.1 – Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e saindo do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto. A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

a) Aquisições do Governo Federal (AGF)

Consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

No ano de 2010 foram adquiridas 965.953 toneladas de produtos tais como café, feijão, milho, sisal e trigo, com destaque para o trigo no estado do Rio Grande do Sul com participação de 33,04%. Tais aquisições se justificaram pelos baixos preços vigentes no mercado interno decorrentes dos altos estoques mundiais e da baixa demanda interna devido às facilidades oferecidas aos empresários na importação, tais como: isenção da Tarifa Externa Comum-TEC (10%), do adicional de frete da marinha mercante (25% sobre o valor do frete) e do prazo para pagamento do produto.

b) Contrato de Opção

Permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

No ano de 2010, as aquisições totalizaram 70.779 toneladas de café em milho em grãos, referentes a contratos comercializados durante o exercício de 2009, cujos preços praticados no mercado ainda estavam abaixo dos de referência constantes nos contratos.

c) Prêmio de Escoamento de Produto (PEP)

É uma subvenção econômica concedida por meio de leilões, àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Em 2010, foram realizadas operações de PEP equivalentes a 17.083.600 toneladas de arroz, milho, sisal e trigo; e 213.316 toneladas de derivados de uva.

d) Valor de Escoamento do Produto (VEP)

Instrumento de Comercialização Governamental, concedido por meio de leilão, àqueles que se dispõem a adquirir o produto do Governo Federal e promover seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida, mediante recebimento de subvenção econômica.

Neste instrumento são priorizados os produtos de safras antigas, os considerados sob risco de perda do valor comercial ou em deterioração, as pontas de estoques e saldos remanescentes em quantidades irrelevantes para o mercado e os localizados em regiões distantes.

Se o Governo decidisse por uma venda normal, com os preços de mercado, apenas os consumidores próximos teriam interesse em adquirir o produto, possivelmente prejudicando a comercialização local e não atendendo ao objetivo de abastecer as regiões carentes.

No exercício de 2010 foram negociadas 66.890 toneladas de milho, armazenados nos Estado da Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Tocantins. A demanda é estabelecida pela Secretaria de Política Agrícola-SPA do MAPA, estando relacionada à necessidade e abastecimento na região consumidora.

e) Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO)

Subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Em 2010, foram ofertadas 1.190.000 toneladas de milho produzidas no Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Piauí, das quais foram negociadas 875.095 toneladas.

f) Vendas em Leilão Público

A intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais, visando suplementar a oferta e corrigir os desequilíbrios de preços, no âmbito da política de abastecimento.

As vendas realizadas com os estoques governamentais (vínculo AGF, Contrato Público de Opção de Venda e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA), em 2010, resultaram em 709.310 toneladas negociadas, com destaque para o milho, que correspondeu a 90,11% do total ofertado.

g) Vendas em Balcão

Programa de abrangência nacional que permite, de forma efetiva, que os compradores de pequeno porte tenham acesso aos estoques oficiais, com igualdade de condições obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Objetiva viabilizar o acesso dos criadores e da agroindústria de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta; garantir o suprimento de insumos a preços de mercado, estimulando e apoiando a pequena produção rural e propiciar que as entidades de pesquisa contribuam para o desenvolvimento do setor.

No ano de 2010, o total de vendas em balcão correspondeu a 236.999 toneladas, com operações voltadas quase que exclusivamente para o milho (99,95%), já que as vendas de arroz em casca, castanha de caju e farelo foram pouco significativas (2,7; 117,6; e 0,2 toneladas respectivamente). Mediante esse Programa foram realizados 83.243 atendimentos a clientes previamente cadastrados, sendo que as vendas de milho foram mais concentradas nos Estados de Santa Catarina e do Ceará (65.620 e 58.722 toneladas).

Vale lembrar que é de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

2.1.2 – Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

A criação do PAA por instrumento legal (Lei n.º 10.696/03) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente ausente das políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda, e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O Programa de Aquisição de Alimentos não somente apoia a agricultura familiar como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de doativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque**, o qual visa a formação de estoques por meio da Agricultura Familiar. Em 2010, as operações movimentaram 32,916 toneladas de diversos produtos agrícolas, beneficiando 10.177 agricultores familiares enquadrados no Pronaf, organizados em cooperativas ou similares, contemplando 124 municípios, em 14 estados do território nacional.
- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR-Doação**, que permite a aquisição da produção de agricultores familiares com doação simultânea. Atingiu nesse ano o quantitativo de 160.745 toneladas, contemplando 73.026 agricultores familiares, distribuídos em todos os estados da federação, com destaque para Minas Gerais. Os produtos adquiridos foram doados a 17.766 entidades, identificadas como instituições governamentais ou não-governamentais que desenvolvem trabalhos de atendimento às populações em situação de risco social, e beneficiaram cerca de 15.247.554 pessoas, com maior concentração de beneficiários consumidores em Minas Gerais e Paraná.
- **Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF** tem apoiado o agricultor familiar na medida em que, sendo feita diretamente pela Conab, dispensa intermediários, com o

pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar. Caracteriza-se pela aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em pólos de compra instalados próximos aos locais de produção. Por meio da Compra Direta, que foi utilizada em 14 estados da federação, ocorreu a aquisição de 32.344 toneladas de diversos produtos, atendendo 11.309 agricultores familiares, localizados em 112 municípios da federação, com destaque para o Rio Grande do Sul, que atendeu cerca de 7.121 agricultores, distribuídos em 22 municípios do Estado.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos, podendo ser canalizados para populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Em 2010 foram feitos investimentos significativos no PAA, totalizando R\$402.032.861,00. Esse resultado demonstra a relevância da Conab na operacionalização do PAA, tarefa que veio ampliar e aprofundar suas responsabilidades sociais, ao atuar especificamente com segmentos de agricultores muitas vezes preteridos pelas políticas públicas.

2.1.3 – Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o Ministério da Integração Nacional-MI (Defesa Civil), incluindo outros agentes públicos, que permitiram, ao longo do ano de 2010, viabilizar a distribuição de 46.065 toneladas de produtos, equivalentes a 2.088.829 cestas de alimentos, suplementado as necessidades alimentares e nutricionais de famílias de trabalhadores rurais acampadas, quilombolas, comunidades de terreiros, famílias atingidas por barragens, famílias de marisqueiros/caranguejeiros e comunidades indígenas, além daquelas comunidades vitimadas por calamidades públicas, em diferentes regiões do país e em países amigos, que estiveram em situações emergenciais propícias à insegurança alimentar.

Para a composição das cestas de alimentos, geralmente contendo: arroz, feijão, fubá, farinha de mandioca, macarrão, óleo e açúcar, a Conab recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Fome Zero.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, caracterizados como famílias ou grupos populacionais específicos, em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional, são indicados pelo MDS ou pelo MI e/ou pelo Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da Funai, Incra, Funasa, Fundação Cultural Palmares, Defesa Civil, MAB, SEPPIR, Ouvidoria Agrária Nacional OAN/MDA, Forças Armadas, além dos diversos parceiros do Fome Zero.

A experiência e a capilaridade operacional da Conab são fundamentais no apoio logístico demandado pelos diversos programas e ações governamentais. Essa logística tem favorecido o recebimento, a guarda, o transporte e a disponibilização de produtos ou mercadorias para distribuição.

No contexto do Fome Zero, tais ações contemplam produtos recebidos em doação de terceiros, incluindo mercadorias e equipamentos apreendidos por órgãos públicos de fiscalização, tais como equipamentos eletrônicos, utensílios, peças de vestuários e brinquedos. Também foram distribuídos materiais de instrução pedagógica, como cartilhas utilizadas em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania. A movimentação dessas mercadorias,

incluindo sua doação, é definida pelos órgãos gestores, cabendo à Conab as ações operacionais e fiscais decorrentes.

Fortalecendo as relações interinstitucionais a Conab participa, também, de ações relativas à ajuda internacional, encaminhando alimentos para o exterior, caso o Governo Federal assim o decida, mediante cestas cuja composição procura respeitar as características alimentares do país beneficiário. A demanda, nesse caso, é definida nas esferas diplomáticas, e o processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, ficando a entrega sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

No ano em referência, foi enviado o total de 175,7 toneladas toneladas de produtos alimentícios a populações vitimadas em situação de risco nutricional no Haiti e no Peru.

Na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab e contar com dotação orçamentária específica, deve ser destacada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, em fase de estruturação, criada com a missão de articular ações que contribuam para a modernização e o fortalecimento do segmento varejista. Essa ação, sob a coordenação da Conab, tem por objetivo proporcionar, ao segmento dos micro e pequenos varejistas, sistemas de gestão comercial que propiciem a qualificação e expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e acesso a capital de giro com taxas diferenciadas, com a perspectiva de oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis.

Essa ação foi concebida em face da necessidade de se preservar a pluralidade do pequeno comércio varejista, instalado nas periferias das grandes cidades e nas pequenas concentrações urbanas, e ao mesmo tempo garantir a satisfação das demandas das comunidades circunvizinhas, com produtos de qualidade e a preços condizentes com o mercado. Por meio do processo de indução, a REFAP estimula o associativismo entre os varejistas filiados, com o propósito de formação das Centrais de Negócios.

A estratégia de implantação adotada previa o início da Rede a partir da Região Nordeste, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia, sendo estendida, em 2001, para o Estado do Amazonas. Em 2010, foram cadastradas 185 unidades novos varejistas, e disponibilizada para venda em 3.395 pontos de venda, 1.448 toneladas de açúcar, arroz beneficiado, leite em pó, e pêssego em calda, adquiridas no âmbito do PAA.

2.1.4 – Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana de açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato Público de Opção de Venda, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto –VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente passou a disponibilizar os dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo MAPA, mediante os Levantamentos das Safras Agrícolas realizadas pela Conab, é de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

Esta atividade vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação (mais especificamente desde os anos 70, pela ex-Companhia de Financiamento da Produção-CFP), obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. Cabe destacar que o corpo técnico da Conab acumulou, ao longo do tempo, significativa experiência e qualidade na sua execução, conquistando a credibilidade de diferentes segmentos das áreas pública e privada. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Assim, estipula-se que o início do ano-safra ocorre com o início do plantio dos produtos da Safra de Verão, a mais significativa delas. O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos quali-quantitativos, a situação das lavouras cultivadas no País. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

As pesquisas distribuem-se geograficamente pelo País e ao longo do tempo, podendo ocorrer coincidências de época, como por exemplo: a Safra de Inverno e a maior parte da Safra da Região Nordeste. Com isso, cada uma das pesquisas de campo tem um objetivo diferente, dependendo da época em que é realizada. Cabe esclarecer que a pesquisa contempla a “Intenção de Plantio” e o “Acompanhamento da Cultura” durante todo o ciclo vegetativo, sendo que no primeiro caso as informações coletadas referem-se apenas à primeira estimativa da área plantada e, no segundo, pode se desdobrar em duas fases: durante o desenvolvimento vegetativo da cultura e durante a colheita.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. A partir de 1998, a Conab decidiu investir no aperfeiçoamento do processo de avaliação de safra, passando a pesquisar tecnologia de sensoriamento remoto, técnicas de agrometeorologia e novos “softwares” estatísticos, visando melhor tratamento dos dados amostrais e maior acurácia e confiabilidade das informações produzidas. Para tanto, além da aquisição de equipamentos de informática, parcerias com instituições de ensino e pesquisas, como IBGE, INMET, IAPAR, SIMEPAR, DERAL, UNICAMP, INPE, UFPR, EPAGRI e UFRGS foram estabelecidas, com vistas à modernização do processo.

Nesse contexto, a partir de 2003 teve início o projeto GeoSafras, que busca a redução da subjetividade na avaliação e oferece informações objetivas mais precisas sobre área cultivada e

produtividade das culturas, épocas e localização da produção. Na geração das informações o GeoSafras, complementando a metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo, faz uso de geotecnologias tais como, métodos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistema de informações geográficas e modelos agrometeorológicos. O modelo de coleta possibilita o mapeamento de áreas cultivadas, por meio de imagens de satélite, e a estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos.

Entre as atividades desenvolvidas pelo GeoSafras, em 2010, destacam-se: a) aquisição do sistema de recepção de imagens de satélite (antena parabólica, software e chave da EUMETSAT), previsto no acordo de cooperação e de intercâmbio de informações coordenado pela Comunidade Europeia, chamado DevCoCast; b) manutenção das atividades do Laboratório de Tratamento de Imagens de Satélite – LATIS, implementado no acordo com o INMET; c) Desenvolvimento de um Sistema (Modelo) de previsão de produtividade baseado em parâmetros espectrais, agrometeorológicos e agrícolas; d) mapeamento das áreas de produção de café nos estados da Bahia, Rondônia, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, de cana de açúcar, milho e soja.

A articulação institucional tem sido fundamental para viabilizar a execução desse Projeto, e o ambiente de cooperação constituído com um grupo de aproximadamente quinze instituições públicas de ensino e pesquisa e também entidades de apoio e extensão rural, sob a coordenação da Conab, tem permitido aprimorar as estimativas, tornando inquestionáveis os números do governo.

Ao final do ano de 2007, em atenção a antigas reivindicações dos agentes do agronegócio, que são usuários de informação de safras, os levantamentos do prognóstico passaram a ser realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, iniciando um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva e as do IBGE atendiam a fins estatísticos.

A Conab conseguiu atender a meta prevista para as pesquisas de campo em 2010, realizando as pesquisas programadas conforme os períodos de safra das diversas regiões produtoras, sendo que nos meses em que não foram executados trabalhos em campo, os dados foram coletados por outros meios, como telefone, e-mails etc, complementando os levantamentos.

Desta forma, as pesquisas realizadas apontaram que a safra 2009/10 foi de 149,20 milhões de toneladas, superior à safra anterior em 10,4%. De acordo com o quarto levantamento da safra de grãos 2010/11, a área a ser cultivada com as principais culturas no País está estimada em 48.000,9 mil hectares, superior à da safra anterior (2009/10) em 1,29% (612,2 mil hectares), devendo atingir uma produção de cerca de 149,41 milhões de toneladas.

De forma semelhante, a Conab procedeu a elaboração de estimativas da produção de café, laranja, dendê, pinhão manso e da cana de açúcar, e, também, o levantamento dos custos de produção e os estoques privados de café, mediante Planos de Trabalho assinados com o MAPA.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Também integra o conjunto de informações disponibilizadas pela Conab o projeto SIGABrasil, que consiste em um sistema de informações geográficas da agricultura brasileira, cujo objetivo é dar suporte ao agronegócio, mediante a integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, rede de armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc), permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio, visando ao maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do País.

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-PROHORT, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa a desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (Ceasas), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

A comercialização de produtos hortigranjeiros tem sido muito expressiva, sendo este o setor da agricultura que mais cresce no mundo, e representa uma produção basicamente de pequenas áreas e diversas origens, possibilitando alta receita/hectare e manutenção de mão de obra no campo. No entanto, apesar de representativo, necessita do apoio e da ação governamental, principalmente devido ao grande número de áreas de produção, dificuldades relacionadas com a logística de transportes, perecibilidade dos produtos e o potencial de aumento de consumo interno e externo.

2.1.5–Gestão de Estoques-Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários

A Conab atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no Brasil.

De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora constituída por 175 armazéns, agrupados em 94 unidades, com capacidade estática para 2.167.197 toneladas, em ambientes natural e artificial, sendo que a maior concentração de armazéns ocorre na região Centro-Oeste (32,6%), particularmente no Estado do Mato Grosso, que conta com 21 armazéns. Essas unidades destinam-se a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e também dão suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

A armazenagem predominante nas UAs-Unidades Armazenadoras da Conab é a modalidade granel, representando 56% da capacidade total; a convencional participa com 43% e a destinada a produtos frigorificados, ambiente artificial, corresponde a 1%. Embora em operação, as unidades armazenadoras necessitam de manutenção e modernização, tanto das bases físicas, quanto dos seus equipamentos.

O estoque médio armazenado, em 2009, equivalia a 1.029.364 toneladas, sendo 599.780 t de estoques do governo e 429.584 t de estoques de terceiros. Em 2010, equivale a 1.125.336 toneladas, sendo 927.536 toneladas de estoques do governo e 197.800 toneladas de estoques de terceiros. Esse resultado representa um aumento de 9,32%, em relação ao exercício anterior. Nos estoques governamentais houve incremento de 54,65% e redução de 53,96% no quantitativo de estoques de

terceiros, provocando, portanto, redução de 39,83% na receita de armazenagem de produtos de terceiros.

Buscando a otimização da rede, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita, e visando se tornar mais competitiva, a Companhia tem investido na capacitação dos empregados e na manutenção/modernização de suas unidades buscando, inclusive, adaptar-se às recentes normas de certificação.

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Conab responde pela manutenção do cadastro de armazéns do país e pela fiscalização dos estoques governamentais em armazéns próprios e de terceiros. Também incentiva a modernização desse segmento, participando de forma ativa no projeto de certificação de unidades armazenadoras.

A atuação da Conab na formação e manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, assim como na sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em nível nacional. Em 2010, a programação previa a realização de cadastramento/recadastramento de 4.500 armazéns, tendo sido realizados 6.115. Além dos censos de armazenagem programados, ocorreram, ainda, cadastramentos emergenciais em outros estados, objetivando o aumento da capacidade estática credenciada, para a efetivação das aquisições (AGF e Contrato Público de Opção de Venda) e apoio aos instrumentos de comercialização, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP e o Prêmio de Risco de Opção Privada-Prop.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Ao final do exercício estavam cadastrados 17.489 armazéns, com capacidade estática para 137.875.605 de toneladas, sendo 25.842.460 toneladas para produtos embalados ou enfardados e 112.033.145 toneladas para granel. No entanto, apenas 376 destes armazéns, correspondendo a 5.534.665 toneladas, se enquadravam nos requisitos técnicos estabelecidos pela Conab para trabalharem com os estoques públicos.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na Movimentação dos Estoques Públicos.

A remoção de estoques tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Foram contratadas remoções para a movimentação de 610.071 toneladas de milho em grãos, feijão, arroz e trigo, vinculados à PGPM. Foram removidas também 621 toneladas de produtos alimentícios vinculados à Defesa Civil, 7 toneladas dos estoques do MDA, e 17.826 toneladas de produtos do MDS.

À Conab também compete uma ação extremamente relevante para a gestão dos estoques públicos, que é a Fiscalização dos Produtos Agroalimentares.

Com essa ação a Conab realiza, sistematicamente, o acompanhamento e a avaliação da integridade quantitativa e qualitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios, governamentais e especiais do agronegócio, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento.

Durante a fiscalização são avaliadas as condições técnicas, cadastrais e contratuais das Unidades Armazenadoras e o estado de conservação dos produtos. Também são apuradas as irregularidades operacionais, as faltas e depreciações qualitativas dos estoques e, ainda, a normalidade das operações com os estoques especiais do agronegócio.

Nesse exercício foram realizadas as 9 etapas previstas no programa anual de fiscalização e mais 7 especiais, em função da efetivação das aquisições e de denúncias de desvio de estoques. Foram vistoriados 5.285 armazéns, em todos os estados da federação e no Distrito Federal. Destaca-se que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

A fiscalização realizada em 2010 contemplou, cumulativamente, 40.179.122 toneladas de produtos, sendo estes vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Fome Zero ou aos demais programas executados pela Conab, correspondendo a 99,46% dos estoques contábeis existentes no período de fiscalização e superando a meta operacional estabelecida para o exercício em 14,8%.

Nas operações foram registradas perdas qualitativas (produtos abaixo do padrão e/ou desclassificados) de 6.319 toneladas de milho e feijão e perdas quantitativas (desvios e perdas em armazenagem), de 40.898 toneladas de arroz, feijão, milho e trigo.

Como resultado dessas operações, e conforme orientações contidas nos normativos internos, as providências adotadas com relação às ocorrências registradas implicaram cobranças, impedimento/descredenciamento do agente armazenador, abertura de processos administrativos, ou notificações à Procuradoria Geral da República, dependendo de cada situação.

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazenadores.

Além dos estoques foram realizadas também 3.667 fiscalizações sobre os instrumentos de comercialização, englobando PEP, PROP, VEP, Vendas em Balcão e propriedades rurais, objetivando garantir o atendimento à legislação e a confiabilidade das operações realizadas.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela Conab na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contaram com o suporte de uma estrutura armazenadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento dos produtos cuja posição de estoques, em 2010, correspondeu a 7,1 milhões de toneladas.

Desta forma, mediante a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem apoiado tanto a agricultura familiar quanto a empresarial, exercendo um importante papel na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola e de abastecimento.

2.2 – Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

Considerando a missão institucional da Conab que é: “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento” e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual-2008/11, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de instrumentos que incentivem a comercialização. Além disso, o PAA objetiva, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

Especificamente na área de atuação da Conab, a Ação Formação de Estoques contou, em 2010, com recursos orçamentários da ordem de R\$2,3 bilhões, suficientes, caso fosse necessário, para a aquisição de 3,5 milhões de toneladas de produtos agrícolas.

Devido a situações regionais, geradas por questões de logística, por aspectos mercadológicos e econômicos, tanto nacionais quanto internacionais, os preços recebidos pelos produtores de alguns produtos, tais como do milho, algodão e do sisal, demandaram grandes intervenções do Governo Federal, que ocorreram por meio de leilões previstos nos instrumentos de subvenção (PEP, PEPRO e Contrato de Opção) e por aquisições diretas – AGF.

O Governo Federal, por meio da Conab, manteve permanente atenção às flutuações de preços, atualizando mensalmente os dados sobre o desempenho da safra agrícola, pronto para agir nos momentos, na intensidade e nos locais necessários.

Outro fator que também contribuiu para a normalização do mercado e reduziu a necessidade de formação de estoques foi a utilização dos instrumentos de comercialização, que concedem subvenções econômicas como incentivo ao escoamento de produtos para as regiões consumidoras ou para a exportação.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela valorização do real e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e o carregamento no tempo de grande volume de estoques públicos.

Se por um lado a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro a sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab, em decorrência da comprovação da operação, quando os agentes entregam nas Superintendências Regionais toda a documentação exigida nos diversos editais dos leilões públicos, para conferência, análise e pagamento da subvenção.

b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa a Conab tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento a Conab promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para participação. Após a divulgação, as associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAANet, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à Conab para aprovação.

Os recursos para a operacionalização do PAA são repassados à Companhia por meio de termos de cooperação celebrados com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA.

A operacionalização se materializa por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR-Estoque e

Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação). Os produtos adquiridos com recursos do MDS são destinados à doação às famílias ou grupos sociais em situação de insegurança alimentar e nutricional, podendo, em caso de risco de perdas, serem comercializados. Por sua vez, aqueles adquiridos com recurso do MDA são direcionados para a venda, como forma de manutenção dos recursos para atendimento a novos produtores.

A operacionalização deste Programa exige grande esforço da Conab, seja na fase de divulgação dos instrumentos, seja nas aquisições e na remoção dos produtos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares, que para maior disseminação das informações são, geralmente, realizadas nos finais de semana. Exige também a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não contam com estruturas armazenadoras adequadas à guarda e conservação dos produtos.

c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos

Outra estratégia de atuação da Conab é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.

Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos Termos de Cooperação, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria e realiza diversos leilões de compra, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

São contempladas com as doações famílias de trabalhadores rurais que se encontram acampadas, no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e caranguejeiros.

d) Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte

Objetiva propiciar ao segmento dos micro e pequenos varejistas sistemas de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e a capital de giro, com taxas diferenciadas e com a perspectiva de que possam oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis, a Conab criou a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, perfeitamente integrada às estratégias do governo para o fortalecimento e ampliação de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local. Os resultados previstos são:

➤ Para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;

- Para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação pela formalização e expansão do comércio local;
- Para os varejistas: qualificação e expansão do seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto e em condições favoráveis às indústrias fornecedoras;
- Para os fornecedores: expansão qualitativa de suas vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidade ociosas.

Até o fim do exercício de 2010 a rede contava com 2.576 unidades varejistas cadastradas, agrupadas em 8 Centrais de Negócios formadas e em processo de formação nos Estados do Ceará, de Pernambuco, de Alagoas, da Paraíba, da Bahia, do Piauí e do Maranhão.

e) Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac - que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das Ceasas para Estados e Municípios - boa parte das estruturas passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irrealistas, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a Conab deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, objetivando, entre, outros o desenvolvimento e integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento e a universalização das informações geradas, objetivando a redução de assimetrias; a modernização dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento, tornando-as áreas privilegiadas para execução e difusão das políticas públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança.

Nesse sentido, a Conab criou o portal www.ceasa.gov.br com informações diárias sobre preços e quantidades dos 48 principais produtos comercializados nas Ceasas, informações sobre o Prohort, disponibilização de trabalhos técnicos, normativos, acervo de trabalhos técnicos sobre as Ceasas, informações técnicas sobre hortaliças e frutas, informações sobre conjuntura agrícola etc.

2.3 Gestão de Programas

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Conab estão inseridas em 21 Ações, contempladas em três Programas do Plano Plurianual – PPA 2008/2011, sendo que no âmbito da Sureg/BA foram realizadas 16 Ações descritas no item 2.3.2, abaixo.

2.3.1 Programas

2.3.1.1 – (0352) Programa Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo de Programa:** Finalístico
- **Objetivo Geral:** contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.
- **Gerente do Programa:** Alexandre Magno Franco de Aguiar – Presidente da Conab
- **Gerente Executivo:** Matheus Benevides Gadelha – Coordenador da Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo
- **Público-Alvo (beneficiários):** O público-alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:**
 - a) **Produção Nacional de Grãos:**
Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.
 - b) **Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários:**
Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos seguintes instrumentos de comercialização = Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).
 - c) **Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma:**
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.
 - d) **Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca:**
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.
 - e) **Margem de Disponibilidade de Trigo:**
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.
 - f) **Margem de Disponibilidade de Milho:**
Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.
 - g) **Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários:**
Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos-PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [(Comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções-BB Garantia de Preços)].
 - h) **Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários:**

Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito.

2.3.1.2 – (0360) Programa Gestão da Política Agropecuária

- Tipo de Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas
- **Objetivo Geral:** coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.
- **Gerente do Programa:** Edilson Guimarães – SPA/MAPA
- **Gerente Executivo:** José Maria dos Anjos – SPA/MAPA
- **Público-Alvo:** Governo Federal
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:** Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.

2.3.1.3 – (0901) Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- Tipo de Programa: Operações Especiais
- **Objetivo Geral:** cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.
- **Gerente do Programa:** Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

2.3.2 Principais Ações dos Programas da Unidade Jurisdicionada

2.3.2.1 - (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

- Tipo: Atividade
- **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Luciano Monteiro Lopes
- **Responsável regional:** GEFAD/SEREH
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GESAS

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução da Ação 2004 (Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes)

Programa de Trabalho = 20.301.0352.2004.0001 - PTRES = 024581

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/BA	
Dotação Orçamentária Inicial	14.882.545,00	700.000,00	
Suplementação/Cancelamento	7.670.505,00	-	-
Dotação Final	22.553.050,00	700.000,00	3,10
Execução Orçamentária	22.528.324,99	697.736,79	3,10
Índice	99,89	99,68	-
Meta Física	14.849	510	3,43
Execução Física	15.104	519	3,44
Índice	101,72	101,76	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

O Plano de Saúde da Conab é de auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do servidor é calculada de acordo com nível salarial e a utilização dos serviços disponibilizados, conforme a Tabela de Participação Financeira (TPF), constante da Cláusula Oitava, do Acordo Coletivo de Trabalho-2009/2011.

Visando o atendimento das necessidades dos empregados da Conab e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada na LOA/2010+Suplementação/Cancelamentos dotação orçamentária total de R\$22.553.050,00 e para a Sureg-BA foi previsto crédito de R\$700.000,00. Durante o exercício de 2010 foram gastos R\$697.736,79 perfazendo 99,68% da meta orçamentária.

No acumulado de 2010 a média mensal global de beneficiários da Superintendência Regional da Bahia e Sergipe foi de 519 beneficiários, ultrapassando em 1,76% da meta física de 510 beneficiários mensais estabelecida pela SOF. A execução financeira foi realizada dentro do limite planejado.

Quadro A.2.2. – Execução Física e Orçamentária do Serviço de Assistência à Saúde

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	550	510	-7,27	764.000,00	700.000,00	-8,38
Execução	540	519	-3,89	763.533,95	697.736,79	-8,62
Percentual de Execução	98,18	101,76	-	99,94	99,68	-
Gasto per capita (R\$)				1.413,95	1.344,39	-

Fonte: Supor

Quadro A.2.3 -Elementos de Despesas do SAS

Exercício	Elemento de Despesas (R\$)					Total
	Material de Consumo	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenização e Restituição	
		Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	-	893,40	416.145,28	144,00	-	417.182,68
2008	4.950,00	1.166,60	599.594,01	208,00	-	605.918,61
2009	-	760,00	762.621,95	152,00	-	763.533,95
2010	-	3.012,20	694.122,15	602,44	-	697.736,79

Fonte: Siafi

Conforme se observa nos quadros acima houve um aumento significativo de gastos com o SAS nos exercícios de 2008 e 2009, em relação a 2007, situação justificada em razão do ingresso de empregados na Companhia (concursados e readmitidos), além da ocorrência de procedimentos complexos de maior custo que contribuem para o aumento da despesa. De forma inversa, no

exercício de 2010 houve uma redução de despesa em relação ao exercício de 2009. em torno de 8.61%.

2.3.2.1.1 Indicadores do SAS

Quadro A.2.4 -Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				75,08
2008				66,50
2009				98,18
2010	Meta:	100,00	Realizado	101,76
Análise: Em que pese a média mensal dos beneficiários ter ultrapassado 1.76% da meta física estabelecida pela SOF, na LOA, a ação não foi prejudicada, pois os custos com a demanda ficaram dentro do limite da dotação orçamentária prevista. O aumento de beneficiários se deu em razão da readmissão de empregados por força da Lei de Anistia nº 8.878/94.				

Quadro A.2.5 – Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados e seus dependentes				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				99,80
2008				99,33
2009				99,94
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,68
Análise: A execução orçamentária se deu dentro da meta estabelecida na LOA. Como evento negativo, apontamos a indisponibilidade de crédito orçamentário que sempre ocorre nos finais de exercício dificultando os procedimentos inerentes ao fechamento do balanço.				

Quadro A.2.6 – Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde

Nome: Custo por Atendimento do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Custo unitário de atendimento médico e odontológico do SAS				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do SAS				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por atendimento				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado Y= n.º de atendimentos no período				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2007				849,66
2008				1.160,76
2009				1.413,95
2010	Meta:	1.413,95	Realizado	1.344,39
Análise: Nos exercícios de 2008 e 2009, ocorreram aumento de custos nos atendimentos médicos e odontológicos. Tais aumentos foram atribuídos aos seguintes fatores: a) ingresso de empregados readmitidos com faixa etária média superior a 50 anos, que demandam maior utilização do SAS; e b) realização de procedimentos médicos mais complexos, ao exemplo de cirurgias. Já no exercício de 2010, em que pese também ter ocorrido ingresso de empregados, observa-se que houve uma redução de custos em relação a 2009. Neste caso, tal redução atribui-se à diminuição da demanda com a utilização de serviços Médicos mais complexos e de maior custo, ao exemplo também de cirurgias.				

2.3.2.2 - (20CW) Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

- **Tipo: Atividade**
- **Finalidade:** Proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Responsável Regional:** GEFAD/SEREH
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM

Quadro A.2.7 Demonstrativo da Execução da Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

Programa de Trabalho = 20.301.0352.20CW.0001 - PTRES = 030856

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/BA	
Dotação Orçamentária Inicial	467.307,00	20.370,00	
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	467.307,00	20.370,00	4,36
Execução Orçamentária	466.920,20	20.360,66	4,36
Índice	99,92	99,95	-
Meta Física	2.596	120	4,62
Execução Física	2.320	99	4,27
Índice	89,37	82,50	-

Fonte: Geare e Gebem

Além da garantia de assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, por meio de convênios, a Conab promove no mês do aniversário do servidor Exames Médicos Periódicos obrigatórios, conforme disposto na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1), item 1.8, da Portaria Mtb n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII -Dos Deveres e Proibições. O Exame Médico Periódico é totalmente custeado pela Companhia, que consta de exames laboratoriais, consultas oftalmológica, cardiológica, ginecológica, urológica etc.

Visando o atendimento das necessidades dos empregados da Conab foi aprovada na LOA/2010+Suplementação/Cancelamentos dotação orçamentária total de R\$467.07,00. Para a Sureg-BA foi previsto crédito de R\$20.370,00. Durante o exercício de 2010 foram gastos R\$20.360,66 perfazendo 99,95% da meta orçamentária.

2.3.2.2.1 Indicadores do SAS - Exames Periódicos

Quadro A.2.8 – Percentual de Atendimento no SAS – Exames Periódicos

Nome: Percentual de Atendimento no Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de atendimentos médicos e odontológicos aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= N.º de beneficiários atendidos Y= N.º total de beneficiários previstos				
Fonte: X= Sureh/Gesas Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010	Meta:	100,00	Realizado	82,50
Análise: O não cumprimento da meta no exercício se deu em razão de que os exames periódicos iniciados nos meses de novembro e dezembro só foram conclusos nos meses de janeiro/fevereiro do exercício de 2011 com a entrega do ASO.				

Quadro A.2.9 – Percentual de Execução Financeira do SAS- Exames Periódicos

Nome: Percentual de Execução Financeira do Serviço de Assistência à Saúde (SAS)				
Descrição: Percentual de gastos com atendimentos médicos e odontológicos aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gesas				
Resultados:				
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,95
Análise: Os gastos com os atendimentos médicos e odontológicos relativos aos exames periódicos foram realizados dentro da meta de execução orçamentária estabelecida na LOA.				

2.3.2.3 - (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
- **Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei n.º 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Responsável Regional:** GEFAD/SEREH
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM

Quadro A.2.10 – Demonstrativo da Execução a Ação 2212 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Programa de Trabalho = 20.306.0352.2212.0001 - PTRES = 001684

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/BA	
Dotação Orçamentária Inicial	19.092.224,00	850.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	4.061.531,00	-	-
Dotação Final	23.153.755,00	850.000,00	3,67
Execução Orçamentária	23.123.978,63	844.721,48	3,65
Índice	99,87	99,38	-
Meta Física	4.003	140	3,50
Execução Física	4.329	147	3,40
Índice	108,14	105,00	-

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

Quadro A.2.11 - Execução Física e Orçamentária do Auxílio-Alimentação

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	140	140	-	682.000,00	850.000,00	24,63
Execução	144	147	2,08	681.810,13	844.721,48	23,89
Percentual de Execução	102,86	105	-	99,97	99,38	-
Gasto per capita (R\$)				4.734,79	5.746,40	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

No exercício de 2010, o crédito orçamentário no âmbito da Conab foi de R\$23.153.755,00 dos quais foram gastos R\$23.123.978,63, perfazendo 99,87% do previsto.

A meta física nacional de beneficiar 4.003 empregados/mês, por meio de 23 créditos no cartão magnético (refeição ou alimentação) de valor unitário de R\$20,00/dia foi executada em

108.14%, perfazendo uma média mensal 4.329 empregados. A Sureg/BA participa de 3.65% da execução orçamentária e 3.40% da execução física.

2.3.2.3.1 - Indicadores

Quadro A.2.12 - Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício de Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados beneficiados e Y= n.º total de empregados beneficiados previsto				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				100,92
2008				107,63
2009				102,86
2010	Meta:	100,00	Realizado	105,00
Análise: A meta de 140 beneficiários estabelecida na LOA não foi cumprida em razão de ter sido elaborada pela SOF para um quantitativo de empregados inferior ao do quadro efetivo da Regional, acrescido ao fato da ocorrência do ingresso de mais 02 empregados readmitidos por força da Lei de Anista (8.878/94). Apesar do efetivo realizado ter ultrapassado a meta, a Ação não foi prejudicada pois houve suplementação orçamentária				

Quadro A.2.13 Percentual da Execução Financeira do Auxílio-Alimentação

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Alimentação				
Descrição: Percentual de gastos com o benefício do Auxílio-Alimentação aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				99,91
2008				98,75
2009				99,97
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,38
Análise: Os gastos com o Auxílio Alimentação no exercício de 2010 foram realizados dentro da meta estabelecida na LOA				

Quadro A.2.14 Percentual de Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Alimentação			
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Alimentação			
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Alimentação			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado beneficiado			
Meta: Menor ou igual ao ano anterior			
Fórmula de Cálculo: (X/Y)			
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados			
Fonte: X= Siafi e Y=Sureh/Gebem			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Mensal			
Responsável: Gerente da Gebem			
Resultados:			
2007			4.532,31
2008			4.832,65
2009			4.734,79
2010	Meta:	4.734,79	Realizado
			5.746,40
Análise: A redução dos custos com esta Ação no exercício de 2009, em relação a evolução ocorrida no exercício de 2008 se deu em razão de desligamento e transferência de empregados. A meta de 2010 foi ultrapassada devido ao ingresso de empregados readmitidos por força da Lei de Anistia nº 8.878/94. Apesar da meta ter sido ultrapassada a Ação não foi prejudicada pois houve suplementação orçamentária.			

2.3.2.4 - (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
- **Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Andrey de Matos Martins
- **Responsável Regional:** GEFAD/SEREH
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Gerência de Benefícios, Segurança e Medicina do Trabalho – GEBEM.

Quadro A.2.15 – Demonstrativo da Execução da Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Programa de Trabalho = 20.331.0352.2011.0001 - PTRES = 01685

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/BA	
Dotação Orçamentária Inicial	6.823.390,00	255.000,00	
Suplementação/Cancelamento	261.936,00	-	
Dotação Final	7.085.326,00	255.000,00	3,60
Execução Orçamentária	6.981.555,76	254.535,10	3,65
Índice	98,54	99,82	
Meta Física	3.897	150	3,85
Execução Física	3.771	145	3,85
Índice	96,77	96,67	

Fonte: Siafi, Supor e Gebem

A dotação aprovada na LOA/2010+Creditos/Cancelamentos foi de R\$7.085.326,00 tendo sido gastos R\$6.981.555,76 perfazendo 98,54% do programado e a meta física estabelecida de beneficiar 3.897 empregados/mês foi cumprida em 96,77%, atendendo uma média mensal de 3.771 empregados.

Para a Sureg-BA a previsão de despesa era de R\$255.000,00 objetivando a concessão do benefício a 150 empregados, tendo sido atendidos 145 ao custo total de R\$254.535,10.

Quadro A.2.16 -Execução Física e Orçamentária do Auxílio Transporte

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	130	150	15,38	238.000,00	255.000,00	7,14
Execução	144	145	0,69	235.205,87	254.535,10	8,22
Vale-transporte/Crédito em cartão magnético	35	31	-11,43	48.215,04	41.021,90	-14,92
Empecúnia	109	114	4,59	186.990,83	213.513,20	14,18
Percentual de Execução	110,77	96,67	-	98,83	99,82	-
Gasto per capita (R\$)				1.633,37	1.755,41	-

A concessão desse benefício é mensal e pode ocorrer de duas maneiras: a) pecúnia, creditada diretamente no contra-cheque do empregado e; b) cartão ou vales-transporte disponibilizados pelas empresas de transporte municipais, intermunicipais ou interestaduais.

A variação ocorrida nesta ação entre os exercícios de 2009 e 2010 se deu em razão das alteração do quadro de empregados da Sureg em face de readmissões e pelo aumento de tarifa dos vales-transportes.

2.3.2.4.1 Indicadores

Quadro A.2.17 – Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte

Nome: Percentual de Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de atendimento do benefício Auxílio-Transporte aos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo de empregados beneficiados estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= n.º de empregados atendidos e Y= n.º total de empregados				
Fonte: X= Sureh/Gebem e Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				100,92
2008				114,05
2009				110,77
2010	Meta:	100	Realizado	96,67
Análise: A execução da meta física foi inferior em, 3,3% ao da estabelecida na LOA , em razão de ter ocorrido um quantitativo menor de readmissões em relação ao previsto, situação contrária das ocorridas nos exercícios de 2008/2009. Outro fator que contribuiu para a execução inferior da meta foi o licenciamento de empregados pelo INSS.				

Quadro A.2.18 - Percentual de Execução do Auxílio-Transporte

Nome: Percentual de Execução Financeira do Auxílio-Transporte				
Descrição: Percentual de gasto com o benefício do Auxílio-Transporte aos empregados ativos				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				96,28
2008				98,50
2009				98,83
2010	Meta:	100	Realizado	99,82
Análise: A execução orçamentária desta Ação se deu dentro da meta estabelecida na LOA.				

Quadro A.2.19 - Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte

Nome: Custo por Atendimento do Auxílio-Transporte				
Descrição: Custo unitário do benefício Auxílio-Transporte				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de atendimento do benefício Auxílio-Transporte				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por empregado				
Meta: Menor ou igual ao ano anterior				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de beneficiados				
Fonte: X= Siafi Y=Sureh/Gesas				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gebem				
Resultados:				
2007				1.400,38
2008				1.605,93
2009				1.633,37
2010	Meta:	1.633,37	Realizado	1.755,41
Análise: Os custos desta Ação evoluíram de acordo com os aumentos legais de tarifas das passagens de ônibus e também devido ao aumento do quantitativo de empregados.				

2.3.2.5 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Formar, manter e administrar o Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras.
- **Descrição:** Realização de Censo Nacional de Unidades Armazenadoras e a administração e atualização do banco de dados sobre a capacidade de armazenagem.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Responsável Regional:** GEOPE/SEOPE
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – SUARM e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – GECAD

Quadro A.2.20 – Demonstrativo da Execução da Ação 4702 – Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Programa de Trabalho = 20.126.0352.4702.0001 - PTRES = 01692

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/BA	
Dotação Orçamentária Inicial	500.000,00	10.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	-	-
Dotação Final	500.000,00	10.000,00	2,00
Execução Orçamentária	453.058,55	9.067,42	2,00
Índice	90,61	90,67	-
Meta Física	4.500	587	13,04
Execução Física	6.115	135	2,21
Índice	135,89	23,00	-

Fonte: Siafi, Supor e Gecad

Quadro A.2.21 – Elementos de Despesas - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Exercício	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros-Pes. Jurídica	
2007	1.750,00	1.771,54	1.811,00	12,00	5.344,54
2008	660,00	887,36	450,00	-	1.997,36
2009	-	-	-	-	0,00
2010	6.580,00	-	2.487,42	-	9.067,42

Fonte: Siafi

A meta física consolidada da Companhia, aprovada na LOA/2010, previa o cadastramento/recadastramento de 4.500 unidades armazenadoras, tendo sido executado 6.115 armazéns, representando 135,89% da meta física. Da meta financeira foram gastos R\$453.058,55 cerca de 90,61% da dotação global de R\$500.000,00.

No âmbito da Sureg-BA a execução física ocorreu devido ao aparecimento de demanda, principalmente na Região Oeste do Estado. A meta física previa o cadastramento de 587 armazéns sendo executado em 135 armazéns, representando 23% da meta física. Foram gastos R\$9.067,42 representando 90,67% da meta financeira.

Embora a execução física tenha tingido somente 23% do total previsto, os trabalhos executados foram considerados importantes, tendo em vista que os dados dos armazéns cadastrados foram atualizados, tendo sido inclusive excluídas algumas unidades que não mais executavam a atividade armazenagem.

A manutenção do Cadastro de Unidades Armazenadoras é fundamental para o conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sobre a qualificação, ou seja, sobre equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos.

Na área sob jurisdição da Sureg-BA, em 2010, estavam cadastrados 632 armazéns com capacidade estática para 4.014 milhões de toneladas, representando cerca de 2,91% da capacidade estática nacional. Desses armazéns, apenas 12 unidades (capacidade de 17.947 toneladas) estavam credenciados para trabalhar com estoques e programas do Governo Federal. Os demais armazéns encontravam-se impedidos, por motivos financeiros e/ou técnicos, ou por não terem assinado/renovado o Contrato de Depósito com a Conab, ou por constarem como inadimplentes no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores-SICAF, conforme a seguir detalhado.

Quadro A.2.22 - Demonstrativo da Capacidade Estática Cadastrada

Sureg	Situação	2009		2010						Variação	
		N.º UA (a)	Capac. (t) (b)	Convencional		Granel		Total		N.º UA. (c/a)	Capac.(t) (d/b)
				N.º UA	Capac. (t)	N.º UA	Capac. (t)	N.º UA (c)	Capac. (t) (d)		
BA/SE	Credenciados	24	54.184	12	17.947	0	0	12	17.947	-50,00	-66,88
	Descredenciados	7	12.677	3	6.682	1	3.140	4	9.822	-42,86	-22,52
	Aptos s/ Contrato	6	16.185	3	9.539	3	12.640	6	22.179	0,00	37,03
	Impedidos	492	1.944.204	273	719.332	238	1.697.188	511	2.416.520	3,86	24,29
	Impedidos no SICAF	95	1.559.599	53	129.079	46	1.418.665	99	1.547.744	4,21	-0,76
	Cadastrados	624	3.586.849	344	882.579	288	3.131.633	632	4.014.212	1,28	11,91
Total Nacional	Credenciados	593	7.816.353	98	439.201	278	5.095.464	376	5.534.665	-36,59	-29,19
	Descredenciados	380	3.251.521	211	917.075	227	3.216.066	438	4.133.141	15,26	27,11
	Aptos s/ Contrato	751	5.732.842	367	1.142.512	478	5.356.347	845	6.498.859	12,52	13,36
	Impedidos	11.607	65.355.182	4.898	16.773.054	6.627	50.822.340	11.525	67.595.394	-0,71	3,43
	Impedidos no SICAF	3.802	48.088.873	1.537	6.570.618	2.768	47.542.928	4.305	54.113.546	13,23	12,53
	Cadastrados	17.133	130.244.771	7.111	25.842.460	10.378	112.033.145	17.489	137.875.605	2,08	5,86
Part. % da Sureg no Total Nacional Armaz. Credenciados		4,05	0,69	12,24	4,09	0,00	0,00	3,19	0,32	-	-
Part. % da Sureg no Total Nacional Armaz. Cadastrados		3,64	2,75	4,84	3,42	2,78	2,80	3,61	2,91	-	-

Fonte: Gecad

2.3.2.6 (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
- **Descrição:** Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Administrativa – DIRAD
- **Coordenador Nacional da Ação:** Maria Isabel Braga Coelho
- **Responsável Regional:** GEFAD/SEREH
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Modernização e Capacitação – SUMOC e Gerência de Capacitação e Desenvolvimento – GECAP

Quadro A.2.23 – Demonstrativo da Execução da Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

Programa de Trabalho = 20.128.0360.4572.0001 - PTRES = 001694

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/BA	
Dotação Orçamentária Inicial	1.700.000,00	35.000,00	2,06
Suplementação/Cancelamento	-	-	
Dotação Final	1.700.000,00	35.000,00	
Execução Orçamentária	1.565.871,48	34.337,35	2,19
Índice	92,11	98,11	
Meta Física	5.917	63	1,06
Execução Física	3.666	32	0,87
Índice	61,96	50,79	

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

A dotação orçamentária global para a Ação 4572 aprovada na LOA/2010 foi de R\$1.700.000,00 e meta física prevista de 5.917 treinamentos. Durante o exercício foram realizados 3.666 treinamentos, 61,96% da meta, ao custo total de R\$1.565.871,48 correspondente a 92,11% da dotação prevista. A Sureg/BA teve execução orçamentária de 2,19% da dotação nacional, com execução física correspondente a 0,87%.

No quadro abaixo segue o demonstrativo dos treinamentos realizados na Sureg-BA/SE no exercício de 2010.

Quadro A.2.24 - Demonstrativo dos Treinamentos Realizados por Área de Conhecimento, Número de Treinandos e Carga Horária na Surge-BA/SE

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	2	489	244,5
Auditoria	-	-	-
Comunicação Social	-	-	-
Educação e Desenvolvimento	2	9	4,5
Financeira	3	32	10,67
Gerencial	-	-	-
Informática	-	-	-
Jurídica	-	-	-
Operacional	8	320	40
Planejamento	17	288	16,94
Qualidade	-	-	-
Total	32	1.138	35,56

Fonte: Gecap

Quadro A.2.25 – Execução Física e Orçamentária da Capacitação de Servidores

Discriminação	Execução Física			Execução Orçamentária (R\$)		
	Exercício		Variação (%)	Exercício		Variação (%)
	2009	2010		2009	2010	
Meta/Dotação Orçamentária	322	63	-80,43	27.000,00	35.000,00	29,63
Execução	136	32	-76,47	25.952,18	34.337,35	32,31
Percentual de Execução	42,24	50,79	-	96,12	98,11	-
Gasto per capita (R\$)				190,82	1.073,04	-

Fonte: Siafi, Supor e Gesas

Comparativamente ao exercício de 2009, quadro acima, o número de treinamentos diminuiu em 76,5%, passando de 136 para 32, porém houve um acréscimo de 32,31% na execução orçamentária, percentual este atribuído aos custos mais elevados com Pós-Graduação e Mestrado.

Quadro A.2.26- Elementos de Despesas da Capacitação de Servidores

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenizações e Restituições	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica			
2007	13.679,02	-	11.312,02	-	7.828,84	-	-	32.819,88
2008	12.120,00	-	12.236,94	-	40.523,30	78,48	212,50	65.171,22
2009	9.562,50	-	5.300,53	-	11.089,15	-	-	25.952,18
2010	14.791,00	-	6.811,92	-	11.723,38	-	1.011,05	34.337,35

Fonte: Siafi

As despesas com diárias e passagens foram destinadas a locomoção de empregados da área operacional e administrativa para treinamentos ocorridos em outros estados. Já as despesas com Indenizações /Restituições referem-se a pagamentos de cursos de língua estrangeira previstos no Acordo Coletivo de Trabalho vigente.

2.3.2.6.1. Indicadores

Quadro A.2.27 Atendimentos da Demanda de Capacitação

Nome: Atendimento da Demanda de Capacitação				
Descrição: Percentual dos empregados treinados previstos na LOA				
Objetivo: Acompanhar a implementação das atividades de treinamento prevista no Plano de Capacitação				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = n.º de empregados treinados e Y = número de treinandos previsto				
Fonte: X= Sureh/Gecap e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				75,00
2008				129,92
2009				42,24
2010	Meta:	100,00	Realizado	50,79
Análise: A Sureg/BA/SE nos dois últimos exercícios não conseguiu cumprir a meta estabelecida na LOA para treinar seus empregados em razão, principalmente, da dificuldade de liberá-los de suas atividades, devido ao grande volume de trabalhos executados pela Regional comparado ao pequeno quadro de pessoal da Sede da Sureg e UAs. A indisponibilidade de instituições para ministrar cursos compatíveis com as atividades dos empregados lotados nas Unidades Armazenadoras também foi um fator preponderante para o não atingimento da meta.				

Quadro A.2.28 Execução Financeira com Capacitação

Nome: Percentual da Execução Financeira com Capacitação				
Descrição: Percentual dos gastos com a ação de capacitação dos empregados				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siaf e Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecap				
Resultados:				
2007				96,53
2008				98,74
2009				96,12
2010	Meta:	100,00	Realizado	98,11
Análise: Os gastos com a ação de capacitação de empregados foram realizados dentro das metas de execução orçamentárias estabelecidas nas LOAs.				

Quadro A.2.29 Custo por Empregado Capacitado

Nome: Custo por Empregado Capacitado			
Descrição: Custo por empregado capacitado			
Objetivo: Apurar o valor investido por empregado capacitado			
Tipo: Eficiência			
Unidade de Medida: R\$ por empregado capacitado			
Meta: Menor que o obtido no exercício anterior			
Fórmula de Cálculo: X/Y			
Variáveis: X = valor executado e Y = quantidade de empregados capacitados			
Fonte: X = Siafi e Y=Sureh/Gecap			
Base geográfica: UF e Brasil			
Periodicidade: Anual			
Responsável: Gerente da Gecap			
Resultados:			
2007			475,65
2008			394,98
2009			190,82
2010	Meta:	190,82	Realizado
			1.073,04
Análise: A meta de 2010 foi ultrapassada, em razão do alto custo dos cursos de Pós-Graduação e Mestrado cuja participação financeira da Companhia é de 70% pago em apenas uma parcela.			

2.3.2.7 (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.
- **Descrição:** Pagamento de passivos judiciais devidos por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista após Sentença judicial Transitada em Julgado.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Procuradoria Geral – PROGE
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Caparelli
- Responsável Regional: PRORE
- **Unidades Executoras:** Subprocuradoria de Matéria Judicial – SUMAJ

Quadro A.2.30 Demonstrativo da Execução da Ação 0022 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

Programa de Trabalho = 28.846.0901.0022.0001 - PTRES = 001687

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/BA	
Dotação Orçamentária Inicial	12.000.000,00	422.000,00	
Suplementação/Cancelamento	19.467.764,00	-	
Dotação Final	31.467.764,00	422.000,00	1,34
Execução Orçamentária	31.412.433,87	421.181,76	1,34
Índice	99,82	99,81	

Fonte: Siafi, Supor e Sumaj

Suplementações/Cancelamentos
Decreto de 07/07/2010 – R\$5195246,00
Decreto de 02/08/2010 – R\$10.438.970,00
Decreto de 12/11/2010 – R\$931.387,00
Decreto de 06/12/2010 – R\$2.372.877,00
Decreto de 16/12/2010 – R\$529.284,00

Na LOA/2010+créditos aprovados foi consignada dotação orçamentária nacional de R\$31.467.764,00 para despesas com pessoal e encargos e demais despesas correntes, visando o cumprimento de sentenças judiciais. A participação da Sureg/BA nesta Ação foi de 1.34% da execução orçamentária da Conab.

Quadro A.2.31 – Elementos de Despesas com Cumprimento de Sentença Judicial

Exercício	Elemento de Despesa (R\$)				Total
	Pessoal e Encargos Sociais		Desp. Correntes		
	Depósitos Compulsórios	Sentenças Judiciais	Pensões	Sentenças Judiciais	
2007	55.469,23	12.864,79	-	-	68.334,02
2008	9.987,56	509.713,24	-	-	519.700,80
2009	95.802,56	2.266.860,44	-	-	2.362.663,00
2010	258.179,91	163.001,85	-	-	421.181,76

2.3.2.7.1 Indicadores

Quadro A.2.32 – Percentual Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais

Nome: Percentual de Execução Financeira no Cumprimento de Sentenças Judiciais				
Descrição: Percentual de gastos com sentenças e débitos judiciais				
Objetivo: Acompanhar a execução da dotação orçamentária estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA)				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y) x100				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Superintendente da Sumaj				
Resultados:				
2007				97,62
2008				94,49
2009				99,94
2010	Meta:	100,00	Realizado	99,81
Análise: A execução desta Ação no âmbito da Sureg/BA foi cumprida e ocorreu dentro da meta estabelecida na LOA.				

2.3.2.8 - (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. E objetiva realizar, também, a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.
- **Descrição:** Realização, *in loco*, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento, para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas,

cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; e também quanto ao cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e ainda sobre a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador nacional da Ação:** Raimundo Francisco Melo
- **Responsável Regional:** GEOPE/SEOPE
- Unidades Executoras: Superintendência de Fiscalização de Estoques – SUFIS e Gerência de Fiscalização dos Estoques Governamentais – GEFIS

Quadro A.2.33- Demonstrativo da Execução da Ação 2137 – Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agroalimentares

Programa de Trabalho = 20.125.0352.2137.0001- PTRES = 01690

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg/BA	
Dotação Orçamentária Inicial	3.100.000,00	70.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	-	-	-
Dotação Final	3.100.000,00	70.000,00	2,26
Execução Orçamentária	2.603.751,25	54.854,00	2,11
Índice	83,99	78,36	
Meta Física (fiscalização realizada)	4.200	221	5,26
Execução Física	8.880	521	5,87
Índice	211,43	235,75	

Fonte: Siafi, Gefis e Gevep

A meta física global aprovada na LOA/2010 previa a realização de 4.200 fiscalizações, sendo consignada dotação orçamentária de R\$3.100.000,00.

Quando da elaboração do PPA 2008/11, a Conab solicitou a manutenção da Ação de Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares, constantes no PPA anterior, e a criação de outra ação com o objetivo de realizar a fiscalização dos instrumentos de comercialização (PEP, PROP, PEPRO, Vendas em Balcão etc). Tal solicitação não foi acatada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em decorrência, foi incluída na ação anterior os objetivos da ação proposta, ficando alterado o produto de estoque fiscalizado(t) para fiscalizações realizadas.

A atividade é coordenada pela Superintendência de Fiscalização de Estoques - SUFIS que, mediante programação anual, coordena e participa da execução de todo o processo de fiscalização, seguindo orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações Conab - MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 020, de 16/08/2004) observando, ainda, orientações específicas estabelecidas pela Companhia.

a) Fiscalização dos Estoques Públicos

Durante o exercício foram realizadas na Sureg-BA 27 etapas, sendo que 3 estavam previstas no programa de fiscalização anual e 24 especiais para fiscalização de sisal antes da formalização das Aquisições do Governo Federal – AGF, tendo sido visitadas 171 unidades. Segundo informações da GEFIS foram realizadas apenas 2 etapas especiais. Nas etapas realizada foram

vistoriados 171 armazéns as demais fiscalizações referem-se aos instrumentos de apoio à comercialização, vendas em balcão etc, conforme detalhado na letra b.

No calendário de fiscalização elaborado pela Superintendência de Fiscalização de Estoques-SUFIS estavam previstas fiscalizações em armazéns localizados no âmbito da Sureg-BA nos meses de maio, agosto/setembro e novembro/dezembro.

Durante o exercício foram fiscalizados produtos dos estoques públicos (AGF e Contrato Público de Opção de Venda, agricultura familiar, Fome Zero) e Terceiros. O custo total foi de R\$54.854,00 (78,36% % da dotação). Comparando-se com o total executado pela Companhia, a participação da Sureg-BA representa 1,77% da meta nacional.

Cumulativamente, foram fiscalizados 147.405 toneladas de produtos depositados nas unidades armazenadoras vistoriadas, conforme detalhado no quadro seguinte.

Quadro A.2.34 - Demonstrativo dos Estoques Fiscalizados

Discriminação	Exercício			
	2009		2010	
	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado	Estoques Contábil	Estoque Fiscalizado
AGF	82.977	82.977	95.561	95.561
Contrato de Opção	10.301	10.301	10.890	10.890
Agricultura Familiar	15.506	15.506	31.837	31.837
Fome Zero	12.439	12.439	9.117	9.117
Estoque Próprio	-	-	-	-
Varreduras	-	-	-	-
Terceiros	314	314	-	-
Total	121.537	121.537	147.405	147.405

Fonte: Gefis

Nos Estados da Bahia e Sergipe não foi detectado ocorrência de desclassificação de produto; desvio e perdas em armazenagem nos armazéns vistoriados.

b) Fiscalização dos Instrumento de Apoio à Comercialização

Com referência aos instrumentos de apoio à comercialização foram realizadas durante o exercício, 348 operações de fiscalização no Estado da Bahia e Sergipe, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro A.2.35 – Fiscalização dos Instrumentos de Comercialização

Discriminação	Exercício			
	2007	2008	2009	2010
Vendas em Balcão	-	-	-	98
AGF	-	-	-	-
PEPRO	3	51	31	52
PEP	1	13	-	152
VEP	-	-	-	1
PROP	-	9	1	-
Propostas de Seguro Rural	5	9	16	45
Subvenção aos Extrativistas	-	-	-	-
Total	9	82	48	348

Fonte: Gevep

Na execução da Ação a Conab gastou R\$54.854,00. Em relação ao valor total gasto na Ação, os pagamentos realizados pela Sureg-BA representaram 2,11%. Nesses custos não foram contabilizadas as despesas com deslocamento de fiscais de outras Suregs e Matriz, por serem contabilizados na origem do empregado.

Quadro A.2.36 - Elementos de Despesas com Fiscalização

Exercício	Elementos de Despesas (Em R\$)								Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serv. de Terceiros		Operações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Indenizações e Restituições	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica				
2007	10.538,54	3.199,75	2.691,10	0,00	6,30	0,00	0,00	0,00	16.435,69
2008	17.475,00	3.237,08	1.896,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.608,48
2009	23.425,00	5.191,00	4.168,40	0,00	16,40	0,00	0,00	0,00	32.800,80
2010	42.127,50	7.330,29	5.381,21	0,00	15,00	0,00	0,00	0,00	54.854,00

Fonte: Siafi

2.3.2.9 (2130) Formação de Estoques Públicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.
- **Descrição:** Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGF e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Eduardo Cruz Tavares
- **Responsável Regional:** GEOPE/SECOM
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Operações Especiais – SUOPE, Superintendência de Contabilidade – SUCON e Superintendência de Gestão da Oferta – SUGOF

Quadro A.2.37 Demonstrativo da Execução da Ação 2130 – Formação dos Estoques Públicos

Programa de Trabalho = 20.605.0352.2130.0001 - PTRES = 01678

Discriminação	Unidade		Participação (%)
	Conab	Sureg-BA/SE	
Dotação Orçamentária Inicial	2.300.000.000,00	20.000.000,00	-
Suplementação/Cancelamento	0,00	0,00	-
Dotação Final	2.300.000.000,00	20.000.000,00	0,87
Execução Orçamentária	1.257.049.773,91	8.099.109,94	0,64
Índice	54,65	40,50	-
Meta Física	3.517.000	10.000	0,28
Execução Física	1.036.732	1.856	0,18
Índice	29,48	18,56	-

Fonte: Siafi, Supor e Gefoc

Para a realização das diversas atividades correlatas a formação dos estoques públicos a LOA/2010 consignou, para a Conab, dotação orçamentária de R\$2.300.000.000,00 e meta física de 3.517.000 toneladas de produtos agrícolas. Foram adquiridas, 1.036.732 toneladas ao custo total de R\$1.257.049.773,91.

Em 2010, foram adquiridas 1.856 toneladas de café e sisal pela Sureg/BA apresentando ao final do exercício uma despesa financeira total para a Ação no montante de R\$8.099.109,94 milhões, o que representou 40,50% da dotação orçamentária prevista de R\$20.000.000,00.

As aquisições realizadas por meio de aquisições diretas (AGF) e pelo exercício da entrega do produto dos Contratos de Opções, tiveram como objetivo regular os preços de mercado, dando apoio aos produtores de sisal do Estado da Bahia e, recompor os níveis de estoque do Governo Federal, visando o abastecimento dos consumidores nos períodos de entressafra.

a) Preços Mínimos

O preço mínimo é o resultado de estudos realizados pela Conab e acordado com o MAPA e Ministério da Fazenda, com vistas à aprovação pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para, finalmente, ser oficializado por portaria ministerial. Geralmente é publicado antes do período do plantio e presta-se a várias finalidades, entre elas servir de parâmetro para as operações de política agrícola e de abastecimento, propiciando aos agricultores alternativas de parâmetros para a decisão de plantio.

Funciona ainda como preço-piso para a comercialização da safra, garantindo renda ao agricultor e sinalizando estímulos à produção.

b) Aquisições de Produtos Agrícolas

A meta física estabelecida para 2010 previa a aquisição consolidada para a Companhia de 3.517.000 toneladas de produtos agrícolas, tendo sido adquiridas durante o exercício 1.036.752 toneladas de diversos produtos, representando cerca de 29,48% da meta. No âmbito da Sureg/BA foram adquiridas 1.856 toneladas de café e sisal, ao custo de aquisição de R\$2.392.512,69. Também houve aquisição de 8.400 unidades de sacarias. O quadro a seguir detalha as aquisições efetivadas durante o exercício.

Quadro A.2.38 - Demonstrativo das Aquisições

Ano	Produto	Quantidade (Em t)		
		AGF	Contrato de Opção	Total
2009	Café	-	152	152
	Milho	15.785	-	15.785
	Sisal	10.764	-	10.764
Total		26.549	152	26.701
2010	Café	-	504	504
	Milho	0	-	0
	Sisal	1.352	-	1.352
Total		1.352	504	1.856

Fonte: Suope/Gefoc

Ano	Produto	Quantidade (Em Unid.)		
		AGF	Contrato de Opção	Total
2009	Sacaria	0	44.300	
2010	Sacaria	0	8.400	8.400

Fonte: Suope/Gefoc

c) Remoções de Produtos dos Estoques Públicos

Atividade fundamental de apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab. A movimentação dos estoques públicos tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, de forma a permitir

o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Em 2010 foi contratada a remoção 1.700 toneladas de milho do Estado do Mato Grosso para o Estado da Bahia, vinculado à PGPM. Deste total, 1.426 toneladas foi removida no exercício de 2010 e o restante reprogramado para 2011. A contratação ocorreu via Leilão Eletrônico, com participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros.

A realização das remoções teve como motivo principal a necessidade de abertura de espaço para o recebimento de produtos da safra 2008/09 e o atendimento do Programa Vendas em Balcão nas Regiões Norte e Nordeste. As quantidades contratadas e removidas estão detalhadas no quadro a seguir.

Quadro A.2.39 - Remoções de Produtos dos Estoques Públicos – PGPM

UF		Produto	Motivo	Valores no Leilão		Quantidades (Em t)				
Origem	Destino			Abertura	Fechamento	Contratadas	Removidas	Canceladas	Aditadas	A Remover
MT	BA	Milho	Vendas em Balcão	290.913,00	224.833,50	700	486	0	0	214
MT	SE	Milho	Vendas em Balcão	446.499,24	349.732,74	1000	940	0	0	60
Total				737.412,24	574.566,24	1.700	1.426	0	0	274

Fonte: Suarm/Gemov

Quadro A.2.40- Demonstrativo da Execução Financeira

Natureza da Despesa Detalhada	Despesa (Em R\$)		
	Conab	Sureg-BA-SE	Participação (%)
Aquisição de mercadorias para revenda	603.782.582,50	2.392.512,69	0,40
Capatazia, estiva, braçagem e pesagem	1.837.887,28	0,00	0,00
Embalagens	4.059.563,13	37.100,37	0,91
COFINS	45.441,35	0,00	0,00
PASEP	9.740,85	0,00	0,00
Armazenagem	485.202.429,50	4.832.632,96	1,00
Seguros em geral	6.456.564,88	0,00	0,00
Comissões e corretagens	2.639.062,11	0,00	0,00
ICMS	19.710.143,75	68.947,95	0,35
ISS	57.965,50	0,00	0,00
Serviços gráficos	650,00	0,00	0,00
INSS-Produtor rural	13.183.781,85	37.744,42	0,29
Encargos financeiros	8.685,68	0,00	0,00
Serviços de terceiros	9.299.643,89	0,00	0,00
Ensaque e reensaque	13.909,09	0,00	0,00
INSS-Armazenagem	1.252.422,61	78.352,07	6,26
Análises laboratoriais	828.520,98	49.661,84	5,99
Taxas e pedágios	50.255,47	0,00	0,00
Transportes, encomendas, carretos e fretes	108.563.968,61	602.157,64	0,55
Editais e publicações	46.554,88	0,00	0,00
Total	1.257.049.773,91	8.099.109,94	0,64

Fonte: Siafi

As despesas da Sureg/BA contabilizadas durante o período, no valor de R\$8.099.109,94 referem-se, principalmente, ao pagamento de aquisições de produtos, armazenagem a terceiros, frete, impostos e encargos, conforme demonstrado no quadro A.2.40.

d) Posição dos Estoques Públicos

No fim do exercício, os estoques públicos vinculados à PGPM, na área sob jurisdição da Sureg/BA, registravam um volume 40.929,1 toneladas de produtos e 52.389 unidades de sacaria, conforme quadro abaixo. As sacarias foram adquiridas para ensaque de milho em grãos do Programa Venda em Balcão.

Os quadros abaixo demonstram os estoques públicos vinculados à PGPM, nos Estados da Bahia e Sergipe.

Quadro A.2.41 – Posição dos Estoques Públicos – Bahia

Produto	Vínculo	Estoque (t)			Variação (%) (b/a)	Variação (%) (c/b)
		2008(a)	2009(b)	2010(c)		
Algodão		0	151,2	0	-	-100
Café	Contrato de Opção	-	-	635,2	-	-
Milho	AGF	153,1	15.785,7	11.795,0	10.210,71	-25,28
	Contrato de Opção	-	3.309,8	2.912,4	-	-12,01
Sisal	AGF	12.391,9	23.149,4	24.490,9	86,81	5,79
Sacaria(1)		45.140,0	29.990,0	42.507,0	-33,56	41,74
Total	Produto	12.545,0	42.396,1	39.833,5	237,95	-6,04
	Sacaria	45.140,0	29.990,0	42.507,0	-33,56	41,74

Fonte: Suope/Matriz e Geope/Secom

Quadro A.2.42– Posição dos Estoques Públicos – Sergipe

Posição do Estoques – 31/12 – Sergipe

Produto	Vínculo	Estoque (t)			Variação (%) (b/a)	Variação (%) (c/b)
		2008(a)	2009(b)	2010(c)		
Milho	AGF	141,2	1.309,9	1.081,5	827,7	-17,4
	Contrato de Opção	-	-	14,1	-	-
Sacaria(1)		38.749,0	5.503,0	9.882,0	-85,8	79,6
Total	Produto	141,2	1.309,9	1.095,6	827,7	-16,4
	Sacaria	38.749,0	5.503,0	9.882,0	-85,8	79,6

Fonte: Suope/Matriz e Geope/Secom

Quadro A.2.43 – Posição dos Estoques Públicos –Bahia e Sergipe

Posição do Estoques – 31/12

Produto	Vínculo	Estoque (t)			Variação (%) (b/a)	Variação (%) (c/b)
		2008(a)	2009(b)	2010(c)		
Algodão		0	151,2	0	-	-100
Café	Contrato de Opção	-	-	635,2	-	-
Milho	AGF	294,3	17.095,6	12.876,5	5.708,90	-24,68
	Contrato de Opção	0,0	3.309,8	2.926,5	-	-11,58
Sisal	AGF	12.391,9	23.149,4	24.490,9	86,81	5,79
Sacaria(1)		83.889,0	35.493,0	52.389,0	-57,69	47,60
Total	Produto	12.686,2	43.554,8	40.929,1	243,32	-6,03
	Sacaria	83.889,0	35.493,0	52.389,0	-57,69	47,60

Fonte: Suope/Matriz e Geope/Secom

2.3.2.10 - (8579) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Subsidiar o setor e auxiliar o Governo na formulação e execução de políticas ligadas à agropecuária e ao abastecimento agroalimentar.
- **Descrição:** A Ação é implementada por meio da elaboração de estudos, análises conjunturais e prospectivas, boletins técnicos, estatísticas, banco de dados e outras informações congêneres, por técnicos da Conab ou pela contratação de especialistas, e ainda mediante a implantação de tecnologias e sistemas aplicativos próprios ou de terceiros, que possibilitam o acesso às informações e aos conhecimentos gerados, como forma de facilitar a tomada de decisão do Governo, dos produtores rurais e consumidores. A atividade é disponibilizada por meio do portal e distribuição aos clientes, de informações e conhecimentos acerca de temas relevantes, como avaliação de safras, conjunturas, custo de produção, armazenagem, valor bruto da produção, corredores de escoamento das safras, posição dos estoques, indicadores agropecuários, legislações, publicações especializadas, comercialização etc.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI
- **Responsável Regional:** GEDES/SEGEIO
- **Coordenador Nacional da Ação:** Airton Camargo Pacheco da Silva
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – SUINF

Quadro A.2.44 Demonstrativo de Execução da Ação 8579 – Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Controle: SIAFI – PTRES 020.873 – Programa de Trabalho 20.605.0352.28579.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-BA	
Dotação Orçamentária	350.000,00	10.000,00	
Execução Orçamentária	67.053,63	5.266,48	2,86
Índice	19,16	52,66	
Meta Física – informação disponibilizada (unid)	9.000	-	
Execução Física	8.908	-	0,00
Índice	98,98	-	

Atividades desenvolvidas: viagens para cadastramento de fontes de informações e levantamento de preços para os novos produtos da PGPAF

Quadro A.245 – Elemento das Despesas com a Ação Geração e Difusão de Informações

Ano	Elemento de Despesa (R\$)					Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Serv Terc – Pessoa Jurídica	Indenizações e Restituições	
2008	3.975,00	1.724,00	1.750,00	-	-	7.449,00
2009	-	-	-	-	-	-
2010	2.538,00	1.263,00	1.464,88	-	-	5.265,88

Fonte: Siafi

Com o objetivo de desenvolver a ação 8579 (Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar), no âmbito da SUREG BA/SE, contou-se com uma dotação orçamentária de R\$ 10.000,00 o equivalente a 2,86% do orçamento previsto para Companhia. Deste valor, foram executados 52,66%, ou seja, R\$ 5.266,48.

2.3.2.11 - (2272) Gestão e Administração do Programa

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- **Descrição:** Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas públicas; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria Financeira – DIFIN
- **Coordenador Nacional da Ação:** Francisco Marcelo Rodrigues Bezerra
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Superintendência de Finanças – SUFIN
- **Responsável Regional:** GEFAD/SETAD/SEREH
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Recursos Humanos – SUREH e Superintendência de Finanças – SUFIN

Quadro A.2.46 – Demonstrativo da Execução da Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-BA-SE	
Dotação Orçamentária Inicial	378.742.641,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	459.342.641,00	5.232.000,00	1,14
Pessoal	359.742.641,00	2.978.500,00	0,83
Custeio	81.077.168,00	2.252.000,00	2,78
Investimentos	18.522.832,00	1.500,00	0,01
Execução Orçamentária	447.856.094,54	5.228.549,97	1,17
Pessoal	356.605.474,56	2.976.990,86	0,83
Custeio	80.499.809,63	2.250.233,69	2,80
Investimentos	10.750.810,35	1.325,42	0,01
Índice	97,50	99,93	-

Fonte: Supor e Siafi

A dotação aprovada para a Conab foi de R\$459.342.641,0 sendo R\$359.742.641,00 para despesas de pessoal e encargos sociais; R\$81.077.168,00 para custeio e R\$18.522.832,00 para investimentos.

A meta para a Sureg/BA foi de R\$5.232.000,00, sendo liquidado no período R\$5.228.549,97, representando 99,93% da dotação prevista, correspondente a 1,17% do gasto total da Companhia. Da dotação destinada para a Sureg/BA, as despesas de pessoal representaram em torno de 56,94% , custeio 43,04% e os investimentos 0,02%.

Quadro A.2.47 - Demonstrativo da Execução de Despesas

Discriminação	BA-SE			
	2007	2008	2009	2010
Pessoal	5.338.044,13	7.015.712,24	7.401.270,91	2.976.990,86
Outros benefícios assistenciais	9.831,10	13.400,00	26.800,00	3.718,00
Vencimentos e Vantagens Fixas	3.854.227,54	5.295.871,11	5.279.503,37	494.597,24
Obrigações patronais	1.376.732,02	1.645.521,84	491.985,40	530.586,87
Outras despesas variáveis	89.713,70	60.919,29	97.705,58	0,00
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	32.346,14
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições trabalhistas	7.539,77	0,00	12.799,25	17.341,28
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações patronais – Oper. intra-orçamentárias	0,00	0,00	1.492.477,31	1.884.821,06
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	7.135,18
Indenizações trabalhistas	0,00	0,00	0,00	6.445,09
Custeio	1.835.100,89	1.871.152,78	1.886.180,54	2.250.233,69
Outros benefícios assistenciais	0,00	4.165,00	0,00	0,00
Diárias	61.775,74	111.210,00	118.123,25	100.793,31
Material de consumo	214.518,36	208.009,44	177.249,78	217.530,42
Passagens e Despesas com locomoção	40.675,08	67.782,89	53.176,70	31.695,50
Serviços de Consultoria	0,00	0,00	0,00	4.433,00
Outros serviços de terceiros – pessoa física	12.407,25	10.517,86	6.905,03	2.600,00
Locação de mão-de-obra	529.785,04	567.068,70	611.942,69	839.008,18
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	739.896,63	789.519,99	824.258,71	923.779,45
Obrigações tributárias e contributivas	232.468,65	104.537,49	92.145,23	126.895,52
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e restituições	3.574,14	8.341,41	2.379,15	1.705,13
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serv. de terceiros-Oper. intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrig. tribut. e contribu.-Oper. intra-orçamentárias	0,00	0,00	0,00	1.793,18
Investimentos	147.145,28	192.942,77	18.476,25	1.325,42
Obras e instalações	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi

Quadro A.2.48 - Variação da Execução das Despesas

Discriminação	BA-SE		Variação %
	2009	2010	
Pessoal	7.401.270,91	2.976.990,86	-59,78
Outros benefícios assistenciais	26.800,00	3.718,00	-86,13
Vencimentos e Vantagens Fixas	5.279.503,37	494.597,24	-90,63
Obrigações patronais	491.985,40	530.586,87	7,85
Outras despesas variáveis	97.705,58	0,00	100
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	-
Sentenças judiciais	0,00	32.346,14	100
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	-
Indenizações e restituições trabalhistas	12.799,25	17.341,28	35,49
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	0,00	0,00	-
Obrigações patronais – Oper. intra-orçamentárias	1.492.477,31	1.884.821,06	26,29
Sentenças judiciais	0,00	7.135,18	100
Indenizações trabalhistas	0,00	6.445,09	100
Custeio	1.886.180,54	2.250.233,69	19,30
Outros benefícios assistenciais	0,00	0,00	-
Diárias	118.123,25	100.793,31	-14,67
Material de consumo	177.249,78	217.530,42	22,73
Passagens e Despesas com locomoção	53.176,70	31.695,50	-40,40
Serviços de Consultoria	0,00	4.433,00	100
Outros serviços de terceiros – pessoa física	6.905,03	2.600,00	-62,35
Locação de mão-de-obra	611.942,69	839.008,18	37,11
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	824.258,71	923.779,45	12,07
Obrigações tributárias e contributivas	92.145,23	126.895,52	37,71
Depósitos compulsórios	0,00	0,00	-
Sentenças judiciais	0,00	0,00	-
Indenizações e restituições	2.379,15	1.705,13	-28,33
Material de consumo-Operações intra-orçamentárias	0,00	0,00	-
Outros serv. de terceiros-Oper. intra-orçamentárias	0,00	0,00	-
Obrig. tribut. e contribu.-Oper. intra-orçamentárias	0,00	1.793,18	-
Investimentos	18.476,25	1.325,42	-92,83
Obras e instalações	0,00	0,00	-
Equipamento e material permanente	18.476,25	1.325,42	-92,83
Total	9.305.927,70	5.228.549,97	-43,81

Fonte: Siafi

A variação, a menor, no Grupo de Despesas de Pessoal, não decorre de redução nas despesas deste Grupo e sim de mudança metodológica. Os valores divulgados até 2009 referiam-se à execução global da despesa, ou seja, além da execução orçamentária

processada nas Regionais da Conab eram agregados, também, os custos da folha de pagamento de pessoal de toda a Companhia, cuja execução orçamentária é processada pela Matriz, em Brasília. Objetivando a aderência às normas vigentes, a Conab alterou a metodologia, passando a divulgar, a partir do exercício de 2010, apenas os valores referentes à execução orçamentária realizada em cada Regional.

Com relação aos custeio da Sureg, houve variações tanto reduzindo como aumentando gastos. Os aumentos mais expressivos foram encontrados nos seguintes itens:

a) material de consumo 22,73 %: nesta demanda, ocorreram diversas reduções de gastos, porém houve um aumento significativo nas aquisições; material químico (270,48%), material de copa e cozinha (225,79%), que contribuíram significativamente para o resultado de aumento da rubrica.

b) serviço de consultoria 100%: referente de contratação de empresa especializada em perícias contábeis e cálculos trabalhistas, para atender as inúmeras demandas de reclamações trabalhistas da Companhia;

c) locação de mão-de-obra 37,11%: aumentos advindos de repactuações dos contratos de vigilância (Bahia e Sergipe);

d) outros serviços de terceiros pessoa jurídica 12,07%: aumento advindo da contratação de serviço de avaliação do imóvel localizado em Sete Portas, para realização de alienação, bem como aumento do contrato de vigilância em decorrência da inclusão de mais um prestador de serviço, em razão do aumento da área da Sureg;

e) obrigações tributárias e contributivas: 37,71%: aumento em razão do pagamento de débito fiscal (FNDE)

Observa-se que houve uma redução drástica nos investimentos da UG.

As principais despesas correntes e de investimentos, relativas a esta Ação foram realizadas por meio de licitações dando maior transparência às operações. As despesas com pessoal serão tratadas no item 5, relativo a Composição dos Recursos Humanos.

Durante o exercício de 2010 ocorreram 18 procedimentos licitatórios, todos na modalidade de pregão eletrônico, cujos resultados exitosos se encontram no quadro A.2.49 abaixo:

Quadro A.2.49 – Pregões Eletrônicos

OBJETO	Vlr de Referência (R\$)	Valor Contratado (R\$)	Economia (%)	Nº Processo
A aquisição de materiais de informática	4.252,00	3.596,00	15,43%	21205.000631/2009-49
Contratação de pessoa jurídica para prestar, por meio de taxi, serviços de transporte de passageiros e/ou bens para a CONAB, no âmbito de Salvador-BA.	9.448,00	9.445,16	0,03%	21205.000478/2009-50
Contratação de empresa especializada em segurança e medicina do trabalho.	71.652,80	Cancelado	100,00%	21205.000329/2009-18
Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas.	26.284,00	22.414,99	14,72%	21205.000582/2009-44
A contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis do tipo óleo diesel, gasolina comum e álcool comum, para o(s) veículo(s) próprio(s) da CONAB/SUREG/BA/SE.	63.059,80	62.996,74	0,10%	21205.000568/2009-41
Aquisição de Material de Informática para uso no âmbito da SUREG/BA/SE, no exercício de 2010.	41.617,68	19.252,35	53,74%	21205.000077/2010-33
Contratação de empresa especializada em segurança e medicina do trabalho.	71.652,80	70.000,00	2,31%	21205000329/2009-18
Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de perícias contábeis, com atuação na esfera trabalhista.	76.467,00	36.926,00	51,71%	21205.000359/2010-31
Aquisição de material de expediente para uso no âmbito da SUREG/BA/SE, no exercício/2010, pelo período de seis meses SUREG/BA/SE.	20.909,51	18.694,82	10,59%	21205.000078/2010-88
Contratação de empresa especializada na aplicação de identificação visual na nova carroceria da carreta/veículo cavalo mecânico VW 18.310. Placa 5185 e semi-reboque randon, placa 5135.	8.968,25	8.710,00	2,88%	21205.000577/2009-31
Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos.	121.688,45	113.633,00	6,62%	21205.000476/2010-02
Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de telefonia móvel local.	9.100,00	deserto	100,00%	21205.000215/2010-84
Fornecimento de 26.900 litros de óleo diesel para abastecimento dos veículos indicados pelo INCRA para distribuição de cestas de alimentos.	58.911,00	58.911,00	0,00%	21205.000468/2010-58
Contratação de Empresa especializada em serviços de telefonia móvel local.	9.100,00	4.882,20	46,35%	21205.000215/2010-84
Contratação de Empresa especializada em serviços de telefonia fixa para atendimento a Sede da Superintendência Regional da Bahia e Sergipe e unidades jurisdicionadas.	111.212,42	deserto	100,00%	21205000039/2010-81
Aquisição de pneus para os veículos da SUREG/BA/SE da Sede e Unidades Armazenadoras	13.753,00	13.517,00	1,72%	21205.000953/2010-21
Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas.	62.500,00	56.993,74	8,81%	21205.000993/2010-73
Serviço telefônico fixo comutado, na modalidade local para ligações originadas em 13 (treze) linhas diretas a serem instaladas nas Unidades Armazenadoras da CONAB/SUREG/BA/SE	79.365,24	57.669,96	27,34%	21205.00039/2010-81
SUBTOTAL	859.941,95	557.642,96	35,15%	

Fonte Pregoeiro

No quadro abaixo estão relacionados os contratos administrativos vigentes durante o exercício de 2010.

Quadro A.2.50 - Demonstrativo dos Contratos Vigentes em 2010

Razão Social	Processo Administrativo	Nº do Contrato/Ano	Nº da Licitação/Ano	Modalidade da Licitação	Objeto do Contrato	Vigência do Contrato (início e término)	Valor Mensal
Mundo Livre Turismo Ltda	21205.00476/10-02	015/10	011/10	Pregão Eletrônico	Locação de Veículos	15/10/2010 a 14/10/2011	De acordo com demanda
Summer Turismo e Viagens Ltda.	21205.00582/09-44	005/10	004/10	Pregão Eletrônico	Passagem Aérea	20/04/2010 a 19/04/2011	De acordo com demanda
Auto Posto Budião	21205.00568/09-41	007/10	005/10	Pregão Eletrônico	Fornecimento de combustível	11/06/2010 a 10/06/2011	De acordo com o consumo
Ag – Consultoria e Projetos Ltda	21205.00329/09-18	008/10	007/10	Pregão Eletrônico	Segurança do trabalho	24/08/2010 a 23/08/2011	R\$ 4.166,67
Batur – Bahia Transportes e Turismo Ltda	21205.00478/09-50	006/10	002/10	Pregão Eletrônico	Serviço de transporte via taxi	26/04/2010 a 25/04/2011	De acordo com a demanda
Bernhoeft Perícia Contábil Ltda	21205.00359/10-31	010/10	008/10	Pregão Eletrônico	Perícias e cálculos trabalhistas	14/10/2010 a 13/10/2011	De acordo com a demanda
Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.	21205.00006/08-16	018/08	015/08	Pregão Eletrônico	Telefonia	02/03/2010 a 01/03/2011	De acordo com o consumo
Guardsecure Segurança	05.028/2005	001/06	001/06	Pregão Eletrônico	Vigilância armada e desarmada	18/04/2010 a 17/04/2011	R\$ 56.917,54
J. Alves e Cia Ltda	21205.00379/09-78	OC 006/10	n/a	Dispensa de Licitação	Fornecimento de combustível	25/01/2010 a 31/12/2010	De acordo com o consumo
Millenium Serviços Ltda	21205.00098/09-15	012/09	009/09	Pregão Eletrônico	Limpeza e conservação	18/11/2009 a 17/11/2010	R\$ 1.291,00
Sacel Serv. Vigilância	21205.520/2007-71	001/08	012/07	Pregão Eletrônico	Vigilância armada – Itabaina/SE	11/08/2010 a 10/02/2011	R\$ 5.244,69
CSM Transpotes Ltda	21205.00200/09-00	011/09	011/09	Pregão Eletrônico	Locação de Veículos	15/10/2009 a 14/10/2010	De acordo com demanda
Escritório de Advocacia Barachisio Lisboa	21205.00084/07-30	006/07	004/07	pregão eletrônico	Serviços advocatícios	10/09/2010 a 09/09/2011	R\$ 7.451,14
Gesteira Ferreira Cia Ltda	21205.096/2008-45	002/09	019/08	Pregão Eletrônico	Manutenção de veículos	21/01/2010 a 20/01/2011	De acordo com a demanda
Construtora Carmo Couri Ltda e Carmo Couri Engenharia e Construções Ltda	21205.00471/10-71	009/10	n/a	Dispensa de Licitação	Locação de imóvel	01/11/2010 a 31/10/2011	R\$ 26.589,12
Francisco Nunes de Jesus- NO	21205.00076/10-99	OC 019/10	n/a	Dispensa de Licitação	Fornecimento de combustível	Até 31/12/2010	De acordo com o consumo
Francisco Nunes de Jesus- NO	21205.00199/09-13	002/10	013/2009	Pregão Eletrônico	Fornecimento de combustível	05/02/2010 a 04/02/2011	De acordo com o consumo
Auto Posto Flor da Chapada Ltda	21205.00199/09-13	003/10	013/2009	Pregão Eletrônico	Fornecimento de combustível	05/02/2010 a 04/02/2011	De acordo com o consumo
Maapeças Comércio e Serviços Ltda	21205.00651/08-39	004/10	012/2009	Pregão Eletrônico	Serviço de manutenção das empilhadeiras	02/03/2010 a 01/05/2010	R\$ 6.111,50
IBEJA – Conservação de Imóveis LTDA	21205.01039/10-06	016/10	n/a	Dispensa de Licitação	Limpeza e conservação	16/12/2010 a 15/04/2011	R\$ 3.602,71

Fonte: Sureg/Ba-Setad

2.3.2.12 (8566) Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Fomentar o desenvolvimento do setor hortigranjeiro, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição.
- **Descrição:** Modernização do setor hortigranjeiro a partir de iniciativas como: desenvolvimento e integração do banco de dados estatísticos dos mercados atacadistas; universalização das informações geradas; modernização dos processos de gestão técnico operacional e administrativo dos mercados e estímulo à agregação de tecnologia.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Superintendência de Abastecimento Social – SUPAB

- **Coordenador Nacional da Ação:** Newton Araújo Silva Júnior
- **Responsável Regional:** GEOPE
- **Unidades Executoras:** Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – GEHOR.

Quadro A.2.51 – Demonstrativo da Execução da Ação 8566 – Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro

(8566) Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro			
Controle: SIAFI – PTRES 020.872 – Programa de Trabalho 20.605.0352.8566.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-BA	
Dotação Orçamentária	400.000,00	-	0,00
Execução Orçamentária	33.217,94	-	
Índice	8,30	-	
Meta Física – unidade organizada	16	2	12,50
Execução Física	12	1	
Índice	75,00	50,00	

Fonte: Diafi/Supor/Gepor, Dirab/Supab/Gehor e Siafi

No exercício de 2010 não houve maiores desdobramentos das tratativas ocorridas entre a Sureg/BA e a Secretaria de Agricultura de Sergipe.

Após a sondagem inicial para implantação de mercado atacadista em Sergipe discutida no exercício de 2009 – Consensualizada para o município de Itabaiana/SE, a SEAGRI/SE não demandou da SUREG/BA a assessoria que estava prevista, visando a elaboração do estudo de viabilidade econômica para implantação do referido mercado atacadista.

Em 2010, houve a inclusão do mercado de Paulo Afonso no banco de dados integrado, com a implementação do Sistema de Informações de Mercados de Abastecimento do Brasil-Simab, onde é realizada a diária de preços de 48 produtos comercializados pelos Ceasas e mercados. O desenvolvimento desta Ação se dá por meio de atividades coordenadas pela Gerência de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Gehor, na Matriz.

2.3.2.13 - (4710) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Fortalecer o comércio varejista de pequeno porte, que opera com a linha básica de consumo em áreas carentes, visando sua qualificação e sustentabilidade, com a perspectiva de favorecer às comunidades circunvizinhas produtos de qualidade e a preços compatíveis.
- **Descrição:** Indução de processos que inibam a concentração de mercado do segmento varejista de produtos básicos de consumo, situação bastante visível em vista das sucessivas incorporações de empresas realizadas pelas grandes redes supermercadistas, assegurando às comunidades carentes acesso a canais regulares e eficientes de suprimento de produtos básicos, garantindo produtos de qualidade e a preços compatíveis. Fortalecimento do pequeno comércio de bairro de qualificação comercial e sustentabilidade econômica com uma ação prática e eficiente para contrapor às iniciativas de monopolização do mercado. Repasse das orientações necessárias à adequação e melhoria dos estabelecimentos comerciais, por meio de sistemático apoio técnico-operacional, e difusão da ideia do associativismo, culminando com a união de grupos de unidades varejistas em Centrais de Negócios. A promoção de melhorias nas

unidades varejistas assegura vantagens competitivas para seus clientes e fortalece as economias locais.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento – DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** José Antônio da Costa
- **Responsável Regional:** GEOPE
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Abastecimento Social – SUPAB e Gerência de Parcerias Institucionais – GEPRI

Quadro A.2.52 -Demonstrativo da Execução da Ação 4710 – Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

Controle: SIAFI – PTRES 001.700 – Programa de Trabalho 20.692.0352.4710.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-BA	
Dotação Orçamentária	300.000,00	20.000,00	6,67
Execução Orçamentária	120.061,27	11.353,98	9,46
Índice	40,02	56,77	-
Meta Física – unidade organizada	1.400	200	14,29
Execução Física	185	8	4,32
Índice	13,21	4,00	-

Fonte: Supor e Siafi

Dando prosseguimento a implantação da Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos - REFAP no Estado da Bahia, no exercício de 2010, foi consolidado a primeira central no bairro de Cajazeiras mediante a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas no mês de novembro, composta de 20 associados.

O calendário de reuniões semanais das terças-feira está mantido em dois turnos. Pela manhã, na sede da Central são realizadas as negociação com os fornecedores e na reunião da tarde, são apresentados os resultados das negociações e definidos os quantitativos das aquisições de produtos de forma conjunta, à tarde também são discutidas às ações futuras a serem implementadas pela Central.

Visando a implantação de nova Central, a SUREG BA iniciou o processo de sensibilização junto aos varejistas com o perfil do Programa nos bairros que compõem a região da suburbana. Na visitas, observou-se boa receptividade à implantação da Central naquela Região, uma vez que a grande maioria dos varejistas têm conhecimentos da Central criada no bairro de Cajazeiras e seus benefícios.

Também foi ampliada a comercialização dos produtos da Agricultura Familiar disponibilizando para os varejistas cadastrados açúcar, arroz beneficiado e leite em pó, conforme demonstra o quadro abaixo:

Quadro A.2.53 - Produtos Comercializados na REFAP

Produto	Ano					
	2009		2010			
	Quantidade (t)	Valor (R\$)	Quantidade (t)	Valor (R\$)	N.º Varejistas Atendidos	N.º Famílias Beneficiadas
Açúcar	92.010	93.876,80	53.810	67.350,80	169	40.784
Arroz beneficiado	-	-	11.070	11.911,50		
Leite em pó	-	-	15.000	82.500,00		
Total	92.010	93.876,80	79.880	161.762,30	169	40.784

Fonte: Supab/Gevap

Quadro A.2.54 – Elementos de Despesas com a REFAP

Ano	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Indenizações e Restituições	
				P. Física	P. Jurídica			
2007	-	-	-	0,00	-	-	-	0,00
2008	225,00	257,09	-	0,00	-	-	-	482,09
2009	1.012,50	-	1.194,84	-	-	-	-	2.207,34
2010	4.763,50	777,33	5.813,15	-	-	-	-	11.353,98

Fonte: Siafi

2.3.2.14 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas do plantio até a colheita e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões pelo setor público e privado, de forma ágil, transparente, imparcial e segura.
- **Descrição:** Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Política Agrícola e Informações – DIPAI
- **Coordenador Nacional da Ação:** Carlos Roberto Bestetti
- **Responsável Regional:** GEDES/SEGEO
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Informações do Agronegócio – SUINF e Gerência de Levantamento e Avaliação de Safras – GEASA

Quadro A.2.55 Demonstrativo da Execução da Ação 4711 – Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-BA	
Dotação Orçamentária	1.000.000,00	60.000,00	6,00
Execução Orçamentária	878.237,66	53.785,60	6,12
Índice	87,82	89,64	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	12	100,00
Execução Física	12	12	100,00
Índice	100,00	100,00	-

Fonte: Supor, Geasa e Siafi

No último trimestre de 2007 a Conab e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE firmaram acordo para a realização conjunta das pesquisas de plantio, produção e produtividade de grãos, café e cana de açúcar. A unificação das estimativas de produção era uma reivindicação antiga dos agentes atuantes no agronegócio. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva, e os dados do IBGE atendiam a fins estatísticos. Enquanto a primeira tomava como base o ano-safra, a segunda, o ano civil, o que causava pequenas diferenças entre os resultados. Com a unificação dos trabalhos, o calendário dos levantamentos e da divulgação das pesquisas não mudou, ou seja, as culturas de grãos continuaram com a periodicidade mensal e o café e a cana-de-açúcar, de quatro em quatro meses. O primeiro trabalho conjunto de campo começou no mês de novembro, com a terceira estimativa de grãos da safra 2007/08.

O modelo de coleta vem se utilizando de dados adicionais disponibilizados pela área de Geotecnologia (mapeamento de áreas cultivadas, obtido por meio de imagens de satélite, e estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos). Após a coleta e consolidação dos dados, o resultado é divulgado pelo MAPA e disponibilizado em meio eletrônico (Internet – com versões em português, inglês e espanhol) e publicações técnicas.

A meta física global aprovada na LOA/2010 previu a realização de doze pesquisas de campo, realizadas de acordo com o período de safra nas diversas regiões produtoras. Além das viagens programadas e por determinação da Diretoria da Companhia, nos meses em que não fossem realizadas as pesquisas deveriam ser procedidos levantamentos complementares para a atualização dos dados, utilizando-se de outros meios de busca de informações, como telefone, e-mail etc. Especificamente no Estado da Bahia foram realizados 12 levantamentos de safra

Em 2010, a dotação orçamentária global aprovada na LOA para a Ação foi de R\$1 milhão, com execução de R\$878.237,66. Na Sureg-BA, foram liquidados R\$53.785,6 correspondente a 89,64% da dotação orçamentária prevista, contudo, com execução de 100% da meta física estabelecida.

No comparativo entre as safras 2008/09 e 2009/2010, referente ao estado da Bahia, observou-se um aumento de 1,7% na área cultivada e de 17,4% na produção. Já no estado de Sergipe, o aumento da área plantada foi de 6,7% e o da produção de 20,2%.

As perspectivas para a safra 2010/2011, indicam um aumento 10,4% na área plantada, e de 2,4% na produção, para estado da Bahia.

Para o estado de Sergipe, estima-se que não haverá alteração de área cultivada, para a safra 2010/2011, no entanto as estimativas apontam para uma redução de 6,4 da produção de grãos.

Nos quadros abaixo, encontram-se os demonstrativos das áreas plantadas e das produções agrícolas dos estados da Bahia e Sergipe, referentes às safras 2009/2010 e 2010/2011.

**Quadro A.2.56 - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola –
Safr 2008/09 e 2009/10 - Bahia**

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	283,2	260,8	-7,91	-22	570,6	610,3	6,96	40
Amendoim total	6,7	7,8	16,42	1	6,8	8,1	19,12	1
Amendoim 1ª safr	-	-	-	-	-	-	-	-
Amendoim 2ª safr	6,7	7,8	16,42	1	6,8	8,1	19,12	1
Arroz	33,7	13,1	-61,13	-21	56,5	23,9	-57,70	-33
Feijão total	550,8	612,0	11,11	61	336,4	390,4	16,05	54
Feijão 1ª safr	216,5	284,4	31,36	68	101,4	140,8	38,86	39
Feijão 2ª safr	-	-	-	-	-	-	-	-
Feijão 3ª safr	334,3	327,6	-2,00	-7	235,0	249,6	6,21	15
Girassol	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	-	-
Mamona	105,8	105,1	-0,66	-1	62,2	76,8	23,47	15
Milho total	818,8	779,9	-4,75	-39	2.005,2	2.227,1	11,07	222
Milho 1ª safr	512,9	451,9	-11,89	-61	1.543,3	1.619,6	4,94	76
Milho 2ª safr	305,9	328,0	7,22	22	461,9	607,5	31,52	146
Soja	947,5	1.016,5	7,28	69	2.418,0	3.110,5	28,64	693
Sorgo	96,5	95,0	-1,55	-2	128,8	106,6	-17,24	-22
Total BA	2.843,0	2.890,2	101,7	47,2	5.584,5	6.553,7	117,4	969,2

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

**Quadro A.2.57 - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola –
Safr 2008/09 e 2009/10 - Sergipe**

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2008/09 (a)	2009/10 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Amendoim total	1,7	1,6	-5,9	-0,1	2,1	1,9	-9,5	-0,2
Amendoim 1ª safr	-	-	-	-	-	-	-	-
Amendoim 2ª safr	1,7	1,6	-5,9	-0,1	2,1	1,9	-9,5	-0,2
Arroz	7,7	11,6	50,6	3,9	37,3	58,6	57,1	21,3
Feijão total	35,8	42,6	19,0	6,8	20,0	27,1	35,5	7,1
Feijão 1ª safr	-	-	-	-	-	-	-	-
Feijão 2ª safr	-	-	-	-	-	-	-	-
Feijão 3ª safr	35,8	42,6	19,0	6,8	20,0	27,1	35,5	7,1
Milho total	172,7	176,8	2,4	4,1	614,8	722,8	17,6	108,0
Milho 1ª safr	172,7	176,8	2,4	4,1	614,8	722,8	17,6	108,0
Milho 2ª safr	-	-	-	-	-	-	-	-
Total SE	217,9	232,6	106,7	14,7	674,2	810,4	120,2	136,2

Fonte: Conab/Digem/Suinf/Geasa

**Quadro A2.58 - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola –
Safr 2009/10 e 2010/11 - Bahia**

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Algodão	260,8	378,2	45,02	117	610,3	883,9	44,83	274
Amendoim total	7,8	7,9	1,28	0	8,1	8,4	3,70	0
Amendoim 1ª safr	-	-	-	-	-	-	-	-
Amendoim 2ª safr	7,8	7,9	1,28	0	8,1	8,4	3,70	0
Arroz	13,1	15,8	20,61	3	23,9	28,4	18,83	5
Feijão total	612,0	601,8	-1,67	-10	390,4	327,0	-16,24	-63
Feijão 1ª safr	284,4	274,2	-3,59	-10	140,8	120,6	-14,35	-20
Feijão 2ª safr	-	-	-	-	-	-	-	-
Feijão 3ª safr	327,6	327,6	0,00	0	249,6	206,4	-17,31	-43
Girassol	0,0	0,6			0,0	0,4		
Mamona	105,1	143,0	36,06	38	76,8	115,8	50,78	39
Milho total	779,9	780,4	0,06	1	2.227,1	1.871,4	-15,97	-356
Milho 1ª safr	451,9	452,4	0,11	1	1.619,6	1.348,2	-16,76	-271
Milho 2ª safr	328,0	328,0	0,00	0	607,5	523,2	-13,88	-84
Soja	1.016,5	1.023,6	0,70	7	3.110,5	3.070,8	-1,28	-40
Sorgo	95,0	240,8	153,47	146	106,6	407,2	281,99	301
Total BA	2.890,2	3.192,1	90,5	301,9	6.553,7	6.713,3	97,6	159,6

Fonte: Conab/Digem/Suin/Geasa

**Quadro A.2.59 - Demonstrativo da Área Plantada e da Produção Agrícola –
Safr 2009/10 e 2010/11 - Sergipe**

Produto	Área (Em mil ha)				Produção (Em mil t)			
	Safr		Variação		Safr		Variação	
	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)	2009/10 (a)	2010/11 (b)	% (b/a)	Absoluta (b-a)
Amendoim total	1,6	1,6	0,0	0,0	1,9	1,9	0,0	0,0
Amendoim 1ª safr	-	-	-	-	-	-	-	-
Amendoim 2ª safr	1,6	1,6	0,0	0,0	1,9	1,9	0,0	0,0
Arroz	11,6	11,6	0,0	0,0	58,6	55,7	-4,9	-2,9
Feijão total	42,6	42,6	0,0	0,0	27,1	25,3	-6,6	-1,8
Feijão 1ª safr	-	-	-	-	-	-	-	-
Feijão 2ª safr	-	-	-	-	-	-	-	-
Feijão 3ª safr	42,6	42,6	0,0	0,0	27,1	25,3	-6,6	-1,8
Milho total	176,8	176,8	0,0	0,0	722,8	675,4	-6,6	-47,4
Milho 1ª safr	176,8	176,8	0,0	0,0	722,8	675,4	-6,6	-47,4
Milho 2ª safr	-	-	-	-	-	-	-	-
Total SE	232,6	232,6	100,0	0,0	810,4	758,3	93,6	-52,1

Fonte: Conab/Digem/Suin/Geasa

As avaliações de safras em campo são realizadas em veículos locados, tendo como despesas nesta Ação: diárias, combustível e serviços de terceiros com pessoa jurídica, conforme quadro abaixo:

Quadro A.2.60 - Elementos de Despesas com Avaliações de Safras

ANO	Elemento de Despesa (R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Desp c/ Locomoção	Outro Servs Terceiros – Pes Jurídica	
2008	16.275,00	8.486,78	5.228,34	25,80	30.015,92
2009	16.527,01	7.499,40	5.203,28	7,70	29.237,39
2010	29.721,00	11.913,94	12.146,46	4,20	53.785,60
Total	62.523,01	27.900,12	22.578,08	37,70	113.038,91

Fonte: Supor/Suin/Siafi

2.3.2.15 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.
- **Descrição:** Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diretoria de Operações e Abastecimento - DIRAB
- **Coordenador Nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Responsável Regional:** GEOPE/SEOPE
- **Unidades Executoras:** Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques – SUARM e Gerência de Cadastro e Credenciamento de Armazéns – GECAD

Quadro A.2.61 Demonstrativo da Execução da Ação 2829 – Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 28.846.0901.0022.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-BA-SE	
Dotação Orçamentária Inicial	27.050.000,00	-	-
Dotação Orçamentária Final	21.050.000,00	78.000,00	0,37
Despesas Correntes	5.850.000,00	3.000,00	0,05
Despesas de Capital	15.200.000,00	75.000,00	0,49
Execução Orçamentária (valor liquidado)	1.400.489,93	11.884,23	0,85
Despesas Correntes	1.053.606,66	1.541,28	0,15
Despesas de Capital	346.883,27	10.342,95	2,98
Restos a Pagar	5.763.613,03	63.858,62	1,11
Despesas Correntes	409.482,03	780,00	0,19
Despesas de Capital	5.354.131,00	63.078,62	1,18
Execução Total	7.164.102,96	75.742,85	1,06
Índice	34,03	97,11	-
Meta Física – unidade modernizada	70	5	-
Execução Física	88	6	6,82
Índice	125,71	120,00	-

Fonte: Supor e Siafi

Cancelamento de dotação orçamentária no valor de R\$6.000.000,00 no grupo despesas de capital, conforme Decreto de 13/10/2010

A meta global aprovada na LOA/2010 previa a execução de serviços de manutenção/recuperação/modernização em 70 unidades armazenadoras, ao custo total de R\$21.050 milhões. Durante o exercício foram atendidas 88 unidades (125,71% da meta) com a realização de pequenas obras/aquisições, ao custo total de R\$7.164.102,96.

Na Rede Armazenadora Própria sob a jurisdição da Sureg-BA estão em operação seis unidades armazenadoras, compostas por 11 armazéns, com capacidade estática total 36.557 toneladas, em ambientes natural, destinadas a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas sociais de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa.

Nas Unidades Armazenadoras da Sureg-BA, foram atendidas com a aquisição de equipamentos para melhoria das condições de trabalho, bem como para atender às exigências da certificação.

Quadro A.2.62 - Demonstrativo de Aquisições, Manutenção, Modernização e Adequação das Unidades Armazenadoras

SERVIÇO/OBRA/EQUIPAMENTO	Valor Liquidado (R\$)			Restos a Pagar (R\$)			Total Geral (R\$)		Total Geral
	Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital	R\$
Sede da Sureg/BA									
Aquis. de 4 ap. de ar condicionado	-	7.344,95	7.344,95	-	-	-	-	7.344,95	7.344,95
Aquis. de 1 bebedouro (Sta Ma. da Vitória)	-	587,00	587,00	-	-	-	-	587,00	587,00
Aquis. de 1 ext. de incêndio (Sta Ma. da Vitória)	-	396,00	396,00	-	-	-	-	396,00	396,00
Manut. prev. e corretiva dos determ. de umidade	1.170,00	-	1.170,00	780,00	-	780,00	1.950,00	0,00	1.950,00
Aquis. de sist. de eletrobomba submersa (Irecê)	-	-	-	-	3.306,70	3.306,70	-	3.306,70	3.306,70
Total	1.170,00	8.327,95	9.497,95	780,00	3.306,70	4.086,70	1.950,00	11.634,65	13.584,65
UA/Itheraba									
Aquisição de calador de sacaria	-	-	-	-	99,64	99,64	-	99,64	99,64
Aquisição de determinado de umidade	-	-	-	-	2.750,00	2.750,00	-	2.750,00	2.750,00
Aquis. de jogos de peneiras p/ classif. de prods. Vegetais	-	-	-	-	175,00	175,00	-	175,00	175,00
Aquisição de homogeneizador	-	-	-	-	677,90	677,90	-	677,90	677,90
Total			0,00	0,00	3.702,54	3.702,54	0,00	3.702,54	3.702,54
UA/Iecê									
Aquisição de caladores de sacaria	-	-	-	-	99,64	99,64	-	99,64	99,64
Aquisição de calador graneleiro de 3 estágios	-	-	-	-	312,04	312,04	-	312,04	312,04
Aquis. de jogo de peneiras p/ classif. de prods. vegetais	-	-	-	-	175,00	175,00	-	175,00	175,00
Aquisição de engenho de prova de arroz	-	-	-	-	11.785,71	11.785,71	-	11.785,71	11.785,71
Aquisição de 1 pulverizador de carrinho	-	-	-	-	4.285,00	4.285,00	-	4.285,00	4.285,00
Aquisição de 1 termonebulizador portátil	-	-	-	-	4.845,00	4.845,00	-	4.845,00	4.845,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	21.502,39	21.502,39	0,00	21.502,39	21.502,39
UA/Entre Rios									
Aquisição de caladores de sacaria	-	-	-	-	99,64	99,64	-	99,64	99,64
Aquisição de calador graneleiro de 3 estágios	-	-	-	-	312,04	312,04	-	312,04	312,04
Aquisição de determinado de umidade	-	-	-	-	2.750,00	2.750,00	-	2.750,00	2.750,00
Aquis. de 1 jogo de peneiras p/ classif. de prods. vegetais	-	-	-	-	175,00	175,00	-	175,00	175,00
Aquisição de 1 homogeneizador	-	-	-	-	677,90	677,90	-	677,90	677,90
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	4.014,58	4.014,58	0,00	4.014,58	4.014,58
UA/Ribeira do Pombal									
Elab. de proj. de sist. de prot. e combate a incênd.(3.ª parc.)	371,28	0,00	371,28	-	0,00	0,00	371,28	-	371,28
Aquisição de 2 caladores de sacaria	-	-	-	-	99,64	99,64	-	99,64	99,64
Aquisição de 1 calador graneleiro de 3 estágios	-	-	-	-	312,04	312,04	-	312,04	312,04
aquisição de 1 determinador de umidade	-	-	-	-	2.750,00	2.750,00	-	2.750,00	2.750,00
Aquis. de 1 jogo de peneiras p/ classif. de prods. vegetais	-	-	-	-	175,00	175,00	-	175,00	175,00
Aquisição de 1 homogeneizador	-	-	-	-	677,90	677,90	-	677,90	677,90
Total	371,28	0,00	371,28	0,00	4.014,58	4.014,58	371,28	4.014,58	4.385,86
UA/Santa Maria da Vitória									
Aquisição de mobiliário	-	2.015,00	2.015,00	-	-	-	-	2.015,00	2.015,00
Aquisição de 2 caladores de sacaria	-	-	-	-	99,64	99,64	-	99,64	99,64
Aquisição de 2 determinadores de umidade	-	-	-	-	5.500,00	5.500,00	-	5.500,00	5.500,00
Aquis. de 1 jogo de peneiras p/ classif. de prods. vegetais	-	-	-	-	175,00	175,00	-	175,00	175,00
Aquisição de 1 homogeneizador	-	-	-	-	677,90	677,90	-	677,90	677,90
Aquisição de 1 pulverizador de carrinho	-	-	-	-	4.285,00	4.285,00	-	4.285,00	4.285,00
Total	0,00	2.015,00	2.015,00	0,00	10.737,54	10.737,54	0,00	12.752,54	12.752,54
UA/Iabaiana									
Aquisição de caladores de sacaria	-	-	-	-	99,64	99,64	-	99,64	99,64
Aquisição de caladores graneleiro	-	-	-	-	312,04	312,04	-	312,04	312,04
Aquisição de determinador de umidade	-	-	-	-	2.750,00	2.750,00	-	2.750,00	2.750,00
Aquis. de jogo de peneiras p/ classif. de prods. vegetais	-	-	-	-	175,00	175,00	-	175,00	175,00
Aquisição de homogeneizador	-	-	-	-	677,90	677,90	-	677,90	677,90
Aquisição de engenho de prova de arroz	-	-	-	-	11.785,71	11.785,71	-	11.785,71	11.785,71
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	15.800,29	15.800,29	0,00	15.800,29	15.800,29
Total BA/SE				780,00	63.078,62	63.858,62	2.321,28	73.421,57	75.742,85

Fonte Siafi

2.4 Desempenho Operacional

2.4.1. Movimentação Orçamentária

Quadro A.2.63 Movimentação Orçamentária Interna - Concedidos

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
		Concede	Recebed.		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Mov.Interna	Concedidos			20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	1.291.936,60	-
				20.306.0352.2012.0001	-	-	141.136,89	-	-	-
				20.331.0352.2011.0001	-	-	5.088,71	-	-	-
				28.846.0901.0022.0001	11.779,02	-	-	-	-	-
				20.122.0352.2272.0001	79.994,64	-	333.959,68	17.342,03	-	-
				20.125.0352.2137.0001	-	-	12.784,15	-	-	-
				20.128.0360.4572.0001	-	-	5.243,14	-	-	-
				20.605.0360.4711.0001	-	-	4.501,86	-	-	-
				20.692.0352.4710.0001	-	-	2.009,11	-	-	-
				08.244.1049.2792.0001	-	-	33.122,83	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	-	24.332,12	-	-	-
				21.122.0351.2B83.0001	-	-	25,00	-	-	-
				20.301.0352.2004.0001	-	-	9.292,94	-	-	-
				06.182.1029.4564.0103	-	-	855.196,80	-	-	-
				20.605.0352.8579.0001	-	-	336,40	-	-	-
				20.122.0350.2272.0001	-	-	434,94	-	-	-
				20.126.0352.4702.0001	-	-	740,58	-	-	-
			135100	20.122.1409.2272.0001	-	-	289,98	-	-	-
			135347	08.244.1049.2792.0001	-	-	138.179,07	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	-	89.414,68	-	-	-
				21.122.0351.2B83.0001	-	-	10.989,44	-	-	-
				21.605.0351.2B81.0001	-	-	-	-	6.077,95	-
				08.306.1049.2798.0001	-	-	47.895,44	-	-	-
		135101		06.182.1029.4564.0103	-	-	784,90	-	-	-
		135103	135100	20.122.0352.2272.0001	-	-	84,00	-	-	-
		135110	135347	08.244.1049.2792.0001	-	-	28,63	-	-	-
		135112	135100	20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	465.003,66	-
			135347	08.605.1049.2802.0001	-	-	5.650,00	-	-	-
		135113	135100	08.244.1049.2792.0001	-	-	36.130,36	-	-	-
				06.182.1029.4564.0103	-	-	24,09	-	-	-
			135347	08.244.1049.2792.0001	-	-	58.911,00	-	-	-
		135114	135100	20.122.0352.2272.0001	-	-	331,94	-	-	-
		135416	135100	20.122.0352.2272.0001	-	-	157,23	-	-	-
		135425	135100	20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	1.378,45	-
		135558	135347	08.605.1049.2802.0001	-	-	11.000,00	-	-	-
				21.605.0351.2B81.0001	-	-	-	-	34.613,48	-
		135564	135100	20.122.0352.2272.0001	-	-	1.233,76	-	-	-
		135565	135100	20.122.0352.2272.0001	-	-	125,10	-	-	-
		135572	135100	08.605.1049.2802.0001	-	-	737,02	-	-	-
		135585	135100	20.122.0352.2272.0001	-	-	4,53	-	-	-

Fonte: Sufin/Georc

Quadro A.2.64 Movimentação Orçamentária Interna - Recebidos

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
		Conced.	Receb.		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Mov. Interna	Recebidos	135100	135101	20.122.0350.2272.0001	-	-	6.637,00	-	-	-
				20.605.0352.2130.0001	-	-	-	-	9.857.428,65	-
				20.306.0352.2012.0001	-	-	985.858,37	-	-	-
				20.331.0352.2011.0001	-	-	46.110,61	-	-	-
				28.846.0901.0022.0001	432.960,78	-	-	-	-	-
				20.122.0352.2272.0001	3.056.985,50	-	2.586.110,20	18.667,45	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	2.321,28	24.066,65	-	-
				20.125.0352.2137.0001	-	-	67.658,15	-	-	-
				20.126.0352.4702.0001	-	-	9.808,00	-	-	-
				20.128.0360.4572.0001	-	-	39.580,49	-	-	-
				20.605.0360.4711.0001	-	-	58.287,46	-	-	-
				20.692.0352.4710.0001	-	-	13.363,09	-	-	-
				20.122.1409.2272.0001	-	-	3.475,00	-	-	-
				20.605.0352.8579.0001	-	-	5.602,88	-	-	-
				08.306.1049.2798.0001	-	-	5.045.288,36	-	-	-
				20.301.0352.2004.0001	-	-	707.029,73	-	-	-
				20.301.0352.20CW.0001	-	-	20.360,66	-	-	-
				06.182.1029.4564.0103	-	-	1.735.297,52	-	-	-
			135103	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	3.702,54	-	-
			135114	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	12.372,39	-	-
			135416	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	15.800,29	-	-
			135564	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	4014,58	-	-
			135565	20.122.0352.2272.0001	-	-	-0,27	-	-	-
				20.122.0352.2829.0001	-	-	-	4.014,58	-	-
			135585	20.122.0352.2829.0001	-	-	-	9.450,54	-	-
		135347	135101	08.244.1049.2792.0001	-	-	12.475.716,52	-	-	-
				08.605.1049.2802.0001	-	-	1.029.463,89	-	-	-
				21.122.0351.2B83.0001	-	-	73.346,00	-	-	-
				21.605.0351.2B81.0001	-	-	-	-	1.205.343,03	-
				08.306.1049.2798.0001	-	-	28.234.509,51	-	-	-
				06.182.1029.4564.0103	-	-	857.884,10	-	-	-
			135113	08.605.1049.2802.0001	-	-	-664,07	-	-	-
				06.182.1029.4564.0103	-	-	-404.553,61	-	-	-
			135558	08.605.1049.2802.0001	-	-	-2.583,44	-	-	-

Fonte: Sufin/Georc

A unidade orçamentária da Conab se encontra centralizada na UG Sede (135100), destacando-se no quadro acima apenas as movimentações orçamentárias entre a referida UG e as UGs jurisdicionadas no âmbito dos estados da Bahia e Sergipe, no exercício de 2010.

Com relação a **movimentação externa**, não houve execução no âmbito da Regional Bahia.

2.4.2. Execução Orçamentária

2.4.2.1-Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Recebidos da UJ

Quadro A.2.65- Despesas por Modalidade de Contratação

Em R\$

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	0,00	371,28	0,00	371,28
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	19.481.816,93	14.177.128,98	19.481.816,93	14.177.128,98
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	66.457.796,55	45.068.455,87	66.457.796,55	45.068.455,87
Inexigibilidade	963.797,29	821.048,07	963.797,29	821.048,07
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	16.920,79	18.967,54	16.920,79	18.967,54
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	95.502,56	258.179,91	95.502,56	258.179,91
Diárias	432.099,34	317.257,86	432.099,34	317.257,86
Outros				
Não se Aplica	987.626,69	701.804,85	987.626,69	701.804,85

Fonte: Siafi

Quanto à modalidade de licitação destacaram-se em 2010 as despesas executadas nas seguintes modalidades:

- Dispensa de Licitação - no valor total de R\$45.068.455,87, sobressaindo-se os custos referentes às aquisições de produtos agropecuários para distribuição gratuita ou para revenda, adquiridos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, com recursos provenientes do MDS e do MDA, no valor total de R\$34.391.628,87; e também, com a aquisição de sisal, via AGF, no valor de R\$6.368.180,60.
- Pregão – no valor total de R\$14.177.128,98, cujos maiores custos foram relacionados com a aquisição de produtos alimentícios para distribuição gratuita a famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, no valor de R\$9.719.371,77, com recursos repassados pelo MDS e pela Defesa Civil, e também, com a manutenção e remoção dos estoques públicos destinados ao abastecimento interno por meio do Programa Vendas em Balcão, no valor de R\$1.718.535,00;
- Inexigibilidade – com valor total de R\$821.048,07, onde se destacaram as despesas relativas à assistência médica aos empregados e dependentes, no valor de R\$697.134,35.

2.4.2.2 Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa Recebidos da UJ.

Quadro A.2.66 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Em R\$

Grupo de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesa de Pessoal	4.813.796,52	3.398.172,62	4.813.796,52	3.398.172,62	0,00	0,00	4.531.463,85	3.124.464,31
Outros Benefícios Assistenciais	0,00	3.718,00	-	3.718,00	-	-	-	-
Vencimentos e Vantagens Fixas	454.141,56	494.597,24	454.141,56	494.597,24	-	-	408.018,80	454.157,71
Obrigações Patronais	1.984.192,71	2.415.407,93	1.984.192,71	2.415.407,93	-	-	1.748.465,80	2.185.857,15
Depósitos Compulsórios	95.802,56	258.179,91	95.802,56	258.179,91	-	-	95.802,56	258.179,91
Sentenças Judiciais	2.266.860,44	202.483,17	2.266.860,44	202.483,17	-	-	2.266.860,44	202.483,17
Indenizações e Restituições Trabalhistas	12.799,25	23.786,37	12.799,25	23.786,37	-	-	12.316,25	23.786,37
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	51.111.604,13	51.766.525,92	46.274.919,41	51.585.266,83	4.836.684,72	181.259,09	44.451.436,28	43.369.744,65
Diárias	432.099,34	317.257,86	432.099,34	317.257,86	0,00	0,00	424.769,34	317.257,86
Material de Consumo	298.196,40	313.558,89	237.392,07	284.790,08	60.804,33	28.748,81	232.656,55	266.759,35
Material de Distribuição Gratuita	45.727.382,84	46.656.440,67	41.762.197,82	46.562.700,57	3.965.185,02	93.740,10	40.376.531,20	38.647.662,99
Passagens e Despesas com Locomoção	137.236,29	92.826,67	127.936,29	90.746,67	9.300,00	2.080,00	126.353,03	88.577,72
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	15.320,26	38.938,78	15.320,26	38.938,78	-	-	13.510,46	37.129,07
Locação de Mão-de-Obra	611.942,69	839.008,18	606.698,00	839.008,18	5.244,69	0,00	538.246,86	775.662,19
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	3.720.555,18	3.073.645,73	2.924.404,50	3.018.893,82	796.150,68	54.771,91	2.579.211,43	2.803.870,04
Obrig. Tribut. e Contrib.-Op. Intra-Orçament.	166.491,98	432.132,96	166.491,98	430.214,69	0,00	1.918,27	157.778,26	430.109,25
Indenizações e Restituições	2.379,15	2.716,18	2.379,15	2.716,18	-	-	2.379,15	2.716,18
4 – Investimentos	20.456,25	74.746,99	2.987,50	10.668,37	17.468,75	64.078,62	2.960,88	10.668,37
Obras e Instalações-Op. Intra-Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Equip. e Mat.l Perm.-Op. Intra-Orçamentárias	20.456,25	74.746,99	2.987,50	10.668,37	17.468,75	64.078,62	2.960,88	10.668,37
5 – Inversões Financeira	36.680.395,31	9.263.761,54	34.600.799,15	8.794.276,34	2.079.596,16	469.485,20	33.219.830,64	7.911.644,67
Aquisição de Produtos para Revenda	36.680.395,31	9.263.761,54	34.600.799,15	8.794.276,34	2.079.596,16	469.485,20	33.219.830,64	7.911.644,67
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	92.626.252,21	64.503.207,07	85.692.502,58	63.788.384,16	6.933.749,63	714.822,91	82.205.691,65	54.416.522,00

Fonte: SUFIN/SIAFI

A programação orçamentária da Conab é realizada de forma centralizada pela Matriz, em Brasília, e a execução é efetuada na Matriz e nas Superintendências Regionais por meio de descentralizações orçamentárias/financeiras quando da realização das diversas ações.

Em relação ao exercício anterior verificou-se a exclusão da Ação: Ações de Informática, e a inclusão da Ação: Assistência Médica aos Empregados e Servidores-Exames Periódicos, esta não executada em 2009 pois os recursos orçamentários foram descentralizados somente em 15 de dezembro de 2009 e a liberação do limite para movimentação e empenho apenas no dia 18 de dezembro, até então último dia para a elaboração de empenhos.

Quanto às demais ações, as variações nos valores executados, para mais ou menos, decorreram do cumprimento dos compromissos assumidos, do atendimento à demanda de produtores, da manutenção da Companhia e dos produtos em estoque, e do cumprimento às determinações judiciais.

Em 2010, foi empenhado o total de R\$64.503.207,07, com variação, a menor, de 30,36%, em relação ao exercício anterior, conforme detalhamento a seguir:

- Os valores contabilizados em Despesas de Pessoal (Grupo 1) incluem o pagamento dos encargos sociais, o cumprimento das determinações judiciais e demais despesas de pequeno vulto relacionadas a pessoal. Destaca-se o grupo das Obrigações Patronais incluindo, entre outros, o pagamento do INSS, no valor de R\$1.537.978,83, e do FGTS, no valor de R\$530.586,87. A execução orçamentária das demais despesas de pessoal (salários, gratificações, férias, auxílios etc) é processada na Matriz por meio da folha de pagamento. O Grupo representou 5,27% do total empenhado em 2010 com variação, a menor, de 29,41% em relação a 2009.

- As Outras Despesas Correntes (Grupo 3) representaram 80,25% do empenho total, com variação, a maior, de 1,28% em relação ao ano anterior. Destacam-se as despesas referentes à aquisição de produtos para distribuição gratuita, no valor total de R\$46.656.440,67, adquiridas com recursos repassados pelo MDS, MDA e MI (Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e distribuição às famílias e/ou grupos atingidos por desastres naturais ou aqueles em situação de insegurança alimentar e nutricional).

- Os Investimentos (Grupo 4) totalizaram R\$74.746,99, representando cerca de 0,12% do total empenhado, com variação, a maior, de 265,4% em relação ao ano anterior. São constituídos pelos investimentos realizados na Sede da Regional, com recursos da Ação Gestão e Administração do Programa e nas unidades operacionais, utilizando o orçamento da Ação Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns. Em 2010, destacou-se a aquisição de engenho de prova de arroz, no valor de R\$11.785,71. Em função da liberação dos limites de empenho das despesas de capital ter ocorrido durante o último trimestre do exercício, grande parte dos valores empenhados neste grupo foi inscrita em Restos a Pagar não Processados.

- No grupo Inversões Financeiras estão contabilizados os valores gastos na formação e manutenção dos estoques públicos, adquiridos por meio da formalização das AGFs e do exercício dos Contratos Públicos de Opção de Venda, e na aquisição de produtos agropecuários de produtores familiares, com recursos repassados pelo MDA. As despesas totalizaram R\$9.263.761,54, com variação, a menor, de 74,74% em relação a 2009.

2.4.3. Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ

No quadro abaixo, se encontra toda a execução física e financeira das ações da Conab realizadas no âmbito da Sureg/BA/SE.

Quadro A.2.67 - Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Sub função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta para 2011
20	126	0352	20CW	A	4	servidor beneficiado	120	99	140
20	301	0352	2004	A	4	pessoa beneficiada	510	519	510
20	331	0352	2011	A	4	servidor beneficiado	150	145	130
20	306	0352	2012	A	4	servidor beneficiado	140	147	145
20	605	0352	2130	A	3	produto adquirido (ton)	10.000	1.856	50.000
20	125	0352	2137	A	4	fiscalização realizada	221	521	300
20	122	0352	2829	A	4	unidade modernizada	5	6	5
20	126	0352	4702	A	4	unidade cadastrada	587	135	550
20	692	0352	4710	A	4	unidade organizada	200	8	136
20	605	0352	8566	A	4	mercado modernizado	2	1	1
20	605	0360	8579	A	4	informação disponibilizada	0	0	-
20	128	0360	4572	A	4	servidor capacitado	63	32	31
20	605	0360	4711	A	4	pesquisa realizada	12	12	12

Fonte: Supor/Geare

2.4.3.1 - Análise da Execução Física e Financeira das Ações realizadas pela UG

2.4.3.1.1 - Programa Abastecimento Agroalimentar (0352)

a) Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos (20CW)

A Ação 20CW foi executada sem eventos que prejudicasse o alcance de seu objeto, qual seja a realização de Exames Médicos Periódicos Obrigatórios, por todos os empregados, cumprindo-se assim o disposto na Norma Regulamentadora n.º 1 (NR-1), item 1.8, da Portaria Mtb n.º 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII -Dos Deveres e Proibições.

b) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes (2004)

A Ação 2004 foi executada plenamente, contemplando todos os empregados que demandaram o Serviço de Assistência à Saúde. Como ponto negativo, destacamos a suplementação orçamentária que ocorre nos últimos dias do final do exercício, dificultando as providências pertinentes ao encerramento de balanço.

Como evento positivo destacamos a redução de despesas com o uso do SAS, mesmo tendo ocorrido o ingresso de novos empregados, o que se conclui que a prevenção realizada por meio dos exames periódicos está contribuindo para a realização de tratamentos alternativos que reduz as cirurgias, procedimentos estes que têm custo elevado.

c) Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados (2011)

Está ação foi cumprida dentro da normalidade, alcançando seu objetivo de atender todos os empregados ativos.

Destacamos seu alto custo, em torno de R\$1.755,41 empregado/mês, devido as tarifas de transportes intermunicipais, com características de urbano, pagas para empregados que residem em outros municípios.

d) Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados (2012)

Considerando que o valor da meta financeira comportou o aumento do número de beneficiários, a Ação foi executada sem ocorrência de problemas.

e) Formação de Estoques Públicos (2130)

Em 2010, foram adquiridas 504 toneladas de café e 1.352 toneladas de sisal pela Sureg/BA apresentando ao final do exercício uma despesa financeira total para a Ação no montante de R\$8.099.109,94 o que representou 40,5 % do previsto da dotação orçamentária de R\$20.000.000,00.

As aquisições de sisal no exercício de 2010 somente ocorreram até o mês de fevereiro. A partir daí, a intervenção se deu mediante a implantação do PEP/SISAL, visando manter a garantia dos preços mínimos ao produtor rural.

f) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (2137)

As quantidades fiscalizadas superaram o volume do exercício passado, em função das necessidade de fiscalização dos produtos antes da formalização das AGFs e do exercício dos Contratos Públicos de Opção de Venda.

g) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns (2829)

Da meta prevista para o exercício, 97,1% foi realizada, entretanto as unidades armazenadoras em operação continuam necessitando de outros serviços de manutenção e de modernização, principalmente porque algumas estiveram desativadas e, também, em função das especificações exigidas para a certificação de unidades armazenadoras.

No exercício as unidades foram atendidas mediante a aquisição de equipamentos para melhoria das condições de trabalho dos empregados bem como para atender as exigências da certificação.

h) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras (4702)

A área responsável pelo Cadastro (Suarm/Gecad) programou realização do censo de armazenagem nos Estados da Bahia e de Sergipe. Foram realizados novos cadastramento de unidades e principalmente o recadastramento dos armazéns onde foram atualizados os dados havendo casos de exclusão de armazéns por não executar mais a atividade armazenagem.

i) Organização dos Micro e Pequenos Varejistas (4710)

Dando continuidade a esta Ação, no exercício de 2010, foi formalizada a primeira Central de Negócios, com os varejistas cadastrados do Bairro de Cajazeiras. Também foram iniciadas as visitas de sensibilização dos varejistas dos bairros da suburbana.

Durante o exercício foram comercializados 79.880 kg de açúcar, leite em pó integral e arroz beneficiado, produtos oriundos da Agricultura Familiar.

j) Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro (8566)

A Ceasa de Salvador e o mercado de Paulo Afonso já foram integrados ao Sistema de Informações. No âmbito da Sureg-BA/SE resta para inclusão no Simab apenas o mercado de Juazeiro. Novas ações dependem de demanda da área responsável em Brasília, Supab/Gehor.

2.4.3.1.2– Programa Gestão da Política Agropecuárias (0360)

a) Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar (8579)

Com o objetivo de desenvolver a ação 8.579 (Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar), no âmbito da SUREG BA/SE, contou-se com uma dotação orçamentária de R\$10.000,00 o equivalente a 2,86% do orçamento previsto para Companhia. Deste valor, foram executados 52,66%, ou seja, R\$5.266,48.

b) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação (4572)

A Sureg/BA teve execução orçamentária de 2,19%% e execução física correspondente a 0,87%, da execução nacional.

Comparativamente ao exercício de 2009, o número de treinamentos da Sureg/BA diminuiu em 76,5%, passando de 136 para 32, porém houve um acréscimo de 32,31% na execução orçamentária, percentual este atribuído aos custos mais elevados com os cursos de Pós-Graduação e Mestrado.

A falta de capacitação de empregados, representa um evento negativo para a Regional, pois gera diminuição da capacidade produtiva; falta de sintonia do empregado com os avanços científicos e tecnológicos; perda da motivação e da auto-estima; falta de comprometimento; acomodação; lentidão na execução das tarefas etc.; impactando nos resultados e no atingimento dos objetivos da UJ.

c) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras (4711)

No ano-safra de 2010, a Sureg/BA cumpriu 100% a meta estabelecida de 12 (doze) pesquisas de campo. Também cumpriu a meta financeira estabelecida de R\$60.000,00, com uma eficiente execução de R\$53.785,60 correspondente a 89,64% da dotação orçamentária prevista,

No comparativo entre as safras 2008/09 e 2009/2010, referente ao estado da Bahia, observou-se um aumento de 1,7% na área cultivada e de 17,4% na produção. Já no estado de Sergipe, o aumento da área plantada foi de 6,7% e o da produção de 20,2%.

As perspectivas para a safra 2010/2011, indicam um aumento 10,4% na área plantada, e de 2,4% na produção, para estado da Bahia. Para o estado de Sergipe, estima-se que não haverá alteração de área cultivada, para a safra 2010/2011, no entanto as estimativas apontam para uma redução de 6,4 da produção de grãos.

2.4.3.1.3. Programa Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais (0901)

a) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista (0022)

A execução das sentenças judiciais com trânsito em julgado no âmbito da Sureg/BA atingiu 99,81% da programação de R\$ 422.000,00 com valor de liquidação na ordem de R\$ 421.181,76 ficando dentro do resultado esperado.

2.5 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Ao longo de sua história, a Conab criou e tentou monitorar seu desempenho por meio de indicadores, não tendo conseguido êxito principalmente por falta de uma cultura de avaliação interna, por indefinição de sua missão institucional, por falta de envolvimento da alta direção, falta de planejamento de médio e longo prazo e na dificuldades na obtenção de dados e informações consistentes.

Mais recentemente, foi instituído o Projeto Empresarial para Implantação de Indicadores de Desempenho, resultando em um conjunto de indicadores centrados principalmente nos processos de trabalho e na estrutura organizacional, objetivando o monitoramento e a avaliação das diversas atividades executadas. Esses não chegaram a serem implementados em função da descontinuidade administrativa vigente na Companhia e da mudança nas diretrizes políticas.

Com a implantação do Planejamento Estratégico, como um Projeto incluído no Programa de Revitalização da Conab, a Companhia foi dotada de um conjunto de indicadores considerados suficientes para a medição e avaliação do desempenho da gestão, contava, então, com o patrocínio da alta direção da Conab e foi amplamente disseminado em toda a sua estrutura orgânica. Durante o exercício de 2007 o Planejamento Estratégico entrou em fase de avaliação pela nova administração e até o fim do exercício em análise não houve nenhuma decisão quanto à continuidade desse Projeto, não tendo sido, portanto, apurados os indicadores.

Objetivando o cumprimento às determinações emanadas do TCU e observando as atribuições regimentais da Gerência de Avaliação de Resultados-Geare, foi resgatado todo o material elaborado no citado Projeto e, após avaliação e atualizações necessárias em decorrência das mudanças organizacionais, foi iniciado novo processo de criação de indicadores, em consonância com a metodologia proposta por aquele Tribunal, ou seja, contemplando as dimensões: efetividade, eficiência, eficácia e equidade.

Em 2008, a Conab, em parceria com a Coordenação Geral de Planejamento e Modernização-CGPLANMAPA, deu início à criação de novos indicadores de desempenho para as principais ações orçamentárias desenvolvidas pela Companhia, consignadas no

PPA-2008/2011, incluindo as atividades que visam o atendimento à legislação, assim como o pagamento de benefícios estabelecidos no seu acordo coletivo de trabalho.

Considerando que a maioria das atividades desenvolvidas pela Companhia, tanto as atividades meio quanto as finalísticas, estão delineadas no PPA, os trabalhos foram realizados com a participação dos respectivos Coordenadores de Ação Nacional e equipes responsáveis pela execução.

Os indicadores definidos para o monitoramento de citadas ações ainda estão em fase de teste e análise de sua aplicabilidade e consistência. Nesse período observou-se que alguns necessitam de adequações, tanto no que se refere ao objetivo, à facilidade de cálculo e à facilidade de obtenção das informações.

Nesta fase de criação e análise, o cálculo e apuração dos indicadores estão sob a responsabilidade da Geare e, após a validação junto aos CANs, passará a ser de responsabilidade da área executora que procederá, desta forma, um acompanhamento mais sistemático da ação.

a) Indicadores no âmbito do PPA

Os indicadores de eficácia são utilizados na aferição do andamento de cada ação orçamentária, buscando identificar entraves que estejam dificultando sua plena execução, ou a necessidade de suplementação orçamentária ou ainda a possibilidade de cancelamento de dotação.

A periodicidade de apuração é mensal e o resultado, bem como as justificativas, são inseridas no SIPLAM/MAPA.

Para nivelamento do desempenho apurado foram realizadas diversas reuniões de avaliação, envolvendo o Secretário Executivo do Programa Abastecimento Agroalimentar, os respectivos CANs e analistas da CGPLAN/MAPA, apresentando os resultados e buscando soluções pra entraves que dificultavam o bom desenvolvimento das ações.

Para 2011 está prevista a revisão dos indicadores, principalmente quanto aos atributos e a utilização dos indicadores pelos CANs.

Os Resultados apurados nos indicadores relacionados com as ações meio (administrativas) foram comentados no item Principais Ações. A seguir, estão descritos os relacionados às ações finalísticas.

2.5.1 - (2130) - Formação de Estoques Públicos

Quadro A.2.68 Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos

Nome: Percentual de produtos adquiridos para a Formação de Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de produtos adquiridos em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X= quantidade de produto adquirido Y= quantidade de produto previsto				
Fonte: X = Gefoc Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Superintendente da Sugof				
Resultados:				
2007				91,02
2008				21,31
2009				89,00
2010	Meta:	100,00	Resultado:	18,56
Análise: A execução, a menor, deve-se principalmente ao atendimento dos agricultores por meio do PEP, que incentiva o escoamento do produto pela concessão de prêmio arrematado em leilão público, sem a necessidade de formação de estoques públicos.				

Quadro A.2.69 Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos

Nome: Percentual de Execução Financeira na Formação de Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X= valor executado Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Superintendente da Sugof				
Resultados:				
2007				51,44
2008				12,93
2009				78,73
2010	Meta:	100,00	Resultado:	40,50
Análise: A baixa execução orçamentária decorre da aquisição de produtos em quantidade inferior à meta estabelecida.				

As aquisições de sisal e café objetivaram regular os preços de mercado, dando apoio aos produtores da região sisaleira, e recomposição dos níveis de estoque do Governo Federal.

O resultado alcançado foi extremamente satisfatório, visto que a atuação do governo foi rápida e eficiente, propiciando, sobretudo, a manutenção da renda do setor agrícola no Estado da Bahia, principalmente na região sisaleira, bastante afetada pela concorrência com produtos sintéticos bem como pela desvalorização do dólar em relação a moeda nacional.

2.5.2- (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Quadro A.2.70 Percentual de Fiscalizações Realizadas

Nome: Percentual de Fiscalizações Realizadas				
Descrição: Percentual de Fiscalizações realizadas em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= número de fiscalizações realizadas e Y= número de fiscalizações planejadas				
Fonte: X = Sufis e Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup				
Resultados:				
2007				-
2008				444,44
2009				258,06
2010	Meta:	100,00	Realizado:	235,75
Análise:				

Quadro A.2.71 Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques

Nome: Percentual de Execução Financeira da Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da dotação orçamentária aprovada na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= valor executado e Y= valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis e da Gesup				
Resultados:				
2007				96,68
2008				80,74
2009				97,91
2010	Meta:	100,00	Realizado:	78,36
Análise:				

Quadro A.2.72 Índice de Perdas em Armazenagem

Nome: Índice de Perdas em Armazenagem				
Descrição: Quantidade de perdas de produtos agropecuários apuradas em armazenagem em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a conformidade entre as quantidades de perdas e os índices técnicos estabelecidos				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: Menor que o do ano anterior				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de perdas em armazenagem (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Análise:				

Quadro A.2.73 Índice de Desvio de Produtos Armazenados

Nome: Índice de Desvio de Produtos Armazenados				
Descrição: Quantidade de produtos desviados por fiéis depositários em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar o índice de desvios praticados por fiéis depositários				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desviados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Análise:				

Quadro A.2.74 Índice de Ocorrência de Produtos Desclassificados

Nome: Índice de ocorrência de produtos desclassificados				
Descrição: Quantidade de produtos considerados desclassificados em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos considerados como desclassificados				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos desclassificados (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Análise:				

Quadro A.2.75 Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão

Nome: Índice de Ocorrência de Produtos Abaixo do Padrão				
Descrição: Quantidade de produtos avaliados como abaixo do padrão em relação ao estoque contábil				
Objetivo: Acompanhar a ocorrência de produtos abaixo do padrão				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 0,00%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= quantidade de produtos abaixo do padrão (em t) e Y= quantidade de estoque contábil (em t)				
Fonte: X e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				0,00
2008				0,00
2009				0,00
2010	Meta:	0,00	Realizado:	0,00
Análise:				

Quadro A.2.76 Custo por Fiscalização Realizada

Nome: Custo por Fiscalização realizada				
Descrição: Custo unitário por fiscalização realizada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos por fiscalização realizada				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por fiscalização realizada				
Meta: Menor que o do exercício anterior				
Fórmula de Cálculo: X/Y				
Variáveis: X= valor executado com despesas correntes (em R\$) e Y= número de fiscalizações realizadas				
Fonte: X = Siaf e Y = Gefis/Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerente da Gefis				
Resultados:				
2007				-
2008				113,04
2009				136,67
2010	Meta:	136,67	Realizado:	105,29
Análise:				

Quadro A.2.77 Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos

Nome: Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos				
Descrição: Percentual de Estoques Públicos Fiscalizados				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta operacional				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo programado				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y)*100]$				
Variáveis: X= Quantidade fiscalizada e Y= Quantidade planejada				
Fonte: X = Sufis e Y = Sufis				
Base Geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Anual				
Responsável: Gerentes da Gefis				
Resultados:				
2007				151,54
2008				198,17
2009				171,18
2010	Meta:	100,00	Realizado:	207,91
Análise:				

Os indicadores apresentaram resultados dentro dos parâmetros esperados, com destaque para o Percentual de Fiscalizações Realizadas e Percentual de Fiscalização dos Estoques Públicos, com execução de 211,43% e 83,99% sobre as metas previstas.

No caso da SUREG BA, a variação, da execução física foi de 235,75%, enquanto a execução financeira foi de 78,36%.

2.5.3 - (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Quadro A.2.78 Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas

Nome: Percentual de Unidades Armazenadoras da Rede Própria Recuperadas/Modernizadas				
Descrição: Percentual de unidades atendidas, visando a manutenção das condições para a guarda e conservação dos produtos agropecuários				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y)*100$				
Variáveis: X = Unidades armazenadoras atendidas e Y = Número de unidades previstas				
Fonte: X = Gerap e Y = Supor/Cepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				250,00
2008				83,33
2009				0,00
2010	Meta:	100,00	Realizado	120,00
Análise:				

Quadro A.2.79 Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria

Nome: Percentual de Gastos com a Recuperação/Modernização da Rede Armazenadora Própria				
Descrição: Percentual de execução financeira em relação à meta estabelecida na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor executado e Y = Valor previsto				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gerap				
Resultados:				
2007				94,06
2008				92,92
2009				56,85
2010	Meta:	100,00	Realizado	97,11
Análise:				

Conforme descrito no item 2.3.2.15, foi cumprida 97,11% da meta financeira e 120% da meta física.

O reduzido valor apurado no indicador de Gastos com a Recuperação e Modernização da Rede Armazenadora Própria é justificado pelo baixo limites de empenho, principalmente para investimentos, o que dificultou o atendimento a um maior número de atendimentos.

2.5.4 - (4702) Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras

Quadro A.2.80 Percentual de Armazéns Cadastrados

Nome: Percentual de Armazéns Cadastrados				
Descrição: Percentual de armazéns cadastrados no Sistema de Cadastro de Armazéns (SICARM) em relação ao programado na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% do quantitativo estabelecido na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = n.º de unidades armazenadoras cadastradas Y= total de unidades armazenadoras programadas				
Fonte: X= Suarm/Gecad Y=Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				-
2010	Meta:	100,00	Realizado	23,00
Análise:				

Quadro A.2.81 Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns

Nome: Percentual de Execução Financeira das Operações de Cadastro de Armazéns				
Descrição: Percentual de execução da dotação orçamentária prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X= Valor executado Y= Dotação prevista na LOA				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				89,08
2008				79,89
2009				-
2010	Meta:	100,00	Realizado	90,67
Análise:				

Quadro A.2.82 Custo por Unidade Cadastrada

Nome: Custo por Unidade Cadastrada				
Descrição: Custo unitário por unidade cadastrada				
Objetivo: Acompanhar a evolução dos custos de cadastramento de unidades armazenadoras				
Tipo: Eficiência				
Unidade de Medida: Valor monetário (R\$) por cadastramento				
Meta:				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = Valor executado e Y= n.º de cadastramentos				
Fonte: X= Siafi e Y=Gecad/Suarm				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gecad				
Resultados:				
2007				445,38
2008				35,67
2009				0,00
2010	Meta:	-	Realizado	67,17
Análise:				

No âmbito da Sureg-BA, foi realizado censo no exercício de 2010. O baixo índice realizado se justifica pelo fato da SUREG BA ter realizando cadastramentos emergenciais, oportunizando viagens às regiões demandantes nos últimos exercícios.

Os cadastramentos de unidades de terceiros, também visaram atender as exigências estabelecidas nos instrumentos apoio a comercialização, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP e Prêmio Equalizador Pago ao Produtor.

2.5.5 - (4710) Organização dos Micros e Pequenos Varejistas

Quadro A.2.83 Percentual de Unidades Varejistas Organizadas

Nome: Percentual de Unidades Varejistas Organizadas				
Descrição: Percentual de micro e pequenos varejistas organizados, para formação de centrais de negócios, em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = número de unidades varejistas organizadas e Y = número de unidades varejistas previstas				
Fonte: X Supab/Gevap e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF (Região Nordeste e Norte)				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gevap				
Resultados:				
2007				-
2008				100,00
2009				42,50
2010	Meta:	100,00	Realizado	4,00
Análise:				

Quadro A.2.84 Percentual de Execução Financeira destinado à Organização dos Micro e Pequenos Varejistas

Nome: Percentual de Execução Financeira destinado à Organização dos Micro e Pequenos Varejistas				
Descrição: Percentual de gastos com ações de organização dos micro e pequenos varejistas na Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $[(X/Y) \times 100]$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X= Siafi Y= Supor/Gepor				
Base Geográfica: UF (Região Nordeste e Norte)				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gevap				
Resultados:				
2007				-
2008				4,82
2009				44,15
2010	Meta:	100,00	Realizado	56,77
Análise:				

Os valores apurados nos indicadores desta Ação ficaram bem abaixo das expectativas e segundo a área responsável pela Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos, SUPAB/GEVAP a execução foi prejudicada pelo longo período de chuvas que atingiu os estados da Região Nordeste, onde o Programa está sendo executado, e, também, pela falta de empregados treinados em formação de organizações, pois grande parte estavam trabalhando em outras operações desenvolvidas pela Companhia.

No âmbito da SUREG BA, os esforços envidados foram no sentido de efetivar a Central de Negócios, o que veio a ocorrer no mês de novembro, mediante a abertura da inscrição no CNPJ.

2.5.6 - (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Quadro A.2.85 Percentual de Pesquisa de Safras - Bahia

Nome: Percentual de Pesquisa de Safras – Bahia				
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Igual ou superior a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas				
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				160,00
2008				100,00
2009				100,00
2010	Meta:	100	Realizado	100,00

Quadro A.2.86 Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras – Bahia

Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras – Bahia				
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \cdot 100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				94,67
2008				74,44
2009				73,09
2010	Meta:	100	Realizado	89,64
Análise:				

Quadro A.2.87 Percentual de Pesquisa de Safras Sergipe

Nome: Percentual de Pesquisa de Safras – Sergipe				
Descrição: Percentual de pesquisa de safras em relação à meta prevista na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Igual ou superior a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = número de pesquisas realizadas e Y = número de pesquisas previstas				
Fonte: X e Y = Suinf/Geasa				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				-
2008				100,00
2009				100,00
2010	Meta:	100,00	Realizado	100,00
Análise:				

Quadro A.2.88 Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras - Sergipe

Nome: Percentual de Execução Financeira destinada à Pesquisa de Safras – Sergipe				
Descrição: Percentual de gastos com pesquisa de safras				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geasa				
Resultados:				
2007				-
2008				-
2009				-
2010	Meta:	100,00	Realizado	-
Análise:				

A quantidade de pesquisas prevista para ser realizada na área sob jurisdição da Sureg-BA/SE ocorreu dentro do planejado. A melhoria no resultado apresentado se observou no valor liquidado, alcançando-se o resultado esperado com 73.09% do gasto previsto inicialmente. Assim, os indicadores apresentaram resultados dentro dos parâmetros esperados.

2.5.7. (8566) – Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro

Quadro A.2.89 Percentual de Execução Financeira Utilizada para a Integração das CEASAS na Base de Dados dos Mercados Hortigranjeiros

Nome: Percentual de Execução Financeira Utilizada para a Integração das Centrais de Abastecimento na Base de Dados dos Mercados Hortigranjeiros				
Descrição: Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% da dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = Valor liquidado e Y = Valor previsto				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gehor				
Resultados:				
2008				-
2009				98,15
2010	Meta:	-	Realizado	-
Análise: Em 2010, não houve necessidade de dotação orçamentária, pois o processo de inclusão do mercado de Paulo Afonso já havia sido iniciado no ano anterior, e sua conclusão dependia de procedimentos sob a responsabilidade do próprio mercado.				

Quadro A.2.90 Percentual de Mercados Hortigranjeiros Integrados na Base de Dados

Nome: Percentual de Mercados Hortigranjeiros Integrados na Base de Dados				
Descrição: Percentual de execução da meta estabelecida				
Objetivo: Acompanhar o cumprimento da meta estabelecida na LOA				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Maior ou igual a 100%				
Fórmula de Cálculo: $(X/Y) \times 100$				
Variáveis: X = número de mercados integrados e Y = meta estabelecida				
Fonte: X = Supab/Gehor e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Gehor				
Resultados:				
2008				100,00
2009				-
2010	Meta:	100,00	Realizado	50,00
Análise:				

Quadro A.2.91 Percentual de Mercados Integrados na Base de Dados

Percentual de Mercados Integrados na Base de Dados				
Descrição: Percentual de mercados atacadistas integrados em relação aos existentes no Brasil				
Objetivo: Acompanhar a evolução do processo de integração dos mercados atacadistas, conforme meta prevista				
Tipo: Efetividade				
Unidade de Medida: %				
Meta: 100% dos mercados existentes				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)				
Variáveis: X = número de mercados integrados e Y = número de mercados existentes				
Fonte: X e Y = Supab/Gehor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Periodicidade: Gerente da Gehor				
Resultados:				
2008				33,33
2009				-
2010	Meta:	100,00	Realizado	66,67
Análise: Dos três mercados existentes na área de jurisdição desta Regional dois já foram incluídos no Simab, restando apenas o mercado de Juazeiro				

2.5.8 (8579) – Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar

Quadro A.2.92 Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão das Informações Agropecuárias

Nome: Percentual de Execução Financeira na Geração e Difusão da Informações Agropecuárias				
Descrição: Percentual de execução financeira com relação ao previsto na LOA				
Objetivo: Acompanhar o atingimento da dotação estabelecida				
Tipo: Eficácia				
Unidade de Medida: %				
Meta: Até 100% dotação orçamentária estabelecida na LOA				
Fórmula de Cálculo: (X/Y)*100				
Variáveis: X = valor liquidado e Y = Valor previsto na LOA				
Fonte: X = Siafi e Y = Supor/Gepor				
Base geográfica: UF e Brasil				
Periodicidade: Mensal				
Responsável: Gerente da Geint				
Resultados:				
2008				87,64
2009				-
2010	Meta:	-	Realizado	52,66
Análise: Execução realizada de acordo com a demanda eventual estabelecida pela Matriz. .				

2.6 – Outras Atividades

2.6.1 – Serviços de Armazenagem

Sob a responsabilidade da Sureg-BA/SE estão em operação 6 unidades armazenadoras com capacidade estática para 36.557 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro A.2.93 Demonstrativo de Armazéns Próprios

Unidade	Endereço	Modalidade	Capacidade (Em t)
UA/Entre Rios	Rua da Olinda, s/n.º – Entre Rios	Convencional	2.004
UA/Irecê	Est. BA 433, km 2,5 – Irecê – BA	Convencional	23.101
UA/Itabaiana	Av. Walter Franco, n.º 382 – Itabaiana – SE	Convencional	3.221
UA/Itaberaba	Rod. BR 242, km. 90, lote 101 a 106 – Itaberaba – BA	Convencional	2.004
UA/Ribeira do Pombal	Estrada Mirandela, km. 05 – Ribeira do Pombal – BA	Convencional	4.398
UA/Santa Maria da Vitória	Rua Capitão José Alfaiate, n.º 88 – Santa Maria da Vitória – BA	Convencional	1.829
TOTAL			36.557

Fonte: Geope/Seope

A receita total de armazenagem de produtos de terceiros da Conab foi de R\$112.414,37, apresentando uma variação negativa de 12,15% em relação aos resultados obtidos no exercício de 2009.

O estoque médio armazenado em unidades sob a jurisdição da Sureg-BA apresentou variação, a maior de 179,28% com destaque para os estoques públicos que teve uma elevação de 323,92% conforme quadro que segue.

Quadro A.2.94– Demonstrativo Receita de Armazenagem

Unidade	Receita de Armazenagem de Terceiros (Em R\$)					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Sede-Sureg/BA	-	-	-	12,12	55,14	-
Entre Rios	-	-	-	-	-	-
Irecê	200.434,45	63.709,85	45.888,85	7.672,60	127.957,56	112.414,37
Itabaiana	-	7.215,10	3.389,79	3.739,30	12,43	-
Itaberaba	-	-	-	-	-	-
Ribeira do Pombal	-	-	-	-	-	-
Total	200.434,45	70.924,95	49.278,64	11.424,02	128.025,13	112.414,37

Quadro A.2.95 – Demonstrativo Estoque Médio Armazenado 2005 a 2007

Unidade	Estoque Médio Armazenado (Em t)								
	2005			2006			2007		
	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total
Irecê	8.018	3.824	11.842	9.675	2.558	12.233	5.872	663	6.535
Salvador	826	0	826	0	0	0	0,00	0	0
Itabaiana	2.517	0	2.517	2.035	0	2.035	1.567	0	1.567
Itaberaba	0	0	0	1.044	0	1.044	500	0	500
Entre Rios	0	0	0	294	0	294	419	0	419
Ribeira do Pombal	0	0	0	0	0	0	96	0	96
Santa Maria da Vitória	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	11.361	3.824	15.185	13.049	2.558	15.606	8.454	663	9.117

Fonte: Suarm/Gecad

Quadro A.2.96– Demonstrativo Estoque Médio Armazenado 2008 a 2010

Unidade	Estoque Médio Armazenado (Em t)								
	2008			2009			2010		
	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total	Governo	Terceiros	Total
Irecê	1.884	132	2.016	3.327	766	4.093	11.030	2.228	13.258
Salvador	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Itabaiana	1.098	9	1.107	2.782	0	2.782	2.842	0	2.842
Itaberaba	311	0	311	1.123	0	1.123	946	0	946
Entre Rios	607	0	607	1.264	0	1.264	792	0	792
Ribeira do Pombal	283	0	283	2.132	0	2.132	2.786	191	2.977
Santa Maria da Vitória				475	0	475	464	0	464
Total	4.183	141	4.324	11.103	766	11.869	18.860	2.419	21.279

Fonte: Suarm/Gecad

2.6.2 - Remoção de Produto

2.6.2.1 –Remoções de Produtos Vinculados ao MDS

Em 2010, foi contratada por meio de leilão público realizado pela Matriz, a remoção de 2.249 toneladas de farinha de mandioca e feijão armazenados nas unidades sob a jurisdição da Sureg-BA, para reposicionamento dos estoques e para os estados da Paraíba e do Piauí. Também foram recebidas remoções de 771 toneladas leite em pó e doce de pêssego., para composição das cestas de alimentos.

As despesas com transporte são custeadas com recursos orçamentários/financeiros consignados no Programas 1049 – Acesso à Alimentação, sob a sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-Sesan/MDS, descentralizados para a por meio de Termos de Cooperação para a operacionalização do PAA e distribuição de cestas de alimentos.

Quadro A.2.97 – Remoções de Estoques do MDS

Origem	Destino	Produto	Motivo	Valor (Em R\$)		Quantidade (Em t)			
				Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	A Remover
BA	BA	Farinha de mandioca	PAA	26.138,22	26.138,22	372	372	0	0
BA	BA	Feijão	PAA	107.251,92	107.251,92	1.397	670	111	616
BA	PB	Feijão	PAA	27.071,02	27.071,02	180	180	0	0
BA	PI	Feijão	PAA	30.630,88	30.630,88	300	300	0	0
Total				191.092,04	191.092,04	2.249	1.522	111	616
RS	BA	Leite em pó	Cestas	54.451,78	54.451,78	120	120	0	0
RS	BA	Leite em pó	Estratégico	160.974,67	160.974,67	348	348	0	0
ES	BA	Leite em pó	Cestas	66.512,25	66.512,25	203	203	0	0
RS	BA	Leite em pó	PAA	24.903,92	24.903,92	50	0	0	50
RS	BA	Pêssego	PAA	18.520,53	18.520,53	64	0	0	64
RS	SE	Leite em pó	Cestas	24.903,66	24.903,66	50	50	0	0
RS	SE	Leite em pó	Estratégico	27.858,28	27.858,28	50	50	0	0
Total				378.125,09	378.125,09	885	771	0	114

Fonte: Suarm/Gemov

2.6.3. Participação na Execução do Fome Zero

O Fome Zero é uma estratégia articulada nas três esferas de governo, envolvendo o Estado e a sociedade, contemplando um conjunto de ações que contribuem para que todos os brasileiros tenham acesso a uma alimentação adequada, em quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.

A Conab, por orientação consignada na Portaria Interministerial n.º 183/2003, substituída pela de n.º 1.128/2008, participa do Fome Zero, no que concerne ao abastecimento alimentar, na função de executora operacional, observada as suas competências regimentais.

Para isso, a direção da Companhia orientou seus gestores a participar, de forma direta e com a prioridade requerida, dos processos de formulação e execução das ações demandadas pelo Fome Zero, disponibilizando para o MDS toda a sua estrutura e capilaridade operacional.

Essa contribuição institucional contempla:

- ◆ Recebimento, guarda, movimentação e distribuição de produtos doados ao Fome Zero, incluindo máquinas, equipamentos eletrônicos, peças de vestuário, utensílios, veículos e brinquedos;
- ◆ Aquisição de bens e prestação de serviços para instalação de unidades de apoio a ações de suplementação alimentar;
- ◆ Serviços de guarda, transporte e distribuição de material informativo e pedagógico do Fome Zero; e
- ◆ Doação de produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, promovendo ações de suplementação alimentar e geração de renda, em articulações de interesse público.

Em resumo, esse apoio em 2010 pode ser identificado em quatro linhas de ação:

a) Produtos recebidos em doação

Neste caso, compete à Conab o recebimento, transporte e guarda de mercadorias doadas ao Fome Zero, efetuando na sequência seu repasse às entidades indicadas pelo MDS. Em 2010 foram distribuídas os seguintes produtos:

Quadro A.2.98– Demonstrativo das Doações Realizadas

Mercadoria/Serviço	Unidade	Quantidades Distribuídas		Saldo
		2010	2003 a 2010	
Adega portátil	Unidade	-	-	2
Alimentos diversos	Kg	119.492	3.062.076	-
Alimentos diversos	Lta	1.423	122.529	-
Alimentos diversos	Unidade	-	1.756.218	-
Material didático	Unidade	-	6.500	791
Caixa de papelão	Unidade	-	224.849	164.600
Produtos de limpeza	Unidade	-	318	-
Ração animal	Kg	-	29.020	-
Remédios diversos	Unidade	-	76.087	1.800
Serviços de transporte de cartilhas	Unidade	-	256.536	-
Tecidos e peças de vestuários	Kg	130.781	660.145	14.630
Tecidos e peças de vestuários	Unidade	-	208.725	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Caixa	-	5	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Dúzia	-	15.220	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Kg	1.224	216.980	-
Utensílios/Brinquedos diversos	Unidade	6.448	2.355.045	25.500
Equipamentos/ferramentas	Unidade	-	-	19
Veículos	Unidade	15	21	9

Fonte: Supab/Gepri

b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos

Atendendo demanda do MDS, a Conab promoveu o recebimento, guarda e transporte e distribuição de impressos e materiais alusivos ao Fome Zero. Em 2010, foram distribuídas 5.366.401 unidades de diversos produtos, que foram utilizadas em atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania.

Quadro A.2.99– Demonstrativo da Distribuição de Produtos

Mercadoria/Serviço	Origem	Quantidades Distribuídas		Saldo
		2010	2003 a 2010	
Sacolas plásticas (supermercado)	MDS	230.000	996.000	1.004.000
Cartazes Fome Zero	MDS	-	74.285	25.915
Livros Lula 500 dias	MDS	-	16	44
Camisetas Fome Zero	MDS	-	7.970	180
Banners Fome Zero	MDS	-	-	3.205
Cartilha (Política de Segurança Alimentar)	MDS	-	554.150	152.450
Cartilhas Editora Globo 1 e 2	MDS	-	4.478.800	-
Cadernos Talher Brasil	MDS	-	50.100	-
Calendários Quilombolas	MDS	-	2.925	-
Kit Pedagógico	MDS	781	5.266	-
Caixa de Coleta Seletiva	Cáritas	-	28.500	-
Folders Coleta Seletiva	Cáritas	-	74.500	25.500
Tabela Brasileira de Composição de Alimentos	MDS	4.250	11.550	-
Agenda Bolsa Família	MDS	-	-	492
Album Seriado	MS	25	25	1.466
Cartilhas Alimentação Nutricional	MS	-	-	100.500
Cartilhas Doenças Celíacas	MS	-	107.000	-
Cartilha da Emília	MDS	679.676	884.229	-
Cartilha Alimentação Saudável/Obesidade	MDS	2.613.820	2.777.260	-
Gibis Maurício de Souza	MC	1.458.650	1.458.650	-
Envelopes Maurício de Souza	MC	379.199	379.199	-
Total		5.366.401	11.890.425	1.313.752

Fonte: Supab/Gepri

c) Doação de Feijão dos Estoques Públicos

Por meio da Lei n.º 12.058, de 13 de outubro de 2009 a Conab foi autorizada a doar até 70 mil toneladas de feijão dos estoques públicos, aos Programas conduzidos pelo MDS, pela Secretaria Nacional de Defesa Civil e pelo Ministério da Educação, em atendimento às demandas geradas pelas populações em situação de insegurança alimentar. Durante o exercício foram distribuídas 40.539 toneladas, conforme quadro a seguir.

Quadro A.2.100– Demonstrativo da Doação de Feijão dos Estoques Públicos

UF	N.º de Instituições Atendidas	N.º de Municípios Atendidos	Quantidade Doadada (em t)
AL	59	44	864,5
AM	83	37	1.424,9
BA	3	3	13,2
CE	326	114	5.302,7
DF	37	1	307,6
ES	163	67	712,6
GO	183	152	2.237,0
MA	721	132	3.939,6
MG	540	296	5.328,6
MS	1	1	206,3
MT	109	59	1.670,1
PA	35	19	402,8
PB	244	174	3.798,0
PE	195	90	775,0
PI	1	1	20,0
PR	1	1	7,6
RJ	136	88	1.950,3
RN	954	145	4.396,8
RO	3	3	20,2
RR	58	13	963,3
SP	779	360	6.055,5
TO	6	3	142,4
Total	4.637	1.803	40.539,0

Fonte: Supab/Gepri

d) Doação de Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a Conab, por meio da Superintendência de Abastecimento Social-Supab, fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar doou, em 2010, 30.622,7 mil toneladas de produtos alimentícios e 879,2 mil ladas de doce de frutas, conforme detalhado no quadro a seguir

Quadro A.2.101 – Demonstrativo da Distribuição de Alimentos(Oriundo da Agricultura Familiar)

Sureg	N.º Inst. Beneficiadas	PRODUTOS						Total	Doce de Frutas (Em lata)
		Farinha		Feijão	Leite em pó	Polpa de Frutas	Suco de Frutas		
		Mandioca	Milho						
BA	465	18,0	-	4.285,7	76,1	76,6	2.242,6	6.699,0	56,8
Total	465	18,0	0,0	4.285,7	76,1	76,6	2.242,6	6.699,0	56,8

Fonte: Supab/Gepri

2.6.4– Recursos Recebidos

Os recursos provenientes de repasses se outros órgãos públicos são recebidos pela Matriz (UG 135100) e executados pelas Suregs mediante descentralizações orçamentárias/financeira

2.6.4.1. Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA

O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei n.º 10.969, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n.º 6.447, de 7 de maio de 2008, constituindo-se em uma das ações da Estratégia Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação, é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções.

O artigo 6.º do Decreto n.º 4.772, de 2 de julho de 2003, estabelece que o MAPA, por intermédio da Conab, fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

Por meio deste Programa são adquiridos alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência correspondentes aos praticados nos mercados regionais, até o limite de: a) R\$4.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, na modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação; b) R\$8.000,00 por agricultor/ano para a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e para a Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por instituições governamentais ou não governamentais que atendam às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Objetivando a aquisição de produtos e a operacionalização do Programa, a Conab tem firmado Termos de Cooperação com o MDS e o MDA, recebendo transferência de recursos orçamentários/financeiros consignados nos Programas 0351 – Agricultura Familiar-Pronaf e 1049 – Acesso à Alimentação (MDS). Com os recursos disponíveis, a Conab adquire a produção utilizando-se dos três instrumentos abaixo especificados, em conformidade com o art. 19 da Lei nº10.696, de 2 de julho de 2003, e com o Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008.

- **Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA

n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais.

Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações).

São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c) produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Nas operações de CDAF, os preços de referência são elaborados pela Conab, de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA, constantes da Resolução n.º 29, de 23 de maio de 2008, sendo que e após a aprovação pelo Grupo Gestor são incluídos no Manual e Operações da Conab. Quanto aos preços praticados na CPR-Doação e CPR-Estoque estes são estabelecidos de acordo com a Resolução n.º 39, de 26 de janeiro de 2010.

O PAA entrou em operação em 2003, quando a Conab adquiriu, pelos instrumentos existentes naquele ano, 56 tipos de produtos de 41.065 produtores familiares, em 112 municípios. Em 2010 evoluiu para 316 produtos, 94.512 produtores familiares e 1.070 municípios contemplados. Especificamente nos estados da Bahia e Sergipe foram atendidos 10.627 produtores familiares em 106 municípios, conforme demonstrado na Figura a seguir.

Figura A.2.1 - Área de Atuação do PAA na Bahia

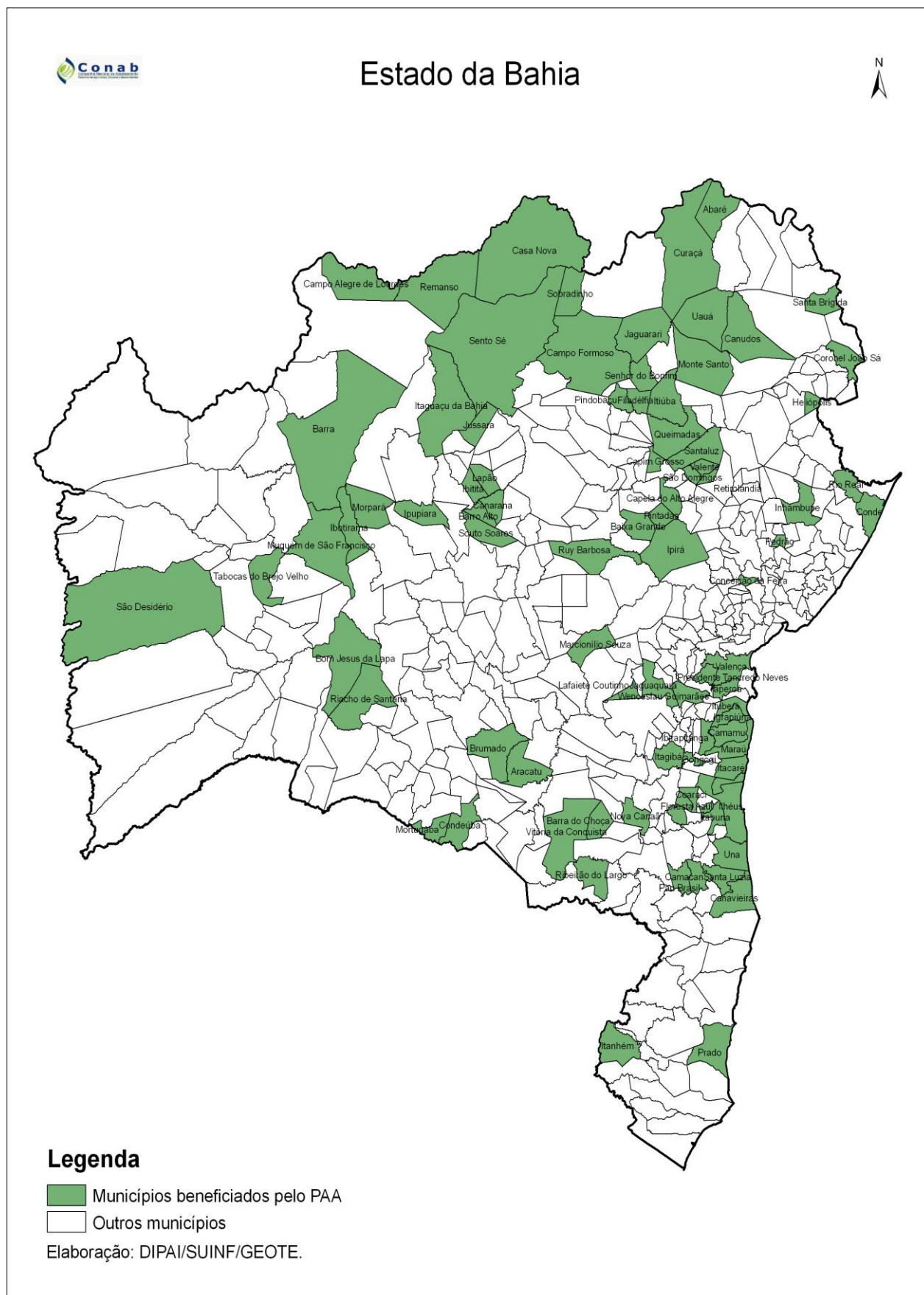
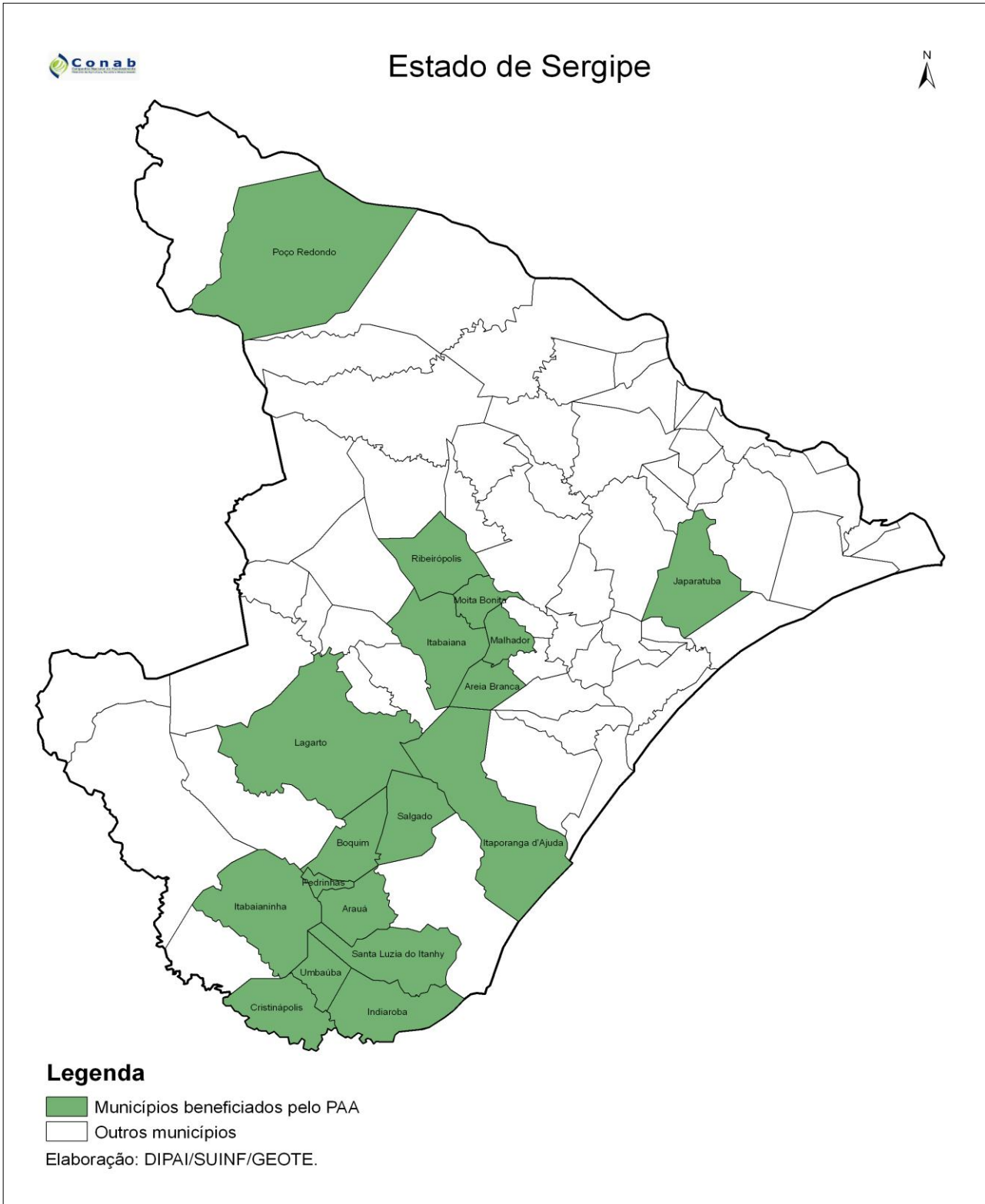


Figura A.2.2 - Área de Atuação do PAA em Sergipe



2.6.4.1.1 Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDS celebraram Termo de Cooperação, em 2009, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa **1049-Programa Acesso à Alimentação**.

Citado Programa tem por finalidade erradicar a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana.

Integra esse Programa a Ação **Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar**, que tem por objetivo o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada. Nesse sentido, busca promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, promovendo o abastecimento institucional com alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios pra fins diversos, incluída a alimentação escolar, e constituindo estoques estratégicos de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Também integrante deste Programa, a **Ação Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar** objetiva manter com segurança, remover e redirecionar quando necessário, os estoques de alimentos adquiridos, proporcionando maior eficácia na distribuição às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, na composição de cestas de alimentos e no atendimento às calamidades públicas, visando dar suporte operacional à Ação Aquisição de Alimentos, dos produtos adquiridos nas modalidades compra direta da agricultura familiar e formação de estoque pela agricultura familiar.

O Termo de Cooperação n.º 003/2009-SESAN, no valor de R\$650.000.000,00, com vigência no período de 04 de maio de 2009 a 31 de julho de 2011, foi destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, podendo ser utilizados os instrumentos já citados, objetivando a formação de estoques estratégicos/segurança, a distribuição gratuita dos alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e, eventualmente, a sua comercialização, para evitar o comprometimento da qualidade dos alimentos.

No rol de produtores beneficiários foram priorizados: a) aqueles dos municípios pertencentes aos Territórios da Cidadania; b) a participação de grupo de mulheres, atendendo o compromisso com o Programa de Apoio às Organizações Produtivas das Mulheres Rurais; c) povos e comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, extrativistas, acampados da reforma agrária, atingidos por barragens, pescadores artesanais e agricultores familiares enquadrados no PRONAF, que, preferencialmente, estejam organizados em cooperativas e associações, e d) famílias dos municípios dos Consórcios de Segurança Alimentar Desenvolvimento Local-Consad, que integram a estratégia do MDS para a geração de oportunidades de trabalho e renda nas sub-regiões periféricas.

No plano de aplicação dos recursos foi prevista a liberação de recursos orçamentários/financeiros em 10 etapas, distribuídas no período de vigência. Além dos recursos previstos foram celebrados 3 Termos Aditivos alterando as metas de quantidade de produto a serem adquiridas e o número de produtores atendidos. O quadro a seguir detalha as metas e os valores previstos.

Quadro A.2.102 - Demonstrativo das Metas Previstas

Discriminação	Ano			Total
	2009	2010	2011	
Termo de Cooperação Original				
Produtores	64.752	85.140	35.822	185.714
Quantidade Produto	132.085	173.674	73.073	378.832
Pólos	34	20	13	67
Repasse (Em R\$)	240.000.000,00	250.000.000,00	160.000.000,00	650.000.000,00
Termo Aditivo n.º 1				
Produtores	10.769	-	-	10.769
Quantidade Produto	28.600	-	-	28.600
Pólos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	50.000.000,00	-	-	50.000.000
Total 2009				
Produtores	75.521	-	-	75.521
Quantidade Produto	160.685	-	-	160.685
Pólos	34	-	-	-
Repasse (Em R\$)	290.000.000,00	-	-	290.000.000
Termo Aditivo n.º 2				
Produtores	-	8.000	-	8.000
Quantidade Produto	-	22.850	-	22.850
Pólos	-	-	-	0
Repasse (Em R\$)	-	40.000.000,00	-	40.000.000
Termo Aditivo n.º 3				
Produtores	-	4.840	-	4.840
Quantidade Produto	-	12.477	-	12.477
Pólos	-	-	-	-
Repasse (Em R\$)	-	24.102.538,00	-	24.102.538
Total 2010				
Produtores	-	97.980	-	97.980
Quantidade Produto	-	209.001	-	209.001
Pólos	-	20	-	20
Repasse (Em R\$)	-	314.102.538,00	-	314.102.538

Fonte: Supaf/Gecaf

Em 2010, a Conab recebeu transferências de dotação orçamentária/financeira no valor total de R\$314.102.538,00. Além desses, o MDS autorizou a Conab a utilizar recursos no valor de R\$25.000.000,00 destinado à aquisição de gêneros alimentícios para distribuição gratuita às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, na aquisição de produtos de agricultores familiares.

Com os recursos do MDS a Sureg-BA/SE atendeu a 10.335 produtores familiares, conforme descrito a seguir.

a) Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF

Por meio deste instrumento foram adquiridas em 2010, 297 toneladas de farinha de mandioca, feijão e leite em pó, de 139 agricultores familiares, em 6 municípios. Houve redução de 98,18% e de 96,09% no número de produtores beneficiados e na quantidade adquirida, conforme quadro a seguir.

Quadro A.2.103- Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDS

UF	Nº de Municípios	Produto	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	22	Farinha de mandioca	43	135	118.874,80
		Feijão	2.063	6.153	8.750.670,43
		Leite em pó	988	460	3.449.565,00
Total	22		3.094	6.748	12.319.110,23
2010	6	Farinha de mandioca	43	159	142.278,56
		Feijão	46	114	161.369,55
		Leite em pó	50	25	187.500,00
Total	6	Farinha de mandioca	139	297	491.148,11

Fonte: Supaf/Gecaf

b) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque)

Em 2010 foram adquiridas 5.312 toneladas de diversos produtos, de 3.385 agricultores familiares, em 22 municípios. Houve crescimento de 97,38% e de 50,44% no número de produtores beneficiados e na quantidade adquirida, conforme quadro a seguir.

Quadro A.2.104- Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque / MDS

Ano	UF	Nº de Agricultores Familiares	Nº de Municípios	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	BA	387	3	828	1.614.499,00
	SE	1.328	3	2.703	4.865.184,00
Total		1.715	6	3.531	6.479.683,00
2010	BA	969	14	1.293	4.241.894,44
	SE	2.416	8	4.019	7.647.292,00
Total		3.385	22	5.312	11.889.186,44

Fonte: Supaf/Gecaf

c) Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação

Por meio deste instrumento foram adquiridas 17.593 toneladas de diversos produtos alimentícios de 6.811 produtores familiares e distribuídas a 1.385 instituições sociais, conforme quadro a seguir. Em relação ao exercício anterior houve crescimento de 109,54% no número de produtores familiares atendidos e de 163,25% na quantidade adquirida, conforme quadro a seguir.

Quadro A.2.105- Demonstrativo de Aquisição pela CPR-Doação/ MDS

Ano	UF	Nº de Agricultores Familiares	Nº de municípios	Quantidade (t)	Nº de Pessoas Beneficiadas	Nº de Entidades Beneficiadas	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
2009	BA	2.990	45	6.066	278.066	478	9.643.002,80
	SE	261	5	617	26.895	25	858.997,90
Total		3.251	50	6.683	304.961	503	10.502.000,70
2010	BA	5.252	76	11.113	663.605	1.278	18.480.432,37
	SE	1.559	14	6.480	123.376	107	6.064.077,04
Total		6.811	90	17.593	786.981	1.385	24.544.509,41

Fonte: Supaf/Gecaf

d) Execução Orçamentária

A despesa total na execução dessas atividades foi de R\$37.832.639,39, destacando-se as despesas com a aquisição de produtos para distribuição gratuita com participação de 97,63% na despesa total de 2010. Comparativamente ao exercício anterior houve aumento na despesa total de 10,42%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro A.2.106 - Demonstrativo da Execução da Despesa – MDS

Ano	Elemento de Despesa (R\$)						Total	
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serv. Para Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros			Obrigações Tributárias e Contributivas
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	192.164,72	30.668,78	33.225.436,84	55.350,86	498,19	693.988,06	34.595,22	34.232.702,67
2010	83.746,50	20.247,28	36.936.762,02	21.570,19	1.018,34	475.545,66	293.749,40	37.832.639,39

Fonte: Siafi

2.6.4.1.2. Termo de Cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA

Para a operacionalização do PAA, a Conab e o MDA celebraram Termo de Cooperação, com descentralização de recursos orçamentários/financeiros consignados no Programa 0351- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

O Programa 0351 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar objetiva garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar, promovendo a sua inserção competitiva nos mercados de produtos e fatores. Dentre outras, é composto pelas seguintes ações:

- **2B81– Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA e 2B83-Operacionalização da Aquisição, da Armazenagem e da Revenda de Produtos da Agricultura Familiar**, que objetivam a aquisição de produtos da agricultura familiar e assentados, como forma de apoiar as políticas voltadas à agricultura familiar, compreendendo ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos com uso preferencial para venda no mercado tradicional, de forma a possibilitar novas compras de produtos; e
- **4280–Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar**, que objetiva identificar, avaliar e difundir experiências exitosas no sentido de ampliar as alternativas de diversificação das fontes de renda dos agricultores familiares, mediante a ampliação das oportunidades de negócio e da valorização dos seus produtos e serviços.

Em 2010 foi celebrado Termo de Cooperação no valor de R\$109.890.450,00, objetivando o desenvolvimento de ações integradas na operacionalização do PAA, por meio de operações nas modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF e de Formação de Estoques da Agricultura Familiar-CPR Estoque. Foi prevista a aquisição de 19.866 toneladas de diversos produtos, de 15.635 agricultores familiares, assim como a aquisição de equipamentos e material permanente, objetivando o fortalecimento das ações de comercialização. No exercício, ocorreu descentralização orçamentária no valor de R\$64.070.450,00.

Especificamente no âmbito da Sureg-BA/SE foram atendidos 292 agricultores familiares, conforme descrito a seguir.

a) Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF

Este instrumento permitiu a aquisição, em 2010, de 5 toneladas de feijão, ao custo total de R\$6.805,68, beneficiando 5 produtores familiares do município de Poço Redondo. Comparativamente ao exercício anterior houve redução de 99,89% no número de produtores atendidos e de 99,94% na quantidade adquirida, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro A.2.107- Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDA

Ano	UF	Nº de Municípios	Produto	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R\$)
2009	BA	27	Feijão	2.572	7.025	9.815.365,82
			Milho em grãos	102	750	237.733,07
	SE	5	Feijão	17	40	57.339,82
			Milho em grãos	5	46	14.680,63
Total		32	-	2.696	7.861	10.125.119
2009	SE	1	Feijão	3	5	6.805,68
Total		1	-	3	5	6.805,68

Fonte: Supaf/Gecaf

b) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR-Estoque)

Por meio desse instrumento foram adquiridas 239 toneladas de carne ovina, guaraná, mel de abelha, palmito, polpa de umbu e queijo de cabra, nos municípios de Iboitirama, Igrapiúna, Pintadas, São Domingos, Uauá, Valença e Boquim, ao custo de R\$1.157.845,92, atendendo 289 produtores familiares. Comparativamente ao exercício anterior houve redução de 58,89% na quantidade de produtores familiares atendidos e de 80,20% na quantidade adquirida, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro A.2.108- Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDA

Ano	UF	Nº de Municípios	Nº de Agricultores Familiares	Quantidade (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R\$)
2009	BA	8	498	638	1.821.555,90
	SE	2	205	569	724.508,00
Total		10	703	1.207	2.546.064
2010	BA	6	239	164	937.845,92
	SE	1	50	75	220.000,00
		7	289	239	1.157.845,92

Fonte: Supaf/Gecaf

c) Remoção dos Estoques

Para reposição dos estoques visando a distribuição às famílias ou grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, ou a retirada de produtos de postos de compras que não ofereçam garantia de manutenção da qualidade dos produtos, ou, ainda, a comercialização, foi contratada a remoção de 5.496 toneladas de farinha, feijão e milho, conforme descrito no quadro a seguir.

Quadro A.2.109 Demonstrativo de Remoção dos Estoques – MDA

UF		Produto	Preços no Leilão (Em R\$)		Quantidades (t)				
Origem	Destino		Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover
BA	BA	Feijão	385.907,86	385.907,86	5.376	5.376	-	-	-
BA	BA	Milho	14.302,67	14.302,67	120	120	-	-	-
Total			400.210,53	400.210,53	5.496	5.496	-	-	-

Fonte: Suarm/Gemov

d) Execução Orçamentária

Em 2010, as despesas executadas somaram R\$1.255.256,72, destacando-se a Aquisição de Bens para Revenda, com 95,03% do total de despesas,. Comparativamente com o exercício anterior, verificou-se redução de conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro A.2.110 Demonstrativo da Execução da Despesa – MDA

Ano	UF	Elemento de Despesa (Em R\$)								Total
		Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	Equipamento e Material Permanente	Aquisição de Bens para Revenda	
2009	BA	51.843,10	16.588,00	12.088,48	4.800,00	522.144,22	34.331,57	0,00	12.104.988,15	12.746.783,52
	SE	4.425,00				21.287,93	430,97	0,00	798.337,41	824.481,31
Total		56.268,10	16.588,00	12.088,48	4.800,00	543.432,15	34.762,54	0,00	12.903.325,56	13.571.264,83
2010	BA	26.149,86	6.886,86	4.992,94	479,00	20.051,74	95,80	-	937.845,92	996.502,12
	SE	-	-	-	1.577,10		2.098,26	-	255.079,24	258.754,60
Total		26.149,86	6.886,86	4.992,94	2.056,10	20.051,74	2.194,06	0,00	1.192.925,16	1.255.256,72

Fonte: Siafi

2.6.5. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS

O **Programa 1049-Acesso à Alimentação**, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-Sesan do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, objetiva a erradicação da fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional, garantindo à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana. O público-alvo são os agricultores familiares, as famílias em situação de insegurança alimentar e/ou nutricional, comunidades populacionais específicas.

Compõe citado Programa a Ação orçamentárias: **2792-Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos** que objetiva a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, como famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas e atingidos por barragens em estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional. Também podem ser beneficiadas populações de grandes centros e da zona rural atingidas por calamidades (enchentes, secas, deslizamentos etc) e que precisam ser imediatamente socorridas.

Para a execução desta Ação o MDS e a Conab firmaram em 2003 parceria estabelecendo o repasse por parte do Ministério dos recursos orçamentários/financeiros disponíveis para a aquisição de produtos alimentícios e custeio das despesas correlatas, ficando a Companhia responsável pela execução operacional, disponibilizando, para tanto, sua estrutura operacional e administrativa.

A coordenação dos trabalhos encontra-se sob a gestão da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar-SESAN, que, em articulação com a Funai, Funasa, Incra, OAN/MDA, SEPIR, SEAPE, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, define os beneficiários, a composição das cestas de alimentos, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

O quadro a seguir apresenta o número de famílias atendidas e a quantidade de cestas de alimentos distribuídas por beneficiários, em todo o país, no período de 2003 a 2010

A experiência iniciada em 2003 tem demonstrado a necessidade da continuidade da ação de atendimento a esses segmentos populacionais que continuam em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional. Por intermédio do Ofício CGAV/DAPE/SESAN n.º 03, de 08 de fevereiro de 2010, a SESAN solicitou a aquisição de gêneros alimentícios para a continuidade do atendimento às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

O Termo de Cooperação 007/2010, celebrado entre a Conab e o MDS, estabeleceu o repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$138.000.000,00, divididos em duas remessas iguais no valor de R\$69.000.000,00, a primeira repassada em junho/2010 e a última prevista para o mês de abril/2011, para composição e distribuição de aproximadamente 3.224.000 cestas de alimentos no biênio 2010 e 2011 (1.612.000 cestas em cada exercício).

O maior contingente é o de famílias acampadas a espera de assentamento, para as quais se presume que necessitam de assistência enquanto não tiverem acesso à terra. Prevê-se, portanto, para

o biênio 2010/2011 e início de 2012, o atendimento a cerca de 228,5 mil famílias acampadas identificadas pelo MDS/INCRA/OAN.

Situação semelhante ocorre com os atingidos por barragens, totalizando 16,3 mil famílias. Essas foram deslocadas de suas propriedades devido a construção de empreendimentos hidroelétricos, e encontram-se, em geral, expostas à insegurança alimentar em função da perda de sua fonte de sustento. Essa situação atinge não somente os pequenos agricultores, proprietários ou não de terras, mas também boa parte da comunidade próxima, pois a perspectiva do deslocamento provoca o empobrecimento geral da economia local, com a desvalorização das propriedades e da impossibilidade de iniciar novos projetos.

No caso das populações indígenas, a previsão de atendimento é de 63,8 mil famílias, comunidades remanescentes de quilombolas com 35 mil famílias, aquelas presentes em terreiros com 14 mil famílias e pescadores artesanais com 5,5 mil famílias. A situação em que se encontram tais comunidades está relacionada com ameaças ao território no qual esses grupos exercem suas formas tradicionais de produção, estando sujeitos à invasão por grileiros e posseiros e também depredação dos recursos naturais.

Comprovadas as necessidades de aporte alimentar para o conjunto das famílias, acampadas, indígenas, quilombolas, terreiro e atingidas por barragens, pescadoras artesanais e as situações emergenciais que podem levar à insegurança alimentar e que se enquadram em um estado de vulnerabilidade social extremamente grave, justifica-se a ação do MDS para o atendimento a essas famílias por meio da distribuição direta e gratuita de gêneros alimentícios.

Na formação dos estoques a Conab poderá, de comum acordo com o MDS, utilizar os estoques oriundos do PAA (MDS e/ou MDA) ou outras modalidades de estoques, a exemplo de doações recebidas em nome do Fome Zero. Os alimentos adquiridos serão recebidos e depositados nas Unidades Operacionais da Conab, preferencialmente nos estados onde ocorrerá a sua distribuição, podendo, ainda, ocorrer a contratação de transporte para reposicionamento e distribuição dos estoques.

Durante o exercício, foram realizados 25 leilões públicos para a aquisição de açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca e de trigo, flocos e fubá de milho, macarrão e óleo de soja, cujas quantidades, especificações e locais de entrega eram parte integrante dos avisos publicados no D.O.U e disponibilizados na Internet, no sítio da Companhia. Nestes certames foram adquiridas 27.689 toneladas dos produtos, representando cerca de 156,15% da meta estabelecida para o exercício. Além dessas foram utilizadas outras 8.597,7 t de produtos adquiridas pelo PAA e pela PGPM.

No área de atuação da Sureg-BA/SE tradicionalmente são atendidas as famílias acampadas, quilombolas, de comunidades de terreiro, Movimento dos Atingidos por Barragens, indígenas, marisqueiras/caranguejeiras e eventualmente são realizados atendimentos especiais, representando em média 14,82% do número de cestas de alimentos distribuídas pela Conab no período, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro A.2.111 Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	BA/SE	Part. (%)	Brasil	BA/SE	Part. (%)	Brasil	BA/SE	Part. (%)
2003	254.911	37.071	14,54	715.435	103.013	14,40	16.607	2.263	13,63
2004	447.764	68.031	15,19	1.620.828	208.443	12,86	38.077	4.704	12,35
2005	505.375	45.679	9,04	1.950.914	232.369	11,91	47.956	5.986	12,48
2006	343.452	47.581	13,85	1.820.792	233.353	12,82	40.943	4.995	12,20
2007	402.726	70.461	17,50	2.097.153	319.660	15,24	49.590	7.068	14,25
2008	354.218	45.412	12,82	1.439.256	187.693	13,04	32.552	4.227	12,99
2009	338.446	76.128	22,49	1.427.275	239.176	16,76	32.636	5.352	16,40
2010	446.363	82.027	18,38	1.946.543	419.486	21,55	46.299	9.754	21,07

Fonte: Supab/Gepab

Da quantidade adquirida por meio dos leilões públicos, a Sureg-BA/SE recebeu 5.330,5 toneladas acrescidas de outras 1.509,3 toneladas de produtos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro A.2.112 Demonstrativo de Aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Quantidades (t)			
	Leilão Público	PAA	PGPM	Total
Açúcar	624,3	-	-	624,3
Arroz beneficiado	2.796,5	-	-	2.796,5
Feijão	-	852,9	-	852,9
Farinha de mandioca	561,2	-	-	561,2
Flocos de milho	337,8	-	-	337,8
Leite em pó	-	656,4	-	656,4
Óleo de soja	672,8	-	-	672,8
Macarrão	337,9	-	-	337,9
Total	5.330,5	1.509,3	0,0	6.839,8

Fonte: Supab/Gepab

No âmbito da Surg-BA/SE as distribuições foram iniciadas em 2003, atendendo às famílias dos acampados a espera da reforma agrária, dos quilombolas, de comunidades de terreiro, em atendimentos especiais, Movimento dos Atingidos por Barragens e indígenas, conforme demonstrado no quadro A.2.113 a seguir.

Quadro A.2.113 Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano	Beneficiários							Total
	Acampados	Quilombolas	Comunidades de Terreiro	Atend. Especiais/ Emergenciais	MAB¹	Indígenas	Marisqueiras/ Caranguejeiras/Pe s. Artesanais	
2003	N.º Famílias	31.838	1.133	-	-	4.100	-	37.071
	Quant. Cestas	95.514	3.399	-	-	4.100	-	103.013
	Quant. Produtos(t)	2.134	23	-	-	106	-	2.263
2004	N.º Famílias	33.259	5.262	-	27.329	2.181	-	68.031
	Quant. Cestas	164.076	12.729	-	27.329	4.309	-	208.443
	Quant. Produtos(t)	3.843	285	-	477	99	-	4.704
2005	N.º Famílias	32.725	4.626	1.150	4.250	747	2.181	45.679
	Quant. Cestas	184.871	11.362	14.150	4.250	1.801	15.935	232.369
	Quant. Produtos(t)	4.803	265	318	139	39	422	5.986
2006	N.º Famílias	35.829	4.626	4.200	-	747	2.179	47.581
	Quant. Cestas	169.486	26.543	20.832	-	1.668	14.824	233.353
	Quant. Produtos(t)	3.672	559	416	-	36	312	4.995
2007	N.º Famílias	35.198	9.102	1.000	20.797	747	3.617	70.461
	Quant. Cestas	250.089	21.616	8.600	26.797	2.415	10.143	319.660
	Quant. Produtos(t)	5.537	472	185	587	54	233	7.068
2008	N.º Famílias	34.716	4.550	1.200	2.000	747	2.199	45.412
	Quant. Cestas	142.677	21.577	5.800	2.000	2.988	12.651	187.693
	Quant. Produtos(t)	3.181	521	140	44	67	274	4.227
2009	N.º Famílias	62.453	4.826	2.050	3.000	400	2.399	76.128
	Quant. Cestas	191.249	15.186	9.708	8.000	800	9.458	239.176
	Quant. Produtos(t)	4.257	339	204	208	18	213	5.352
2010	N.º Famílias	62.453	7.627	2.050	1.000	400	7.497	82.027
	Quant. Cestas	353.138	28.928	8.206	3.000	2.200	15.193	419.486

Fonte: Supab/Gepab

Obs.: (1) Movimento dos Atingidos por barragens

Na aquisição de produtos alimentícios e embalagens, montagem das cestas e na distribuição, foram gastos R\$7.259.105,60. A despesa total com a aquisição dos produtos para distribuição foi de R\$7.200.764,20, representando cerca de 99,2%. Comparativamente ao exercício anterior verifica-se recuo de 30,99% na despesa total, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro A.2.114 Demonstrativo da Execução da Despesa-Distribuição de Alimentos-MDS

Surg	Elemento de Despesa (R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	11.701,26	60.466,66	10.377.739,58	433,00	2.357,04	63.899,59	1.745,13	10.518.342,26
2010	6.298,00	7.419,88	7.200.764,20	-	25.819,14	11.906,02	6.898,36	7.259.105,60

Fonte: Siafi

2.6.6. Distribuição de Alimentos -Ministério da Integração Nacional – MI

O Programa 1029 – Resposta aos Desastres, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas nessas situações, especialmente as de menor renda.

As bases legais deste Programa estão na Constituição Federal que, no artigo 21, prevê como competência da União o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações. Portanto, principalmente nos desastres de grande e muito grande porte, quando as necessidades ultrapassam a capacidade de resposta dos municípios, o atendimento supletivo do Governo Federal deve ser feito com a urgência necessária.

Compõe citado Programa a Ação orçamentária **4564 – Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres**, com atuação em todo o território nacional, com objetivo de prestar socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grande porte, quando comprometida a capacidade local para pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

Objetivando dar continuidade às ações de distribuição de alimentos a Conab elaborou o plano de trabalho que foi aprovado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios para formação e manutenção de estoque estratégico de gêneros alimentícios que possibilite ao Governo Federal, tempestivamente, prestar assistência alimentar, em caráter emergencial, a populações afetadas por desastres de qualquer natureza, que esteja classificado na Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos-CODAR.

À Conab competia a aquisição por meio de leilões eletrônicos de 1.702 toneladas de diversos gêneros alimentícios (arroz, feijão, óleo de soja, açúcar cristal, farinha de mandioca, macarrão, leite em pó, sardinha em lata e rosquinhas de coco), que após embalados formariam um estoque estratégico de aproximadamente 70.000 cestas de alimentos, depositadas nas unidades armazenadoras próprias em locais estratégicos, podendo, se necessário, ser deslocadas conforme as necessidades. Foi previsto também que na composição das cestas a Conab, em comum acordo com a Secretaria Nacional de Defesa Civil poderia utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.

Por sua vez, ao Ministério da Integração Nacional competia as orientações necessárias à destinação dos alimentos adquiridos, tanto quanto as localidades e o público-alvo a ser beneficiado.

Para tanto, a Conab recebeu descentralização de recursos orçamentários/financeiros, no valor de R\$6.207.900,00.

No área de atuação da Sureg-BA/SE tradicionalmente são realizados atendimentos emergenciais, conforme orientações da Defesa Civil. Em 2010, a quantidade de cestas de alimentos distribuídas representou cerca de 19,45% do total entregue pela Conab, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro A.2.115 – Demonstrativo de Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano	N.º Famílias Atendidas			Quantidade de Cestas Distribuídas			Quantidade de Produto Distribuído (t)		
	Brasil	BA	Part. (%)	Brasil	BA	Part. (%)	Brasil	BA	Part. (%)
2006	264.417	35.502	13,43	280.919	35.502	12,64	3.720	623	16,75
2007	174.209	46.925	26,94	174.209	46.925	26,94	4.100	1.077	26,27
2008	294.312	29.137	9,90	296.317	29.137	9,83	6.999	670	9,57
2009	702.238	125.393	17,86	712.752	125.393	17,59	16.743	2.875	17,17
2010	139.452	27.670	19,84	142.286	27.670	19,45	3.766	706	18,75

Fonte: Supab/Gepab

a) Aquisição de Gêneros Alimentícios

Durante o exercício foram realizados, pela Matriz, 22 leilões públicos, sendo adquiridas nesses certames 2.315,4 toneladas de açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca, macarrão, rosquinhas de coco e sardinha. Também foram agregados aos estoques para distribuição 471,7 toneladas de arroz, feijão e leite em pó oriundos dos estoques do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e outras 129 toneladas de feijão vinculadas às AGFs. Os produtos foram entregues

nos locais especificados nos respectivos Avisos de Leilão, sendo que esta Regional não recebeu produtos adquiridos no exercício.

A Sureg-BA/SE recebeu 817,7 toneladas de diversos produtos, conforme detalhado a seguir.

Quadro A.2.116– Demonstrativo de aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Quantidades (Em t)			Total
	Leilão	PAA	PGPM	
Açúcar cristal	72,0	-	-	72,0
Arroz beneficiado	360,0	-	-	360,0
Farinha de mandioca	72,0	-	-	72,0
Farinha de trigo	32,0	-	-	32,0
Feijão	-	90,9	-	90,9
Leite em pó	-	-	-	0,0
Macarrão	72,0	-	-	72,0
Óleo de soja	72,0	-	-	72,0
Rosquinhas de coco	28,8	-	-	28,8
Sardinha em lata	18,0	-	-	18,0
Total	726,8	90,9	0,0	817,7

Fonte: Suaph/Gepab

b) Distribuição de Cestas de Alimentos

Durante o exercício foram distribuídas 27.670 cestas de alimentos a igual número de famílias, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro A.2.117– Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos

Ano		Beneficiários			Total
		Atendimentos Emergenciais	Quilombolas	Comunidades de Terreiro	
2006	N.º Famílias	35.502	-	-	35.502
	Quant. Cestas	35.502	-	-	35.502
	Quant. Produtos(t)	623	-	-	623
2007	N.º Famílias	46.925	-	-	46.925
	Quant. Cestas	46.925	-	-	46.925
	Quant. Produtos(t)	1.077	-	-	1.077
2008	N.º Famílias	25.137	61	3.939	29.137
	Quant. Cestas	25.137	61	3.939	29.137
	Quant. Produtos(t)	578	1	91	670
2009	N.º Famílias	125.393	-	-	125.393
	Quant. Cestas	125.393	-	-	125.393
	Quant. Produtos(t)	2.875	-	-	2.875
2010	N.º Famílias	27.670	-	-	27.670
	Quant. Cestas	27.670	-	-	27.670
	Quant. Produtos(t)	706	-	-	706

Fonte: Supab/Gepab

c) Execução Orçamentária

A despesa total executada nesta Regional totalizou R\$1.332.622,22, destacando-se as despesas com Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita, com participação de 95,78%. Comparativamente ao exercício anterior verifica-se aumento de 1.967,83%.

Quadro A.2.118- Demonstrativo da Execução da Despesa – Distribuição de Alimentos/MI

Ano	Elemento de Despesa (Em R\$)							Total
	Diárias	Material de Consumo	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica		Obrigações Tributárias e Contributivas	
					Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
2009	1.875,00	330,00	-	-	-	62.240,35	-	64.445,35
2010	2.498,00	28.496,40	1.276.363,90	-	-	25.263,92	-	1.332.622,22

Fonte: Siafi

2.6.7 Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Ação orçamentária de responsabilidade do Ministério da Fazenda e executada pela Conab mediante o repasse de recursos financeiros para pagamento das subvenções.

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Garantir e sustentar os preços na comercialização de produtos agropecuários, por meio de instrumentos de equalização de preços, exonerando o Governo Federal da obrigação de adquirir o produto.
- **Descrição:** Equalização de preços destinando recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de prêmio ou bonificação, apurados em leilão ou em outra modalidade de licitação, para promover o escoamento do produto pelo setor privado, ou para o pagamento da diferença entre o preço de exercício em contratos de opção de venda de produtos agropecuários, lançados pelo Poder Executivo, e o valor de mercado desses produtos.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Secretaria de Política Agrícola – SPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA
- **Coordenador Nacional da Ação:** Adriano Pereira de Paula
- **Unidades Executoras:** Companhia Nacional de Abastecimento – Conab e Secretaria do Tesouro Nacional – STN do Ministério da Fazenda – MF

Para garantir e sustentar os preços, a Conab utiliza os seguintes instrumentos: Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa-PEPRO, Prêmio para Equalização do Valor de Referência de Soja em Grãos-PESOJA, Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda-PROP e Prêmio de Escoamento do Produto-PEP.

A decisão sobre os instrumentos que serão utilizados, o momento e a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados e a origem e destino dos produtos, é de responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA, cabendo à Conab a operacionalização, que envolve desde a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e o pagamento das subvenções.

Os pagamentos, no caso dos instrumentos acima citados, são realizados pela Matriz, em Brasília-DF, com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional, utilizando-se da dotação aprovada para a Ação Orçamentária do Ministério da Fazenda/Operações Oficiais de Crédito, denominada Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários.

2.6.7.1 – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor-PEPRO

É uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada Estado da Federação. O PEPRO é lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Valor de Referência.

a) PEPRO de Milho

Em 2010, foram ofertadas por meio de leilão público 760.000 toneladas de milho em grãos, sendo negociadas 464.329 toneladas, com uma subvenção prevista de R\$51.216.303,20. Ao final do exercício, só houve a comprovação de que 294.094 toneladas do produto foi vendida pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão. Assim sendo, a subvenção efetivamente paga foi de R\$23.464.289,28.

Dos valores negociados no Estado da Bahia, houve a comprovação da operação de 290.194 toneladas, pagando-se um prêmio de R\$ 23.181.209,28, conforme quadro abaixo:

Quadro A.2.119 - PEPRO Milho

PEPRO – Milho em grãos						
Sureg	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Comprovada (Em t)	Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada				
BA	760.000	464.329	51.216.303,20	BA	290.194	23.181.209,28
				PE	3.900	283.080,00
Total	760.000	464.329	51.216.303,20	-	294.094	23.464.289,28

Fonte : SUO PE/GECOM

Quadro A.2.120

DATAS PARA ACOMPANHAMENTO DOS LEILÕES DO PRÊMIO PARA O ESCOAMENTO DO PRODUTO - PEPRO / 2010					
Aviso	Produto	Data do Leilão	Data limite para Venda do Produto	Data limite para comprovação do escoamento	Data limite para pagamento do Prêmio (10 dias úteis após a comprovação)
112	Milho Grãos	08/06/10	09/07/10	29/10/10	16/11/10
117	Milho Grãos	17/06/10	19/07/10	29/10/10	16/11/10
127	Milho Grãos	24/06/10	26/07/10	29/10/10	16/11/10
153	Milho Grãos	01/07/10	02/08/10	30/11/10	14/12/10
164	Milho Grãos	08/07/10	09/08/10	30/11/10	14/12/10
171	Milho Grãos	15/07/10	16/08/10	28/02/11	15/03/11
181	Milho Grãos	29/07/10	30/08/10	28/02/11	15/03/11
195	Milho Grãos	12/08/10	27/09/10	15/03/11	05/04/11
196	Milho Grãos	19/08/10	05/10/10	15/03/11	05/04/11

Datas Para Acompanhamento dos Leilões do Prêmio para Escoamento do Produto

2.6.7.2 - Prêmio para o Escoamento de Produto-PEP

É um instrumento de política agrícola que concede subvenção econômica aos interessados em adquirir o produto diretamente do produtor e/ou cooperativa, garantindo-lhes o pagamento do valor de referência, sob a condição de escoar o excedente da safra para a região de consumo, evitando-se assim a aquisição desses excedentes por parte do Governo Federal.

a) PEP Trigo

Toda a operação de subvenção do trigo em 2010, foi realizada através do instrumento de PEP na Sureg/BA, resultando no pagamento de prêmio na ordem de R\$138.500,00 referente a

comprovação de escoamento de 1.000 toneladas do produto, do total de 4.000 ofertadas, conforme quadro abaixo:

Quadro A.2.121 – PEP TRIGO

PEP – Trigo						
Sureg	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Comprovada (Em t)	Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada				
BA	4.000	1.000	138.500,00	BA	1.000	138.500,00
Total	4.000	1.000	138.500,00	-	1.000	138.500,00

Fonte: SUOPE/GECOM

Quadro A.2.122 Datas Limites Para acompanhamento dos Leilões de PEP – Trigo 2010

Aviso	Produto	Data do Leilão	Data limite para pagamento do Produto	Data limite para formalização	Data limite para comprovação do Escoamento	Data limite para pagamento do Prêmio (10 dias úteis após da comprovação)
1	Trigo Grãos	07/01/10	09/02/10	09/03/10	30/06/10	14/07/09
2	Trigo Grãos	07/01/10	09/02/10	09/03/10	30/06/10	14/07/09
8	Trigo Grãos	14/01/10	18/02/10	18/03/10	15/07/10	29/07/10
9	Trigo Grãos	14/01/10	18/02/10	18/03/10	15/07/10	29/07/10
12	Trigo Grãos	21/01/10	25/02/10	25/03/10	15/07/10	29/07/10
13	Trigo Grãos	21/01/10	25/02/10	25/03/10	15/07/10	29/07/10
17	Trigo Grãos	29/01/10	05/03/10	05/04/10	15/08/10	27/08/10
18	Trigo Grãos	29/01/10	05/03/10	25/04/10	15/08/10	27/08/10
327	Trigo Grãos	25/11/10	10/01/11	-	30/06/11	14/07/11
347	Trigo Grãos	02/12/10	17/01/11	-	30/06/11	14/07/11
358	Trigo Grãos	09/12/10	24/01/11	-	30/06/11	14/07/11
373	Trigo Grãos	16/12/10	31/01/11	-	30/06/11	14/07/11

Fonte: SUOPE/GECOM

b) PEP Milho

Em 2010, foram ofertadas por meio de leilão público 535.000 toneladas de milho em grãos produzidos no Estado da Bahia, sendo negociadas 423.849 toneladas, com uma subvenção prevista de R\$44.667.417,50. Ao final do exercício, foram comprovados 414.890 toneladas do produto. Assim sendo, a subvenção efetivamente paga foi de R\$ 32.848.556,62.

Dos valores negociados no Estado da Bahia, houve a comprovação da operação de 30.926 toneladas, 7,45% do total, pagando-se um prêmio de R\$1.873.352,94 (5,70%), conforme quadro abaixo:

Quadro A.2.123 PEP Milho

PEP – Milho						
Origem	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Comprovada (Em t)	Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada				
BA	535.000	423.849	44.667.417,50	AL	44.062	3.196.419,89
				BA	30.926	1.873.352,94
				CE	105.875	8.545.107,53
				ES	32.348	3.137.732,62
				PA	1.675	127.671,62
				PB	77.623	5.888.234,40
				PE	114.532	9.522.057,37
				RN	7.849	557.980,25
Total	535.000	423.849	44.667.417,50	-	414.890	32.848.556,62
GO	-	-	-	BA	2.731	212.302,00
MG	-	-	-	BA	1.500	115.440,00
GO	-	-	-	SE	820	70.760,00
Total	-	-	-	-	5.051	398.502

Fonte: SUOPE/GECOM

Quadro A.2.124– Datas Para Acompanhamento dos Leilões de PEP – Milho 2010

DATAS PARA ACOMPANHAMENTO DOS LEILÕES DO PRÊMIO PARA O ESCOAMENTO DO PRODUTO - PEP / 2010

Aviso	Produto	Data do Leilão	Data limite para pagamento do Produto	Data limite para formalização	Data limite para comprovação do escoamento	Data limite para pagamento do Prêmio (10 dias úteis após da comprovação)
21	Milho Grãos	04/02/10	22/02/10	22/03/10	30/06/10	14/07/10
27	Milho Grãos	18/02/10	08/03/10	08/04/10	30/06/10	14/07/10
64	Milho Grãos	06/04/10	23/04/10	24/05/10	06/08/10	20/08/10
71	Milho Grãos	15/04/10	03/05/10	04/06/10	30/07/10	13/08/10
105	Milho Grãos	27/05/10	28/06/10	-	29/10/10	14/12/10
111	Milho Grãos	08/06/10	09/07/10	-	29/10/10	14/12/10
116	Milho Grãos	17/06/10	19/07/10	-	31/12/10	11/02/11
152	Milho Grãos	01/07/10	02/08/10	-	31/12/10	11/02/11
163	Milho Grãos	08/07/10	09/08/10	-	31/12/10	11/02/11
170	Milho Grãos	15/07/10	16/08/10	-	28/02/11	12/04/11
175	Milho Grãos	22/07/10	23/08/10	-	28/02/11	12/04/11
180	Milho Grãos	29/07/10	30/08/10	-	28/02/11	12/04/11
187	Milho Grãos	05/08/10	06/09/10	-	15/03/11	04/05/11
194	Milho Grãos	12/08/10	13/09/10	-	15/03/11	04/05/11
216	Milho Grãos	15/09/10	01/11/10	-	15/03/11	04/05/11

Fonte: SUOPE/GECOM

c) PEP Sisal

Em 2010, foram iniciados as ofertas por meio de leilão público para a cultura do sisal. No total foram ofertados 130.300 toneladas de sisal bruto, sendo negociadas 56.154 toneladas, com uma subvenção prevista de R\$21.279.997,73.

Ao final do exercício, houve a comprovação de escoamento de 19.006 toneladas (33,85%) do produto com uma subvenção efetivamente paga de R\$6.833.216,74 (32,11%).

Quadro A.2.125 – PEP Sisal

PEP – Sisal						
Sureg	Quantidade (Em t)		Valor Previsto (Em R\$)	Destino	Comprovada (Em t)	Valor Pago (Em R\$)
	Ofertada	Negociada				
BA	130.300	56.154	21.279.997,73	BA	19.006	6.833.216,74
Total	130.300	56.154	21.279.997,73	-	19.006	6.833.216,74

Fonte: SUOPE/GECOM

Quadro A.2.126 Datas Para Acompanhamento dos Leilões de PEP – Sisal 2010

Aviso	Produto	Data do Leilão	Data limite para pagamento do Produto	Data limite para formalização	Data limite para comprovação do Escoamento	Data limite para pagamento do Prêmio (10 dias úteis após da comprovação)
26	Sisal	18/02/10	31/03/10		18/08/10	01/09/10
29	Sisal	25/02/10	07/04/10		25/08/10	09/09/10
33	Sisal	08/03/10	19/04/10		03/09/10	20/09/10
43	Sisal	16/03/10	27/04/10		13/09/10	27/09/10
50	Sisal	23/03/10	04/05/10		20/09/10	04/10/10
67	Sisal	07/04/10	19/05/10		06/10/10	21/10/10
70	Sisal	14/04/10	26/05/10		13/10/10	27/10/10
75	Sisal	22/04/10	01/06/10		19/10/10	03/11/10
82	Sisal	30/04/10	10/06/10	-	28/10/10	12/11/10
90	Sisal	12/05/10	23/06/10	-	10/11/10	25/11/10
94	Sisal	19/05/10	30/06/10	-	17/11/10	01/12/10
106	Sisal	26/05/10	07/07/10	-	24/11/10	08/12/10
109	Sisal	02/06/10	17/07/10	-	01/12/10	15/12/10
113	Sisal	09/06/10	21/07/10	-	08/12/10	22/12/10
115	Sisal	16/06/10	28/07/10	-	15/12/10	29/12/10
121	Sisal	23/06/10	04/08/10	-	22/12/10	05/01/11
198	Sisal	23/08/10	04/10/10	-	21/02/11	07/03/11
203	Sisal	31/08/10	13/10/10	-	01/03/11	16/03/11
212	Sisal	08/09/10	20/10/10	-	09/03/11	23/03/11
215	Sisal	15/09/10	27/10/10	-	16/03/11	30/03/11
221	Sisal	22/09/10	03/11/10	-	23/03/11	06/04/11
234	Sisal	29/09/10	10/11/10	-	30/03/11	13/04/11
243	Sisal	06/10/10	17/11/10	-	06/04/11	20/04/11
257	Sisal	13/10/10	24/11/10	-	13/04/11	29/04/11
261	Sisal	20/10/10	01/12/10	-	20/04/11	06/05/11
275	Sisal	27/10/10	08/12/10	-	27/04/11	15/05/11
280	Sisal	03/11/10	15/12/10	-	04/05/11	18/05/11
291	Sisal	10/11/10	22/12/10	-	11/05/11	25/05/11
309	Sisal	17/11/10	29/12/10	-	18/05/11	01/06/11
326	Sisal	24/11/10	05/01/11	-	25/05/11	08/06/11
346	Sisal	01/12/10	12/01/11	-	01/06/11	15/06/11
357	Sisal	08/12/10	19/01/11	-	08/06/11	22/06/11
372	Sisal	15/12/10	26/01/11	-	15/08/11	29/08/11

Fonte: SUOPE/GECOM

2.6.8 Comercialização de Produtos Agrícolas dos Estoques Públicos

No que tange à política de abastecimento, a intervenção do governo na comercialização dos produtos se dá mediante operações como a Venda e o VEP, realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com a participação de Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, e visa a suplementar a oferta e corrigir desequilíbrios de preços

a) Subvenção à Comercialização - Valor de Escoamento do Produto-VEP

O VEP é um valor pago a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), que adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor (valor do produto mais o valor da subvenção) e, posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento para a região de consumo, é ressarcido do valor da subvenção definida no leilão.

No período entre os meses de janeiro a maio, a Conab ofertou para venda 11.338 toneladas de milho em grãos armazenados no Estado da Bahia, sendo negociadas 7.213 toneladas. O valor da operação incluindo o ICMS e excluindo o valor do prêmio foi de R\$ 3.058.804,99 e o valor total previsto do prêmio de R\$366.502,44.

Quadro A.2.127 VEP Milho em Grãos

UF de Origem	Quantidade (t)		Valor da Operação com ICMS sem o Prêmio (Em R\$)	Prêmio Previsto (Em R\$)
	Ofertada	Negociada		
BA	11.338	7.213	3.058.804,99	366.502,24
GO	22.780	6.476	2.042.349,43	446.848,14
MS	50.000	47.575	13.915.195,34	4.971.167,50
MT	187.671	5.550	1.370.130,00	182.250,00
TO	20.344	76	28.538,00	5.517,60
Total	292.133	66.890	20.415.017,76	5.972.285,48

Fonte: Suope/Geope

Quadro A.2.128 Datas Para Acompanhamento dos Leilões de VEP – Milho em Grãos 2010

Aviso	Data do Leilão	Data limite para pagamento do Produto	Data limite para comprovação do Escoamento	Data Máxima para Pagamento do Prêmio de Risco (10 dias úteis após comprovação)
376	23/12/10	03/01/11 a 07/01/11	04/04/11	18/04/11
377	23/12/10	03/01/11 a 07/01/11	04/04/11	18/04/11

b) Subvenção Econômica aos Produtores de Cana-de-Açúcar

Subvenção econômica concedida aos produtores independentes de cana de açúcar, pessoas físicas ou jurídicas ou suas cooperativas, para repasse aos seus cooperados, cuja produção tenha sido cultivada e beneficiada em terras e em unidades industriais da Região Nordeste, que tenham como atividade principal ou secundária a produção de açúcar e/ou etanol e que possuam cadastro junto à Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA/E/MAPE.

A subvenção tem valor fixo de R\$5,00 por tonelada e está limitada a 10.000 toneladas por produtor, com período de vigência para produtos processados entre 1.º de agosto de 2009 a 31 de julho de 2010, de acordo com as normas estabelecidas no Regulamento Para Subvenção aos Produtores de Cana de Açúcar na Região Nordeste, na Safra 2009/2010, N.º 01/2010, elaborado em conformidade com o disposto nos artigos 131 e 132 da Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010 e Portaria Interministerial MAPA/MF n.º 591, de 12 de agosto de 2010.

Até o fim do exercício foram pagos R\$42.933.501,02 a 11.293 produtores e/ou cooperativas.. Nos Estados da Bahia e Sergipe 191 produtores receberam subvenção, num total de R\$2.834.830,50 (6.60% do total nacional) conforme detalhado no quadro a seguir:

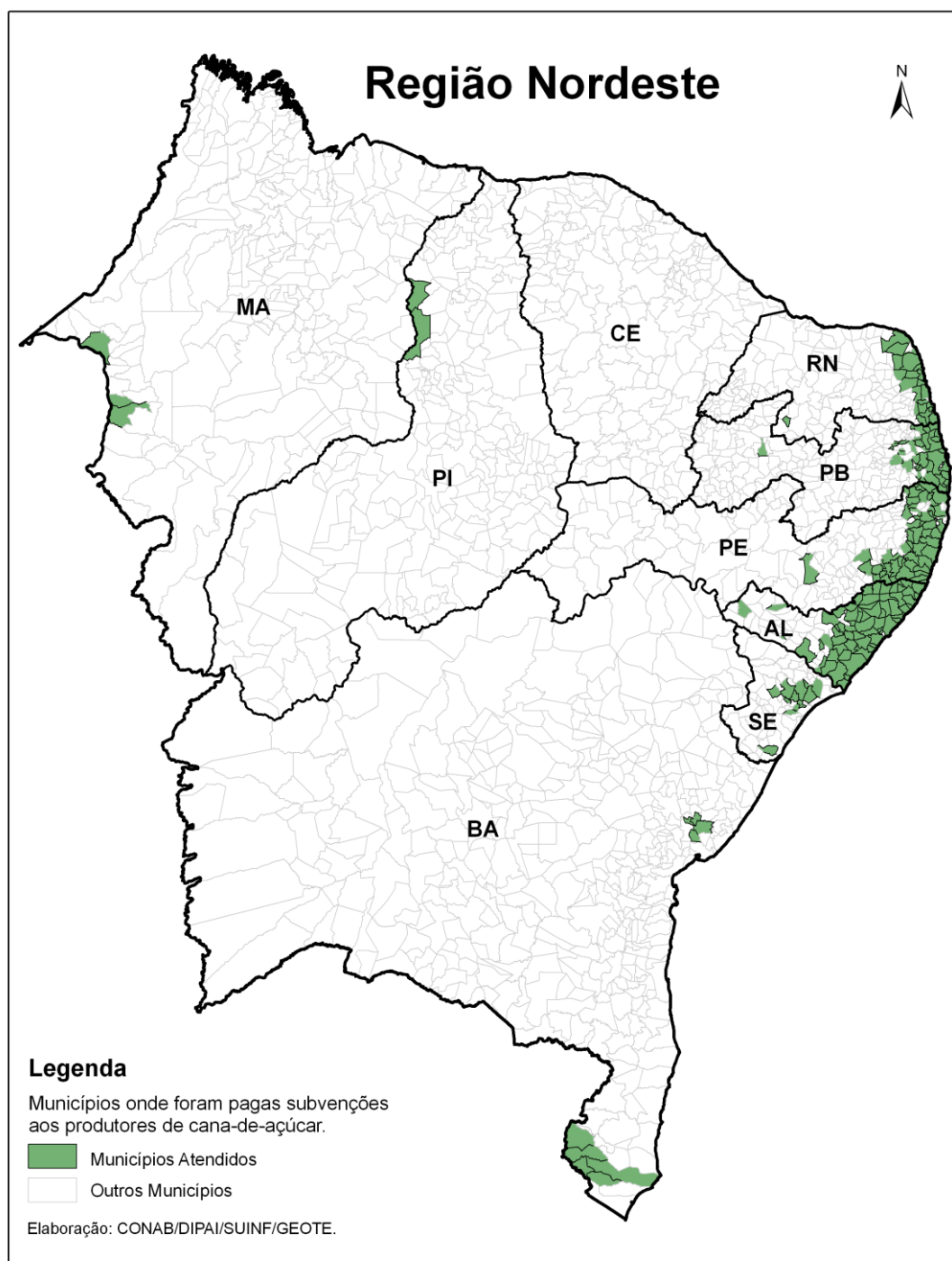
Quadro A.2.129- Demonstrativo do Pagamento de Subvenção aos Produtores de Cana de Açúcar

UF	N.º de Produtores	Quantidade (t)	Valor (Em R\$)
AL	4.270	4.162.025	20.810.123,27
BA	162	474.929	2.374.464,15
MA	14	35.141	175.706,55
PB	1.101	1.364.656	6.823.281,68
PE	5.434	2.090.050	10.450.247,73
PI	105	31.579	157.897,15
RN	178	336.283	1.681.414,14
SE	29	92.073	460.366,35
Total	11.293	8.586.737	42.933.501,02

Fonte: Sufin/Gefog

A Figura a seguir apresenta os municípios onde os produtores foram beneficiados com o pagamento do subsídio.

Figura A.2.3 -MUNICÍPIOS ONDE OS PRODUTORES FORAM BENEFICIADOS COM O PAGAMENTO DO SUBSÍDIO DA SUBVENÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR



2.6.9 -Levantamento da Produção, Custos e Estoques Privados do Café

O Programa 0350 - Desenvolvimento da Economia Cafeeira, constante do Plano Plurianual - PPA 2008-2011 -, instituído pela Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, e da Lei Orçamentária Anual - LOA nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, e sob a responsabilidade da Secretaria de Produção e

Agroenergia-SPA/Mapa, tem o objetivo de implementar políticas dos setores público e privado, que propiciem a geração de renda e desenvolvimento da cadeia agroindustrial do café, além de promover geração de divisas, emprego e inserção social de forma sustentável. Destina-se também ao desenvolvimento de pesquisas, ao incentivo à produtividade e competitividade dos setores produtivos, qualificação da mão de obra, publicidade e promoção do café brasileiro, nos mercados interno e externo, e prioriza as linhas de financiamento para o custeio, investimento, colheita e pré-comercialização do café, entre outros instrumentos de política agrícola.

Na execução deste Programa, a SPAE e a Conab firmaram parceria objetivando a realização do levantamento da produção, dos custos de produção e estoques privados de café, prevendo o repasse de recursos orçamentários/financeiros da ordem de R\$864.915,00; sendo R\$698.754,19 para o levantamento da safra, R\$44.160,81 para a elaboração dos custos de produção e R\$17.000,00 para o levantamento dos estoques privados. Durante o exercício a Conab recebeu descentralização orçamentária no valor de R\$821.087,00. O Plano de Trabalho elaborado e aprovado previa:

- Realização das avaliações das safras brasileiras de café, pelos métodos objetivo e subjetivo, e continuidade aos estudos de aperfeiçoamento e avaliação dos métodos de estimativa de área cultivada e produtividade da cultura no Brasil, promovendo a uniformização dos modelos estatísticos de estimativas adotados, com o apoio e suporte técnico da rede multi-institucional de parceiros integrantes do Projeto Geosafras, para a aplicação e melhoria destes métodos, utilizando-se instrumentos de geotecnologia no mapeamento das lavouras; e monitoramento e aplicação de modelos agrometeorológicos, nos prognósticos de rendimento.
- Elaboração de planilhas de custo de produção, por meio de pesquisas de coeficientes técnicos e preços junto ao setor produtivo, nas principais regiões produtoras de café do País; e
- Pesquisa dos estoques privados de café, na rede armazenadora que se dedica ao produto, em todo o País.

a) Levantamento da Safra Brasileira de Café

No período de 8 de novembro a 17 de dezembro de 2010, os técnicos da Conab e de Instituições parceiras como: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo-SAA/CATI/IEA, Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A - EBDA, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná - SEAB, Departamento de Economia Rural - DERAL, Associação de Assistência Técnica, Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER/RO e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, visitaram municípios dos principais estados produtores de café (Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraná, Rondônia e Rio de Janeiro que correspondem a 98,0% da produção nacional), para a realização de entrevistas e aplicação de questionários aos informantes previamente selecionados, objetivando a realização da quarta estimativa de produção da safra de café de 2010 e a primeira estimativa de safra para 2011.

A safra de café beneficiado no País em 2009/10, fechou com uma produção de 48,09 milhões de sacas de 60 quilos. O resultado representa um acréscimo de 21,85% ou 8,62 milhões de sacas, quando comparado com a produção de 39,47 milhões de sacas obtidas na safra 2009. Tal crescimento é justificado pelo ano de bienalidade positiva, aliado às condições climáticas favoráveis durante o ciclo da cultura.

Quando comparada à safra anterior, observa-se uma redução de 0,78% ou de 16.284 hectares na área de café em produção, passando de 2.092,9 mil hectares para 2.076,6 mil hectares. Essa área que deixou de ser cultivada foi ocupada pelas lavouras de cana de açúcar, sobretudo nos Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Em setembro, os baixos índices pluviométricos registrados no norte e nordeste de Minas, no oeste e centro-sul da Bahia e no Espírito Santo favoreceram a maturação e o final da colheita do

café, cuja qualidade melhorou bastante em função da diminuição do percentual de grãos verdes na planta. Esse problema ocorreu em função das sucessivas floradas no ano passado e consequente maturação desigual dos frutos.

No entanto, a qualidade do produto permaneceu aquém do esperado, devido às condições meteorológicas ocorridas, durante toda a safra, nas principais regiões produtoras. O clima mais seco nos meses de agosto e setembro fez com que os grãos amadurecessem prematuramente, comprometendo o processo de granação. E, em alguns casos, o longo período de estiagem entre os meses de abril a outubro favoreceu o ataque de pragas, embora os índices de produtividade permanecessem próximos da média.

Quadro A.2.130- Demonstrativo da Evolução da Produção de Café 2009/10

UF/Região	Safra				Variação	
	2009		2010		(c/a)	(d/b)
	Área em produção (ha) (a)	Produção (mil sacas beneficiadas) (b)	Área em produção (ha) (c)	Produção (mil sacas beneficiadas) (d)		
Minas Gerais	1.000.731	19.880	1.006.719	25.155,0	0,6	26,53
Espírito Santo	479.798	10.205	460.193	10.147,0	-4,09	-0,57
São Paulo	182.020	3.423	167.147	4.662,0	-8,17	36,2
Paraná	85.180	1.467	81.874	2.284,0	-3,88	55,69
Bahia	126.170	1.874	139.550	2.292,7	10,6	22,34
Rondônia	154.335	1.547	154.879	2.369,0	0,35	53,14
Mato Grosso	15.272	141	15.186	203,1	-0,56	44,04
Pará	12.407	228	13.500	228,6	8,81	0,26
Rio de Janeiro	13.923	265	13.100	250,1	-5,91	-5,62
Outros	23.073	440	24.477	503,3	6,09	14,39
Total	2.092.909	39.470	2.076.625	48.094,8	-0,78	21,85

Fonte: Convênio MAPA/SPAE e Conab/Dipai/Suinf/Geasa

Para a safra 2011, a primeira estimativa de produção total de café (arábica e conilon) indica que o País deverá colher entre 41,89 e 44,73 milhões de sacas de 60 quilos de café beneficiado. O resultado dessa primeira pesquisa representa uma redução entre 12,9% e 7,0%, quando comparada com a produção obtida na temporada anterior. Essa redução se deve ao ano de baixa bionalidade.

A maior redução se dará na produção do café arábica, com queda entre 15,9 e 9,9% (redução entre 5,87 e 3,65 milhões de sacas). Para a produção do robusta (conilon), a previsão aponta desde uma redução de 3,0% a um crescimento de 2,6%, ou seja, redução de 340,3 mil a um aumento de 291,5 mil sacas.

Quadro A.2.131- Demonstrativo da Evolução da Produção de Café 2010/11

UF/Região	Safr a					Variação		
	2010		2011			(c/a)	(d/b)	(e/b)
	Área em Produção (em ha) (a)	Produção (mil sacas benef) (b)	Área em Produção (em ha) (c)	Produção (mil sacas beneficiadas)				
				Lim. Inferior (d)	Lim. Superior (e)			
Minas Gerais	1.006.719	25.155,0	997.858	21.219,0	22.709,0	-0,88	-15,65	-9,72
Espírito Santo	460.193	10.147,0	455.777	10.216,1	10.847,9	-0,96	0,68	6,91
São Paulo	167.147	4.662,0	167.147	3.283,5	3.564,3	0	-29,57	-23,55
Paraná	81.874	2.284,0	76.000	1.630,0	1.800,0	-7,17	-28,63	-21,19
Bahia	139.550	2.292,7	139.725	2.495,8	2.655,6	0,13	8,86	15,83
Rondônia	154.879	2.369,0	154.879	1.856,9	1.971,8	-	-21,62	-16,77
Mato Grosso	15.186	203,1	15.186	203,1	203,1	-	-	-
Pará	13.500	228,6	13.500	228,6	228,6	-	-	-
Rio de Janeiro	13.100	250,1	13.100	250,1	250,1	-	-	-
Outros	24.477	503,3	24.477	503,3	503,3	-	-	-
Total	2.076.625	48.095	2.057.649	41.886,4	44.733,7	-0,91	-12,91	-6,99

Fonte: Suinf/Seasa

A área total estimada é de 2.280,6 mil hectares, ou seja, 0,4% inferior à safra passada (2.289,2 hectares). A área em produção totaliza 2.057,6 mil hectares, inferior em 0,9% à safra 2010, enquanto que a área em formação, ou seja, aquela que ainda não entrou no processo produtivo, apresenta crescimento de 4,8% em comparação com a safra passada.

Quadro A.2.132 - Demonstrativo de Produção e Produtividade do Parque Cafeeiro Safra 2011

UF/Região	Parque Cafeeiro				Produção (Mil sacas beneficiadas)						Produtividade (Sacas/ha)	
	Em Formação		Em Produção		2011							
	Área (em ha)	Cafeeiros (mil covas)	Área (em ha)	Cafeeiros (mil covas)	Arábica		Robusta		Total			
					Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Inferior	Limite Superior		
Minas Gerais	144.490	519.593	997.858	3.073.595	20.975,0	22.449,0	244,0	260,0	21.219,0	22.709,0	21,26	22,76
Espírito Santo	31.972	108.527	455.777	1.156.408	2.816,9	2.991,2	7.399,2	7.856,7	10.216,1	10.847,9	22,41	23,80
São Paulo	8.634	31.565	167.147	459.082	3.283,5	3.564,3	-	-	3.283,5	3.564,3	19,64	21,32
Paraná	13.500	67.000	76.000	273.000	1.630,0	1.800,0	-	-	1.630,0	1.800,0	21,45	23,68
Bahia	9.031	33.002	139.725	321.339	1.795,4	1.911,8	700,4	743,8	2.495,8	2.655,6	17,86	19,01
Rondônia	6.955	11.295	154.879	114.860	-	-	1.856,9	1.971,8	1.856,9	1.971,8	11,99	12,73
Mato Grosso	6.307	14.638	15.186	33.865	16,3	16,3	186,8	186,8	203,1	203,1	13,37	13,37
Pará	150	335	13.500	30.105	-	-	228,6	228,6	228,6	228,6	16,93	16,93
Rio de Janeiro	150	405	13.100	27.437	237,6	237,6	12,5	12,5	250,1	250,1	19,09	19,09
Outros	1.716	6.008	24.477	60.371	201,3	201,3	302,0	302,0	503,3	503,3	20,56	20,56
Total	222.905	792.368	2.057.649	5.550.062	30.956,0	33.171,5	10.930,4	11.562,2	41.886,4	44.733,7	20,36	21,74

Fonte: Suinf/Seasa

b) Levantamento dos Estoques Privados de Café

A Conab realizou, no período de 19 de julho a 20 de agosto de 2010, o 7.º Levantamento dos Estoques Privados de Café, objetivando quantificar o estoque de passagem ou a quantidade de café em estoque no dia 31/03/2010, data que antecede a entrada da nova safra 2010/11.

O levantamento efetuado é decorrente da Lei de Armazenagem (Lei n.º 9.973, de 9 de maio de 2000) e de seu Decreto Regulamentador (Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001), que tem como um de seus objetivos: “suprir a demanda por informações a respeito dos estoques dos principais produtos agropecuários que, em conjunto com outras informações, venham subsidiar o planejamento estratégico e a adoção de políticas para regularizar o abastecimento interno dos referidos produtos, via monitoramento periódico de todos os elos da cadeia agrícola”.

Para a realização deste levantamento foram encaminhados 1.118 formulários a estabelecimentos cadastrados e/ou entidades representativas, que integram a cadeia produtiva do café. Deste total 70,3% foram devolvidos à Conab, sendo que 67% estavam devidamente preenchidos e foram validados para a contagem dos volumes de estoque e 3,3% devolvidos pelo correio por motivos variados.

Em relação aos estoques apurados nos exercícios anteriores, verificou-se redução de 38,97%, 13,71%, 49,13% e 8,02% nos exercícios de 2009, 2008, 2007 e 2006, respectivamente.

Quadro A.2.133 Demonstrativo de Estoques Apurados, por Segmento e UF

UF	Estoques Finais em 31/12 (mil sacas de 60 kg)									
	2006		2007		2008		2009		2010	
	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon	Arábica	Conilon
MG	6.812	45	12.719	38	7.022	70	10.382	42	6.080	23
ES	512	129	529	456	471	531	613	345	373	457
SP	997	101	2.396	69	1.179	34	1.678	57	828	91
PR	566	78	652	67	522	49	742	107	419	35
Outros	391	93	485	172	393	94	590	100	546	92
Total	9.278	446	16.781	802	9.587	778	14.005	651	8.245	699
	9.724		17.583		10.365		14.656		8.944	

Fonte: Dipai/Suinf

Quanto à distribuição espacial e por entidade, verifica-se forte concentração no Estado de Minas Gerais, com 68,24% do estoque apurado, sendo que as cooperativas instaladas naquele estado detinham 27,77% do estoque total.

Quadro A.2.134 Demonstrativo da Distribuição Espacial e por Entidade dos Estoques de Café em sacas de 60 kg

UF	Entidades					Total	Participação (%)
	Indústrias	Solúveis	Exportadores	Cooperativas	Outros		
AC	147	-	-	-	-	147	0,00
AM	4.856	-	-	-	-	4.856	0,05
BA	20.569	-	70.650	105.088	14.503	210.810	2,36
CE	26.706	-	-	-	-	26.706	0,30
DF	14.534	-	-	-	-	14.534	0,16
ES	60.333	-	245.928	162.094	361.350	829.705	9,28
GO	123.349	-	-	-	32.320	155.669	1,74
MG	267.915	305	1.445.838	2.484.212	1.905.342	6.103.612	68,24
MS	883	-	-	-	182	1.065	0,01
MT	3.857	-	-	82	2.592	6.531	0,07
PB	14.174	-	-	-	-	14.174	0,16
PE	9.108	-	-	-	-	9.108	0,10
PR	36.842	40.098	-	146.777	230.719	454.436	5,08
RJ	11.988	-	-	-	494	12.482	0,14
RN	27.237	-	-	-	-	27.237	0,30
RO	6.829	-	-	215	1.012	8.056	0,09
RS	109	-	-	-	-	109	0,00
SC	19.760	-	-	-	93	19.853	0,22
SE	126.607	-	-	-	-	126.607	1,42
SP	84.159	11.568	364.102	298.457	160.005	918.291	10,27
Total	859.962	51.971	2.126.518	3.196.925	2.708.612	8.943.988	100,00

Fonte: Dipai/Suinf/Geint

A despesa executada para o desenvolvimento da avaliação de safra e nos demais levantamentos, foi de R\$724.412,33, destacando-se os Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica e diárias, com participação de 71,92% e 18,07%, respectivamente, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quando A.2.135 Demonstrativo da Execução da Despesa

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	
AM	282,00	-	-	-	282,00
BA	4.737,00	1.465,06	-	-	6.202,06
CE	1.034,00	429,68	-	-	1.463,68
DF	48.068,50	6.126,63	27.252,22	520.844,00	602.291,35
ES	3.196,00	902,01	1.036,40	-	5.134,41
GO	10.810,00	1.805,04	-	-	12.615,04
MA	2.256,00	1.440,00	-	-	3.696,00
MG	34.404,00	7.876,86	15.369,27	85,75	57.735,88
PB	846,00	142,12	-	-	988,12
PE	2.538,00	485,61	-	-	3.023,61
PR	562,50	-	918,16	-	1.480,66
RO	1.034,00	469,19	-	17,00	1.520,19
SC	2.538,00	1.050,49	12,30	-	3.600,79
SP	17.578,00	3.276,03	1.704,15	36,36	22.594,54
TO	1.034,00	750,00	-	-	1.784,00
Total	130.918,00	26.218,72	46.292,50	520.983,11	724.412,33

Fonte: Siafi

2.6.10 Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana-de-Açúcar

A Conab, em um programa de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, realizou durante os dias 29 de novembro a 12 de dezembro de 2010, o terceiro levantamento da safra 2010/11 de cana de açúcar.

Nesta etapa, as visitas atingiram praticamente todas as unidades de produção sucroalcooleira. O objetivo do levantamento é consolidar os números finais da safra na região centro-sul e indicar o desenvolvimento da safra nas regiões norte e nordeste.

De acordo com a metodologia da Conab, os dados são obtidos diretamente dos informantes das próprias unidades de produção, através de questionários aplicados pelos técnicos da Companhia. As informações geradas neste relatório, além de serem oriundas de fontes primárias, são analisadas criticamente por unidade produtora e consolidadas em nível de Unidade de Federação.

A lavoura de cana de açúcar continua em expansão no Brasil. O levantamento indica aumento de área em todas as regiões, destacando os Estados da Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins. Lembrando também que novas usinas entraram em funcionamento nesta safra sendo 3 em Minas Gerais, 2 em São Paulo e Goiás, 1 em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

A estiagem prolongada na região centro-sul e a má distribuição das chuvas na região norte e nordeste explicam a redução, no geral, da produtividade. Por outro lado, o comportamento do clima favoreceu as operações de colheita, aumentou a concentração da sacarose na cana, mas prejudicou o terço final do desenvolvimento dos canaviais colhidos nesta safra.

Importante citar que as condições climáticas adversas, observadas no decorrer de 2010, poderão afetar a produtividade na próxima safra (2011/12), uma vez que a estiagem tende a dificultar o processo de desenvolvimento da lavoura.

A previsão do total de cana que será moída na safra 2010/11 é de 624.991 mil toneladas, com incremento de 3,4% em relação à safra 2009/10, o que significa que haverá 20.477 mil toneladas a mais para moagem nesta safra.

Com exceção da região sul, que teve a produção reduzida em 3,4% as demais regiões apresentam incremento em sua matéria prima, destacando-se as regiões norte (39,2%) e centro-oeste (24,2%).

Do total da cana esmagada, 288.715,1 mil toneladas (46,2%) foram destinadas à produção de açúcar e 336.204,1 mil toneladas (53,8%) destinadas à produção de etanol.

Quadro A.2.136 - Demonstrativo da Produção de Cana-de-Açúcar

UF	Área (Em mil há)			Produção (em mil t)			Destinação (Em mil t)	
	Safr		Var (%)	Safr		Var (%)	Indústria Sucroalcooleira	
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11		Açúcar	Etanol
AL	448,0	438,6	-2,1	24.504,5	26.752,8	9,2	18.218,7	8.534,1
AM	3,8	3,8	-1,1	211,8	345,7	63,2	200,1	145,6
BA	37,4	42,6	13,8	2.947,1	3.259,2	10,6	1.157,0	2.102,2
CE	2,3	2,8	17,9	154,4	180,4	16,8	-	180,4
ES	68,0	68,7	0,9	4.009,6	3.484,0	-13,1	801,3	2.682,7
GO	471,9	599,3	27,0	40.092,5	47.980,8	19,7	13.266,7	34.714,1
MA	39,4	42,1	6,9	2.209,4	2.551,7	15,5	137,8	2.413,9
MG	588,8	649,9	10,4	49.923,4	55.198,1	10,6	23.867,7	31.330,4
MS	265,4	396,2	49,3	23.297,8	34.333,2	47,4	11.364,3	22.968,9
MT	203,0	207,1	2,0	14.045,6	13.835,1	-1,5	3.402,1	10.433,0
PA	10,9	10,0	-8,4	623,4	540,0	-13,4	234,9	305,1
PB	115,5	111,8	-3,2	6.320,0	5.349,9	-15,3	1.588,9	3.761,0
PE	321,4	346,8	7,9	17.805,6	18.783,8	5,5	13.486,8	5.297,0
PI	13,6	13,3	-2,2	1.014,0	836,9	-17,5	364,1	472,8
PR	536,0	582,3	8,7	45.502,8	43.905,2	-3,5	23.515,6	20.389,6
RJ	45,8	51,3	12,0	3.260,0	2.643,5	-18,9	1.467,1	1.176,4
RN	67,0	65,7	-2,0	3.472,5	2.994,2	-13,8	1.832,5	1.161,7
RO	1,8	2,6	47,8	111,3	146,5	31,6	-	146,5
RS	1,0	1,7	63,3	48,5	85,6	76,5	-	85,6
SE	37,9	37,0	-2,4	2.249,7	2.200,9	-2,2	550,2	1.650,7
SP	4.129,9	4.357,0	5,5	362.664,7	359.235,5	-0,9	173.259,3	185.976,2
TO	0,7	3,1	350,3	45,1	348,0	671,6	-	348,0
Total	7.409,6	8.033,6	8,4	604.513,7	624.991,0	3,4	288.715,1	336.275,9

Fonte: Suinf/Geasa

Para o açúcar, a previsão é de crescimento, passando de 33.074,7 mil toneladas na safra passada para 38.675,6 mil toneladas na nova temporada, significando um aumento de 16,9%. O aumento se dá na região norte (52,59%), no nordeste (9,39%), no centro-oeste (48,07%), no sudeste (13,98%) e no sul (25,91%).

Quadro A.2.137 Demonstrativo da Produção de Açúcar

UF	Cana de Açúcar Destinada a Produção de Açúcar (Em 1.000t)			Produção de Açúcar (Em 1.000t)		
	Safr		Var. %	Safr		Var. %
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11	
AL	16.455,7	18.218,7	10,7	2.096,2	2.352,2	12,2
AM	112,7	200,1	77,6	8,7	19,5	124,1
BA	1.184,3	1.157,0	-2,3	129,9	139,7	7,5
ES	666,6	801,3	20,2	77,7	93,2	19,9
GO	11.247,6	13.266,7	18,0	1.392,1	1.832,9	31,7
MA	118,8	137,8	16,0	15,9	17,3	8,8
MG	20.879,0	23.867,7	14,3	2.685,8	3.244,1	20,8
MS	6.199,7	11.364,3	83,3	746,8	1.488,9	99,4
MT	3.299,3	3.402,1	3,1	414,2	458,7	10,7
PA	178,6	234,9	31,5	24,5	31,1	26,9
PB	1.415,4	1.588,9	12,3	183,4	192,6	5,0
PE	12.527,2	13.486,8	7,7	1.478,3	1.644,9	11,3
PI	446,4	364,1	-18,4	53,9	46,0	-14,7
PR	20.186,1	23.515,6	16,5	2.438,1	3.069,7	25,9
RJ	1.600,2	1.467,1	-8,3	176,6	167,1	-5,4
RN	1.823,5	1.832,5	0,5	218,4	235,5	7,8
SE	624,1	550,2	-11,8	118,4	69,4	-41,4
SP	167.214,0	173.259,3	3,6	20.815,8	23.572,8	13,2
Total	266.179,2	288.715,1	8,5	33.074,7	38.675,6	16,9

Fonte: Suinf/Geasa

Para o etanol a previsão é um aumento de 7,5%, passando de um total de 25.762.622,7 mil litros para 27.699.553,8 mil litros. No que se refere ao etanol anidro, a produção estimada é de 8.107,5 milhões de litros, com estimativa de crescimento de 16,66% em relação à safra 2009/10. A previsão de aumento na produção se concentra nos Estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Pernambuco e São Paulo.

Em se tratando de etanol hidratado, a produção estimada é de 19.592,1 milhões de litros, com aumento de 4,14% em relação à safra anterior. A produção está concentrada nas regiões centro-oeste e sudeste que respondem por 87,46% do etanol produzido no país, sendo os maiores produtores os Estados de São Paulo (54,26%), Goiás (11,61%), Minas Gerais (10,35%), Mato Grosso do Sul (7,39%) e Paraná (6,96%).

Quadro A.2.138 - Demonstrativo da Produção de Alcool

UF	Cana de Açúcar Destinada a Produção de Etanol (Em 1.000t)			Produção de Etanol (Em 1.000l)								
			Var. %	Etanol Anidro		Var. %	Etanol Hidratado		Var. %	Total		
	Safr			Safr			Safr			Safr		
	2009/10	2010/11		2009/10	2010/11		2009/10	2010/11		2009/10	2010/11	
AL	8.048,7	8.534,1	6,0	303.988,0	289.983,9	-4,6	318.969,0	381.083,1	19,5	622.957,0	671.067,0	7,7
AM	99,1	145,6	46,9	-	-	-	4.739,0	8.797,3	85,6	4.739,0	8.797,3	85,6
BA	1.762,9	2.102,2	19,2	43.828,0	64.325,4	46,8	74.247,0	90.323,4	21,7	118.075,0	154.648,8	31,0
CE	154,4	180,4	16,8	-	-	-	10.924,0	12.746,3	16,7	10.924,0	12.746,3	16,7
ES	3.343,1	2.682,7	-19,8	111.963,0	96.563,5	-13,8	124.924,0	92.735,0	-25,8	236.887,0	189.298,5	-20,1
GO	28.844,9	34.714,1	20,3	484.995,0	671.244,6	38,4	1.709.245,0	2.275.605,7	33,1	2.194.240,0	2.946.850,3	34,3
MA	2.090,6	2.413,9	15,5	109.746,0	145.599,1	32,7	58.751,0	36.444,7	-38,0	168.497,0	182.043,8	8,0
MG	29.044,4	31.330,4	7,9	482.839,0	592.413,1	22,7	1.814.448,0	2.024.253,0	11,6	2.297.287,0	2.616.666,1	13,9
MS	17.098,1	22.968,9	34,3	236.798,0	401.179,7	69,4	1.030.834,0	1.448.650,7	40,5	1.267.632,0	1.849.830,4	45,9
MT	10.746,3	10.433,0	-2,9	271.565,0	280.268,7	3,2	553.789,0	580.366,6	4,8	825.354,0	860.635,3	4,3
PA	444,9	305,1	-31,4	4.113,0	10.623,5	158,3	33.521,0	13.969,7	-58,3	37.634,0	24.593,2	-34,7
PB	4.904,6	3.761,0	-23,3	153.470,0	130.040,9	-15,3	234.276,0	147.142,1	-37,2	387.746,0	277.183,0	-28,5
PE	5.278,4	5.297,0	0,4	140.305,0	188.657,4	34,5	240.093,0	203.997,4	-15,0	380.398,0	392.654,8	3,2
PI	567,6	472,8	-16,7	35.807,0	33.133,0	-7,5	5.146,0	2.465,2	-52,1	40.953,0	35.598,2	-13,1
PR	25.316,8	20.389,6	-19,5	367.385,0	276.709,0	-24,7	1.514.002,0	1.362.829,0	-10,0	1.881.387,0	1.639.538,0	-12,9
RJ	1.659,8	1.176,4	-29,1	9.962,0	-	-100,0	103.297,0	83.116,4	-19,5	113.259,0	83.116,4	-26,6
RN	1.648,9	1.161,7	-29,5	51.225,0	40.892,9	-20,2	69.070,0	49.985,2	-27,6	120.295,0	90.878,1	-24,5
RO	111,3	146,5	31,6	-	-	-	8.550,0	12.126,8	41,8	8.550,0	12.126,8	41,8
RS	48,5	85,6	76,5	-	-	-	2.460,0	5.668,5	130,4	2.460,0	5.668,5	130,4
SE	1.357,0	1.650,7	21,6	28.464,2	26.895,3	-5,5	93.926,5	101.082,5	7,6	122.390,7	127.977,8	4,6
SP	195.450,7	185.976,2	-4,8	4.113.387,0	4.858.967,6	18,1	10.805.138,0	10.630.272,9	-1,6	14.918.525,0	15.489.240,5	3,8
TO	45,1	348,0	671,6	-	-	-	2.433,0	28.394,7	1.067,1	2.433,0	28.394,7	1.067,1
Total	338.066,1	336.275,9	-0,5	6.949.840,2	8.107.497,6	16,7	18.812.782,5	19.592.056,2	4,1	25.762.622,7	27.699.553,8	7,5

Fonte: Suinf/Geasa

2.6.11. Levantamento de Safra das Culturas do Dendê e Pinhão Manso

Em atendimento à solicitação da Secretaria de Produção e Agroenergia-SPA/EMATER, a Conab elaborou Plano de Trabalho objetivando levantamento da safra de dendê nos Estados do Amazonas, Bahia, Pará e Roraima, e de pinhão manso nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Bahia, Goiás e Tocantins. Para tanto, a Conab recebeu recursos orçamentários no valor de R\$116.210,68 e financeiros de R\$24.850,03, consignados na Ação **2270-Gestão e Administração do Programa, do Programa Desenvolvimento da Agroenergia**, sob a coordenação daquela. Este objetiva ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva.

a) Dendê

A cultura do Dendê está em plena expansão com aumento significativo da área plantada e com ciclo completo desde a produção até a comercialização.

Da palma ou dendezeiro utiliza-se o fruto, cachos vazios dos frutos, cascas da amêndoa (caroço) e estipe. Do fruto são extraídos o óleo de palma e o óleo de palmiste. Com as fibras das folhas e dos cachos de frutos vazios podem ser confeccionados materiais de média densidade para tampas e artesanato. Os estipes podem ser transformados em móveis ou utilizados para construções rústicas.

Atualmente o Dendê é considerado uma das matrizes de maior potencialidade para produção de biodiesel na região norte e parte do nordeste brasileiro, não só pela sua boa adaptação nesses lugares, mas também pela alta produção de óleo por hectare e tecnologia de produção bem definida. Esse potencial vem ao encontro da necessidade do País em diversificar a matriz desse biocombustível, que atualmente tem como principal matéria prima (acima de 80%) o resíduo da produção de farelo e óleo de soja.

A área plantada no país é de aproximadamente 104,8 mil hectares com produção acima de um milhão de toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro A.2.139 - Demonstrativo da Safra 2010

UF	Área (Em ha.)	Produção (Em T)	Produtividade (Em kg/ha)
AM	350	3.000,0	8.571
BA	53.517	205.553,0	3.841
PA	51.000	970.899,8	19.037
RR	-	-	-
Total	104.867	1.179.452,8	11.247

Fonte: Dipai/Suin/Geasa

b) Pinhão Manso

As informações obtidas no levantamento realizado indicam que a cultura do Pinhão Manso vem enfrentando diversos problemas que impedem o seu desenvolvimento e o crescimento de área, dificultando sua consolidação como mais uma alternativa agrícola.

A falta de conhecimento técnico sobre a cultura é um dos principais fatores que está colaborando para o insucesso da cultura. Os produtores pouco conhecem sobre as pragas e doenças que atacam as plantas, bem como seu respectivo controle. Não possuem informações acerca do tipo de solo adequado, declividade e altitudes ideais para a cultura.

Outra variável que está afetando o desempenho da cultura é a comercialização. O preço oferecido desestimula os pequenos produtores, levando-os ao abandono da cultura que se dizima rapidamente.

No geral, as áreas onde se observou o desenvolvimento normal da cultura são aquelas implantadas pelas empresas, que fomentam o cultivo do Pinhão Manso e dispõem de

acompanhamento técnico e recursos suficientes para manter todos os tratos culturais e práticas agronômicas exigidas pela cultura.

Nos estados onde foram localizados plantio ou vestígios de cultivo do pinhão manso, foi possível estimar as áreas plantadas, remanescente ou abandonadas. As informações obtidas no levantamento indicam que o processo de produção e comercialização se encontra efetivamente implantado no estado do Pará, cuja produção é exportada para a Espanha.

Nos demais estados pode-se continuar com o acompanhamento das possíveis colheitas esperadas e dos experimentos que vem sendo realizados. Essa situação se observa nos estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Maranhão, Rio de Janeiro e Tocantins. No caso de São Paulo a tendência é de extinção da cultura, mas é necessário o acompanhamento das ações dos produtores.

É prematuro indicar uma estimativa futura de produção do pinhão manso, principalmente em virtude de que este é o primeiro levantamento de informações sobre a cultura realizado pela Conab, e, também, ainda é crítica a margem de confiança dos produtores, principalmente pela imprevisibilidade dos investimentos futuros na cultura.

Quadro A.2.140 - Levantamento de situação do Pinhão Manso

UF	Nº de municípios	Área plantada (ha)	Área remanescente (ha)	Idade do plantio	Situação geral	Produtividade (Kg/ha)	Produção (t)
BA	11	922,0	684,0	da implantação à produção	Boas condições	-	-
GO	11	75,6	75,6	1 a 3 anos	Regulares condições	-	-
ES	10	664,5	664,5	1 a 3 anos	Boas condições	p/ sementes	-
MA	7	12,0	12,0	-	-	-	-
MT	7	3.617,0	3.617,0	1 a 2 anos	Regulares condições	-	-
MG	20	680,6	398,2	0 a 3 anos	Regulares condições	-	-
PA	1	30.000,0	15.000,0	1 a 3 anos	Abandono 50% Produção 50%	6.500	97,53
RJ	10	3.000,0	3.000,0	2 anos	Abandonado	-	-
SP	4	35,0	0,0	-	Erradicado	-	-
TO	1	3.000,0	3.000,0	Sem informação	Semiabandono	-	-

Fonte: Suinf/Geasa

Durante o período, a Conab recebeu repasse orçamentário no valor de R\$116.210,68 e financeiro no valor de R\$24.850,03. Nos levantamentos das safras foram gastos R\$28.135,90. No fim do exercício a Conab devolveu à SPAE dotação orçamentária de R\$88.074,78.

Quadro A.2.141 - Demonstrativo da Execução da Despesa

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	
AM	807,50	-	150,00	-	957,50
BA	1.504,00	1.218,02	463,00	-	3.185,02
ES	94,00	-	-	-	94,00
GO	3.102,00	646,96	1.686,66	-	5.435,62
MA	2.256,00	1.124,40	-	-	3.380,40
MG	3.854,00	1.707,81	203,44	50,00	5.815,25
MT	1.504,00	533,90	889,76	-	2.927,66
PA	1.316,00	400,08	436,00	-	2.152,08
RJ	2.068,00	723,17	1.335,60	61,60	4.188,37
Total	16.505,50	6.354,34	5.164,46	111,60	28.135,90

Fonte: Siafi

2.6.12 Fiscalização das Operações de Subvenção Econômica do Prêmio de Seguro Rural

A concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, com base na Lei n.º 10.823, de 19 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n.º 5.121, de 29 de junho de 2004,

tem como objetivo promover a universalização do acesso ao seguro rural e assegurar o papel do seguro como instrumento estabilizador de renda agropecuária, além de induzir o uso de tecnologias adequadas e a modernização da gestão do empreendimento agropecuário.

Mencionado Decreto, em seu Art. 22, estabelece que a fiscalização da aplicação dos recursos subvencionados será exercida pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural-CGSR, que poderá, para tanto, firmar contratos, convênios, parcerias e acordos com órgãos ou entidades de direito público ou privado.

Por seu turno, a Resolução n.º 10, de 25 de abril de 2006, do citado Comitê, estabelece as condições a serem observadas na realização da fiscalização das operações de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural, formalizadas em todo o território nacional.

O MAPA ou a Conab poderão, *in loco*, fiscalizar toda e qualquer fase ou aspecto da operação e certificar as informações prestadas pelos beneficiários e pelas seguradoras nas apólices ou certificados de seguro. Essas ações são fundamentais para o aprimoramento do Programa, sobretudo em relação à qualidade e à constatação da veracidade dos dados informados, proporcionando ao MAPA bases para a formulação de políticas públicas relacionadas com o setor.

Mediante Plano de Trabalho elaborado pela Conab, a Secretaria de Política Agrícola-SPA/MAPA descentralizou recursos orçamentários no valor de R\$199.500,00 e financeiros de R\$146.675,12, consignados no Programa **0360 – Gestão da Política Agropecuária** e na **Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa**

Para a conclusão do Plano de Trabalho 2009/10, as operações tiveram início no mês de março. E para o Plano de Trabalho 2010/11 ocorreram nos meses de agosto/setembro e novembro/dezembro.

Quadro A.2.142 – Demonstrativo do Número de Apólices

UF	N.º de Empreendimentos			Total
	3.º quadrimestre/2009	1.º quadrimestre/2010	2.º quadrimestre/2010	
AL	2	-	-	2
BA	22	1	22	45
DF	2	-	1	3
ES	3	-	2	5
GO	117	1	11	129
MA	2	1	2	5
MG	129	1	60	190
MS	49	8	10	67
MT	40	1	3	44
PB	-	-	1	1
PI	8	-	1	9
PR	521	12	90	623
RJ	1	-	-	1
RO	2	-	-	2
RS	246	1	33	280
SC	140	-	18	158
SP	180	8	209	397
TO	7	1	3	11
Total	1.471	35	466	1.972

Fonte: Sufis/Gesup

Na realização das operações foram liquidadas despesas no valor total de R\$146.675,12, totalizando 100,0% dos recursos financeiros descentralizados pela SPA, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro A.2.143 – Demonstrativo da Execução Orçamentária

UF	Elemento de Despesa (Em R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	
PI	5.828,00	1.209,84	3.620,99	20,00	10.678,83
PR	14.380,50	2.561,74	698,12	37,40	17.677,76
RS	24.158,00	6.085,29	8.340,46	399,30	38.983,05
SP	10.340,00	1.526,60	524,60	560,00	12.951,20
Matriz	57.457,00	2.560,71	6.343,47	23,10	66.384,28
Total	112.163,50	13.944,18	19.527,64	1.039,80	146.675,12

Fonte: Siafi

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVO POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

(PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/1/2010)

Não houve ocorrência no período.

4. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

(PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/1/2010)

Quadro A.4.1 Restos a Pagar Processados e Não Processados

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
ANO DO EMPENHO	INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	10.325,82	0,00	2.168,63	8.157,19
2007	275,48	0,00	275,48	0,00
2008	12.052,72	-9,43	7.119,21	4.924,08
2009	1.485.749,06	-2.785,18	1.475.927,03	6.946,85
2010/2011	9.981.302,38	-3.844,50	7.899.063,00	2.078.394,88

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
ANO DO EMPENHO	INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2005	0,00	0,00	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	-1.685,45	2.073,07	0,00
2009	2.143.774,51	-582.257,54	1.561.344,65	172,26
2010/2011	714.822,91	0,00	416.445,04	298.377,87

4.1 Análise Crítica dos Restos a Pagar

a) A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ.

Os RPs são pagos em seus vencimentos. A liberação dos recursos financeiros pela MATRIZ se dá de acordo com as demandas efetuadas pelas Regionais por meio de programações financeiras.

b) Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de 2010, decorrentes do pagamento de RP nesse exercício.

Considerando que as despesas foram registradas no ano de emissão de empenho e os recursos financeiros pertinentes foram devidamente assegurados, os pagamentos de RPs no exercício de 2010 não produziram impacto na gestão financeira da UJ.

c) As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro.

Quadro A.4.2 Restos Pagar a Pendentes

RP PROCESSADOS A PAGAR - NE							
UG	NR.NE	2006	2007	2008	2009	2010	FAVORECIDO
135103	2006NE000118	8.157,19					Giro Construtora LTDA
135101	2008NE001927			1.970,79			Hospital da Bahia S/A
	2008NE001928			1.626,11			Hospital da Bahia S/A
	2008NE002208			895,10			Hospital da Bahia S/A
	2008NE002762			223,08			Hospital da Bahia S/A
	2008NE003061			209,00			Hospital da Bahia S/A
135101	2009NE000114				165,55		Hospital da Bahia S/A
	2009NE000285				1.235,34		Hospital da Bahia S/A
	2009NE000443				162,08		Hospital da Bahia S/A
	2009NE000571				39,28		Hospital da Bahia S/A
	2009NE000653				144,60		Hospital da Bahia S/A
135112	2009NE002541				3.120,00		Rogério dos S.Silva
	2009NE002783				2.080,00		Lourival da C. Araujo
TOTAIS		8.157,19	0,00	4.924,08	6.946,85	0,00	
RP PROCESSADOS A PAGAR - NE							
135565	2009NE000173				172,26		Rodrigo Torres da Silva
TOTAIS					172,26		

A permanência de **RP Processado** há mais de um exercício financeiro deu-se pelo seguinte motivos:

- ✓ **Empenhos da empresa Giro Construtora:** A Construtora não cumpriu com os prazos contratuais de entrega de obra e o valor apurado da multa foi superior ao do saldo restante para pagamento, estando, portanto, o crédito sobrestado até a conclusão da ação de cobrança judicial n.º 6949.88.2008.4.01.3300 ajuizada pela Conab. Assim sendo, tal valor refere-se a sobrestamento para ser abatido do débito da Construtora Giro para com a Conab.

- ✓ **Empenhos do Hospital da Bahia:** Refere-se a sobrestamento para propositura de Ação de Consignação, objetivando identificar o legítimo destinatário do pagamento, tendo em vista que a Conab recebeu notificações extrajudiciais do Banco Cédula, por ter o Hospital da Bahia dado seus títulos como garantia de caução decorrente de financiamento de crédito à referida instituição financeira.
- ✓ **Empenho de Rogério dos Santos Silva:** Refere-se a diversas devolução de Ordens Bancárias de Pagamentos, pelo Banco do Brasil S/A, em razão do produtor não ter comparecido ao banco para fazer o saque do pagamento pela venda de sisal.
- ✓ **Empenho de Lourival da Cunha Araújo:** Refere-se a diversas devolução de Ordens Bancárias de Pagamentos, pelo Banco do Brasil S/A, em razão do produtor não ter comparecido ao banco para fazer saque do pagamento pela venda de sisal.

A permanência de **RP Não Processado** deu-se por falta de estorno de saldo de empenho relativo á multa aplicada ao fornecedor.

5.COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

(PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/1/2010)

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados celetistas, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de funcionários terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

A Portaria n.º 21, de 5 de outubro de 2009, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, alterou o limite máximo do quadro de pessoal próprio da Conab para 5.076 empregados. Foi estabelecido neste documento, que do quadro de pessoal 2.480 vagas estão destinadas a recepcionar os empregados readmitidos sob a condição de anistiados, a quais deverão ser extintas à medida que o empregado admitido sob essa condição deixe de fazer parte do quadro da Empresa. Neste contexto, a Conab não estabeleceu lotação autorizada por Regional.

No fim do exercício, a Sureg-BA/SE contava com 148 empregados, sendo 109 em efetivo exercício na Regional e os demais cedidos a outros órgãos públicos ou em licença não remunerada, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro A.5.1 – Composição do Quadro de Recursos Humanos
Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	0	124	2	2
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	0	85	2	2
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	85	2	2
1.2.2 Servidor de Carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	39	0	0
1.4.1 Cedidos	-	36	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença Remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	3	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	0	24	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	0	0	0
2.2.1 Servidor de Carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	0	24	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	24	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
Total	0	148	2	2

Fonte: Sumoc/Gecav

Do quadro de empregados 96 apresentam situação contratual decorrente de readmissão por reintegração judicial ou pela lei de anistia, correspondendo a 64,86% do corpo funcional. O vínculo empregatício mediante contrato padrão aplica-se aos demais empregados, incluídos os concursados cujas admissões ocorreram mais recentemente.

Quadro A.5.2- Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual
Situação Apurada em 31/12/2010

Discriminação	Quantidade de Empregados		
	Sureg-BA/SE		Variação
	31/12/09	31/12/10	
Contrato Padrão	52	52	-
Reintegrado (Transitado)	4	4	-
Reintegrado Liminar	-	-	-
Anistiado (Transitado)	5	5	-
Anistiado (Liminar)	-	-	-
Anistiado (Lei 8878/94)	86	87	1
Total	147	148	1

Fonte: Conab/Dirad/Sureh

A faixa etária entre 41 a 50 anos apresenta concentração de 40,54% do número de empregados, seguida pela faixa entre 51 a 60 anos com 37,16%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro A.5.3 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária
Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária					Total
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provimento de cargo efetivo	5	9	60	55	19	148
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	0
1.2 Servidores de Carreira	5	9	50	37	11	112
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	10	18	8	36
2. Provimento de cargo em Comissão	0	0	0	0	0	0
2.1 Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	0
2.3 Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	0
3. Total	5	9	60	55	19	148

Fonte: Sutin

Do quadro de empregados apenas 19,59% possui curso superior com especialização/mestrado ou não, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro A.5.4 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade
Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade										Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
1. Provimento de cargo efetivo	1	0	30	11	64	12	5	2	0	0	125
1.1 Membros de poder e agentes políticos											0
1.2 Servidores de Carreira	1		16	6	48	10	5	2			88
1.3 Servidores com Contratos Temporários											0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença			14	5	16	2					37
2. Provimento de cargo em Comissão	0	0	0	0	13	6	4	0	0	0	23
2.1 Cargos de Natureza Especial											0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior											0
2.3 Funções Gratificadas					13	6	4				23
3. Total	1	0	30	11	77	18	9	2	0	0	148

LEGENDA: Nível de Escolaridade 1-Analfabeto; 2-Alfabetizado sem cursos regulares; 3-Primeiro grau incompleto; 4-Primeiro grau; 5-Segundo grau ou técnico; 6-Superior; 7-Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8-Mestrado; 9-Doutorado; 10-Não Classificada

Fonte: Sumoc/Gecap

Além dos empregados a Regional contava com 14 estagiários de nível superior e 6 de nível médio, com custo anual de R\$150.932,40 (salário mais auxílio transporte).

**Quadro A.5.5 – Composição do Quadro de Estagiários
Situação Apurada em 31/12/2010**

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Vagas Aprovadas	Quantitativo de vagas preenchidas em Dez/2010	Custo do Exercício (em R\$1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre			
Nível Superior	16	15	14	14	22	20	150.932,40
Área Fim	7	6	5	6			
Área Meio	9	9	9	8			
Nível Médio	3	5	6	6			
Área Fim	1	2	3	3			
Área Meio	2	3	3	3			
Total	19	20	20	20	22	20	150.932,40

Fonte: Sureh/Gepes

Com referência ao Quadro de Custos de Recursos Humanos, o sistema de folha de pagamentos utilizados pela Conab em sua arquitetura não foi prevista a segregação de informações na forma solicitada pelo Tribunal de Contas da União, ou seja, **não foi possível retirar do grupo de servidores de carreira os valores referentes aos empregados ocupantes de funções gratificadas**. Os ajustes necessários serão providenciados no decorrer do exercício de 2011.

Quadro A.5.6 – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008 a 2010.

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens fixas (Em R\$)	Despesas Variáveis (Em R\$)						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Servidor de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	7.076.362,93	0,00	997.923,32	0,00	0,00	0,00	0,00	8.074.286,25
2009	7.795.850,74	0,00	1.094.817,18	744,00	0,00	0,00	0,00	8.891.411,92
2010	8.213.750,09	0,00	1.190.128,84	0,00	0,00	0,00	0,00	9.403.878,93
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	1.235.048,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.235.048,18
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sutin

Os quadros a seguir apresentam de forma detalhada a formação do quadro de mão de obra terceirizada que tiveram vigência no exercício de 2010.

Quadro A.5.7 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento/Superintendência/Bahia/Sergipe														
UG/Gestão:135101/22111								CNPJ:						
Informações sobre os contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
						F		M		S				
				Início	Fim	P	C	P	C	P	C		P	C
2008	V	O	001/2008	11/08/10	10/02/11			4	4			P	4	4
2006	V	O	001/2006	18/04/10	17/04/11			31	31			P	31	31
2010	L	O	016/2010	16/12/10	15/04/11	2	2					A	2	2
2009	L	O	012/2009	18/11/09	17/11/10	1	1					E	1	1
Observação:														
Legenda:														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado														
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada														

Fonte: Setad

Quadro A.5.8 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento/Superintendência Regional BA/SE															
UG/Gestão: 135101										CNPJ: 26.461.699/0061-11					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F	C	P	C	S	C		P	C
2008	1	O	001/2008	16.207.888/0001-78	11/08/10	10/02/11			4	4			P	4	4
2006	1	O	001/2006	42.035.097/0001-18	18/04/10	17/04/11			31	31			P	31	31
2010	1	O	016/2010	08.945.303/0001-99	16/12/10	15/04/11	2	2					A	2	2
2009	1	O	012/2009	04.994.627/0001-66	18/11/09	17/11/10	1	1					E	1	1
2010	1	O	015/2010	05.688.089/0001-44	15/10/10	14/10/11			*	*			A	*	*
2010	1	O	005/2010	05.395.820/0001-43	20/04/10	19/04/11			*	*			A	*	*
2010	1	O	007/2010	13.635.461/0001-82	11/06/10	10/06/11			*	*			A	*	*
2010	1	O	008/2010	10.564.796/0001-69	24/08/10	23/08/11					*	*	A	*	*
2010	1	O	006/2010	04.849.689/0001-84	26/04/10	25/04/11			*	*			A	*	*
2010	1	O	010/2010	07.093.562/0001-76	14/10/10	13/10/11					*	*	A	*	*
2008	1	O	018/2008	33.530.486/0001-29	02/03/10	01/03/11					*	*	A	*	*
2010	1	O	006/2010 OC	13.104.799/0001-08	25/01/10	31/12/10			*	*			A	*	*
2009	1	O	011/2009	41.985.011/0001-55	15/10/09	14/10/10			*	*			E	*	*
2007	1	O	006/2007	13.579.628/0001-35	10/09/10	09/09/11					*	*	A	*	*
2009	4	O	002/2009	13.415.369/0001-07	21/01/10	20/01/11			*	*			A	*	*
2010	7	O	009/2010	18.288.407/0001-21	01/11/10	31/10/11			*	*			A	*	*
2010	1	O	019/2010 OC	01.910.414/0001-10		31/12/10			*	*			A	*	*
2010	1	O	002/2010	01.910.414/0001-10	05/02/10	04/02/11			*	*			A	*	*
2010	1	O	003/2010	00.075.021/0001-76	05/02/10	04/02/11			*	*			A	*	*
2010	4	O	004/2010	06.635.768/0001-18	02/03/10	01/05/10			*	*			E	*	*
Observação: * Não existe número fixo de trabalhadores para o referido contrato.															
Legenda:															
Área:															
1 – Apoio Administrativo, Técnico e Operacional;															
2 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;															
3 – Serviços de Copa e Cozinha;															
4 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis;															
5 – Serviços de Brigada de Incêndio;															
6 – Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;															
7 – Outras.															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.															
Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado															
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada															

Fonte: Setad

Quadro A.5.9 – Distribuição de Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra

Identificação do Contrato	Área	Quantidade	Unidade Administrativa
001/2008	8/9	4	GEFAD/SETAD
001/2006	8/9	31	GEFAD/SETAD
016/2010	7	2	GEFAD/SETAD
012/2009	7	1	GEFAD/SETAD
015/2010	1	*	GEFAD/SETAD
005/2010	1	*	GEFAD/SETAD
007/2010	1	*	GEFAD/SETAD
008/2010	1	*	GEFAD/SEREH
006/2010	1	*	GEFAD/SETAD
010/2010	1	*	SUREG/PRORE
018/2008	1	*	GEFAD/SETAD
OC 006/2010	1	*	GEFAD/SETAD
011/2009	1	*	GEFAD/SETAD
006/2007	1	*	SUREG/PRORE
002/2009	4	*	GEFAD/SETAD
009/2010	10	*	GEFAD/SETAD
OC 019/2010	1	*	GEFAD/SETAD
002/2010	1	*	GEFAD/SETAD
003/2010	1	*	GEFAD/SETAD
004/2010	4	*	GEFAD/SETAD

Legenda:

* Obs. Não existe número fixo de trabalhadores para o referido contrato.

Área:

- 1 – Apoio Administrativo Técnico e Operacional
- 2 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
- 3 – Serviços de Copa e Cozinha;
- 4 – Manutenção e Conservação de Bens Móveis
- 5 – Serviços de Brigada e Incêndio
- 6 – Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
- 7 – Higiene e Limpeza
- 8 – Vigilância Ostensiva
- 9 – Vigilância Ostensiva
- 10 – Outras

Fonte: Setad

5.1 Análise Crítica sobre a Composição dos Recursos Humanos

O processo de criação da Conab, decorrente da fusão de três empresas públicas, em 1990, se deu de forma intempestiva e sem planejamento e, em um cenário direcionado para a redução de funções públicas, o que acabou gerando um número expressivo de demissões à época. Nesse contexto, herdou um quadro de empregados bastante heterogêneo, baseado em culturas e direitos trabalhistas distintos.

A redução das atividades operacionais, paralelamente à contínua redução do corpo de empregados, somada a períodos de descontinuidade administrativa, impossibilitaram o planejamento de médio e longo prazos, acarretando falta de objetividade nas ações desenvolvidas.

Nesse ambiente, a Companhia implementou, entre 1994 e 2002, sete programas de demissões voluntárias e incentivadas, que resultaram na demissão de 2.866 empregados.

Desta forma, ao final de 2002 a Conab contava com 2.500 empregados, administrando um estoque público de 461.402 toneladas de produtos, com o suporte de 49 unidades armazenadoras estratégicas e com uma atuação mais restrita no âmbito dos programas sociais.

Em 2003 a Conab foi incluída na operacionalização do Fome Zero, passando a implementar também o Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e a intensificar a distribuição de cestas de

alimentos às populações atingidas por desastres ou a grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional. Programas próprios foram incrementados, como o Vendas em Balcão, acrescidos de novos, como a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-Refap e o Programa de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort que, agregando-se aos já existentes, imprimiram maior dinamismo às competências atribuídas à Companhia desde o processo de fusão.

A reafirmação da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM, atividade da maior relevância para o cumprimento da missão institucional da Companhia, ampliou o atendimento aos produtores rurais de forma significativa, mantendo em 2010 um estoque de 7,1 milhões de toneladas de produtos agrícolas, demandando a administração de uma rede armazenadora composta atualmente por 177 armazéns, com capacidade estática para o armazenamento de 2,0 milhões de toneladas de produtos. A PGPM demanda, ainda, a operacionalização de instrumentos de incentivo à comercialização de produtos agropecuários, tais como o PEP e PEPRO que resultaram, neste ano, no escoamento de aproximadamente 15,0 milhões de toneladas de diversos produtos para áreas consumidoras ou para a exportação.

O incremento dessas atividades criou gargalos provocados pelo reduzido número de empregados, levando a Companhia a buscar a alternativa de seleção pública para a contratação de novos empregados, em face da necessidade de complementação do quadro, de forma sobretudo qualitativa. Os dois concursos públicos, realizados em 2005 e 2006, e direcionados a candidatos com formação superior, reservou maior número de vagas para Engenheiros Agrônomos/Agrícolas, visando suprir as lacunas existentes em áreas técnico-operacionais, principalmente nas Superintendências Regionais. Foram admitidos, a partir desse período, 446 concursados.

No entanto, os baixos salários dos novos empregados, contratados nas faixas iniciais da carreira, como definido em edital e em razão do plano de cargos vigente, tornaram-se motivo de não retenção desses concursados, daí decorrendo um número significativo de demissionários. Do total de concursados contratados restaram 307 empregados ao final de 2010, correspondendo a 31,2% de desligamentos, em sua maioria por insatisfação salarial.

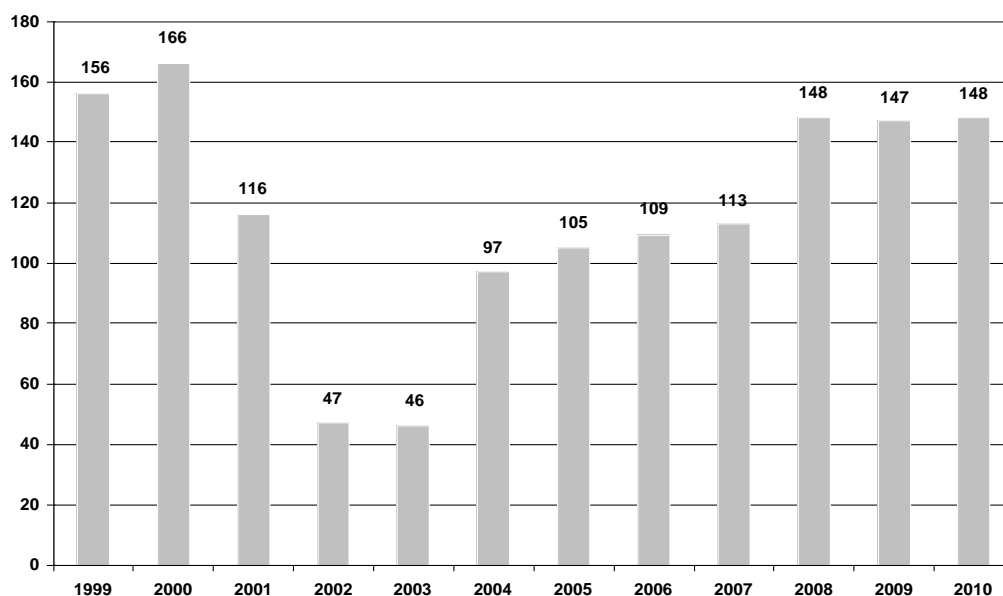
Por outro lado, ao longo dos anos e por determinação judicial, a Companhia vem readmitindo ou reintegrando parte do contingente de empregados demitidos no período pós fusão, inclusive com base na lei de anistia. E, em que pese a existência da Lei n.º 8.878, de 11/05/94, foi somente com a publicação da Portaria n.º 278/01 que efetivamente se deu início ao retorno, em 2004, dos empregados anistiados. O Decreto n.º 6.077, de 2007, intensificou o processo, permitindo o retorno, até o momento, de 1.610 empregados, em cumprimento a esses instrumentos legais. Ao final do exercício de 2010, cerca de 54,2% do quadro funcional compõe-se de empregados que retornaram à Companhia em decorrência dos eventos citados.

Conforme a Portaria n.º 21/2009, do DEST, a Conab está autorizada a gerenciar seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para repor empregados desligados ou que vierem a se desligar do quadro funcional, desde que sejam observados o limite estabelecido e as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Considerando o limite máximo para o quadro de pessoal próprio da Conab, fixado pelo DEST em 5.076 empregados para o ano de 2010, estando aí incluídas 2.480 vagas destinadas a recepcionar os readmitidos sob a condição de anistiados, este grupo tende a ser ampliado no próximo exercício.

Como parte integrante da Conab, a Sureg-BA/SE apresenta situação idêntica. A figura a seguir mostra a evolução do seu quadro de empregados, na qual se verifica forte redução até o exercício de 2003 e em seguida a “recomposição QUANTITATIVA” parcial do número de empregados.

Figura A.5.1- Evolução do Número de Empregados



Fonte: Sureh/Gepes

O retorno dos anistiados reduziu o gargalo gerado pelo reduzido número de empregados, atuando em diversas áreas da Companhia e participando na realização de todas as operações. Mas, em determinados setores, principalmente nas áreas de engenharia, agronomia, contabilidade, administração e de tecnologia da informação, persiste a falta de empregados especializados, causando dificuldades e atrasos na execução de ações, principalmente no segmento operacional.

Na Sureg-BA/SE existe a perspectiva de saída de parte significativa da força de trabalho por motivo de aposentadoria, pois 50,0% do número de empregados tem idade superior a 51 anos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro A.5.10 – Faixa Etária X Tempo de Trabalho

		Tempo de Serviço								Total	
		0 a 5	6 a 10	11 a 15	16 a 20	21 a 25	26 a 30	31 a 35	35 a 40		Mais de 40
Faixa Etária	20 a 25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
	26 a 30	5	-	-	-	-	-	-	-	-	5
	31 a 35	6	-	-	-	-	-	-	-	-	6
	36 a 40	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
	41 a 45	4	12	-	-	2	-	-	-	-	18
	46 a 50	12	17	-	-	5	7	1	-	-	42
	51 a 55	13	9	-	-	3	7	4	-	-	36
	56 a 60	8	5	-	-	-	2	4	-	-	19
	61 a 65	1	9	-	-	-	-	2	-	-	12
	65 a 70	-	4	-	-	1	-	-	-	-	5
Mais de 70	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2	
Total		53	57	0	0	11	16	11	0	0	148

Fonte: Sureh

Considerando o limite imposto pelo DEST, a Conab identificou a necessidade de preenchimento das 154 vagas existentes, por meio da realização de concurso público ainda em 2011. Serão priorizadas as áreas da Matriz, principalmente a de Tecnologia da Informação, com 75 vagas, pois

atualmente esta área conta com número elevado de mão de obra terceirizada, contratada por meio do PNUD.

A terceirização de mão de obra na Conab não apresenta impactos diretos sobre sua produtividade, pois acontece apenas em tarefas não finalísticas. Os efeitos são indiretos, principalmente no que diz respeito à complementação da capacidade da organização de produzir aplicativos de informática apropriados ao atendimento dos processos de trabalho. A permanência deste grupo é considerado de fundamental importância devido ao pequeno número de empregados especializados, decorrente da incapacidade de retenção de mão de obra em exercícios anteriores devido aos salários oferecidos serem inferiores àqueles praticados no mercado. Além da área de Tecnologia da Informação, a terceirização está presente nos serviços de limpeza, conservação, vigilância e braçagem.

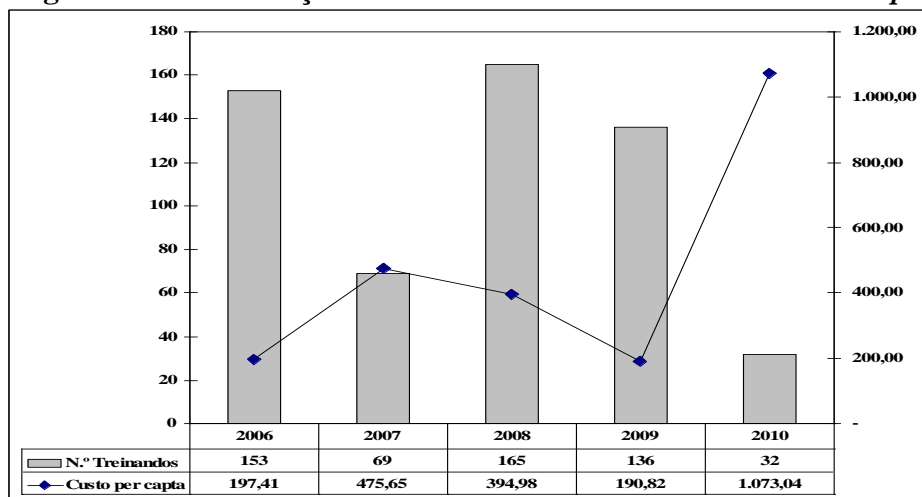
Atualmente, os ingressos no quadro de pessoal ocorrem somente pelo retorno de ex-empregados, seja por decisão judicial ou pela Lei de Anistia, ou, então, por meio de contratos especiais nas funções de diretores, assessores ou conselheiros, sem vínculo empregatício. No outro sentido, a redução ocorre pela rescisão dos contratos especiais, pela solicitação de demissão sem justa causa e por falecimento do empregado.

Em 2009, foi aprovado o novo Plano de Cargos, Carreira e Salários da Conab (PCCS-2009) com implantação a partir do mês de janeiro de 2010. A adesão dos empregados ao novo plano implica em renúncia aos benefícios e vantagens previstas no PCCS-91e do correlato Regulamento de Pessoal, podendo ser realizada em qualquer tempo, com efeito a partir da data de adesão. Até o fim do exercício 41 empregados (27,7% do quadro de pessoal) aderiram ao novo Plano.

Para a melhoria da gestão e da qualidade dos serviços prestados ao governo e à sociedade tem se buscado a melhoria dos níveis de educação e formação do corpo funcional. Neste sentido, são oferecidos cursos em áreas de interesse da Companhia a todos os empregados e, também, incentivos, sob a forma de pecúnia ou por meio da concessão de facilidades (redução da jornada de trabalho, permissão para falta em dias de provas etc) ao retorno aos estudos, em cursos de 3.º grau, especialização, pós-graduação, mestrado e doutorado. Oferece ainda, cursos de 1.º e 2.º graus para empregados e terceirizados, ministrados preferencialmente por empregados, e cursos de idiomas (inglês e espanhol).

Nos exercícios anteriores houve maior demanda por cursos na área de informática devido a mudanças adotadas pela Companhia nos softwares de trabalho e para treinamento de novos empregados, e, também, em eventos destinados à melhoria no relacionamento pessoal e na motivação para o trabalho, com participação de maior número de empregados e realização por instituições locais, facilitando a realização dos eventos e redução dos custos. Em 2010, verificou-se redução de 76,5% no número de treinandos e aumento de 32,3% no custo *per capita*, devido à participação de empregados em eventos realizados na Matriz, em Brasília, e nos estados da Paraíba, de Goiás e de Rondônia, com consequente aumento das despesas com diárias e passagens.

Figura A.5.2 – Evolução do N.º de Treinandos e do Custo Per Capta

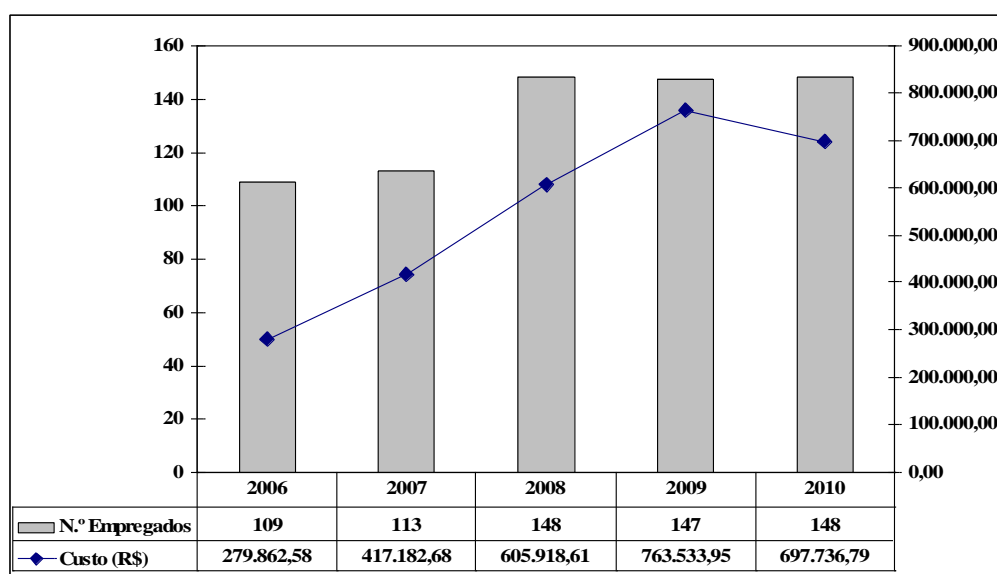


Fonte: Sumoc/Gecap e Siafi

A Companhia considera de fundamental importância, também, a manutenção da saúde física e mental do quadro de empregados. Para tanto, oferece um plano de assistência médica, odontológica e psicológica de auto gestão, não implicando em pagamentos mensais mas em participação nas despesas de acordo com o nível salarial. Além deste, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional-PCMSO inclui a realização de exames periódicos anuais gratuitos e de caráter obrigatório, a todo o corpo funcional e campanhas de vacinação antigripal. Com relação ao ambiente de trabalho, é realizado em todos os setores da Companhia o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho-LTCAT, com identificação e caracterização de todos os agentes de riscos ocupacionais. Apesar dos esforços realizados foi registrada a ocorrência de 1 acidente de trabalho em 2010.

Apesar do pequeno incremento de 0,7% no número de empregados foi registrada redução de 8,6% nas despesas com assistência médica e odontológica, invertendo a tendência de crescimento registrada nos exercícios anteriores.

Figura A.5.3 – Serviços de Saúde

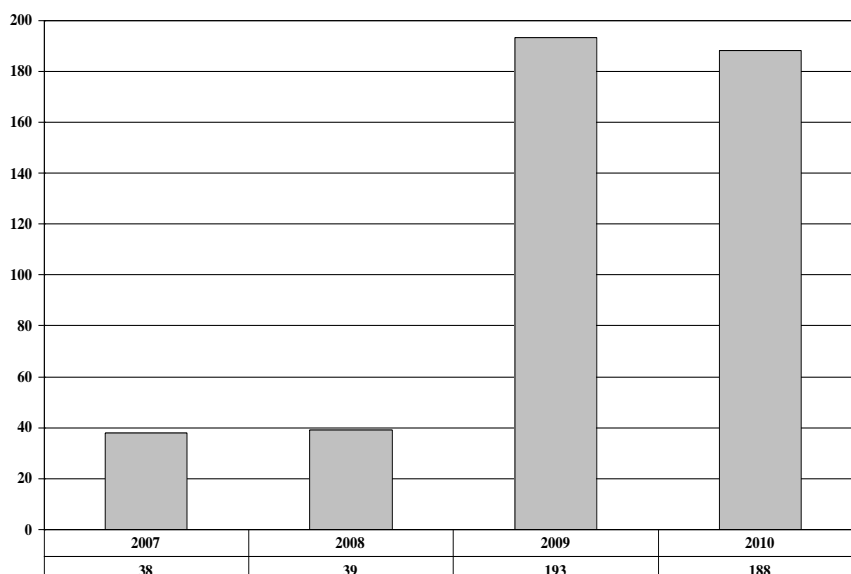


Fonte: Sureh/Gebem e Siafi

De forma complementar, a Companhia vem elaborando o Perfil Profissiográfico Previdenciário contendo todas as informações relativas à saúde dos empregados, desde as atividades que executam, os agentes nocivos aos quais estão expostos, a intensidade e a concentração desses agentes, os exames médicos clínicos realizados etc.

O retorno dos anistiados, a implantação de novo PCCS, e a não adoção de um sistema de avaliação funcional pela empresa, tem resultado em aumento de demandas relacionadas à justiça trabalhista em quase toda a Conab, principalmente pela busca de isonomia de benefícios e direitos. Comparativamente ao exercício anterior verifica-se redução de 2,6% na quantidade de demandas trabalhistas. No fim do exercício havia 188 processos em que a Companhia figura como agente passivo.

Figura A.5.4 – Evolução das Demandas Trabalhistas



Fonte: Proge/ Sumaj

Os critérios de classificação quanto aos riscos adotados pela Companhia podem sofrer alterações de acordo com o andamento dos processos nas diversas instâncias. O quadro a seguir apresenta de forma detalhada a situação por Sureg/Matriz e pelo nível de risco.

Quadro A.5.11 - Demandas Trabalhistas, por Sureg e Risco

Sureg	Classificação de Risco								Total	
	Praticamente Certo		Prováveis		Risco Possível		Risco Remoto			
	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor (Em R\$)	N.º Processos	Valor
AL	1	150.000,00	6	1.817.000,00	3	410.000,00	14	700.000,00	24	3.077.000,00
AM	-	-	5	60.512,64	75	36.504.103,15	4	60.592,00	84	36.625.207,79
BA	4	500.386,71	9	971.181,54	67	2.768.698,07	108	3.173.005,58	188	7.413.271,90
CE	16	3.965.258,98	31	4.608.184,18	491	27.035.787,50	90	4.864.800,00	628	40.474.030,66
Matriz	15	935.200,67	31	1.008.354,37	182	3.507.023,49	606	3.008.392,24	834	8.458.970,77
ES	14	1.363.478,30	9	446.549,61	6	91.701,00	12	270.265,88	41	2.171.994,79
GO	-	-	1	20.000,00	3	184.588,22	10	391.498,18	14	596.086,40
MA	109	2.530.727,96	90	1.330.687,03	97	1.409.244,67	115	4.427.123,07	411	9.697.782,73
MT	-	-	3	44.938,79	17	667.627,72	13	428.980,05	33	1.141.546,56
MS	-	-	-	-	31	623,05	1	4.231.597,70	32	4.232.220,75
MG	-	-	15	854.500,00	42	5.973.000,00	-	-	57	6.827.500,00
PA	24	2.929.785,82	3	93.511,32	2	85.214,28	-	-	29	3.108.511,42
PB	-	-	60	1.721.819,39	25	778.000,00	6	118.820,81	91	2.618.640,20
PR	21	1.090.169,21	24	1.365.500,00	9	310.000,00	22	20.000,00	76	2.785.669,21
PE	12	415.000,00	60	5.167.000,00	22	768.000,00	100	45.000,00	194	6.395.000,00
PI	-	-	25	5.516.239,00	219	6.487.066,05	43	907.500,00	287	12.910.805,05
RJ	-	-	1	5.158,75	40	3.020.547,47	30	735.378,61	71	3.761.084,83
RN	9	611.853,70	125	7.167.839,19	100	6.407.055,60	12	644.767,60	246	14.831.516,09
RS	8	2.297.578,05	-	-	42	3.029.000,00	129	9.562.000,00	179	14.888.578,05
RO	1	4.500,00	17	1.084.000,00	3	126.000,00	10	286.000,00	31	1.500.500,00
SC	-	-	39	2.544.519,87	3	85.000,00	2	15.191,01	44	2.644.710,88

Fonte: Proge

A Conab ainda não desenvolveu indicadores gerenciais para a área de recursos humanos, estando previsto para 2011 a realização de um treinamento sobre a construção de indicadores e, a partir de então, dar início aos trabalhos envolvendo a Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Resultados-Geare, a Superintendência de Recursos Humanos-Sureh e a Superintendência de Modernização e Capacitação-Sumoc.

6 – INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES O INSTRUMENTOS CONGÊNERES, VIGENTES NO EXERCÍCIO.

(PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/1/2010)

As transferências são recebidas pela Matriz (UG 135100) e executadas pelas Regionais por meio de descentralizações orçamentárias/financeiras

7-REGISTROS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

(PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/1/2010)

a) Declaração SIASG

ANEXO B

b) Declaração SICONV
ANEXO C

8. INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI N.º 8.730/93

(PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/1/2010)

No âmbito da Sureg/BASE, todos os empregados que se enquadram na condição estabelecida na Lei 8.730/93, regulamentada pela Portaria MP/CGU 298/2077, autorizaram o acesso às suas declarações ou as apresentaram em papel conforme Declaração abaixo.

ANEXO D

9. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

(PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/1/2010)

Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ

ASPECTOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	AVALIAÇÃO				
	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos				X	

resultados planejados pela UJ.					
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados			X		
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna e externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de riscos operacionais de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis de gestão		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua e modo a identificar mudanças perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis a tomada de decisão		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes ou desvios, é prática da unidade instaurar sindicâncias para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações de natureza preventiva ou de detecção para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidos.				X	
20. As atividades de controle adotados pela UJ são apropriados e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são adotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual,				X	

precisa e acessível.					
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da J, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento					
28. O sistema de controle interno a UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

Considerações gerais: Resultado de consenso apurado em reunião com representantes da Diretoria de Operações e Abastecimento-Dirab, Diretoria de Política Agrícola e Informações-Dipai, Diretoria Financeira-Difin e de órgãos vinculados à Presidência (Corregedoria Geral-Coger, Coordenadoria de Acompanhamento das Ações Orçamentárias-Coamo, Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão-Codag e Gabinete da Presidência-Gabin, na qual os representantes apresentaram a avaliação decorrente de reunião previamente realizadas com os superintendentes das respectivas diretorias, para decisão e avaliação no grupo, visando ao consenso. No âmbito da SUREG/BA foi avaliado pela Superintendente e Gerentes de área da Gefad, Geope e Gedes.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

(PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/1/2010)

Quadro A.10.1 Avaliação Sobre os Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p> <p>➔ Descarte de embalagens de agrotóxicos</p>				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p>			X		
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p>		X			
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p>	X				
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</p> <p>➔ Uso de Biodiesel</p>				X	
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <p>· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p>			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? → Folders e comunicações internas				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?			X		
Considerações Gerais: Para preenchimento do quadro foi efetuada consulta na Matriz, às áreas que mais demandam ações de licitações – Superintendência de Administração-Supad, Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques e Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação-Sutin, Na Sureg/BA, o preenchimento do quadro, no que compete a Regional, foi efetuado pela Gerência de Finanças e Administração - GEFAD e pelo Setor Administrativo – Setad.					
Outras Informações: 1) A comissão de Coleta Seletiva Solidária da Conab-Matriz doou, até o fim do exercício de 2010, 86,5 toneladas de material reciclável, como papel branco, papelão e plástico, às cooperativas e associações de catadores de Brasília. Também foi arrecadado um total de 3.500 unidades de lâmpadas fluorescentes. A Conab iniciou esta ação em 2007, em cumprimento ao Decreto 5.940/06, que obriga órgãos e entidades da administração pública a separarem seus resíduos recicláveis para doação. A ação também se estende às Superintendências Regionais, que fazem suas doações às instituições locais. No âmbito da Sureg/BA/SE , foram doados 140 cartuchos, 985,00Kg de papel branco, 312,00Kg de papelão e 55.200Kg de papel misto. 2) Para a aquisição de combustíveis vegetais utilizados no processo de secagem de grãos são exigidos os certificados de registro emitidos por órgãos estaduais, responsáveis pela fiscalização da atividade de comercialização de lenha, assim como a declaração de corte e colheita, ou documento equivalente, com vistas a atender às exigências do órgão estaduais quanto à origem do produto e à comprovação de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Quaisquer Recursos Ambientais, do IBAMA. 3) Na aquisição de inseticidas, utilizados no tratamento fitossanitário nos armazéns, a Conab exige dos fabricantes: cópias do certificado de registro atualizado do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, atestado de utilização e eficiência do produto, relatório técnico e bula do produto aprovado pelo MAPA, declaração indicando que o produto não poderá apresentar quaisquer restrições de uso na região onde será utilizado, e indicação do local e endereço para devolução das embalagens vazias.					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>4) A maioria das unidades que trabalham com grãos possuem equipamentos de controle de emissão de partículas poluidoras, tais como: captadores de pó, retentores de partículas finas nos secadores e filtros de manga, e, para aquelas que ainda não contam com estes equipamentos, a aquisição está em fase de projeto, em cumprimento à Instrução Normativa-MAPA n.º 41. Também, em fase de aquisição, equipamentos para detecção de gases.</p> <p>5) Também há o reaproveitamento das impurezas retiradas pelas máquinas de pré-limpeza e dos retentores e a fabricação de briquetes de casca de arroz beneficiado, na usina de Rio Formoso-TO.</p> <p>6) Nas unidades armazenadoras instaladas no Estado de Goiás, que operam sistemas de secagem com derivados de petróleo, foram construídas 'bacias' de contenção em torno dos depósitos de combustíveis para evitar contaminação do solo e da água.</p> <p>7) Em atendimento a exigências dos órgãos de controle ambiental do Minas Gerais foram elaborados estudos de impacto ambiental das Unidades Armazenadoras de Uberaba e Uberlândia.</p>					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE PROPRIEDADE DA UNIÃO OU LOCADO DE TERCEIROS

(PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/1/2010)

A Conab é uma empresa pública federal, a teor do disposto na alínea b do inciso II do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 200/1967, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei n.º 8.029m de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1.º de janeiro de 1991, integrando a Administração Pública Indireta, tendo personalidade jurídica de Direito Privado, conforme expresso no artigo 173 da Constituição da República.

Assim, por ser uma empresa pública integrante da Administração Pública Descentralizada, a Conab possui personalidade jurídica própria (distinta da União, que é Pessoa Jurídica de Direito Público) e patrimônio próprio, este não se vinculando, portanto, à Secretaria e Patrimônio da União (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja Administração Pública Direta).

Por esse motivo, deixamos de apresentar as informações solicitadas no Quadro “A.11.1 - Discriminação Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União”.

No fim do exercício de 2010, a Conab mantinha 6 imóveis locados de terceiros, a saber

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização Geográfica			Quantidade de Imóveis	
País	UF	Endereço	Exercício	
			2009	2010
Brasil	AP	Rua Hamilton Silva n.º 1.500 – Centro – Macapá – AP	0	1
	BA	Rua Antônio Carlos Magalhães n.º 3.849 – Ed. Capemi 4.º andar – Bloco A – Pitua – Salvador – BA	1	1
	MA	Av. Jerônimo de Albuquerque n.º 6 – Ed. Nena Cardoso – Vinhas – São Luís – MA	1	1
	MG	Rua Professor Antônio Aleixo n.º 756 – Lourdes – Belo Horizonte – MG	1	1
	MS	Av. Mato Grosso – Campo Grande – MS	1	1
	MT	Rua Padre Jerônimo Botelho n.º 510 – Ed. Everest – Dom Aquino – Cuiabá – MT	1	1

Fonte: Supad/Gepas

Quadro A.11.2 Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG		RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesas com Manutenção no Exercício	
					Valor Histórico	Data de Avaliação	Valor da Reavaliação	Imóvel	Instalações
135101	Sureg/BA/SE	3573.00080.000-0	11	6	-	-	-	-	-
Total Geral					-				

Fonte: Gefad

12.GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

(PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/1/2010)

O exercício de 2010 foi destacado pela entrada em produção de várias soluções tecnológicas corporativas e de menor porte, notadamente a conclusão da implantação em âmbito nacional da nota fiscal eletrônica para todas as inscrições administrativas e finalísticas, da Escrituração Fiscal Digital – EFD/Sped Fiscal, assim como o lançamento do novo sítio da Conab e os vários aplicativos de consultas públicas disponibilizados, contemplando informações em tempo real e *on-line*, além da ampliação dos links de longa distância.

Quadro A.12.1– Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores: 39 Terceirizados: 43				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	BENS: 0% SERV.: 50%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: Vide relatório a seguir					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

12.1 Planejamento da área

O Planejamento das ações de TI na Conab tem como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é a principal iniciativa de sustentação do objetivo estratégico “Prover a Companhia de infraestrutura de Tecnologia da Informação atualizada”. É o suporte dos outros objetivos

estratégicos, quais sejam: melhorar a geração de informação e conhecimento; facilitar o acesso às informações e conhecimentos e fortalecer os mecanismos de divulgação; atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos; fortalecer a atuação no segmento da agricultura familiar; articular a modernização do mercado de hortigranjeiros e criar ambiente interno participativo, integrado e motivado.

O PMTI tem, portanto, interseção em 7 dos 21 objetivos do Mapa Estratégico da Companhia, evidenciando-se assim o alinhamento estratégico das ações de TI e a importância destas como fator de apoio ao sucesso da execução das estratégias organizacionais.

O projeto geral preconizou um conjunto de ações e programas de forma a torná-lo uma solução mais completa possível, tendo sido composto originalmente por sete subprojetos, a maioria deles já concluídos, e outros em andamento, principalmente os que envolvem as áreas de desenvolvimento de sistemas, suporte técnico e segurança da informação.

Como um planejamento estratégico de TI de médio prazo, a execução do PMTI norteia as atividades da Sutin desde sua concepção, em 2004, até a presente data. Para tanto, suas ações e programas são priorizados e desmembrados ano a ano, de acordo com o desenvolvimento dessas ações em curso, com as necessidades e as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

Outro instrumento que merece destaque nesse contexto é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação–PDTI, aprovado, e em vigor, para o quinquênio 2007–2011, que se propõe ao atendimento das soluções de TI, abrangendo as seguintes áreas: - Definição das diretrizes de tecnologia; - Arquitetura da rede corporativa; - Diretrizes de contingência e segurança da informação; - Diagrama de integração dos sistemas priorizados; - Organização da função de TI; e - Plano de implementação e acompanhamento.

Sua elaboração levou em consideração diversas prospecções tecnológicas e decisões tomadas pela Companhia em relação à tecnologia da informação, na esteira das demais ações do Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação–PMTI, assim como as diretrizes definidas pelo governo federal, como o e-Gov e o e-Ping.

O PDTI da Conab encontra-se disponibilizado em seu sítio internet no endereço eletrônico <http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>.

O Comitê Gestor do Plano foi previsto nas Normas da Organização–NOC, Capítulo 60.213, sendo proposto pela Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação–Sutin e aprovado pela Diretoria Colegiada em agosto/2007; prevê-se a sua regulamentação para o ano de 2011.

12.2 Perfil dos Recursos Humanos envolvidos

O quadro de pessoal permanente da Sutin necessita urgentemente de recomposição quantitativa para a adequada execução de suas atribuições regimentais. Conforme demonstra o quadro abaixo, mais da metade dos técnicos alocados na área são terceirizados (51%), sendo a quase totalidade dessa terceirização via acordo de Cooperação técnica PNUD/ABC.

Estudos feitos para subsidiar a proposta de realização de concurso público, que se encontra em fase de contratação de empresa especializada, por determinação da Presidência da Companhia, para a elaboração de edital e dos demais procedimentos para a realização do concurso, indicam o quantitativo necessário de 86 técnicos, dentre os diversos perfis para as gerências das áreas de desenvolvimento e suporte técnico da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação. No âmbito das 26 Superintendências Regionais e respectivas unidades armazenadoras vinculadas, identificou-se a necessidade de uma recomposição de 50 profissionais ao todo, na área de suporte técnico.

Tabela A.12.1- Técnicos da Sutin por tipo de vínculo

Tipo de vínculo	Quantidade
Empregados efetivos de TI da Conab (*)	38
Empregados efetivos não de TI da Conab	01
Terceirizados de TI	43
Estagiários de TI	03
Total	85

Fonte: Sutin

(*) Inclui os técnicos e seis gestores (gerentes das quatro Gerências de Área, Assistente e Superintendente. No âmbito da Sureg BA/SE não há técnicos na área de TI)

Tabela A.12.2 - Técnicos da Sutin por Área

Área	Quadro Atual			Total
	Próprio	Terceirizado	Estagiário	
Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação-Sutin	2	0	0	2
Gerência de Sistema e Informação-Gesin	8	4	0	12
Gerência de Engenharia de Software-Gesof	11	35	1	47
Gerência de Administração de Rede e Segurança da Informação-Geasi	6	4	0	10
Gerência de Suporte Técnico-Gesut	12	0	2	14
Total	39	43	3	85

Fonte: Sutin

12.3 Segurança da Informação

12.3.1 Segurança Lógica

No que tange à segurança da informação, a Sutin, desde 2004, vem executando ações visando dotar a Companhia de mecanismos que minimizem as vulnerabilidades e mitiguem os riscos de incidentes de segurança que possam comprometer a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações armazenadas em sua rede corporativa. Estas ações têm se mostrado eficazes, na medida em que não se tem registro de nenhum incidente de segurança que tenha alguma relevância. No decorrer do exercício de 2010, aliadas a várias outras atividades rotineiras, foram realizadas ações, dentre as quais, cabe destacar:

1. implantação de *firewall* de alta disponibilidade e alta performance;
2. vinculação do *Dynamic Host Configuration Protocol* – DHCP ao endereço físico de todos os equipamentos que acessam a rede corporativa da Conab;
3. análises de vulnerabilidades lógicas interna e externa;
4. monitoramento dos serviços críticos de TI;
5. instalação de nova versão de sistema de detecção de intrusos;
6. implantação de sistema de análise de *logs*;
7. virtualização de serviços críticos visando alta disponibilidade;
8. reestruturação da política de *backup*;
9. elaboração de termo de referência para contratação de nova solução de antivírus mais completa;
10. elaboração de anteprojeto de segurança da informação.

No caso específico do anteprojeto de segurança da informação, é importante salientar que a contratação de pessoal para o quadro permanente da Conab facilitará a concepção, os

desdobramentos e, sobretudo, a continuidade após a contratação da execução de um projeto dessa magnitude, o qual está orçado em cerca de R\$3 milhões. O escopo previsto no projeto é o seguinte:

- Gestão de Riscos (conformidade com as normas ABNT NBR ISO/IEC 27001:2005, ABNT NBR ISO/IEC 27005:2008 e a Instrução Normativa n.º 01 PR/GSI/DSIC e normas complementares);
- Análise de Processos (normas ABNT NBR ISO/IEC 27001 e melhores práticas do Cobit 4.1 e ITIL V3, utilizando métricas do GMM – *Governance Maturity Model* para análise do *framework* Cobit);
- Tratamento e Respostas a Incidentes
- Análise de Conformidade - ABNT 15.408 (conformidade com boas práticas de segurança nos ambientes/processos de desenvolvimento de sistemas de informação);
- Política e Normas de Segurança da Informação em conformidade com a ABNT NBR ISO 27001 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e toda regulamentação já citada (diretrizes, critérios e procedimentos para elaboração, institucionalização, divulgação e atualização da Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) na Conab, retificando ou ratificando as normas em vigor e/ou criando novas, em conformidade com a ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 e Instrução Normativa 03 do Gabinete de Segurança Institucional da PR);
- Gestão de Continuidade de Negócios em conformidade com a ABNT NBR 15.999 e regulamentações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades da Conab, além de permitir que sejam recuperados ativos da informação em um nível aceitável por intermédio de ações de prevenção, resposta e recuperação);
- Gestão de Segurança da Informação (estruturação e atuação do Comitê Gestor de Segurança da Informação–CGSI, em conformidade com as Normas de Recursos Computacionais da Conab (NOC 60.213), propondo, quando for o caso, mudanças na NOC 60213, bem como as Normativas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.);
- Plano Diretor de Segurança da Informação (plano estratégico para a organização, alinhado com as suas metas, com o intuito de direcionar seus esforços de manutenção, inovação e melhoria dentro da visão de gestão de riscos, visando à diminuição dos impactos decorrentes de falhas de segurança da informação);
- Plano de Campanha de Conscientização e treinamento em Segurança da Informação.

12.3.2 Segurança Física

Deverão ser feitos estudos técnicos, com vistas a sua aprovação pela Diretoria, com a consequente alocação de recursos orçamentários e financeiros para mudança de local das instalações e dos empregados da Sutin, que, atualmente, encontram-se alojados em local inadequado.

12.4 Desenvolvimento e produção de sistemas

Na área de desenvolvimento de sistemas foi dado andamento às ações e projetos previstos no PMTI, pelas gerências de Desenvolvimento de Sistemas de Informação-Gesin e de Engenharia de Software-Gesof. Atenção também foi dada às novas demandas, aos sistemas departamentais e às manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas.

Em todos os casos, as ações foram conduzidas com os mesmos recursos que já vinham sendo disponibilizados, com maior ênfase na utilização de recursos terceirizados, via acordo

ABC/PNUD (vide composição do quadro de recursos humanos apresentado no item 10.2.1). As diretrizes tecnológicas estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação–PDTI continuaram a ser observadas em 2010. Ressalta-se também que a Sutin utiliza um Processo de Desenvolvimento de Software denominado ConabUP, cujas disciplinas: Gerenciamento de Projetos, Requisitos, Testes, Análise, Projeto e Implementação e Gerenciamento de Configuração e Mudanças, foram customizadas a partir do Processo Unificado.

Pautados na preservação da visão sistêmica, os sistemas corporativos compartilham um mesmo modelo, composto de entidades de negócio e serviços e utilizam tecnologias inovadoras na área de desenvolvimento, como a especificação *Model Driven Architecture (MDA)*. Além da utilização do Processo Unificado, utilizado no desenvolvimento dos sistemas corporativos, a Conab também faz uso de metodologia ágil (SCRUM) para o desenvolvimento de sistemas departamentais.

Preocupada com a preservação e disseminação do conhecimento adquirido, a Sutin se utiliza da ferramenta TWIKI (ferramenta de escrita colaborativa na web), para a documentação dos seus processos de trabalho e dos artefatos produzidos. Essa documentação pode ser encontrada utilizando-se o link <http://twiki.conab.gov.br/cgi-bin/twiki/view>.

Dentre as importantes realizações do ano 2010, destaca-se o lançamento do novo sítio da Conab, no mês de julho. Segundo estatísticas extraídas da ferramenta Google Analytics, foram registrados mais de 680.000 acessos entre os meses de julho a dezembro de 2010, oriundos de 90 diferentes países, cujo tempo médio de acesso tem sido superior aos tempos registrados pelos usuários brasileiros. Estes dados corroboram a iniciativa tomada pela Conab para a reestruturação deste importante e vital meio de comunicação.

12.4.1 Relação de sistemas entregues em 2010 Relação de sistemas mantidos em 2010

SISCOD - Sistema de Geração de Códigos para Acesso Externo: para atendimento dos empregados, fornecendo meios para o portal de acesso a sistemas da Conab, considerando que várias atividades da Companhia são realizadas em trabalhos de campo.

SISMAT - Sistema de Material, composto por 5 módulos (de solicitação de material; de cadastro de material; de manutenção de tabelas auxiliares; de cadastro de almoxarifados; de deliberação de cadastro de material): esse sistema efetua o controle de itens de consumo estocável e imediato nos almoxarifados da Conab (matriz e regionais) e também o registro de bens patrimoniais, promovendo a padronização do cadastro de material, mantendo a eficácia no controle de entrada e saída (individual e global), e propiciando melhor planejamento de compras, faturamento, atualização contábil, Escrituração Fiscal Digital/Sped Fiscal, integrado com a solução nota fiscal eletrônica, implantada em âmbito nacional. A solução encontra-se em fase de desenvolvimento, com os módulos citados já em produção.

SIGEST – Sistema de Gestão de Estoques, com 4 módulos entregues, voltados ao Programa de Aquisição de Alimentos, disponíveis no sítio Internet e/ou intranet.

- Módulo **Entrega de CPR Estoque e Doação - PAANet** : permite, ao público da agricultura familiar, o gerenciamento e envio das informações referentes às entregas do PAA, inerentes à liquidação das CPRs.

- Módulo **Entrega de CPR Estoque e Doação**: permite o recebimento e gerenciamento, pelas áreas negociais da Conab, das informações referentes às entregas do PAA e à liquidação das CPRs.

- Módulo **consulta pública de Preços Praticados no PAA**: apresenta os preços praticados por meio dos mecanismos de CPR-Estoque e CPR-Doação, disponibilizando sempre o último preço faturado com as entregas de produtos das CPRs.

- Módulo **consulta pública de Transparência Pública do PAA**: apresenta as informações das CPRs formalizadas nas modalidades CPR-Estoque e CPR-Doação do PAA, possibilitando a visão em âmbito nacional e o detalhamento em nível municipal.

SIAGRO – Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento – com 4 módulos entregues, sendo os três primeiros para acesso ao público em geral, via sítio internet e 1 (Módulo DW) para uso interno, via intranet.

- Módulo **consulta pública de bônus do programa de garantia da agricultura familiar**: consulta aos preços de garantia, preços de mercado e ao Bônus de Garantia de Preço do PGPAF, por produto e vigência.

- Módulo **consulta pública de preços de insumos agropecuários**: consulta aos preços de insumos agropecuários utilizados pela Conab e sua série histórica, de acordo com suas origens dentro do tempo.

- Módulo **consulta pública de preços mínimos básicos da política de garantia de preços mínimos**: consulta à série histórica de preços mínimos básicos de todos os produtos objeto da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

- Módulo **DW**: desenvolvimento da **solução PENTAHO-DW** para cálculos ponderados de preços coletados e relatório de Preço de Garantia da Agricultura Familiar.

SICARM – Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras , com três módulos entregues, disponibilizados ao público, via internet.

- Módulo **solicitação pública de cadastro de armazém**: permite que o agente armazenador promova a atualização dos dados de seu armazém já cadastrado no SICARM ou promova o cadastro prévio de novo armazém e solicite vistoria da Conab.

- Módulo **consulta pública ao cadastro nacional de unidades armazenadoras**: permite o acesso aos dados das unidades armazenadoras, com possibilidade de uso de diversos filtros nas pesquisas possibilitando, inclusive, a localização geográfica da unidade armazenadora no mapa.

- Módulo **consulta pública da capacidade estática de armazenagem cadastrada**: permite aos agentes armazenadores, proprietários, governo e público em geral, consultar os dados consolidados da capacidade de armazenagem, por região ou estado.

XFacWeb – Sistema de Faturamento e Controle de Estoques Públicos, composto de módulos distintos, disponíveis no sítio da Conab e/ou na intranet, dependendo da informação disponibilizada

- Módulo **consulta pública de Preços Praticados no Venda em Balcão**: disponibiliza os preços praticados no programa venda em balcão, apresentando sempre o último preço faturado objeto da comercialização;

- Módulo **consulta pública de Posição de Estoques Públicos - Específico e Consolidado**: viabiliza a consulta à Posição de Estoques Públicos, permitindo identificar a posição do estoque público sobre um determinado produto em uma determinada UF no dia anterior à consulta, em seus diversos Programas e Instrumentos.

- Módulos de **consulta à Posição de Estoque Específico; Estoque Analítico; Estoque Consolidado; Movimentação de Estoque**: viabilizam a consulta à Posição de Estoques Públicos, disponibilizada na intranet e/ou Internet. Permite identificar a posição do estoque público em âmbito nacional em seus diversos Programas e Instrumentos ou sobre um determinado produto em uma UF específica no dia anterior à consulta, já apresentando a situação cadastral e de impedimento de cada armazém. Para a consulta da Posição de Estoques Públicos na intranet, há possibilidade de demais filtros e dados a serem exibidos. O serviço de consulta à Movimentação de Estoques Públicos permite o acompanhamento das atividades de entrada e saída dos estoques públicos, referente ao período informado pelo usuário em um determinado armazém, produto e safra;

- Módulo de **consulta de Perdas Quantitativas, Desvios e Sinistros em Armazenagem**: viabiliza a consulta, na intranet, a todas as ocorrências de perdas quantitativas, desvios e sinistros em armazenagem, apuradas na cubagem e fiscalização dos estoques públicos e comandadas por meio de Termo de Vistoria e Notificação – TVN;

- Módulo de **consulta de Vendas Refap**: viabiliza a consulta pública, no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa Refap;

- Módulo de **consulta de Doações** (cestas, ajuda humanitária, entre outras): viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas de todas as doações faturadas dos programas sociais, de abastecimento e de parcerias institucionais;

- Módulo de **consulta de Vendas em Balcão**: viabiliza a consulta pública no sítio internet, às informações consolidadas das vendas faturadas do programa venda em balcão;

- Módulo de **envio de mensagens automáticas**: disponibilização de rotina automática do xFacWeb de envio de mensagem eletrônica às áreas negociais gestoras e Suregs apontando, todo dia 1º e 15º do mês, os estoques públicos depositados em armazéns com restrição cadastral e/ou impedimento para subsidiar a gestão, notadamente quanto à priorização de escoamento;

SIAJUR - Sistema de Atividades Jurídicas: mantém base de dados centralizada, referente às informações de atividades jurídicas dos processos judiciais sob gestão das Superintendências Regionais;

NFe e EFD/Sped Fiscal: conclusão da implantação, em âmbito nacional, da solução de emissão de nota fiscal eletrônica e Escrituração Fiscal Digital – EFD para toda a Matriz, Superintendências Regionais e Unidades Armazenadoras próprias;

Portal Nfe: Disponibilização no sítio internet de solução integrada com os sistemas internos de faturamento, na qual qualquer destinatário de nota fiscal eletrônica emitida pela Conab pode realizar, no momento desejado, o *download* do XML. Na intranet, o usuário possui facilidades adicionais de consultas, reimpressão e envio de Danfe ao destinatário;

ETL xFac/xFacWeb: processo de extração, tratamento e carga dos dados do sistema xFac para banco de dados centralizado em PostgreSQL;

ETL SISCOE/xFac Postgres: processo de extração, tratamento e carga dos dados do Sistema de Comercialização Eletrônica - Siscoe em Sybase, para banco de dados corporativo em PostgreSQL, visando servir de insumo para os faturamentos relacionados às operações realizadas nos leilões eletrônicos da Conab;

Novo Sítio da Conab: o novo portal institucional da Companhia Nacional de Abastecimento possibilita um canal mais interativo entre a empresa e seu público-alvo, além de tornar o *site* mais contemporâneo e alinhado às melhores práticas da internet.

12.4.2 - Relação de Sistemas Mantidos em 2010

SAFRAS – Módulo Café: reestruturação arquitetural da solução, para atendimento à nova metodologia de levantamento de safras de café utilizada pela Conab.

xFac Postgres: disponibilização da versão PostgreSQL do sistema xFac, a qual substitui o armazenamento de dados em estrutura DBF para banco de dados relacional.

SISOUV: reestruturação da arquitetura para adequação ao novo sítio da Conab.

SIGEST – PAA: reestruturação da arquitetura para adequação às mudanças de requisitos demandados pela área negocial gestora e manutenção evolutiva.

SIAGRO: implementação das solicitações de mudanças demandadas pela área negocial gestora.

SICARM: implementação das solicitações de mudanças demandadas pela área negocial gestora.

XFAC: implementação, em curso, de funcionalidades para controle de produtos alimentícios beneficiados, por prazo de validade, nos termos da recomendação da Controladoria-Geral da União – CGU.

12.5 Contratação e gestão de bens e serviços de TI

As aquisições de bens e serviços de TI foram realizadas tomando-se como diretriz o Planejamento da área de TI para o ano de 2010, que teve como orientação geral o PMTI.

Para este Planejamento, foram consideradas as necessidades estratégicas da Companhia para o período, as disponibilidades orçamentárias e as novas demandas das áreas negociais.

As aquisições foram realizadas, pela Matriz, em total obediência à legislação pertinente (Lei 8.666, Instruções Normativas do MPOG, particularmente a IN/04, dentre outras) e aos procedimentos legais.

Quadro A.12. 2- Demonstrativo de Aquisição de Equipamentos

Processos	Descrição	Qtde	Observação
3755/2009	Servidores pequeno Porte	20	
3756/2009 3757/2009	Servidores médio porte Virtualização	12	
3757/2009 1680/2010 2950/2010	Microcomputadores + monitores Microcomputadores + monitores	295 350	
1679/2010 2172/2010	Notebooks	222	Aguardando entrega pelo fornecedor
1781/2010	Autoloader – para Backups	01	
3448/2009	Impressoras portáteis	150	
3743/2009 3746/2009 3747/2009	Impressoras laser, Matriciais e jato de tinta	398	
2863/2010	Monitores de LCD	500	Aguardando entrega pelo fornecedor
2550/2010	Sistema de Armazenamento (STORAGE)	01	Fase final de contratação
1192/2010	Placas de Recuperação	1.000	Fase final de contratação
1451/2010	Servidores pequeno porte Uas Servidores pequeno porte Suregs Servidores corporativos tipo I Servidores corporativos tipo II Unidade externa portátil para HD No Breaks		Processo em fase de assinatura da ata de registro de preço e contrato
2950/2010	Microcomputadores + Monitores	279	Processo em fase de assinatura de contrato

Fonte: Sutin

12.5.1 - Contratação de serviços de TI

Dentre as contratações de serviços de TI realizadas e em andamento, merecem destaque:

✓ Elaboração do Edital e Termo de Referência para a Contratação de Fábrica de Software para Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas, que se encontra em trâmite entre áreas internas da Companhia (administrativa e jurídica), com vistas ao oportuno certame licitatório.

✓ Readequação e republicação do Edital para aquisição de uma SOLUÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS JUDICIAIS E GESTÃO JURÍDICA, juntamente com os serviços de treinamento, customização, instalação, conversão de dados e suporte técnico, para atender à área Jurídica, baseada em plataforma livre (banco de dados e sistema operacional). O Pregão Eletrônico foi concluído com sucesso, com a identificação da vencedora do certame. O processo encontra-se em fase de conclusão, restando apenas a assinatura de contrato pelas partes.

✓ Aditamento do contrato firmado com a empresa Sênior Sistemas S/A., para prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva, legal e evolutiva do sistema de gestão de recursos humanos utilizado pela Conab. Cabe destacar que, com respaldo neste contrato, foi realizada, no ano de 2010, a implantação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Companhia, aprovado pelo Dest no ano de 2009.

✓ Firmado contrato com a Embratel, no âmbito da Ata de Registro de Preços Conab, objetivando a expansão da capacidade dos canais de comunicação que compõem a rede corporativa de dados da Companhia.

✓ Realização de processo licitatório com vistas ao registro de preços de licenças de uso de solução para acesso remoto a aplicações (registro de 250 licenças, com proposta de aquisição imediata de 64).

✓ Renovação do contrato firmado com a empresa KM&M Engenharia de Sistemas LTDA., para a prestação de serviços de atualização de versão, suporte técnico e manutenções corretiva e evolutiva do Sistema de Administração Quantitativa de Armazenagem de Grãos–SAAGRA, operado por toda a rede de Unidades Armazenadoras da Conab e que automatiza as atividades do dia-a-dia dos armazéns.

✓ Renovação do contrato firmado com a empresa E-Sales Soluções de Integração Ltda., para a prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico à solução de transmissão de Notas Fiscais Eletrônicas–NF-e emitidas pelos sistemas internos da Conab.

✓ Renovação do contrato firmado com a empresa Cybernet Informática Ltda. para a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos de informática.

✓ Renovação do contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados–Serpro, para a prestação de serviços de acesso corporativo à Internet, via Infovia.

✓ Renovação do contrato firmado com a empresa RTM-Rede de Telecomunicações para o Mercado, para a prestação de serviço de acesso à rede da CETIP–Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

✓ Renovação do contrato firmado com o Serviço Federal de Processamento de Dados–Serpro, para a prestação de serviços de acesso às bases de dados de Entidades do Governo Federal.

12.6 Portal da Companhia

Além dos sistemas anteriormente citados, o detalhamento sobre os documentos, artefatos e ações envolvendo a Tecnologia da Informação podem ser obtidos no Portal da Companhia, nos seguintes endereços:

a) Portfólio de Soluções e serviços de TI:

<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1059&t=1>

b) Plano Diretor da Tecnologia da Informação – PDTI:

<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1060&t=1>

c) Portal Interno dos Projetos de TI (Twiki):

<http://twiki.conab.gov.br/cgi-bin/twiki/view>

13 – CARTÕES DE PAGAMENTOS DO GOVERNO FEDERAL

(PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/1/2010)

Dispensada de apresentação de informações, conforme QUADRO A1 , ITEM D, ANEXO II DA DN TCU 107/2010.

14- . RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS – BA

(PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/1/2010)

Não houve ocorrência

15- PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO A QUE A UJ SE VINCULA, OU AS JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO CUMPRIMENTO.

(PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/1/2010)

Não houve ocorrência

16. TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

(PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/1/2010)

O atendimento a este item se encontra no ANEXO E

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UNIDADE PARA DEMONSTRAR CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO NO EXERCÍCIO.

(PARTE A, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/1/2010)

Neste capítulo, serão focalizados aspectos referentes às estruturas física das unidades armazenadoras estrutura organizacional da sede, estrutura de pessoal e aspectos administrativos e funcionais que influenciaram os resultados apresentados neste Relatório de Gestão da Sureg-BA.

1. Estrutura Física

As Unidades Armazenadoras localizadas em Entre Rios, Irecê, Itaberaba, Ribeira do Pombal, Santa Maria da Vitória na Bahia e Itabaiana em Sergipe também têm problemas de estrutura física. Tratam-se de construções com mais de 20 anos, consequentemente com deteriorações normais face à ação do tempo, principalmente nas coberturas. A Companhia, vem todos os anos investindo na recuperação dessas Unidades, mas ainda não a fez na medida necessária, de modo a operacionalizá-las sem problemas e atendendo os requisitos técnicos obrigatórios e recomendados pelo Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras, que tem o início da vigência estabelecido para 31/12/2013. Algumas Unidades apresentam problemas crônicos na cobertura e isolamentos de paredes, chegando a tornar desaconselhável o armazenamento em determinados períodos (época de chuvas).

2. Estrutura de Pessoal

As ações do PAA, Subvenções e PGPM, executadas pela Conab nos Estados da Bahia e Sergipe, têm gerado volume de trabalho superior à capacidade de execução da Regional, em razão do pequeno contingente de pessoal, tanto da área técnico-operacional, quanto das áreas que sofrem os reflexos indiretos dessas operações (contábil/financeira e administrativa), que resume-se a 109 empregados em efetivo exercício e com perfis dos mais diversos possíveis.

A Sede da Superintendência e as Unidades Armazenadoras vivenciam os mesmos problemas de pessoal, agravando-se a situação, pelo fato de que mais da metade do quadro de pessoal é formada por Auxiliares de Serviços Gerais – ASG, na faixa etária de 51 anos, em média, e muitos já não têm condições físicas de executarem determinadas atividades operacionais.

Torna-se premente a necessidade de medidas que busquem a revitalização do quadro de pessoal da Sureg-BA, tais como: adequação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS no sentido de atender de forma justa todos os níveis de carreira, da Companhia; lançamento de um plano de desligamento incentivado atrativo; e a abertura de concurso público para contratação de novos empregados, inclusive de nível médio e na área de Tecnologia da Informação.

A Sureg/BA/SE precisa melhorar significativamente seu indicador de capacitação para que possa dotar seus empregados do conhecimento essencial para a realização de suas atividades, garantindo com isso maior produtividade, motivação e melhores resultados.

3. Estrutura de Tecnologia da Informação

Em que pese a Conab ter substituído diversos equipamentos de informática que se encontravam obsoletos e ter ampliado seu parque computacional e a capacidade do circuito interno, melhorando as condições de rede interna, ainda existem muitos computadores que precisam ser substituídos para melhorar o desenvolvimento das atividades da Regional.

Há necessidade também de se substituir o sistema de controle de almoxarifado e de controle de movimentação de documentos os quais são provenientes da fusionada Cobal, portanto estão completamente ultrapassados.

4. Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da Sureg-BA é composta por um Superintendente com dois órgãos de *staff*, um Assistente e uma Procuradoria Jurídica - PRORE, e três órgãos de linha: GEOPE – Gerência de Operações, GEFAD – Gerência Financeira e Administrativa e GEDES – Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico. Subordinado hierarquicamente ao Superintendente estão também cinco Unidades Operacionais – UA/Entre Rios, UA/Irecê, UA/Itaberaba, UA/Ribeira do Pombal, UA/Santa Maria da Vitória e UA/Itabaiana em Sergipe. As gerências se subdividem em oito **Setores**.

A atual estrutura organizacional foi implantada há 7 anos e teve como principal modificação, em relação a anterior, a redução de dois setores, ocorrendo a seguinte fusão: O **Setor Fiscal** e **Setor Contábil**, formaram o atual **SECOF**; o **Setor de Material** e **Setor de Serviços Gerais**, formaram o atual **SETAD**.

Desta modificação, a que causa maior impacto é ausência de setor específico para tratar dos assuntos inerentes aos tributos, pois a legislação é extensa e com frequentes modificações, necessitando de atendimento especializado, mantendo no setor um conjunto de atividades com o mesmo objetivo: fiscal (tributos).

No Setor Administrativo – **SETAD** a situação não é diferente, agravando-se em razão do Princípio da Segregação de Função, que já foi objeto de relatório da CGU (gestão 2006), pois o mesmo funcionário responsável pelas contratações (material/serviços) é aquele que responde pelo controle (contrato/almoxarifado/patrimônio), cujas atividades são regulamentadas nas próprias normas da Companhia.

Desta forma, sugere-se que o SETAD seja desmembrado, surgindo um que realize as atividades de contratações (licitações e dispensas) e outro de controle (contrato/almoxarifado/patrimônio).

5. Impactos na Gestão

Conforme detalhado nos resultados apresentados neste relatório, a Sureg/BA e SE desenvolveu em 2010 um volume significativo de atividades em quase todas as Ações dos Programas da Companhia, das quais destacamos: as licitações e contratos, benefícios, cumprimento de sentenças judiciais, operações com subvenções, doações, compras diretas, fiscalizações de estoques, levantamento de safras etc.

O trabalho em benefício do produtor rural e do povo brasileiro, para ser realizado satisfatoriamente, necessita não só da execução da Conab, mas também da participação de outros órgãos governamentais, para que atuem em cadeia e assim fechem os ciclos de exigências necessárias, objetivando a transformação do PAA em uma política forte, para que de fato possa melhorar as condições de vida de milhares de brasileiros.

A Conab necessita resolver de imediato suas questões estruturais, tanto no que se refere a estrutura de pessoal como a física, pois os os trabalhos que desenvolve vem alcançado ótimos resultados (ainda podem ser melhorados), que fazem com que a demanda de atividades aumente a cada ano, sem que tenha condições de executa-las nos padrões de eficiência, eficácia e efetividade desejados.

Verificadas as soluções para os problemas estruturais, a inclusão das Suregs na sugestão dos níveis de investimentos e de custeio – compras de veículos, equipamentos, manutenções, melhorias nas instalações; participação nas pré-definições das operações de subvenção – volumes, regiões no Estado, produtos, preços, motivos e objetivos para a realização das mesmas; acompanhamento dos objetivos da política em seminários e tele-conferências internas da Companhia, favoreceria uma maior articulação de ações e eficácia nos resultados como um todo.

Apesar das limitações de instalações e de estrutura em geral apresentadas, a Sureg-BA contribuiu em 2010 para a efetivação no alcance da missão da Companhia. Reduzir tais limitações agregaria considerável potencial de ação à Sureg-BA, conduzindo o próximo exercício à produtividade e a melhoria de resultados para a vasta população com a qual está envolvida e/ou para seus beneficiários.

18. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

(PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/1/2010)

18.1 Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

(Previsto na Lei nº 4.320/64)
Exercício 2010

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ):	Código da UG:
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab	135101

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Salvador - BA	Data	31/12/2010
Contador Responsável	Sheila de Oliveira Nascimento	CRC nº	027297/O-7


Superintendência Regional da Bahia e Sergipe
Sheila de Oliveira Nascimento
Contador CRC-BA nº 027297/O-7
CPF: nº 931.508.225-72
Encarregada do Setor Contábil e Financeiro

18.2 – Demonstrações Contábeis Previstas na Lei n.º 4.320/64

A Conab está dispensada de apresentar estas demonstrações por executar sua contabilidade no SIAFI

18.3 Demonstrações Contábeis Lei n.º 6.404/76 e Notas Explicativas

18.3.1 Demonstrativos Contábeis - 6.404/76

Consoante o disposto na Nota Técnica nº 308/2007-DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, encaminhado a Conab por meio do ofício nº 4447/2007/DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 14 de fevereiro de 2007, há uma impossibilidade para o desmembramento ou composição em partes dos demonstrativos elaborados em consonância com a lei 6.404/76. Assim sendo, em face das adequações promovidas pela CGU/TCU nos processos de contas da Conab, foram anexados os demonstrativos globais da Companhia nos processos individualizados (Matriz e Superintendências Regionais).

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2010.

Rubinaldo Lameira dos Santos
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC-DF Nº 9252-O

Quadro B.3.1 Balanço Patrimonial – Lei n.º 6.404/76
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

ATIVO	2010	2009
CIRCULANTE	5.212.315.145,43	4.453.686.306,52
DISPONÍVEL	972.426,41	69.258.896,90
Bancos Conta Movimento	0,00	10.113,12
Aplicações Financeiras	972.426,41	69.248.783,78
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	702.486.519,56	683.639.519,23
CRÉDITOS A RECEBER	578.264.288,00	604.170.044,36
Devedores por Fornecimento	26.622.370,92	24.683.961,44
Créditos Tributários	285.535.734,14	295.518.485,05
Recursos a Receber	89.431.178,90	112.956.698,11
Créditos Diversos a Receber	176.675.004,04	171.010.899,76
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	119.415.257,35	75.576.653,45
Entidades Devedoras	25.244.207,00	11.791.366,60
Créditos Parcelados	31.542,66	26.071,63
Recursos da União	94.139.507,69	63.759.215,22
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.806.974,21	3.852.106,33
Adiantamentos a Pessoal	4.456.974,21	3.842.910,10
Adiantamentos - Transferências Voluntárias	350.000,00	0,00
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	0,00	9.196,23
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	40.715,09
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	4.508.832.121,49	3.700.765.083,11
Estoques para Alienação	4.138.198.154,24	3.355.193.999,67
Estoques de Distribuição	1.821.338,22	0,00
Estoques Internos - Almoxarifado	1.163.790,54	1.072.054,81
Títulos e Valores em Circulação	67.890,17	374.999,38
Materiais em Trânsito	3.240.040,96	1.486.014,00
Compra Antecipada - Entrega Futura	364.340.907,36	342.638.015,25
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	24.077,97	22.807,28
Valores Pendentes	24.077,97	22.807,28
ATIVO NÃO CIRCULANTE	567.647.970,33	491.988.908,31
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	307.205.272,55	239.601.644,03
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	120.748.569,96	42.646.685,44
Recursos Vinculados	120.748.569,96	42.646.685,44
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	186.456.702,59	196.954.958,59
Devedores - Entidades e Agentes	15.347.849,42	38.434.005,81
Créditos Diversos a Receber	171.108.853,17	158.520.952,78
INVESTIMENTOS	80.262.840,30	91.560.820,94
Participações Societárias	27.803.290,88	35.864.295,27
Outros Investimentos	52.459.549,42	55.696.525,67
IMOBILIZADO	180.147.857,48	160.826.443,34
Bens Imóveis	275.770.754,07	250.874.881,40
Bens Móveis	73.372.988,03	66.124.518,53
Depreciações	-168.995.884,62	-156.172.956,59
INTANGÍVEL	32.000,00	0,00
TOTAL	5.779.963.115,76	4.945.675.214,83

P A S S I V O	2010	2009
CIRCULANTE	5.446.379.747,49	4.605.038.799,15
DEPÓSITOS	30.625.802,58	33.757.908,62
CONSIGNAÇÕES	1.858.851,68	2.150.956,19
Previdência Social	0,00	278,43
Pensão Alimentícia	4.006,06	4.547,83
Planos de Seguros	199.216,17	168.093,44
Empréstimos	241.634,99	194.114,99
Outros Tributos e Consignações	1.413.994,46	1.776.747,58
Impostos e Contribuições Diversos	0,00	7.173,92
RECURSOS DA UNIÃO	17.077.860,98	17.118.859,64
Recursos Fiscais	7.500.722,89	5.027.899,28
Recursos Previdenciários	9.577.138,09	12.090.960,36
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	11.689.089,92	14.488.092,79
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	5.415.753.944,91	4.571.280.890,53
OBRIGAÇÕES A PAGAR	59.009.233,29	217.992.803,35
Fornecedores	55.179.709,89	208.570.261,62
Pessoal a Pagar	6.491,17	234.310,55
Encargos Sociais a Recolher	984.653,38	856.603,97
Obrigações Tributárias	48.724,95	428.375,18
Débitos Diversos a Pagar	350.401,69	2.875.434,69
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	2.439.252,21	5.027.817,34
PROVISÕES	243.404.292,41	218.640.087,89
Provisão para Férias	26.582.748,81	22.258.212,11
Provisão p/IRPJ e CSLL	7.976.030,89	847.350,16
ICMS s/Mercadorias para Revenda	571.652,59	367.171,89
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	142.621.396,31	131.701.823,93
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Encargos Sociais sobre Provisões	9.932.791,82	7.745.857,81
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	549.222.334,34	529.645.643,65
Entidades Credoras	549.222.334,34	529.645.643,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.548.342.382,92	3.601.884.180,32
Operações Especiais	4.548.342.382,92	3.601.884.180,32
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	15.754.080,72	2.780.940,88
Adiantamentos de Clientes	15.754.080,72	2.780.940,88
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	2.652,71	37.337,10
OUTRAS OBRIGAÇÕES	18.968,52	1.000,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	298.897,34
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	15.360.005,51	38.308.194,04
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	15.290.585,51	38.238.774,04
OBRIGAÇÕES A PAGAR	15.290.585,51	38.238.774,04
Entidades de Previdência Complementar	15.162.764,10	38.238.774,04
Entidades Federais	127.821,41	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	318.223.362,76	302.328.221,64
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	50.501.495,63	49.987.968,85
Reservas de Capital	26.544.719,04	26.544.719,04
Reservas de Lucros	23.956.776,59	23.443.249,81
LUCROS A DESTINAR	44.541.368,28	29.159.753,94
TOTAL	5.779.963.115,76	4.945.675.214,83

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

Quadro B.3.2 Demonstração do Resultados
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DETALHAMENTO	2010	2009
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	389.427.296,95	195.266.743,04
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	364.331.410,40	154.515.694,96
Vendas Estoques Estratégicos	266.564.417,22	70.953.028,46
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	93.748.987,59	86.306.728,78
Vendas Abastecimento Social	1.773,98	-7.829,98
Vendas Atacado e Outros	-64.785,56	927,46
Adição a Receita de Vendas	4.081.017,17	-2.737.159,76
RECEITA DE SERVIÇOS	25.095.886,55	40.751.048,08
Serviços de Armazenagem	25.095.886,55	40.751.048,08
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	15.435.144,96	5.946.485,16
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	373.992.151,99	189.320.257,88
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	469.963.039,71	248.548.305,54
CMV - Estoques Estratégicos	368.549.066,00	125.276.083,56
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	101.196.431,65	122.844.632,99
CMV - Atacado e Outros	217.542,06	427.588,99
ARREDONDAMENTOS	181.302,86	520.930,79
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-201.862.370,69	-120.842.556,37
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	105.710.180,11	61.093.577,92
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	631.033.429,93	547.401.715,12
(-) DESPESAS DE PESSOAL	379.098.236,98	313.656.557,81
Vencimentos e Vantagens Fixas	259.628.758,80	214.052.127,03
Obrigações Patronais	93.696.051,97	75.580.921,92
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	15.067.547,10	12.620.622,38
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	10.705.879,11	11.402.886,48
(-) DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	251.935.192,95	233.745.157,31
Despesas/Receitas Financeiras	-227.168,48	-5.953.215,72
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	24.775.379,97	24.661.884,00
Transferências ao Exterior	2.348.800,00	1.729.024,13
Material de Consumo	4.291.084,20	6.483.659,12
Diárias - Pessoal Civil	10.443.299,65	8.720.509,38
Passagens e Despesas com Locomoção	3.662.398,89	3.535.653,56
Serviços de Consultoria	15.900,00	31.000,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.302.617,89	2.108.095,05
Locação de Mão-de-Obra	16.557.127,61	13.362.071,49
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	93.619.952,74	86.944.328,14
Obrigações Tributárias e Contributivas	30.147.520,43	58.896.545,41
Aquisições de Bens para Revenda	414.699,34	197.578,86
Outras Despesas Operacionais	63.583.580,71	33.028.023,89
(+) RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	537.061.291,03	506.239.604,25
Transferências Financeiras	411.790.569,26	419.332.541,19
Multas e Encargos de Outras Origens	2.920.971,74	5.863.837,09
Indenizações e Restituições	112.387.365,75	53.310.501,52
Receitas Imobiliárias	4.962.201,05	4.853.391,05
Receitas de Valores Mobiliários	61.578,53	42.731,22
Receitas Diversas	4.938.604,70	22.836.602,18
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	-1.918.690,89	8.609,56
RESULTADO OPERACIONAL	13.656.732,10	19.922.857,49
OUTROS RESULTADOS	4.589.834,40	23.849.086,47
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	4.586.745,87	24.107.328,66
Alienação de Bens Móveis	-207.444,28	-589.896,88
Alienação de Bens Imóveis	3.593.982,61	22.981.600,28
Depreciação - Reversão	1.200.207,54	1.715.625,26
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-3.088,53	258.242,19
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	18.246.566,50	43.771.943,96
Provisão para Imposto de Renda	5.825.184,24	617.405,51
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	2.150.846,65	229.944,65
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.270.535,61	42.924.593,80
LUCRO POR AÇÃO	5,52	23,08

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPÓ PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

Quadro B.3.3 Demonstração do Valor Adicionado
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	2010	%	2009	%
1.RECEITAS	394.013.198,77	78,22	219.113.851,24	43,81
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	389.423.364,37	77,30	195.264.764,77	39,04
1.2 - Outros Resultados	4.589.834,40	0,91	23.849.086,47	4,77
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	412.356.496,76	81,86	218.071.876,68	43,60
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	272.239.284,51	54,04	147.001.307,09	29,39
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	140.117.212,25	27,81	71.070.569,59	14,21
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-18.343.297,99	-3,64	1.041.974,56	0,21
4.RETENÇÕES	15.207.353,03	3,02	13.304.113,08	2,66
4.1 - Depreciação	15.207.353,03	3,02	13.304.113,08	2,66
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-33.550.651,02	-6,66	-12.262.138,52	-2,45
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	537.301.132,03	106,66	512.453.253,31	102,45
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	537.301.132,03	106,66	512.453.253,31	102,45
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	503.750.481,01	100,00	500.191.114,79	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	503.750.481,01	100,00	500.191.114,79	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	428.496.864,47	85,06	358.304.347,64	71,63
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	54.900.889,63	10,90	96.340.907,87	19,26
8.3 - Juros e Aluguéis	2.106.160,41	0,42	1.773.915,32	0,35
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	18.246.566,50	3,62	43.771.943,96	8,75
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	5.825.184,24	1,16	617.405,51	0,12
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	2.150.846,65	0,43	229.944,65	0,05
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	10.270.535,61	2,04	42.924.593,80	8,58
8.8 - Dividendos	2.439.252,21	0,48	5.027.817,34	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	513.526,78	0,10	1.058.487,86	0,00
8.10 - Lucros Retidos	7.317.756,62	1,45	36.838.288,60	7,36

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

Quadro B.3.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

DESCRIÇÃO	Exercício	
	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	18.246.566,50	43.771.943,96
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	-68.690.715,84	189.438.127,64
Depreciações	12.822.928,03	11.378.233,44
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	-20.190.414,15	-8.405.243,08
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários	9.562.102,02	-108.981.664,72
Redução nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	23.525.519,21	28.399.726,39
Aumento (Redução) nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	-43.700.636,04	2.299.533,48
Aumento em Pessoal e Encargos	-1.089.322,24	-103.599,17
Aumento (Redução) nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	40.715,09	-40.715,09
Redução (Aumento) nos Valores Pendentes a Curto Prazo	-300.168,03	235.499,00
Redução (Aumento) nos Empréstimos - Estoques Públicos	138.391.164,22	-68.855.347,19
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	-156.189.720,72	125.925.662,32
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	-2.799.002,87	8.293.248,13
Aumento (Redução) nas Provisões	16.788.173,63	133.701.484,84
Aumento (Redução) nas Entidades Credoras	19.576.690,69	71.719.299,66
Aumento nos Adiantamento de Clientes	12.973.139,84	2.222.092,37
Aumento nos Recursos Vinculados	-78.101.884,52	-8.350.082,74
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-50.444.149,34	233.210.071,60
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Part. Societárias e Outros Investimentos	11.297.980,64	-1.450.252,16
Aplicações no Imobilizado	-32.176.342,17	-33.280.048,96
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-20.878.361,53	-34.730.301,12
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Reserva Legal	0,00	-434.867,74
Dividendos a Pagar	-2.439.252,21	-5.027.817,34
Redução de Dividendos a Pagar	-2.588.565,13	-1.363.979,64
Outras Reservas de Capital	0,00	-106.562,93
Resultado de Exercício Anterior	0,00	-163.350.668,52
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	-19.856.097,97
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	8.063.857,72	-3.106.670,99
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	3.036.040,38	-193.246.665,13
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	-68.286.470,49	5.233.105,35
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	-68.286.470,49	5.233.105,35
No Início do Exercício	69.258.896,90	64.025.791,55
No Final do Exercício	972.426,41	69.258.896,90

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SILVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

Quadro B.3.5 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	CAPITAL REALIZADO	CORREÇÃO MONET. DO CAPITAL	TRANSF. P/AUMENTO DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO		
SALDO EM 01/01/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	834.701,13	11.249.173,74	11.570.455,95	178.634.902,82	451.286.313,33
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							-163.350.668,52	-163.350.668,52
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								0,00
LUC.A DEST.DE EXERC.ANTERIORES							-22.962.768,96	-22.962.768,96
RESULTADO DO EXERCÍCIO								0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								36.838.288,60
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO							42.924.593,80	
RESERVAS DE RET. DO LUCRO						0,00		0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-106.562,93				-106.562,93
DOAÇÕES								0,00
DOAÇÕES TRANSF.P/RES.DE CAPITAL								0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					623.620,12		-1.058.487,86	623.620,12
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-5.027.817,34	0,00
SALDO EM 31/12/2009	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	11.872.793,86	11.570.455,95	29.159.753,94	302.328.221,64
RESULT. DE EXERC. ANTERIOR							0,00	0,00
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS								0,00
LUC. A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							8.063.857,72	8.063.857,72
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							10.270.535,61	0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								7.317.756,62
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO								0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO								
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL								0,00
DOAÇÕES								0,00
DOAÇÕES TRANSF.P/RES.DE CAPITAL								0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					513.526,78		-513.526,78	513.526,78
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-2.439.252,21	0,00
SALDO EM 31/12/2010	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
PRESIDENTE

AMAURY PIO CUNHA
DIRETOR FINANCEIRO

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE OPERAÇÕES E ABASTECIMENTO

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

SÍLVIO ISOPO PORTO
DIRETOR DE POLÍTICA AGRÍCOLA E
INFORMAÇÕES

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

18.3.2 Notas Explicativas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

<i>Sumário</i>			
Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	12	Recursos Vinculados
02	Elaboração das Demonstrações Financeiras	13	Bens de Estoques
03	Alterações na Legislação Societária	14	Endividamento
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	15	Depósitos de Diversas Origens
05	Créditos Tributários	16	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	17	Créditos do Tesouro Nacional - Estoques
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	18	Patrimônio Líquido
08	Devedores por Fornecimento	19	Diversos Responsáveis em Apuração
09	Contas a Receber	20	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Créditos em Cobrança	21	Convênios/Cooperação Técnica
11	Devedores – Entidades e Agentes		

NOTA - 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas - Matriz e 26 Superintendências Regionais, das quais, 3 foram recentemente implantadas e encontram-se em fase de estruturação – e operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores (177 armazéns), destinadas à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

NOTA - 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 107 e 110/2010, apenas a Conab/Sede e as Superintendências Regionais nos estados do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia e Tocantins, apresentam Processo de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas a contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

NOTA - 3. ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

As Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

NOTA - 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a. Equivalente de Caixa : Referem-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais;

b. Créditos a Receber: as contas a receber decorrentes da comercialização de serviços e mercadorias são registradas, no momento em que são entregues e aceitas pelos clientes;

c. Estoques Reguladores e Estratégicos: a formação e manutenção de Estoques Reguladores e Estratégicos são executadas com orçamento próprio, mediante a transferência direta dos recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04;

c.1. Demais Estoques: os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável;

c.2. Valor Presente dos Estoques: em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias p/ Alienação, no total de R\$4.138.198 mil, foram avaliados e comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2010, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente desses estoques por se tratarem de estoques públicos, sob a guarda da Conab, eles são garantidos pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, não havendo expectativa de perda na realização desses estoques;

d. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica;

e. Almoxarifado: os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição;

f. Investimentos: os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades;

f.1 Provisões: no exercício de 2010, foi registrada provisão no valor de R\$8.061 mil; destinada à cobrir possíveis perdas, relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatais;

g. Seguros: a Companhia mantém cobertura de seguros em montante julgados suficiente pela área técnica para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc);

h. Imobilizado: demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98;

h.1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): no exercício de 2010, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial;

i. Benefícios a empregados: o plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença;

j. Ajustes de Exercícios Anteriores: os ajustes de exercícios anteriores, conforme definidos na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2010 totalizaram a cifra de R\$3.036 mil, proveniente da regularização dos estoques do Mercado de Opção de Minas Gerais;

k. Reconhecimento da Receita

k.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias;

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados;

l. Provisões para Contingências: encontram-se provisionadas as Contingências Praticamente Certas; no exercício de 2010 foi provisionado a quantia de R\$ 10.919 mil, valor este oferecido a tributação para fins de apuração da IRPJ e CSLL;

m. Regime de Tributação: para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita, são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

l. Valor Abrangente: Até o exercício de 2010 não havia registro de valores que se enquadrassem no conceito contábil de “Valor Abrangente”; portanto, não existe demonstração a ser apresentada.

li.

NOTA - 5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	EXERCÍCIO		Em R\$ mil
	2010	2009	
ICMS a Compensar	285.410	294.861	
IRRF a Compensar	33	578	
Contribuições Outros Impostos	93	79	
Total de Créditos Tributários - Circulante	285.536	295.518	

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de produtos, predominantemente de produtores rurais para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

NOTA - 6. LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

O montante de R\$ 73.465 mil refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2011, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e convênios.

NOTA - 7. RECURSOS A RECEBER DO TESOIRO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 2 – Encerramento do Exercício, subitem 2.2.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$ 150.314 mil, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em

restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- ✓ R\$ 5.482 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- ✓ R\$ 28.341 mil referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2010, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);

2. R\$ 116.459 mil referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2011;

Os valores acima estão registrados, por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”, criadas para registro automático desses valores e cujos efeitos se anulam.

Foram registrados pelos Órgãos Concedentes, mediante processo manual, na conta “1.1.2.1.6.01.00 – RECURSOS A RECEBER POR TRANSFERÊNCIA”, o total de R\$ 12.512,5 mil, relativo aos Recursos a Receber, em decorrência de Termos de Cooperação Técnica, com o MDA, MDS e outros Órgãos.

NOTA - 8. DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$ 26.622 mil correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias e prestação de serviços de armazenagem.

NOTA - 9. CONTAS A RECEBER

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, da folha de pagamento e de outros créditos relacionados às operações da Companhia, de curto e longo prazo.

a. Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	4.377	5.686
Créditos por Cessão de Pessoal	706	876
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores ⁽¹⁾	10.860	8.475
Créditos por Infrações Legal/Contratual ⁽²⁾	160.732	155.974
Subtotal – Circulante	176.675	171.011

(1) incluem recursos relativos ao Programa de Assistência à Saúde – SAS, Salário Família e outros

(2) Em consonância com as orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38, os débitos dos armazenadores, pertinentes aos desvios e perdas de produtos dos Estoques Governamentais, estão registrados na conta “11219.19.00 – Créditos por Infrações Legal/Contratual”.

b. Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Créditos por Alienação de Bens	10.548	5.067
Títulos a Receber	29.902	29.741
Outros Créditos	656	382
Créditos a Receber em Poder da Justiça	130.003	123.313
Subtotal – Não Circulante	171.109	158.503
Total – (Circulante + Não Circulante)	347.784	329.514

NOTA - 10. CRÉDITOS EM COBRANÇA

Os Créditos a receber surgidos no curso normal dos negócios da Companhia, possuem expectativa de perda, cuja provisão foi constituída em observância ao pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005. Quanto aos créditos relativos às perdas em armazenagem dos estoques públicos, estes possuem garantia real nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04.

Esses créditos estão atualizados monetariamente, mais juros de 1% a.m, até 31/12/2010 e, portanto, representam a cifra de R\$ 2.098.976 mil, registrados em controles extra-contábeis, que atendem ao conceito contábil de “valor presente”, com a seguinte composição:

Descrição	Em R\$ mil	
	Posição em 31/12/2010	Posição em 31/12/2009
Ajuizados	1.946.234	1.735.601
Encaminhado para Ajuizamento	10.635	17.131
Cobrança em Andamento (administrativa)	4.508	3.608
Outros (1)	137.597	131.820
Total	2.098.976	1.888.160

(1) Remetido para instrução judicial, Composição de dívida, pagamento em juízo, Cobrança suspensa por determinação judicial.

NOTA - 11. DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos direitos a receber de Entidades Federais e da União, relativos às equalizações de preços de produtos e indenização de despesas de armazenagem dos Estoques Reguladores e Estratégicos; créditos parcelados originados de perdas de estoques governamentais depositados em armazéns de terceiros, objeto de acordos firmados entre as partes.

A conta Recursos da União registra os valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos dos meses de setembro a dezembro de 2010 e o valor de indenização de armazenagem de produtos dos estoques públicos de dezembro de 2010, a receber do Tesouro Nacional, estando assim demonstrada:

a. Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Devedoras - Federais	25.244	11.791
Créditos Parcelados	31	26
Recursos da União	94.140	63.759
Total – Circulante	119.415	75.576

b. Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Descrição	EXERCÍCIO	
	2010	2009
Entidades Federais	15.163	38.239
Créditos Parcelados	102	102
Créditos a Recuperar	83	93
Total – Não Circulante	15.348	38.434

NOTA - 12. RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no não circulante, totalizando R\$ 120.748 mil.

NOTA - 13. BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O valor de R\$ 364.341 mil representa o saldo a receber dos adiantamentos concedidos nos exercícios de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, para Compra Antecipada – CPR Alimento e Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar que será quitada mediante a entrega de produtos ou em espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Esses estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	EXERCÍCIO	
	20010	2009
Estoques de Mercadorias	4.138.198	3.355.194
Estoques de Almoxarifado	1.232	1.447
Estoques em Trânsito	3.240	1.486
Compra Antecipada - CPR	364.341	342.638
Estoques de Distribuição	1.821	0
Total	4.508.832	3.700.765

13.1 – Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparado e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em Déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2010, as equalizações totalizaram R\$ 201.862.370,69 (duzentos e um milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, trezentos e setenta reais e sessenta e nove centavos).

NOTA - 14. ENDIVIDAMENTO

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2010, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$ 5.446.380 mil e não havia obrigações vencidas. Portanto, já expressas em valor presente.

NOTA - 15. DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

No passivo não circulante, as obrigações totalizavam a cifra de R\$ 15.360 mil, pertinentes a depósitos e cauções, cujas operações apresentam pendências de natureza operacional, tratando-se, portanto, de obrigação não exigível de imediato.

Estão representados pelo montante de R\$ 11.689 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e outros.

NOTA - 16. CONTINGÊNCIAS, COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

1- Passivos Contingentes – Provável

a) Ações Trabalhistas

A Conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de “perdas prováveis ou praticamente certas” são compostas majoritariamente pelos seguintes pedidos: desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicional de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria, responsabilidade subsidiária e outros.

b) Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “perdas prováveis ou praticamente certa” representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

c) Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos planos econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial e judicial e outros pedidos.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	34.791	57.034	54.408	65.003
Trabalhista	11.249	41.068	29.792	51.116
Tributária	1.679	8.109	390	23.490
Total	47.719	106.211	84.590	139.608

2- Passivos Contingentes – Possível

a) Ações Trabalhistas

A conab é parte passiva em processos trabalhistas movidos, na grande maioria, por empregados e ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de “perdas possíveis” podem ser dispensadas de constituição provisional e são compostas majoritariamente pelos

seguintes pedidos, em especial daqueles oriundos da anistia administrativa (Lei nº 8.878/94): licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingresso no instituto de previdência social da Conab (Cibrius) sem o devido pagamento da jóia, indenizações por danos morais e materiais, desvio funcional, horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporação de diárias e função gratificada, piso salarial de acordo com o definido pela categoria e outros.

b) Ações Tributárias

As demandas fiscais classificadas com risco “possíveis” podem ser dispensadas de constituição de provisão e representam pedidos relacionados com: ICMS, INSS e outras e decorrem, geralmente, de autos de infração lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social e/ou pelas Fazendas Públicas dos Estados, visando a cobrança de ICMS.

c) Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se os processos que visam às indenizações, à cobrança de diferença entre a inflação ocorrida e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras durante o período dos Planos Econômicos (Plano Collor, Plano Bresser e Plano Verão), à participação nos avisos de compra e venda da Conab dispensadas as exigências editalícias de regularidades no Cadin e no Sircoi, à não aplicação de multas por descumprimento do contrato, à cobrança decorrente de armazenagem, à execução de título executivo extrajudicial, judicial e outros pedidos.

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2009	2010	2009	2010
Cível	161.772	129.517	164.615	152.336
Trabalhista	61.234	79.302	82.368	107.708
Tributária	2.927	108.704	7.847	109.123
Total	225.933	317.523	254.830	369.167

3- Ativos Contingentes – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais visando restituir indébitos tributários, reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável à Companhia (não contabilizados), de acordo com o item 26 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03.10.2005.

a) Ações de Natureza Cível

Nas ações de natureza cível destacam-se as ações que visam indenizações e a cobrança, por quebra de garantias ou infrações contratuais, que representem perdas e danos para a companhia, também reconhecidos nas demonstrações contábeis somente na hipótese de desfecho favorável.

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2009	2010	2009	2010
Cível	207.931	311.182	1.025.130	792.718
Trabalhista	40	241	188	235
Tributária	42	212	46	56
Total	208.013	311.635	1.025.364	793.008

NOTA - 17. CRÉDITOS DO TESOUREO NACIONAL – ESTOQUES PÚBLICOS

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2010, corresponde a R\$ 4.548.342 mil.

NOTA - 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social: o capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b. Provisão para CSLL e IRPJ: As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2010, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$ 2.151 mil e R\$ 5.825, respectivamente;

b.1. Reserva legal e Dividendos: Foi calculada e provisionado a Reserva Legal e os Dividendos, de conformidade com o disposto no inciso I e II do art. 28 do Estatuto Social da Conab, e obedecida a legislação cabível à espécie, no valor de R\$ 514 mil e R\$ 2.439 mil, respectivamente;

c. Resultado do Exercício: o resultado da Companhia é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contratos Públicos de Opção de Venda, Agricultura Familiar e aquisição de alimentos para doação. As demais operações são representadas pelas atividades de armazenagem e de administração. No exercício de 2010, a Companhia apurou lucro na ordem de R\$ 18.247 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$ 10.271 mil.

NOTA - 19. DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero

(sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2010, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições na rubrica “**1.9.9.1.3.05.00 – RESPONSÁVEIS POR PERDAS E DANOS**”, saldo do grupo aumentou para R\$ 31.357 mil:

Em R\$ mil

Exercício	Saldo
2009	31.108
2010	31.357

NOTA - 20. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

1.INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS

a. Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, qualificada como Patrocinador - Principal e o próprio CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2010 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o Salário de Participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2010, foram amortizadas 203, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contrato de Serviço nos exercícios de 2010 e 2009, respectivamente, foi de R\$ 40.142 mil e R\$ 50.030 mil. Desde o exercício de 2009, por recomendação dos Auditores Independentes, o saldo do contrato, que até então se encontrava registrado em contas de compensação, passou a ser reconhecido em contas patrimoniais.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b. Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, biênio 2009/2011, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2010, a Conab efetivamente gastou com o SAS, já descontada a participação dos empregados, o montante de R\$ 21.971 mil, beneficiando 4.338 empregados e seus dependentes. O saldo a receber, em 31/12/2010, referente à participação financeira dos empregados é de R\$ 10.493 mil.

NOTA - 21. CONVÊNIOS/COOPERAÇÃO TÉCNICA

a. Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: 1. Implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; 2. Modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); 3. Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); 4. Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente Sustentáveis; e 5. Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto estão sendo executadas com recursos próprios da Conab e da Secretária de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ. Nos exercícios de 2009 e 2010, não ocorreram repasse de recursos do Orçamento da União.

O montante dos recursos repassados foi:

Em R\$ mil

Descrição	Exercícios	
	2010	2009
Repasse – Recursos Próprios	3.058	2.129
Repasse – Recursos Outros Órgãos (FUNCAFÉ)	520,8	2.485
Total de Repasses	3.578,8	4.614

b. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu **1.081** municípios e **94** mil pessoas (produtores/famílias), sendo adquiridas **226** mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$ 362.500 mil no ano de 2009 e R\$ 379.700 mil no ano de 2010.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2010.

Alexandre Magno Franco de Aguiar
Presidente

Amaury Pio Cunha
Diretor Financeiro

Rogério Colombini Moura Duarte
Diretor de Operações e Abastecimento

Rogério Luiz Zeraik Abdalla
Diretor Administrativo

Silvio Isopo Porto
Diretor de Política Agrícola e Informações

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC DF 009252/O-8
CPF:067475232-53

18.4 Informações sobre a Composição Acionária do Capital Social.

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos), divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 009252/O-8

Quadro B.4.1 UJ como investida

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL EM 31/12/2010				
UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB				
Ações Ordinárias - 100 %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
G o v e r n a m e n t a l	Tesouro Nacional	100%	100%	100%
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Nã o G o v e r n a m e n t a l	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
Total		100%	100%	100%
Ações Preferenciais - %				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
G o v e r n a m e n t a l	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
Nã o G o v e r n a m e n t a l	Free-Float	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
Total		-	-	-

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 009252/O-8

Quadro B.4.2 UJ como investidora

UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2010					
Denominação completa:					
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB					
Ações Ordinárias - %					
Investida	2.Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	23	CONAB	3,16	3,16	3,16
Cia de Arms e Silos do Est. de Goiás	8.433.253,224	CONAB	6.480.083,63	6.480.083,63	6.480.083,63
Fund. Nac. de Desenvolvimento – FND (1)	1.110.475,12	CONAB	69.074,55	69.074,55	69.074,55
Cia de Armaz Gr. e Entrepósitos do Acre	232.798	BNDES	739.574,91	739.574,91	739.574,91
Banco da Amazônia S/A (1)	600.989	CONAB	137.559,31	137.559,31	137.559,31
Cia Ind. Prod. Agrop. do Maranhão-COPEMA	367.252,99	CONAB	541.998,85	541.998,85	541.998,85
Banco do Nordeste do Brasil S/A (1)	82.746	CONAB	81.444,72	81.444,72 INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES	81.444,72
Cia Integrada Des. Agrop. de AL. - CICAL	1.099.730	CONAB	78,18	78,18	78,18
Cia de Abast. Armaz. Gr. do Est. PE - CAGEPE	2.000.000	CONAB	96.486,58	96.486,58	96.486,58
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	742.667.252	BNDES	3.784.748,87	3.784.748,87	3.784.748,87
Cia Bras. De Participação Agroin. - BRASAGRO	1.723.142.393	CONAB	13.441,19	13.441,19	13.441,19
Lafarge Brasil S/A	6.946	BNDES	12.584,40	12.584,40	12.584,40
Cia Armaz. e Silos do Espírito Santo - CASES	334.774.835	CONAB	180.016,28	180.016,28	180.016,28
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BDES)	19.203	CONAB	840,02	840,02	840,02
Logasa Indústria e Comércio S/A	11.840	BNDES	5.262,30	5.262,30	5.262,30
Federal de Seguros S/A	1.225.365	CONAB	63,44	63,44	63,44
Hotel Morada do Sol S/A	10.072	CONAB	34.694,02	34.694,02	34.694,02
CEAGESP - Cia de Ent. Arm. Gr. de S. Paulo	108.858	BNDES	962.333,73	962.333,73	962.333,73
Cia Desenv. Agrop. Do Paraná – CODAPAR	159.025,149	CONAB	2.918.437,66	2.918.437,66	2.918.437,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	64.137	BNDES	1.047,43	1.047,43	1.047,43
CIDASC - Cia Integ. Desenv.Agrícola SC	5.293.553	BNDES	9.251,20	9.251,20	9.251,20
CESA - Cia Est. de Silos e Arms.	341.082,874	BNDES	8.214.743,55	8.214.743,55	8.214.743,55
Total	11.246.571.800	=====	24.283.767,98	24.283.767,98	24.283.767,98

Ações Preferenciais - %					
Investida	3.Quantidade	Obs.	31/12/2008 (R\$)	31/12/2009 (R\$)	31/12/2010 (R\$)
Centrais Elétricas Brasileira - Eletrobrás	21.841	BNDES	0,00	838.265,17	838.265,17
Sanyo da Amazônia S/A	225.439	BNDES	840,02	840,02	840,02
Ribeiro Cordeiro Ind. Com. – Ricosa	4.244	BNDES	334.135,09	334.135,09	334.135,09
Ciapesc - Cia Amazônica de Pesca	423.442	CONAB	7.260,99	7.260,99	7.260,99
Frigorífico Vale do Tocantins S/A	696	CONAB	232.646,57	232.646,57	232.646,57
Vicunha Têxtil S/A	10	BNDES	1.720,50	1.720,50	1.720,50
Agrícola Vale do Mangereba Ltda	24.034	CONAB	35.304,54	35.304,54	35.304,54
Cicanorte - Ind. de Conservas	1.581	BNDES	8.411,24	8.411,24	8.411,24

CCN - Cia de Coco do Nordeste	70.229	BNDES	4.906,60	4.906,60	4.906,60
Procter e Gamble do Nordeste S/A	1.939.798	BNDES	1.395,27	1.395,27	1.395,27
Cia de Armaz. e Silos do Est. MG - CASEMG	1.963.531.952	BNDES	10.006.467,00	10.006.467,00	10.006.467,00
Logasa Indústria e Comércio S/A	78.040	BNDES	34.684,95	34.684,95	34.684,95
Ornato - Industrial de Pisos e Azulejos	532.101	BNDES	394,02	394,02	394,02
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	6	BNDES	840,03	840,03	840,03
Ciama Exp. Ind. e Exportadora Ltda	141.008	CONAB	4.542,66	4.542,66	4.542,66
Comfio - Cia Catarinense de Fiação	214.806	BNDES	3.508,03	3.508,03	3.508,03
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S/A	11.374	BNDES	48.691,22	48.691,22	48.691,22
Refinadora Catarinense S/A	356	BNDES	16.513,39	16.513,39	16.513,39
Total	1.967.220.957	=====	10.742.262,12	11.580.527,29	11580527,29

Observação: Título em poder do BNDES e CONAB

(1) Quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Fundo de Investimento da Amazônia e do Nordeste

(2) Quotas do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo

Em conformidade com a legislação Societária, os Investimentos em participação no capital social de outras Empresas, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, quando esta estiver comprovada como permanente (art. 183 da Lei nº 6.404/76), com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Os Investimentos em Coligadas e Controladas pelo método da equivalência patrimonial (art. 248 da Lei nº 6.404/76), com a redação dada pela Lei nº 11.941/09. Os Investimentos da CONAB são todos avaliados pelo Método do Custo, pois não possui investimentos em coligadas ou controladas.

Grande parte dos Investimentos da CONAB, está em poder do BNDES (Gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND), em cumprimento ao Plano de Desestatização, em conformidade com as determinações da Lei nº 9.491, de 09/09/1997 e Decreto nº 1.068, de 02/03/1994.

Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 009252/O-8

18.5 Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis




À
Diretoria da
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

1. Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, levantado em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, da Demonstração do valor Adicionado e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nesta data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil que requerem a realização dos exames com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações, o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e o seu fluxo de caixa nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Vigente e Princípios Fundamentais da contabilidade.
4. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findado em 31 de dezembro de 2009, apresentado para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer foi emitido em 31 de março de 2010,

Brasília, 03 de março de 2011.


ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC/RS 71.505/O – 3 – “S” – DF
RESPONSÁVEL TÉCNICO
MACIEL AUDITORES E CONSULTORES S/S LTDA
CRC/RS 4.773/O-4 – “S-DF”

19. REMUNERAÇÃO PAGA AOS ADMINISTRADORES DA UJ, MEMBROS DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL.

(PARTE C, ITEM 12 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/1/2010 – INFORMAÇÕES ESECÍFICAS DA GESTÃO)

A Conab vinha praticando a fixação dos honorários de seus dirigentes tomando como base a remuneração de empregado considerado paradigma, conforme o disposto no art. 3.º, item II, § 1.º e 2.º, alíneas a, b, c, d, do Decreto-Lei n.º 2.355, de 27 de agosto de 1987, tendo como última alteração nessa base o mês de janeiro/2010.

As novas orientações do DEST/MPOG, por meio do OF n.º 434/DEST-MP, de 14 de maio de 2010, recomendam que o estabelecimento dos honorários dos diretores sejam fixados de forma desvinculada da remuneração dos empregados da Companhia, oportunidade em que foram elaboradas as planilhas demonstrativas ora constantes do processo n.º 1.534/2010, em tramitação no âmbito da Presidência da Conab.

A remuneração dos Conselhos Fiscal e Administrativo é fixada na forma da Lei n.º 9.292/96 e parágrafos 3.º e 6.º dos artigos 15 e 24 do Estatuto Social, correspondente a 10% sobre o valor médio dos honorários da Diretoria da Conab.

O Quadro Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores não foi preenchido, tendo em vista que não há nenhum registro de pagamento efetuado, por meio da folha de pagamento, de valores inerentes a Bônus ou Participação nos Resultados.

19.1 Síntese da Remuneração dos Administradores

Quadro C.12.1 Remuneração da Diretoria da Conab

Órgão			
Diretoria da Conab			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	1.363.466,32	1.413.375,89	1.487.561,19
a) honorários	1.174.476,19	1.193.705,97	1.234.363,82
b) benefícios diretos e indiretos	27.725,10	29.154,27	31.794,86
c) remuneração por part. em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	161.265,03	190.515,65	221.402,51
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	1.363.466,32	1.413.375,89	1.487.561,19

Fonte: Sureh/Gefop

Quadro C.12.2 Remuneração do Conselho Fiscal

Órgão			
Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	78.400,46	81.024,43	91.995,73
a) Jetons	78.400,46	81.024,43	91.995,73
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	78.400,46	81.024,43	91.995,73

Fonte: Sureh/Gefop

Quadro C.12.3 Conselho de Administração da Conab

Órgão			
Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	Exercício		
	2008	2009	2010
Número de membros	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c)	160.534,12	162.079,36	164.575,37
a) Jetons	160.534,12	162.079,36	164.575,37
b) benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00
c) remuneração por participação em comitês	0,00	0,00	0,00
d) Outros	0,00	0,00	0,00
II – Remuneração Variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) bônus	0,00	0,00	0,00
f) participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00
h) comissões	0,00	0,00	0,00
i) outros	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I+II)	160.534,12	162.079,36	164.575,37

Fonte: Sureh/Gefop

Quadro C 12.4 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal (JAN a JUN)

Conselho de Administração									Em R1,00
Nome do Conselheiro	Período		Remuneração						
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
Alexandre Magno Franco de Aguiar	28/04/10	Em exercício	-	-	-	-	2.212,73	2.212,73	4.425,46
Boaventura Teodoro de Lima	17/11/10	16/11/10	-	-	-	-	-	-	-
Edilson Guimarães	01/09/06	27/04/13	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	13.736,46
Guilherme Costa Delgado	14/11/06	27/07/12	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	13.736,46
José Geraldo Fontelles	15/05/09	Em exercício	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	13.736,46
José Menezes Neto	30/07/08	06/06/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	13.736,46
Maria das Graças Fontes	02/07/07	02/09/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	13.736,46
Milton Elias Ortolan	07/06/10	06/06/13	-	-	-	-	-	-	-
Wagner Gonçalves Rossi	28/04/10	Em exercício	2.672,93	2.212,37	2.766,53	-	-	-	7.651,99
Total			16.037,58	13.274,22	13.833,78	11.063,65	13.276,38	13.276,38	0,00
Conselho Fiscal									Em R1,00
Nome do Conselheiro	Período		Remuneração						
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Total
Francisco Wayner Moreira	27/04/10	26/04/11	-	-	-	-	-	-	-
João Bosco Bahia dos Santos	31/07/09	31/01/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	-	-	9.311,48
Marcus Vinicius Sócio Magalhães	28/07/08	31/05/10	2.672,93	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	-	11.524,21
Pedro Ataíde Cavalcante	29/10/09	28/10/11	2.557,79	2.212,37	2.213,45	2.212,73	2.212,73	2.212,73	13.621,80
Wesley José Gadelha Beier	26/02/10	25/02/11	-	-	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	8.850,92
Total			7.903,65	6.637,11	8.853,08	8.850,92	6.638,19	4.425,46	43.308,41

Fonte: Sureh/Gefop

Quadro C 12.5 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal (JUL a DEZ)

Conselho de Administração										Em R1,00
Nome do Conselheiro	Período		Remuneração							
	Início	Fim	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13º Sal.	Total
Alexandre Magno Franco de Aguiar	28/04/10	Em exercício	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.474,88	14.751,26
Boaventura Teodoro de Lima	17/11/10	16/11/10	-	-	-	-	-	-	-	-
Edilson Guimarães	01/09/06	27/04/13	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	15.604,25
Guilherme Costa Delgado	14/11/06	27/07/12	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.327,87	15.604,25
José Geraldo Fontelles	15/05/09	Em exercício	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.289,46	15.565,84
José Menezes Neto	30/07/08	06/06/10	-	-	-	-	-	-	1.036,94	1.036,94
Maria das Graças Fontes	02/07/07	02/09/10	2.212,73	2.212,73	-	-	-	-	1.590,02	6.015,48
Milton Elias Ortolan	07/06/10	06/06/13	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.290,76	14.567,14
Wagner Gonçalves Rossi	28/04/10	Em exercício	-	-	-	-	-	-	668,22	668,22
Total			13.276,38	13.276,38	11.063,65	11.063,65	11.063,65	11.063,65	13.006,02	83.813,38
Conselho Fiscal										Em R1,00
Nome do Conselheiro	Período		Remuneração							
	Início	Fim	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13º Sal.	Total
Francisco Wayner Moreira	27/04/10	26/04/11	2.212,73	2.212,73	2.212,73	4.425,46	2.212,73	2.212,73	1.290,76	16.779,87
João Bosco Bahia dos Santos	31/07/09	31/01/10	-	-	-	-	-	-	232,31	232,31
Marcus Vinicius Sócio Magalhães	28/07/08	31/05/10	-	-	-	-	-	-	1.036,94	1.036,94
Pedro Ataíde Cavalcante	29/10/09	28/10/11	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.241,50	15.517,88
Wesley José Gadelha Beier	26/02/10	25/02/11	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	2.212,73	1.843,94	15.120,32
Total			6.638,19	6.638,19	6.638,19	8.850,92	6.638,19	6.638,19	6.645,45	48.687,32

Fonte: Sureh/Gefop

Quadro C 12.6 - Remuneração Total dos Conselhos de Administração e Fiscal

Nome do Conselheiro					Período						Total Anual por Conselheiro	
					Início			Fim				
Alexandre Magno Franco de Aguiar					28/04/10			Em exercício			19.176,72	
Boaventura Teodoro de Lima					17/11/10			16/11/10			0,00	
Edilson Guimarães					01/09/06			27/04/13			29.341,19	
Guilherme Costa Delgado					14/11/06			27/07/12			29.341,19	
José Geraldo Fontelles					15/05/09			Em exercício			29.302,78	
José Menezes Neto					30/07/08			06/06/10			14.773,88	
Maria das Graças Fontes					02/07/07			02/09/10			19.752,42	
Milton Elias Ortolan					07/06/10			06/06/13			14.567,14	
Wagner Gonçalves Rossi					28/04/10			Em exercício			8.320,05	
Francisco Wayner Moreira					27/04/10			26/04/11			16.779,87	
João Bosco Bahia dos Santos					31/07/09			31/01/10			9.543,79	
Marcus Vinicius Sócio Magalhães					28/07/08			31/05/10			12.561,15	
Pedro Ataíde Cavalcante					29/10/09			28/10/11			29.139,68	
Wesley José Gadelha Beier					26/02/10			25/02/11			23.971,24	
Total Geal											256.571,10	
TOTAL GERAL MENSAL												
TOTAL GERAL MENSAL												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	13° Sal
23.941,23	19.911,33	22.686,86	19.914,57	19.914,57	17.701,84	19.914,57	19.914,57	17.701,84	19.914,57	17.701,84	17.701,84	19.651,47

Fonte: Sureh/Gefop
Fonte: Sureh/Gefop

20. UNIDADES JURISDICIONADAS PATROCINADORAS DE ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

(PARTE C, ITEM 36 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010 – INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DA GESTÃO)

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da Previdência Complementar Patrocinada pela Conab, são realizados no âmbito da Conab/Matriz.

20.1 - Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

Quadro C.36.1 Identificação da Entidade Fechada de Previdência Complementar Patrocinada

a)	Nome	CIBRIUS
b)	Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
c)	CNPJ:	00.531.590/0001-89
	Plano de Benefícios:	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

20.1.1– Demonstrativo anuais:

Quadro C.36.2 Valor da Folha de Pagamento dos Empregados Participantes

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Participação %
AL	2.598.868,22	1,45%
AM	3.083.044,07	1,73%
BA	2.877.640,74	1,61%
CE	9.568.446,41	5,36%
ES	4.350.908,25	2,44%
GO	11.776.106,24	6,59%
MA	3.338.883,10	1,87%
MG	9.427.789,57	5,28%
MS	5.581.970,24	3,12%
MT	4.336.382,98	2,43%
PA	2.823.367,38	1,58%
PB	4.185.106,74	2,34%
PE	9.010.678,63	5,04%
PI	2.729.455,62	1,53%
PR	8.320.718,74	4,66%
RJ	4.719.010,99	2,64%
RN	3.953.004,14	2,21%
RO	2.895.189,70	1,62%
RR	252.656,66	0,14%
RS	5.149.906,33	2,88%
SC	3.213.858,32	1,80%
SP	4.787.756,81	2,68%
TO	2.032.485,29	1,14%
Matriz	67.655.393,59	37,87%
Total	178.668.628,76	-

Fonte: Conab/Sureh

Quadro C.36.3 Valor das Contribuições Pagas pelos Empregados Participantes

Sureg	Quantidade de Participantes Ativos	Valor das Contribuições	Participação %
		Empregados Participantes	
AC	2	29.372,89	0,24%
AL	37	160.870,22	1,33%
AM	34	218.008,17	1,81%
AP	-	-	0,00%
BA/SE	36	195.557,34	1,62%
CE	127	612.410,59	5,07%
ES	45	314.268,75	2,60%
GO	112	807.057,39	6,68%
MA	46	205.810,39	1,70%
MG	78	598.886,65	4,96%
MS	62	361.525,52	2,99%
MT	46	290.554,05	2,41%
PA	26	185.501,93	1,54%
PB	42	279.109,90	2,31%
PE	114	617.188,46	5,11%
PI	28	184.032,80	1,52%
PR	81	552.482,37	4,58%
RJ	44	349.151,41	2,89%
RN	39	259.501,48	2,15%
RO	22	165.246,84	1,37%
RR	1	16.686,14	0,14%
RS	57	347.407,45	2,88%
SC	29	227.633,15	1,89%
SP	37	345.914,50	2,86%
TO	14	153.937,57	1,27%
Matriz	446	4.597.296,49	38,07%
Total	1.605	12.075.412,45	-

Fonte:Conab/Sureh

Quadro C.36.4 Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB Patronal/Paritária – R\$10.599.485,55

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Contribuição Patronal	Participação %
AC	2.130.370,00	31.207,22	0,00
AL	2.130.370,00	157.213,78	0,01
AM	2.832.742,21	214.071,76	0,02
AP	-	-	0,00
BA/SE	2.633.257,86	191.689,52	0,02
CE	8.460.120,60	599.101,43	0,06
ES	4.204.095,48	306.688,38	0,03
GO	10.742.893,70	792.674,69	0,07
MA	2.873.370,79	202.028,64	0,02
MG	7.821.539,69	590.833,20	0,06
MS	4.989.680,64	354.681,18	0,03
MT	3.844.284,77	285.238,45	0,03
PA	2.622.350,98	182.143,75	0,02
PB	3.762.783,39	273.619,01	0,03
PE	8.010.964,44	604.503,00	0,06
PI	2.534.862,25	181.353,06	0,02
PR	7.510.769,20	543.004,15	0,05
RJ	4.313.242,83	343.808,71	0,03
RN	3.550.333,20	253.418,56	0,02
RO	2.309.355,01	160.639,48	0,02
RR	195.623,45	16.682,27	0,00
RS	4.677.306,27	341.514,53	0,03
SC	2.871.090,42	224.569,84	0,02
SP	4.303.006,63	342.157,31	0,03
TO	2.108.520,23	152.290,13	0,01
Matriz	61.186.694,10	4.728.932,61	0,44
Total	162.619.628,14	12.074.064,66	-

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

20.1.2- Complemento de Previdência (Serviço Passado) – R\$ 12.701.315,31*

***OBS: A diferença de R\$ 1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscrito em Restos a Pagar não processado.**

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Valor referente ao pagamento da dotação do serviço passado da massa de empregados da Conab, patrocinadora principal do plano de benefícios do CIBRIUS, realizado na forma do termo de convênio e aditivos firmados entre as partes, concernente ao ingresso no plano em 1995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM.

Total Contribuições – R\$ 24.775.379,97*

***OBS: A diferença de R\$ 1.946.648,03, em relação aos valores consignados no DRE/Siafi, refere-se a valores inscrito em Restos a Pagar não processado.**

Fonte: Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Cabe observar que as contribuições são paritárias conforme determina a legislação. Entretanto, eventual divergência entre a contribuição paritária Patronal e a contribuição dos Participantes informada pela Conab/Sureh, decorre de diferenças relacionadas ao pagamento de joias de responsabilidade exclusiva do participante e acertos outros.

20.1.3 Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora Conab

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

20.1.4 Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições

Não ocorreram outros repasses de recursos que não contribuições.

20.1.5 Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN n.º 3.792 de 24/09/2009 (Estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC e revoga a 3456), alterações posteriores e demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada, em consonância com as Leis Complementares n.ºs 108 e 109/2001.

Quadro C.36.5 Posição do Agente

Descrição	Valor	% Atual	% Enquadramento Fundamento Legal	
			Política Investimento	Resolução CMN nº 3792
1) Renda Fixa	435.903.197,81	85,54	75,50	100,00
A. Títulos Públicos	261.407.048,62	51,30		
1.1 – NTN-B – Título Público Federal (IPCA)	245.228.321,62	48,12		
1.2 – NTN-C – Título P. Federal (IGP-M)	16.178.727,00	3,17		
B. Aplicação em Instituições Financeiras	174.496.149,19	34,24		
FIF	31.496.130,76	6,18		
1.3 – Banco do Brasil S/A Institucional Federal	16.169.966,34	3,17		
1.4 – FIDC BCSUL – VORAX SSE	10.302.310,20	2,02		
1.5 – FIDC COMANCHE CLEAN	5.023.854,22	0,99		
Depa Prazo com Garantia Especial (DPGE)	129.487.409,06	25,41		
1.6-Banco SCHAHN S/A 07/05/09 a 02/04/14	4.793.081,53	0,94		
1.7-Banco SOFISA S/A 19/05/09 a 18/05/2012	7.064.413,34	1,39		
1.8-Banco SCHAHN S/A 19/05/2009 a 18/05/2012	7.075.751,03	1,39		
1.9-Banco BONSUCESO S/A 21/05/09 a 18/05/12	7.068.600,22	1,39		
1.10-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 10/06/09 a 10/06/2012	4.823.134,08	0,95		
1.11-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 17/07/2009 a 17/07/12	5.930.161,05	1,16		
1.12-Banco BMG S/A 11/09/09 a 11/09/14	9.391.134,04	1,84		
1.13-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 11/09/2009 a 11/09/13	4.687.054,97	0,92		
1.14-Bco SOFISA S/A 23/09/2009 a 23/09/14	9.330.328,07	1,83		
1.15-Banco BMG S/A 23/09/09 a 23/09/14	7.010.143,31	1,38		
1.16-OMINI S/A Cred Finan e Invest 19/10/09 a 19/10/14	11.629.343,60	2,28		
1.17-Banco MÁXIMA S/A 19/11/09 a 19/11/14	10.371.496,49	2,04		
1.18-Banco SCHAHN S/A 21/01/2010 a 21/01/2015	4.496.218,06	0,88		
1.19-Banco MÁXIMA S/A 22/01/10 a 22/01/15	4.501.649,54	0,88		
1.20-Portocred Financeira - 12/05/10 a 12/05/15	8.633.624,30	1,69		
1.21-ABOE Financeira - 26/05/10 a 26/05/15	4.293.278,63	0,84		
1.22-ABOE Financeira - 01/09/10 a 01/09/15	5.191.643,16	1,02		
1.23-ABOE Financeira - 14/09/10 a / /	2.069.148,77	0,41		
1.24-Barigui Financeira S/A – 18/11/10 a 18/11/15	6.118.907,83	1,2		
1.25-Banco BRJ S/A 28/12/10 a 28/12/2015	5.008.297,04	0,98		
Títulos de Empresas	628.412,15	0,12		
1.26-HOPIHARI (Debênture não Conversível)	628.412,15	0,12		
Cédula de Crédito Imobiliário	12.884.197,22	2,53		
1.27-Céd Créd Imob M BRASIL 12/11/09 a 12/06/19	6.785.544,08	1,33		
1.28-Céd Créd Imob M BRASIL 23/02/10 a 12/06/19	6.098.653,14	1,20		
2) Renda Variável	36.805.676,57	7,22	14,00	70,00
2.1 - Mercado de Ações à Vista	33.718.185,88	6,62		
Aes Tiete PN	480.000,00	0,09		
Ambev PN	1.515.600,00	0,3		
América Latina Logística ON	450.000,00	0,09		
BmfBovespa ON	393.900,00	0,08		
Bradesco PN	3.160.520,00	0,62		
Brasken PNA	712.950,00	0,14		
Brasil Foods ON	710.840,00	0,14		
Brasil Telecom ON	113.454,64	0,02		
Brasil Telecom PN	949.356,00	0,19		
Cemig ON	1.914.996,75	0,38		
Cia Energética de São Paulo PNB	540.000,00	0,11		
Cia Paranaense de Energia PNB	439.900,00	0,09		
Contax ON	76.800,00	0,02		
Contax PN	172.746,00	0,03		
Companhia Siderúrgica Nacional ON	1.226.820,00	0,24		
Eletrobrás PNB	1.337.500,00	0,26		
Empresa Brasileira de Telecomunicações ON	483.249,50	0,09		
Empresa Bras de Telecom Participação ON	285,70	0,00		
Empresa Bras de Telecom Participação PN	570,81	0,00		
Energisa UNIT	1.702.140,00	0,33		
Fibra ON	72.317,70	0,01		
Gerdau PN	634.760,00	0,12		
Itaunibanco PN	1.980.547,25	0,39		
Itausa PN	914.760,00	0,18		
Lojas Americanas PN	306.200,00	0,06		
Minasfer PNA	65.905,00	0,01		
Petrobrás PN	5.458.000,00	1,07		
Sabesp ON	638.850,00	0,13		
Telemar PN	655.830,00	0,13		
Telesp Participações PN	298.076,76	0,06		
Usiminas PNA	843.040,00	0,17		
Vale PNA	3.637.500,00	0,71		
Vivo Participações PN	1.599.000,00	0,31		
Weg ON	218.000,00	0,04		
Bradesco DIR	13.769,77	0		
2.2-Fundo de Ações	3.087.490,69	0,61		
Bradesco IBX ativo	3.049.580,15	0,6		
Fator Institucional	37.910,54	0,01		
3 – Investimentos Estruturados	6.050.124,04	1,19	3,00	20,00
Memorial Office (Ricci Assoc Eng Com Ltda) F. Imob	3.510.784,57	0,69		
Hermes (Mercúrio DTVM Ltda) F. Imob	2.539.339,47	0,5		
4) Imóveis	17.112.987,74	3,36	4,50	8,00
Edificações de Uso Próprio	844.484,13	0,17		
SHCGN 706/7 Bl D nº 42 Sls 101 à 302	844.484,13	0,17		
Edificações para Renda	8.599.378,61	1,69		
SHCGN 706/7 Bl D nº 42 Térreo e subsolo – DF	2.205.796,46	0,43		
SHN Q. 02 Ljs 142 e 150 Ed. Garvey Park – DF	183.125,02	0,04		
Cent Com. Lt 24/25 Q. 4C SIA -DF	1.014.815,32	0,2		
SCLN 307 LJS 37, 39, 59, 65 e 69 – DF	339.493,47	0,07		
Centro Século XXI – Curitiba-PR	4.856.148,34	0,95		
Investimento em Shopping Center	7.669.125,00	1,5		
Conjunto Nacional de Brasília-St. Div Norte - DF	7.669.125,00	1,5		
5) Empréstimos aos Participantes	13.507.935,95	2,65	3,00	15,00
6) Disponível	233.376,36	0,05	0,00	0,00

Custodiante – ITAÚ UNIBANCO S/A em 31/12/2010

Descrição	Valor	% Atual	% Enquadramento Fundamento Legal	
			Política Investimento	Resolução CMN nº 3792
1) Renda Fixa	435.903.197,81	85,54	75,50	100,00
A. Títulos Públicos	261.407.048,62	51,30		
1.1 – NTN-B – Título Público Federal (IPCA)	245.228.321,62	48,12		
1.2 – NTN-C – Título P. Federal (IGP-M)	16.178.727,00	3,17		
B. Aplicação em Instituições Financeiras	174.496.149,19	34,24		
FIF	31.496.130,76	6,18		
1.3 – Banco do Brasil S/A Institucional Federal	16.169.966,34	3,17		
1.4 – FIDC BCSUL – VORAX SSE	10.302.310,20	2,02		
1.5 – FIDC COMANCHE CLEAN	5.023.854,22	0,99		
Dep a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	129.487.409,06	25,41		
1.6-Banco SCHAHN S/A 07/05/09 a 02/04/14	4.793.081,53	0,94		
1.7-Banco SOFISA S/A 19/05/09 a 18/05/2012	7.064.413,34	1,39		
1.8-Banco SCHAHN S/A 19/05/2009 a 18/05/2012	7.075.751,03	1,39		
1.9-Banco BONSUCESSO S/A 21/05/09 a 18/05/12	7.068.600,22	1,39		
1.10-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 10/06/09 a 10/06/2012	4.823.134,08	0,95		
1.11-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 17/07/2009 a 17/07/12	5.930.161,05	1,16		
1.12-Banco BMG S/A 11/09/09 a 11/09/14	9.391.134,04	1,84		
1.13-Bco CRUZEIRO DO SUL S/A 11/09/2009 a 11/09/13	4.687.054,97	0,92		
1.14-Bco SOFISA S/A 23/09/2009 a 23/09/14	9.330.328,07	1,83		
1.15-Banco BMG S/A 23/09/09 a 23/09/14	7.010.143,31	1,38		
1.16-OMINI S/A Cred Finan e Invest 19/10/09 a 19/10/14	11.629.343,60	2,28		
1.17-Banco MÁXIMA S/A 19/11/09 a 19/11/14	10.371.496,49	2,04		
1.18-Banco SCHAHN S/A 21/01/2010 a 21/01/2015	4.496.218,06	0,88		
1.19-Banco MÁXIMA S/A 22/01/10 a 22/01/15	4.501.649,54	0,88		
1.20-Portocred Financeira - 12/05/10 a 12/05/15	8.633.624,30	1,69		
1.21-ABOE Financeira - 26/05/10 a 26/05/15	4.293.278,63	0,84		
1.22-ABOE Financeira - 01/09/10 a 01/09/15	5.191.643,16	1,02		
1.23-ABOE Financeira - 14/09/10 a ___/___/___	2.069.148,77	0,41		
1.24-Barigui Financeira S/A – 18/11/10 a 18/11/15	6.118.907,83	1,2		
1.25-Banco BRJ S/A 28/12/10 a 28/12/2015	5.008.297,04	0,98		
Títulos de Empresas	628.412,15	0,12		
1.26-HOPIHARI (Debênture não Conversível)	628.412,15	0,12		
Cédula de Crédito Imobiliário	12.884.197,22	2,53		
1.27-Céd Créd Imob M BRASIL 12/11/09 a 12/06/19	6.785.544,08	1,33		
1.28-Céd Créd Imob M BRASIL 23/02/10 a 12/06/19	6.098.653,14	1,20		
2) Renda Variável	36.805.676,57	7,22	14,00	70,00
2.1 - Mercado de Ações à Vista	33.718.185,88	6,62		
Aes Tiete PN	480.000,00	0,09		
Ambev PN	1.515.600,00	0,3		
América Latina Logística ON	450.000,00	0,09		
BmfBovespa ON	393.900,00	0,08		
Bradesco PN	3.160.520,00	0,62		
Brasken PNA	712.950,00	0,14		
Brasil Foods ON	710.840,00	0,14		
Brasil Telecom ON	113.454,64	0,02		
Brasil Telecom PN	949.356,00	0,19		
Cemig ON	1.914.996,75	0,38		
Cia Eneergética de São Paulo PNB	540.000,00	0,11		
Cia Paranaense de Energia PNB	439.900,00	0,09		
Contax ON	76.800,00	0,02		
Contax PN	172.746,00	0,03		
Companhia Siderúrgica Nacional ON	1.226.820,00	0,24		
Eletrobrás PNB	1.337.500,00	0,26		
Empresa Brasileira de Telecomunicações ON	483.249,50	0,09		
Empresa Bras de Telecom Participação ON	285,70	0,00		
Empresa Bras de Telecom Participação PN	570,81	0,00		
Energisa UNIT	1.702.140,00	0,33		
Fibria ON	72.317,70	0,01		
Gerdau PN	634.760,00	0,12		
Itaunibanco PN	1.980.547,25	0,39		
Itausa PN	914.760,00	0,18		
Lojas Americanas PN	306.200,00	0,06		
Minasfer PNA	65.905,00	0,01		
Petrobrás PN	5.458.000,00	1,07		
Sabesp ON	638.850,00	0,13		
Telemar PN	655.830,00	0,13		
Telesp Participações PN	298.076,76	0,06		
Usiminas PNA	843.040,00	0,17		
Vale PNA	3.637.500,00	0,71		
Vivo Participações PN	1.599.000,00	0,31		
Weg ON	218.000,00	0,04		
Bradesco DIR	13.769,77	0		
2.2-Fundo de Ações	3.087.490,69	0,61		
Bradesco IBX ativo	3.049.580,15	0,6		
Fator Institucional	37.910,54	0,01		
3 – Investimentos Estruturados	6.050.124,04	1,19	3,00	20,00
Memorial Office (Ricei Assoc Eng Com Ltda) F. Imob	3.510.784,57	0,69		
Hermes (Mercúrio DTVM Ltda) F. Imob	2.539.339,47	0,5		
4) Imóveis	17.112.987,74	3,36	4,50	8,00
Edificações de Uso Próprio	844.484,13	0,17		
SHCGN 706/7 BI D nº 42 Sls 101 à 302	844.484,13	0,17		
Edificações para Renda	8.599.378,61	1,69		
SHCGN 706/7 BI D nº 42 Térreo e subsolo – DF	2.205.796,46	0,43		
SHN Q. 02 ljs 142 e 150 Ed. Garvey Park – DF	183.125,02	0,04		
Cent Com. Lt 24/25 Q. 4C SIA -DF	1.014.815,32	0,2		
SCLN 307 LJS 37, 39, 59, 65 e 69 – DF	339.493,47	0,07		
Centro Século XXI – Curitiba-PR	4.856.148,34	0,95		
Investimento em Shopping Center	7.669.125,00	1,5		
Conjunto Nacional de Brasília-St. Div Norte - DF	7.669.125,00	1,5		
5) Empréstimos aos Participantes	13.507.935,95	2,65	3,00	15,00
6) Disponível	233.376,36	0,05	0,00	0,00

20.1.6 Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/n.º 014, de 04/02/2011, a PREVIC, antiga SPC/MPS, somente poderá se manifestar após o recebimento do Balanço 2010, cujo prazo final para envio é até 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações. Entretanto, a SPC, atual PREVIC, não tem se manifestado sobre a prestação de contas, embora o Cibrius tenha solicitado formalmente. Por outro lado, a PREVIC encontra-se obrigada a prestar as informações objeto do item 20 PARTE C do Anexo II - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS da DN/TCU n.º. 107/2010, como segue:

- a) Informações consolidadas sobre a fiscalização e o controle dos planos de benefícios e sobre as entidades fechadas de previdência complementar realizadas pela SPC/MPS, conforme disposto no art. 24 da Lei Complementar n.º 108/2001;
- b) Informações consolidadas sobre o exercício e os resultados da fiscalização e do controle das entidades de previdência complementar patrocinadas pelas respectivas patrocinadoras, conforme disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, realizados nos últimos dois anos.
- c) Informações quanto as providências adotadas para o encerramento da SPC, em especial os termos de transferência de patrimonial e a situação dos processos administrativos não encerrados, conforme Acórdão TCU 1.912/2010 – Plenário.

20.1.7 - Avaliação da política de investimentos da entidade fechada de previdência complementar, evidenciando o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional.

A Política de Investimentos da entidade, disponível em inteiro teor no site www.cibrius.com.br com acesso pela lapela “CONHEÇA O CIBRIUS/Documentos Institucionais”, foi elaborada em conformidade com a **Resolução 3792/2009 do CMN**, e consignou as seguintes diretrizes, como segue:

a) Diretrizes para Alocação dos Investimentos

A Política de Investimentos do Plano de Benefícios Conab, administrado pelo CIBRIUS, levou em consideração os normativos vigentes sobre o assunto, as boas técnicas usualmente praticadas no mercado de Fundos de Pensão, bem como os cenários macroeconômicos.

Destaca-se que, em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3792/2009, a Política de Investimentos da entidade, estabeleceu que as decisões que envolverem os investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios do CIBRIUS deverão ser tomadas pela Diretoria-Executiva, após a análise e parecer da Área de Investimentos e avaliação do Comitê de Investimentos, com base na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo. Os investimentos acima de 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Cibrius serão, necessariamente, submetidos à aprovação do Conselho Deliberativo, respeitando os limites e condições impostas pela legislação pertinente e o Estatuto do CIBRIUS.

O artigo 16º da Resolução 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional, determina que a política de investimentos de cada plano deve conter, no mínimo, os seguintes itens:

I. Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação.

II. Os limites por modalidade de investimentos, se estes forem mais restritivos que os estabelecidos na Resolução CMN n.º 3.792/09

Quadro C.36.6 -Alocação de recursos e limites por segmento e modalidade de investimento

Segmentos	Alocações		2010	Limite Res. CMN 3792/09
	2008	2009		
Renda Fixa	79,01%	75,50%	75,50%	100,00%
Renda Variável	12,01%	15,00%	14,00%	70,00%
Empréstimos	2,89%	3,50%	3,00%	15,00%
Inv. Estruturados			3,00%	20,00%
Imóveis	6,09%	6,00%	4,50%	8,00%

III. Utilização de Instrumentos derivativos.

Não serão permitidas operações de Derivativos com alavancagem, ou seja, em que essas posições representem mais de 100% dos ativos de suas respectivas carteiras, mesmo considerando os ativos que compõem os fundos de investimentos, cujas quotas integram o patrimônio do Plano do CIBRIUS.

Operações com Derivativos só serão permitidas no intuito de proteção da carteira, respeitando os limites legais.

Outros limites e diretrizes podem ser impostos pelo CIBRIUS em Regulamento e Mandatos específicos de fundos exclusivos.

IV. Taxa mínima atuarial ou índices de referência, observado o regulamento de cada plano de benefícios.

Taxa atuarial = TR + 6% a.a.

V. Meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação

Quadro C.36.7 Meta de rentabilidade

Segmento	benchmark
Renda Fixa	CDI
Renda Variável	Ibovespa
Inv. Estruturados	CDI
Imóveis	TR + 6% a.a.
Empréstimos	TR + 6% a.a.

VI. Metodologia ou as fontes de referência adotadas para precificação dos ativos financeiros.

Deverá ser adotados como modelos de marcação a mercado, os ativos destinados à negociação e marcação pela curva do título e papéis aqueles que serão levados ao vencimento, desde que em consonância e obedecidos os preceitos da Resolução MPS/CGPC n.º 04/02 e alterações posteriores.

O HSBC Securities Services, agente custodiante, será responsável pelo apreçamento dos ativos da Carteira de Investimentos do Cibrius. A entidade mudou o agente custodiante para o ITAÚ UNIBANCO S/A, conforme posição da carteira em 31/12/2010.

VII. Metodologia e critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico.

a) Risco de Crédito

O Instituto aplicará seus ativos somente em títulos considerados como de baixo risco de crédito, cujo controle, tanto do bancário como do não bancário, será realizado de acordo com os *ratings* estabelecidos pelas agências classificadoras de risco, sempre respeitando os limites e restrições legais.

As agências em que o Instituto fundamentará suas decisões são as seguintes:

Quadro C.36.8 Agências de Classificação de Risco

Agência de Classificação de Risco	Ratings considerados de Baixo Risco de Crédito
FITCH RATING	F1(bra), F2 (bra), AAA(bra), AA(bra), A(bra)
SR RATING	sr AA, sr A, brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+, brA, brA-
MOODY's INVESTOR	Aaa1.br, Aaa2.br, Aaa3.br, Aa1.br, Aa2.br, A1.br, A2.br, A3.br
AUSTIN ASIS	AAA, AA, A
STANDARD & POOR'S	brAAA, brAA, brA-1, brA-2
LF Rating	AAA, AA, A

É importante ressaltar que, se duas ou mais agências classificarem o mesmo papel, o Instituto adotará, para fins de classificação de risco de crédito, àquela mais conservadora.

Como regra geral, serão adquiridos prioritariamente, títulos públicos federais que apresentarem perspectiva de rentabilidade superior à variação da meta atuarial do Instituto, inclusive quanto aos custos operacionais.

Caso seja adquirido algum título não avaliado pelas agências classificadoras de risco como demonstrado acima, **o mesmo será automaticamente classificado de alto risco de crédito.**

Para títulos classificados como médio e/ou alto risco de crédito não serão permitidas novas inversões, mas apenas levar ao vencimento os investimentos do passado existentes atualmente, que a própria falta de liquidez, impede sua realização. A existência deste tipo de ativo em algum fundo de investimentos poderá alterar este percentual, entretanto deverá estar dentro dos limites aceitáveis e permitidos pela legislação.

b) Risco de Degradação da Qualidade de Crédito

Para o caso de novos títulos e valores mobiliários que tenham sido adquiridos em conformidade com a Política de Investimentos, mas que eventualmente, após sua aquisição, tenham sofrido redução da sua nota de classificação de crédito para médio e/ou alto risco de crédito, caberá à compliance notificar à Diretoria-Executiva, que após sua avaliação, decidirá sobre a venda ou manutenção do referido ativo em sua carteira.

c) Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e de controle de risco de mercado é feito por modelo próprio que limita a probabilidade de perdas máximas, através do cálculo mensal do *Value-at-Risk* (VaR).

O Cibrius adota os seguintes parâmetros para o cálculo do VaR: Intervalo de confiança de 95% e horizonte temporal de 21 dias úteis. Com relação aos limites, para os segmentos de renda fixa e renda variável, valem:

- Segmento de renda fixa: 1,5%;
- Segmento de renda variável: 17%.

A empresa RiskOffice, é a responsável por desenvolver os cálculos. Essas informações são apresentadas em reunião formal e analisadas pelo Comitê de Investimento do Cibrius mensalmente.

d) Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é uma preocupação constante para o Instituto e, como prudência, o mesmo mantém um percentual mínimo de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata. Com a adoção dessa política, o Cibrius reduz a possibilidade de que haja dificuldade em honrar seus compromissos previdenciários no curto prazo.

e) Risco Operacional

O CIBRIUS, atendendo a Resolução MPS/CGPC n.º 13, de 01 de outubro de 2004, monitora os riscos não-financeiros, ou seja, o risco operacional. Define-se risco operacional quando existe a possibilidade de perdas decorrentes da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

f) Risco Legal

O risco legal deriva do potencial questionamento jurídico na execução dos contratos. Esta categoria de risco é mensurada para as atividades do Instituto e para os investimentos que envolvam contratos específicos. O CIBRIUS poderá utilizar pareceres jurídicos especializados para os assuntos de caráter mais aprofundados.

g) Risco Sistêmico

O CIBRIUS monitora o risco sistêmico do sistema financeiro nacional, o qual está inserido. Representa o risco de que uma instituição financeira não tenha recursos suficientes para pagar outra, fazendo com que esta outra não pague uma terceira e assim por diante, daí resultando um "efeito dominó," que pode levar ao colapso todo o sistema financeiro, ou seja, a uma crise sistêmica, entendida como uma interrupção da cadeia de pagamentos da economia.

No Brasil, existem mecanismos de segurança e instrumentos, desenvolvidos pelo Bacen - como o Sistema de Pagamentos Brasileiro, conhecido como SPB, e a Transferência Eletrônica Disponível (TED) - que visam impedir que, ao fim de cada dia, haja operações financeiras não encerradas, isto é, sem transferência efetiva dos recursos financeiros envolvidos, notadamente em grandes transações.

VIII. A observância ou não de princípios de responsabilidade socioambiental

Devido à complexidade do assunto aliado à falta de uma estrutura que dê suporte, o CIBRIUS não adotará o “Princípio de Responsabilidade Socioambiental” na vigência da presente Política de Investimentos.

Retorno das Aplicações

Quadro C.36.9
Comparativo das Rentabilidades dos Investimentos JAN a DEZ 2010

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	TR+6% aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	6,7301%	7,02%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-4,80%
MÓVEIS	11,68%		4,64%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		0,35%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		11,19%
CARTEIRA GERAL	13,29%		6,15%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	INPC+5% aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	11,80%	2,16%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-9,11%
MÓVEIS	11,68%		-0,11%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-4,20%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		6,14%
CARTEIRA GERAL	13,29%		1,33%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	INPC+6% aa JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	12,86%	1,21%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-9,97%
MÓVEIS	11,68%		-1,05%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-5,10%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		5,15%
CARTEIRA GERAL	13,29%		0,38%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	CDI JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA FIXA	14,22%	9,76%	4,06%
RENDA VARIÁVEL	1,61%		-7,43%
MÓVEIS	11,68%		1,75%
INVEST. ESTRUTURADOS	7,10%		-2,42%
EMPRÉSTIMOS	18,67%		8,12%
CARTEIRA GERAL	13,29%		3,22%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	IBOVESPA JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA VARIÁVEL	1,61%	1,04%	0,56%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2010	IBrX - 50 JAN A DEZ 2010	RESULTADO
RENDA VARIÁVEL	1,61%	0,75%	0,85%

Fonte: Cibrius

A Política de Investimentos de 2010, aprovada em 17/12/2009 pelo Conselho Deliberativo da Entidade Fechada de Previdência Complementar, foi elaborada em conformidade com os mandamentos da Resolução CMN n.º 3792/2009.

A sua execução apresentou-se ajustada aos parâmetros da Resolução do CMN, apontando variações em relação ao parâmetros fixados pelo Conselho Deliberativo da entidade quanto ao item Renda Variável de 85,54% em relação aos 75,50% fixados.

Cabe observar um elevado incremento dos investimentos em Depósito a Prazo com Garantia Especial-DPGE, de R\$79 milhões para R\$129 milhões e quotas de FIF de R\$8,6 milhões para R\$31,5 milhões, cuja movimentação poderá ser objeto de exame nas ações de fiscalização de que trata o art. 25 da LC 108/2001, notadamente quanto aos requisitos de segurança, rentabilidade e liquidez das inversões.

Os resultados alcançaram 6,15% em relação a meta atuarial de TR+6% dentro de um cenário de uma TR abaixo de 1%, portanto muito longe de refletir um índice que represente a inflação do período. Quando comparados com INPC+6% ou 5% e com o CDI, os resultados são significativamente reduzidos. Por outro lado, as operações de empréstimos aos participantes apresentou um notável desempenho, com um resultado mínimo de 5,5% em relação aos Benchmark. Isto com a aplicação de apenas 2,65% dos Recursos Garantidores, quando a Resolução do CMN permite até 15%, indicando que a entidade pode rever as taxas de empréstimos de forma a torná-las mais atrativas aos participantes, bem como alocar maior volume de recursos, buscando cumprir o estatuto da entidade quanto a sua função de Promover o bem-estar social dos seus destinatários.

e) Conclusões contidas no Parecer da Auditoria Independente

Conforme a Carta/CIBRIUS/SUP/N.º 014, de 04/02/2011, o Parecer da auditoria Independente referente Balanço 2010 estará disponível até o dia 31 de março de 2011, conforme calendário de obrigações.

Entretanto, para fins informativo, destacamos abaixo o parecer de 2009 da **BDO Trevisan Auditores Independentes**, CRC 2SP013439/O-5 “S” DF, de responsabilidade do Sócio-contador, Sr. Marcelo Faria Pereira, CRC 1Rj077911/O-2 “S” DF, Parecer de Auditoria Independente, com as seguintes conclusões:

- “1. Examinamos o balanço patrimonial do CIBRIUS – instituto CONAB de Seguridade Social, levantamento em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do instituto; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Instituto, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações e seus fluxos financeiros correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades do Instituto. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 12, o **Instituto possui registrado como provisão matemática a constituir o montante de R\$596.267 milhões**, que representa o **desequilíbrio atuarial pela insuficiência da cobertura do custo do serviço passado**. Ademais, o Instituto poderia apresentar um novo déficit atuarial, tendo em

vista que, de acordo com o atuário externo, muito embora o regulamento do plano de benefícios estabeleça a correção dos benefícios concedidos pela TR + 6% ao ano, **existe a necessidade de se determinar um indexador que reflita efetivamente a inflação (INPC-IBGE)**. Essa alteração seria possível no caso da contratação da dívida junto à Patrocinadora CONAB, entretanto, a ação de cobrança movida contra a CONAB referente à cobertura do custo do serviço passado encontra-se em discussão judicial e, conforme andamento processual, foi julgada procedente em 1.^a instância, estando pendente do julgamento da apelação interposta pela Conab.

5. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 11, em 31 de dezembro de 2009, o instituto possui registrado no **exigível contingencial o montante de R\$189.749 milhões**, dos quais R\$174.892 milhões referem-se ao contingenciamento dos **riscos previdenciários em decorrência de potenciais demandas judiciais com exigência na mudança do indexador do plano de benefícios de TR para INPC**. Em virtude das incertezas relacionadas a esse tema, não é possível determinar quais poderão ser os reflexos que esse assunto poderá trazer às demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1.
6. Anteriormente, as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, compreendendo o balanço patrimonial, demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros, foram examinadas por outros auditores independentes e o parecer, datado de 20 de fevereiro de 2009, foi emitido sem ressalva, com ênfase em relação aos mesmos assuntos mencionados no parágrafo 4.”

f) - Conclusões do último estudo atuarial

PARECER ATUARIAL ANUAL 2010

A avaliação atuarial anual de 2010 foi realizada, na data base de 31 de agosto, especificamente para mensurar os custos e a situação financeiro-atuarial do Plano CONAB do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, dimensionar as provisões matemáticas e apresentar os resultados da avaliação atuarial, em consonância com o Regulamento do Plano, metodologia, hipóteses e premissas atuariais definidas conforme determina legislação em vigor, com base em dados cadastrais fornecidos pela Entidade.

Os dados cadastrais dos Participantes, fornecidos pela Entidade, foram consistidos comparando com parâmetros mínimos e máximos aceitáveis na data desta avaliação, e foram considerados suficientes e completos para efeito da avaliação.

Para atendimento as exigências legais, especificamente a Resolução CGPC n.º 18/2006, foram efetuados estudos de aderência das hipóteses, apresentados em relatório específico, que não apontaram necessidade de alteração das hipóteses analisadas em relação ao ano anterior.

Utilizando a mesma metodologia dos anos anteriores, o estudo estatístico da hipótese de crescimento real de salários apontou um incremento médio anual de 3,09% ao ano.

Da avaliação realizada obteve-se um resultado para Reserva Matemática total de R\$ 924.318.110,77 em 31/08/2010 e comparando com o Ativo Líquido Previdenciário de R\$ 315.766.645,62, registrado no balancete nesta mesma data, para equilíbrio do Plano deve ser acrescido das Reservas Matemáticas a Constituir de R\$ 608.551.465,15, cujo valor deverá ser objeto de contrato com a Patrocinadora.

Para formalização do contrato das insuficiências, recomendamos observar o valor apurado na avaliação de 31/05/2000, devendo-se observar o limite de R\$282.032.218,17, devidamente atualizado (juros e correção monetária), de maneira a se enquadrar nas disposições da Emenda Constitucional n.º 20/98, que, inclusive, foi o evento determinante para a intervenção no Instituto que foi suspensa em 2007.

No momento da contratação, caso este valor seja insuficiente o excedente deverá ser objeto de majoração de contribuições a fim de equilibrar o Plano.

O valor registrado no balancete de agosto/2010, na mesma data da avaliação, na conta de Provisões Matemáticas a Constituir, corresponde a R\$641.363.117,58, que comparado ao valor da insuficiência desta avaliação, de R\$608.551.465,15, apresenta uma diferença a menor de R\$32.811.652,43 em relação ao contabilizado.

O valor da insuficiência apurada na avaliação de 31/05/2000 atualizada até 31/08/2010 corresponde a R\$799.870.566,77, que deduzindo-se o atual contrato da Dotação Inicial que está sendo amortizado, registrado no balancete nesta data, de R\$44.830.506,05 e mais a insuficiência apurada nesta avaliação, apresenta uma redução de R\$146.488.595,57.

Quanto aos custos percentuais do plano, sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Tabela C 36.1 Comparativo dos Custos Percentuais do Plano

Discriminação	2009	2010	%
Custo Normal	18,48%	18,54%	0,06%
Custo a Amortizar Serviço Passado	177,92%	210,43%	32,51%
Custo Total do Plano	196,40%	228,97%	32,57%
Contribuição Total em Vigor	19,11%	19,21%	0,10%
Déficit de Cobertura	-177,29%	-209,76%	-32,47%

Em contrapartida as contribuições vertidas, de acordo com a tabela de contribuições aplicada em vigor, apresentam um custeio sobre o total da folha de Salários de Participação dos Participantes, comparativamente ao ano anterior:

Tabela C.36.2 Comparativo Percentuais das Contribuições Vertidas

Contribuições	2009	2010	Diferença%
Normais Participantes	9,55%	9,58%	0,03%
Jóias	0,02%	0,07%	0,05%
Normais Patrocinadoras	9,55%	9,57%	0,02%
Assistidos para o Plano (1)	9,59%	9,59%	-
Assistidos administração (1)	1,22%	1,22%	-

1% sobre os benefícios dos assistidos

Relativamente aos resultados apurados nesta avaliação e comparados à avaliação anterior, cabe ressaltar os fatos relevantes que ocorreram no intervalo entre a avaliação anterior, ocorrida em 2009 e esta avaliação, em 31/08/2010, que influenciaram para que tais resultados fossem obtidos.

Motivos de aumento do custo percentual dos compromissos

- A variação ocorrida no custo normal do plano está dentro da normalidade e compatível com a metodologia de apuração do custo, considerando a massa de participantes sem novos entrados, o crescimento dos salários, do SRB e do benefício hipotético do INSS, que em relação ao ano anterior, está dentro da normalidade;

- A insuficiência das Reservas Técnicas a amortizar apontada na avaliação de 2009, no valor de R\$578.540.441,65, correspondente a compromissos de serviço passado, equivalente a 177,92% do total da folha de salários de participação naquela data, não foi amortizado conforme proposto no plano de custeio, em função da não efetivação da contratação das insuficiências de responsabilidade da patrocinadora CONAB, referente ao custo do serviço passado a contratar;

- O saldo devedor a Amortizar do valor da Dotação Global (serviço passado contratado), com recontração em dezembro/2002, cujo valor registrado no balancete agosto/2010 equivale a R\$44.830.506,05, que inclui o valor referente ao reconhecimento de correção monetária integral do mês de maio de 1994 no saldo do valor original da dotação global, não atingiu o grau exigido de rentabilidade devido ao índice de correção inflacionária contratual (TR) constante do termo aditivo, estar abaixo da inflação efetiva. Não foi adotada a devida correção recomendada, permanecendo com o indexador da TR, enquanto o recomendado seria o INPC-IBGE e consequentemente a amortização mensal não está no compasso das necessidades do plano;

- Alertamos da necessidade imediata de equilíbrio do plano, muito embora a contratação das insuficiências das reservas técnicas a contratar (serviço passado de responsabilidade da Patrocinadora CONAB) e a mudança de índice já tenha sido reconhecida pela Patrocinadora, através da Nota Técnica DIAFI N.º 006/03, de 24/06/2003, referendada pela Diretoria Colegiada da CONAB (sexcentésima primeira reunião ordinária) e pelo Conselho de Administração da mesma (126ª reunião ordinária), respectivamente, em 07/07/2003 e 06/08/2003. Tais aprovações foram referendadas pelo MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através dos Ofícios n.º 693/MAPA/SE de 26/09/2003 e n.º 694/MAPA/SE de 26/09/2003 enviados, respectivamente, ao Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, indicando que o MAPA estava de acordo com a proposição da CONAB, consubstanciada no Ofício CONAB/PRESI/N.º 498 de 06/08/2003 e, no momento, em análise para aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Através do Ofício n.º 1.911 DEFIS/CGRE de 28/09/2004 a Secretaria de Previdência Complementar reitera o entendimento, já por diversas vezes externado pelo CIBRIUS, pela CONAB e pela própria SPC/MPS que, sobre o ponto de vista técnico atuarial, não existia óbice em se atribuir ao serviço passado o déficit remanescente no plano de benefícios da Entidade. Na oportunidade a SPC/MPS solicitou o obséquio das providências no âmbito do DEST, no sentido de propiciar imediata contratação da dívida entre o CIBRIUS e a CONAB, de maneira que pudesse ser cessada a intervenção na entidade.

Conforme informação da Entidade, a Patrocinadora CONAB encaminhou ao Secretário Executivo do MAPA, OFÍCIO PRESI N.º 412, de 30 de junho de 2006, onde solicitava apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, no sentido de buscar uma solução definitiva acerca da contratação das insuficiências atuariais relativas ao serviço passado, bem como a alteração do indexador do plano de benefícios da TR para o INPC-IBGE, e que foi atendido pelo Ofício n.º 409/2006/SE-MAPA para reunião conjunta com o CIBRIUS, CONAB/MAPA, DEST/MP e SOF/MP.

Nesta reunião, ocorrida no DEST, a pauta foi revertida para o levantamento da intervenção na entidade, sob protestos da patrocinadora, vez que o objetivo da intervenção não havia sido alcançado, qual seja, a contratação das insuficiências atuariais do plano. Contudo a Secretaria de Previdência Complementar ratificou seu entendimento quando enviou o Ofício N.º 1749/SPC/DEFIS/CGRE de 08/06/2007 ao MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no qual, o Secretário foi enfático, no sentido de determinar levantamento da intervenção na entidade e dar posse aos órgãos estatutários.

Nesse Ofício restou claro ainda, que a Secretaria de Previdência Complementar, afirmou a responsabilidade da patrocinadora CONAB sobre o passivo atuarial do CIBRIUS e solicitou providências quanto à responsabilidade de contratar a dívida das insuficiências do serviço passado e troca do indexador, bem como a continuidade da manutenção da Entidade.

O MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio do Ofício n.º 390/2007/SE-MAPA de 13/06/2007 solicitou providências cabíveis à Patrocinadora, ensejando o encerramento da intervenção, que ocorreu em 30/11/2007, oficializado pelo Ofício SPC/DEFI/CGRE N.º 2791 de 31/07/2006.

- Muito embora o regulamento estabeleça indexador menor para correção dos benefícios concedidos (TR + 6% ao ano), ressaltamos a necessidade de se fixar um indicador que reflita efetivamente a inflação, ou seja, o INPC-IBGE, tendo em vista que hoje, de maneira geral, é o que se tem praticado para salários.

Entretanto, cabe destacar a necessidade da efetivação do contrato das insuficiências de responsabilidade da Patrocinadora CONAB (Dotação Inicial e Serviço Passado, contratado e a contratar) com a substituição do indexador atual (TR + 6% aa), pois ao contrário haveria um novo déficit no plano, podendo levar o mesmo a uma situação de insolvência definitiva ou a um aumento das contribuições dos Participantes ativos, assistidos e da Patrocinadora.

- A redução da Folha salarial futura, base de cálculo das contribuições, evidencia que a massa de participantes ativos não está se renovando.

Motivos de redução do custo nominal do compromisso passado:

- De acordo com o Regulamento do Plano, os Benefícios já Concedidos foram corrigidos pelo índice da Caderneta de Poupança, deduzindo a taxa de juros (TR – taxa referencial);

- A rentabilidade nominal da aplicação do Patrimônio, no período de 31/08/2009 a 31/08/2010, obtida através do fluxo dos registros contábeis das receitas e despesas, pelo método da taxa interna de retorno, resultou em percentual de 10,92%, descontando-se a inflação (INPC-IBGE) acumulada no período, de 4,29%, mais a taxa de juro atuarial de 6% ao ano, resulta em -0,34% de rentabilidade real;

- Se considerarmos a meta de inflação pela TR (Taxa referencial), acumulada em 0,45%, resultaria em 4,17% de rentabilidade real;

- Destaque-se que ao simularmos a Taxa de rentabilidade, considerando que o contrato da Dotação Global aditada, de R\$44.830.506,05 em 31/08/2010, contratualmente corrigido pelo indexador TR, caso fosse substituído pelo indexador do INPC, a rentabilidade bruta do Patrimônio seria de 11,32%. E ainda, caso desconsiderássemos o contrato existente, bem como o fluxo das respectivas prestações recebidas, a rentabilidade bruta do Plano seria de 12,38%.

- Reiteramos as considerações feitas em anos anteriores, sobre o índice de correção dos Benefícios Concedidos (TR), que apesar de ser item regulamentar, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento de custo ao plano. Portanto, julgamos conveniente indicar, nos contratos de amortização – da Dotação Inicial, bem como de Serviço Passado, de responsabilidade da patrocinadora, no que concerne ao indexador atuarial do mesmo, a necessidade de se aplicar o INPC-IBGE, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano, necessário para capitalização, a fim de atender a hipótese de rentabilidade adotada nesta avaliação atuarial.

Ressalte-se que para o caso de não ser alterado o indexador da Dotação Inicial já contratada mais o Serviço Passado a contratar junto à patrocinadora, a aplicação de reajustes nos benefícios dos assistidos de forma diversa àquela estabelecida pelo Regulamento do plano, ocasionaria um déficit no Plano, ocasionando o aumento das contribuições dos Participantes assistidos, ativos e Patrocinadora e ainda, conforme a relevância deste déficit, talvez a própria insolvência definitiva do plano.

Quanto ao grau de capitalização do Fundo, considerando o Patrimônio Líquido Previdenciário de R\$315.766.645,62, já considerando o valor da Dotação Inicial contratada com a Patrocinadora, registrada contabilmente como ativo do Plano, no momento, deduzindo-se o valor correspondente à cobertura das Reservas de Benefícios concedidos de R\$239.439.822,32, para os Benefícios a Conceder, de R\$684.878.288,45, a cobertura corresponde a 11,14%. Isto indica que em

31/08/2010 os benefícios concedidos estão cobertos e os benefícios a conceder apontam uma cobertura de apenas 11,14%, ou seja, o plano no momento está insolvente.

Salientamos que a maturidade do plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas previstas para o próximo ano de 247% das receitas de contribuição, considerando os iminentes como aposentados e, caso o plano não tenha adesão de novos participantes, o patrimônio da Entidade se apresenta em fase de declínio.

Recomendamos agilizar as negociações para contratação da dívida, pois o prolongamento do prazo, que já decorre por mais de nove anos, poderá ocasionar em uma situação insustentável tanto para Patrocinadora como para os Participantes, tendo em vista que o pagamento dos benefícios já concedidos, com o patrimônio já em descapitalização, tende a reduzir a capitalização do Plano, em tal ponto que, poderá caminhar para uma situação de regime de repartição simples. Ou, por outro lado, a negociação do valor, em prazo muito curto, para Patrocinadora, poderá se tornar inviável, devido à soma que corresponderá a cada parcela. Entretanto, observe-se que na realidade, a gravidade da situação já vem sendo colocada nas avaliações atuariais anuais, inclusive some-se às preocupações da Entidade desde 2003, que se pode verificar quando do encaminhamento da avaliação atuarial daquele ano à Patrocinadora, através da CARTA/CIBRIUS/SUP/INT/N.º 257 DE 29/05/2003, conforme teores da mesma, que nos deu ciência.

O Plano de Custeio Vigente aplicado resulta em uma contribuição média, de 19,20%, para cobertura do Custo Normal do Plano CONAB, com a aplicação da Tabela de Contribuição vigente, conforme anexo deste relatório, em que as Patrocinadoras aportam em média, o equivalente a 9,56% do total dos Salários-de-Participação e, por sua vez, os Participantes ativos contribuem com idêntico percentual, sobre a mesma base, acrescido de 0,07% à título de joia. Aos Participantes assistidos até 2005, aplica-se a taxa 9,59% sobre o valor do benefício suplementar e 1,22% para cobertura de despesas administrativas incluindo todos assistidos.

Atualmente, o aporte relativo à amortização do saldo da dotação global representa, nesta avaliação, 15,50% do total da folha de salários de participação dos participantes, enquanto que o exigido seria de mais 209,76%.

Quanto às hipóteses biométricas, verificamos a aderência das tábuas de Mortalidade Geral e Invalidez adotadas pelo Plano, com o objetivo de adequar as estimativas de ocorrências ao real comportamento da massa de participantes do Plano.

Em relação às tábuas atualmente utilizadas pelo Plano, Tábua “AT-2000 – media (male, female)” para mortalidade e sobrevivência de válidos, “Light Média” para Entrada em Invalidez e “Winklevoss” sobrevivência dos inválidos, observamos que no período analisado de 2000 a 2009 não houve desvio significativo dos fatos observados em relação ao esperado.

Assim, de acordo com os testes estatísticos aplicados que indicam aderência das hipóteses adotadas, sugerimos para esta avaliação a manutenção das atuais Tábuas aplicadas, com monitoramento ao longo do tempo.

Assim, com base em tais fatos concluímos que o Plano de Benefícios CONAB do CIBRIUS – INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL, mantendo a atual tabela de contribuição, encontra-se em equilíbrio na cobertura do custo normal do Plano. Contudo, na cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, neste momento, em virtude dos valores a amortizar ainda estarem sendo aportados com insuficiência.

Destacamos que, os percentuais apresentados deverão ser reavaliados após o prazo de um ano desta avaliação ou na ocorrência de fato relevante.

O Plano de Custeio atual está ajustado às determinações legais vigentes, aplicando-se a paridade de contribuições aos Participantes e Patrocinadoras para cobertura do custo normal do Plano, e estendendo o custeio das despesas administrativas para os assistidos, considerando as disposições do artigo 7.º da Lei n.º 108/2001.

Além da preocupação com a contratação das insuficiências, cumpre-nos salientar que devido às características do Plano, principalmente no que diz respeito à vitaliciedade dos benefícios, aumentos constantes na expectativa de vida dos Participantes e tendência global de perspectivas de redução nas taxas de juros, destacamos a necessidade de acompanhamento e monitoramento destas variáveis.

Relativamente ao Fundo Previdencial, relativo a Reserva de Poupança de desligados de R\$693.238,73, sugerimos mantê-lo conforme dispõe o Regulamento do Plano.

Por fim, salientamos que os resultados desta avaliação atuarial são extremamente sensíveis às variações das hipóteses e premissas utilizadas nos cálculos e que, modificações futuras destes fatores, poderão implicar variações substanciais nos resultados atuariais.

QUADRO C 36.10 Projeções considerando o Plano de Custeio Atual, com aporte das Reservas a Amortizar Contratadas (Sobrevida até 2017). ANEXO E

20.2. Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício, com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas.

A Patrocinadora Conab, por meio da Auditoria Interna-AUDIN, órgão interno de auditoria, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n.º 108/2001 e no §2.º do art. 41 da Lei Complementar n.º 109/2001, realizou, no transcorrer do exercício de 2010, Auditorias Especial de Gestão no INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL-CIBRIUS, relativa aos exercícios de 2009, que deram origem aos Relatórios Audin n.º 01/2010, n.º 02/2010 e n.º 03/2010, que consignaram as seguintes **RECOMENDAÇÕES**, em fase de avaliação e resposta do auditado:

Auditorias Especial de Gestão- Audin n.º 01/2010

“Sob o ponto de vista da performance relativa à gestão do Instituto, os indicadores apresentados, os instrumentos de controle e acompanhamento implementados ao longo do exercício, e ainda o aprimoramento dos mecanismos de governança corporativa, evidenciam que o perfil da entidade, em termos de eficiência e eficácia, apresenta-se como satisfatório.

Entretanto, alguns aspectos que envolvem riscos ainda permeiam a gestão e, pela significância no contexto da entidade, devem merecer, por conseguinte, recomendações específicas.

A) Entre as regras de funcionamento do Comitê de Investimentos, cabe destacar as que se seguem:

As decisões no âmbito do Comitê deverão contar com a presença de no mínimo quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área.

As matérias aprovadas no âmbito do Comitê deverão ser embasadas em pareceres, análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, estando sempre em consonância com a Política de Investimentos do Instituto.

Sobre as regras supracitadas, **recomendamos** a alteração da redação, na forma a seguir explicitada.

R-1 – “As decisões no âmbito do Comitê deverão contar, obrigatoriamente, com a presença de, no mínimo, quatro representantes, sendo dois deles Diretores e o Chefe da Área de Investimentos ou seu substituto, e mais um Chefe de Área”.

R-2 - “Todas as matérias discutidas no âmbito do Comitê deverão estar, obrigatoriamente, embasadas em pareceres e análises técnicas, econômicas, financeiras e conjunturais, em estreita consonância com a Política de Investimentos do Instituto. As discussões, ponderações e decisões finais deverão ser explicitadas em Ata, e os documentos referenciados, de suporte às decisões do Comitê, serão obrigatoriamente arquivados, para consulta a qualquer tempo”.

B) Na comparação dos dois últimos exercícios constata-se que houve uma redução de 60 participantes, sendo 25 no grupo dos ativos e 35 no dos assistidos. Não houve menção sobre esse aspecto nas Notas Explicativas e no Relatório Anual de Informações aos Participantes de 2009.

Recomendamos que a entidade preste os seguintes esclarecimentos:

R-3 - Os quantitativos informados em 2008 e 2009 representam, efetivamente, a massa de participantes no Plano de Benefícios?

R-4 - No caso da confirmação dos números apresentados, explicitar as causas das diferenças observadas em cada situação no contexto do plano, como também os reflexos financeiros advindos dessas alterações na avaliação atuarial de 2009.

C) Por meio da SA n.º 014/2010, a equipe de auditores fez as seguintes indagações acerca dos estudos que estavam sendo desenvolvidos pela GAMA – Consultores Associados, dentre estes:

a) se os estudos contemplam retroatividade para os benefícios concedidos, por conta de uma eventual mudança do indexador de TR para INPC/IBGE? Caso positivo, qual o horizonte temporal dessa retroatividade, e haverá pagamento retroativo das diferenças?

b) sendo positiva a resposta da questão anterior, será contemplada, também a retroatividade da correção pelo INPC/IBGE das insuficiências já contratadas junto à patrocinadora? Caso negativo, não haverá um forte desequilíbrio financeiro no âmbito dos recursos garantidores do Plano?

c) sendo positivas as respostas para os itens anteriores, quais os fundamentos fáticos e legais que suportariam uma proposição dessa natureza? Quais as perspectivas de haver concordância por parte da patrocinadora e das demais instâncias decisórias?

d) na eventualidade de serem demandados estudos específicos sobre a matéria no contexto do projeto global, objeto de uma eventual contratação junto à uma entidade de consultoria e, em face da fragilidade dos fundamentos fáticos e legais, não se constituiria em uma iniciativa temerária, já que, por certo, irá gravar os custos totais dos serviços?

Inicialmente cabe registrar a Comunicação Interna Cibrius n.º 103/2010, por meio da qual foi oferecida as respostas, não obstante as questões tratadas envolvam aspectos relevantes no contexto da gestão, foi subscrita, pelo Chefe da Área de Cadastro, e não a quem o pedido de esclarecimentos foi dirigido – no caso, o Diretor Superintendente -, ou mesmo o Diretor de Seguridade, a que a matéria está afeta.

As respostas oferecidas foram evasivas e em nada esclarecem os questionamentos da equipe de auditoria. A manifestação faz referências a um Grupo de Trabalho que apresentou sugestões para compor os estudos atuariais, mas não informa como foi constituído, ou mesmo o ato formal de constituição desse grupo (houve, sim, um grupo de trabalho formalmente constituído pela

Patrocinadora, mas que foi desfeito, já que parte de seus componentes passou a fazer parte do Conselho Deliberativo, por indicação da Patrocinadora).

Diante dos fatos elencados, **recomendamos** que a entidade adote as seguintes providências:

R-5 - Melhor explicitação das respostas frente aos questionamentos formulados pela equipe de auditoria por meio da SA n.º 014/2010.

R-6 - Tendo em vista que todas as respostas aos questionamentos da equipe de auditores foram no sentido de aguardar a conclusão dos estudos da empresa de consultoria, depreende-se que um novo contrato foi pactuado com a Gama – Consultores Associados.

Ora, se os questionamentos formulados pela equipe de auditores ficaram pendentes até a conclusão dos estudos por parte da empresa de consultoria, então o Cibrius não estabeleceu, conforme é natural em qualquer processo de gestão, as diretrizes e os pressupostos básicos para o desenvolvimento e o delineamento desses mesmos estudos?

R-7 - Pelo que nos foi dado a observar, grande parte dos estudos voltados ao processo de saldamento do atual plano e constituição de um novo plano estavam contemplados no contrato firmado em 5.11.2007 com a empresa GAMA – Consultores Associados, mesma entidade que está elaborando novos estudos. Não foram aproveitados os estudos realizados sob a égide do contrato anterior, cujo pagamento, por parte do Cibrius, foi de aproximadamente R\$70.000,00?

R-8 - As propostas intituladas de “serviços complementares” apresentadas pela Gama – Consultores Associados ainda em 2008 – segundo essa entidade, por solicitação da Patrocinadora – foram considerados nos estudos desenvolvidos pela mesma consultoria em 2010?

R-9 - Essa entidade promoveu análise minuciosa, objetivando verificar a existência de eventuais redundâncias nas propostas apresentadas pela empresa de consultoria, ou seja: a) estudos contratados por meio de pacto firmado em 5.11.2007, em que o Cibrius desembolsou aproximadamente R\$70.000,00; b) propostas apresentadas em 2008 – em número de cinco – a um custo de R\$179.276,00; c) últimos estudos desenvolvidos e apresentados ao Cibrius em 2010?

R-10 - O grupo de trabalho mencionado na CI Cibrius 103/2010 é constituído formalmente? Como se deu a indicação dos seus componentes? Houve algum ato da Patrocinadora constituindo o Grupo? Caso o grupo seja informal, não se constitui em uma disfunção à sua participação ativa nas discussões relativas ao processo de gestão da entidade? Outros participantes também não poderiam reivindicar essa mesma condição?

Constata-se que a entidade condiciona todos os esclarecimentos solicitados à apresentação dos estudos finais por parte da empresa contratada, o que reforça, em princípio, o não estabelecimento prévio de diretrizes e dos pressupostos básicos, que deveriam balizar o desenvolvimento dos trabalhos.

D) O saldo de R\$220.897,60, alocado no programa de investimentos como “impostos a recuperar”, refere-se ao Imposto de Renda retido indevidamente em exercícios anteriores a favor da Receita Federal do Brasil, incidentes sobre pagamento de dividendos e juros sobre o Capital a partir de 01.9.2001, data em que o Cibrius já se encontrava sob Regime Especial de Tributação - RET. Até o encerramento do exercício, a matéria ainda se encontrava pendente.

R-11 - Tendo em vista que a matéria vem se arrastando há quase dez anos, recomendamos que a entidade viabilize outras alternativas objetivando a celeridade do desfecho da questão, informando a Audin as medidas adotadas.

E) Sobre as provisões para perdas, recomendamos que a entidade adote as seguintes providências:

R-12- Elabore relatório circunstanciado sobre os créditos objeto das provisões para perdas, informando, inclusive, as ações que vem sendo implementadas para o recebimento, como também uma avaliação sobre a perspectiva de sucesso.

R-13 -Melhor explicita a baixa do valor de R\$630.124,84, relativa à provisão para perdas relacionadas aos créditos junto a Parque Temático Playcenter (atualmente Hopi Hari) – segmento de Renda Variável/Mercado de Ações), já que as Notas Explicativas das contas de 2009 não fazem menção ao fato.

F) Por oportuno, cabe registrar que o saldo de R\$ 36.703,89, registrado ao final do exercício de 2008 na rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, refere-se a contrato de empréstimo imobiliário concedido em 17.10.2000, e que não honrado pelo participante. O Cibrius, além de promover o provisionamento para perda de R\$ 16.575,24, ajuizou ação de cobrança na 13ª Vara Cível (Processo 2003.01.1.081840-2). Já em 31.12.2009, não há registro dessa operação, como também esclarecimentos nas Notas Explicativas.

R-14 -Relativamente à rubrica 1.2.4.4.02 – Financiamentos Imobiliários, recomendamos que a entidade preste os esclarecimentos sobre os atos e fatos que ensejaram a baixa dos respectivos valores, inclusive se a ação em curso na justiça foi arquivada, se for o caso.

G) Com referências às aplicações em DPGE's, recomendamos o que se segue:

R-15 - Que a entidade verifique a data correta da emissão e compra das aplicações indicadas como de 2005, elaborando, se for o caso, uma errata com a indicação das datas corretas, dando a publicidade julgada necessária.

R-16 - No que se refere à opção por essa modalidade de investimento, recomendamos que a entidade mantenha um controle bastante rígido sobre suas aplicações, levando-se em conta os limites legais representados pelo Patrimônio Líquido das instituições e os dos saldos de depósitos a prazo e obrigações por letras de câmbio, o horizonte temporal de recuperação dos recursos na eventualidade de decretação de regime especial ou insolvência, avaliação do custo-benefício no confronto *riscos X rentabilidade* e comparação com os cenários das demais alternativas de investimentos, entre outras variáveis.

H) No que concerne às aplicações em renda fixa, verifica-se que, enquanto o montante médio aplicado cresceu nominalmente na proporção de 18,25%, os rendimentos advindos experimentaram uma retração de 1,24%. Já os índices de rentabilidade obtidos nos Fundos de Investimentos em Renda Fixa, renda variável e fundos imobiliários (estruturados), excetuando o Fundo de Renda Fixa Pactual Select Bolsa e os de modalidade estruturantes (imobiliários), não alcançaram as metas fixadas para o exercício.

R-17 - Com referência aos investimentos médios em renda fixa *versus* ganhos financeiros em 2009, recomendamos que a unidade auditada elabore e apresente relatório sucinto sobre os fatores restritivos da performance apresentada.

R-18 - Sob o ponto de vista das aplicações em Fundos de Investimentos, recomendamos que a entidade elabore e apresente relatório sucinto sobre as que não alcançaram as metas de rentabilidade fixadas para o exercício, apontando as causas mais relevantes.

I) por meio da SA n.º 13/2010, solicitou esclarecimentos sobre a convocação sistemática da Conselheira Suplente do Conselho Deliberativo Zélia Holanda Mar, lotada em Manaus-AM, embora as reuniões contassem com a presença do Conselheiro titular Francisco Pereira da Silva (que também tem domicílio fora de Brasília, gerando, por conseguinte, despesas de mesma natureza).

Diante do exposto, recomendamos:

R-19 - Que a entidade promova um levantamento detalhado das despesas derivadas do deslocamento da Conselheira Suplente (somente no caso da presença do titular nas reuniões), submetendo a matéria à apreciação do Conselho Fiscal.

R-20 - Objetivando um melhor aprimoramento no processo de governança, no que concerne à clareza e objetividade nas normas de conduta, recomendamos à entidade a alteração do § 3.º do artigo 27 do Regimento Interno do Conselho Deliberativo, que passaria a ter a seguintes redação:

“Além dos casos previstos no § 1.º deste artigo, o suplente poderá comparecer às reuniões, a Convite do Presidente do Conselho Deliberativo, em caráter excepcional e quando alguma matéria a ser tratada assim justificar. a) a justificativa para a formulação do convite deverá ser devidamente registrada em Ata; b) o Suplente convidado não terá direito a voto e nem poderá relatar matéria ou formular proposições”.

J) Consoante Relatório de Processos Judiciais posicionado em 18.8.2010, o contencioso da entidade estava composto por 198 ações nas quais a entidade figura como autora e ré. Nos casos em que a entidade encontra-se como pólo passivo, grande parte das ações refere-se ao pleito dos assistidos em alterar o indexador do benefício de TR para INPC/IBGE, como também dos reintegrados e anistiados, cujas petições têm como fulcro central a inserção no Plano de Benefício sem o pagamento da jóia regulamentar.

R-21 - Sobre a matéria em lide, recomendamos que a entidade disponibilize relatório circunstanciado sobre as principais ações em curso, destacando o andamento, data provável de desfecho, probabilidade de recursos subsequentes, prováveis valores atualizados, entre outras informações julgadas relevantes

K) A propósito, ao compulsarmos as Atas do Conselho Deliberativo, verificamos que, na 1.º Reunião Extraordinária ocorrida em 27.11.2009, ficou consignado que um dos Conselheiros colocou em dúvida a redação dada ao artigo 31 do Estatuto da entidade, ao afirmar que, além de contrariar o disposto na Lei Complementar n.º 108/2001, teve o intuito de anular as conquistas dos participantes e assistidos, conseguidas no passado.

R-22 - Diante da observação supracitada e formalmente registrada em ata, recomendamos que a entidade analise e se posicione formalmente e de forma circunstanciada sobre os pontos ali focados. E para que não paire nenhuma dúvida quanto à aderência da gestão ao marco regulatório a que está sujeita a entidade, recomendamos, ainda, que seja feita consulta a Previc, se for o caso, sobre a exata aplicabilidade da Lei Complementar n.º 108/2001.

Auditorias Especial de Gestão- Audin N° 02/2010

Exercício de 2003

Consoante Acórdão N° 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab “que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar n° 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar n° 109/2001”.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a Audin incluiria em seu plano de trabalho

a fiscalização no Cíbrus nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2003 e consignou as seguintes conclusões:**

Conclusões

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação e projetados para 31.12.2003, apontam uma Reserva Matemática de R\$430.596.194,17 e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$211.662.179,76, resultando em um déficit técnico de R\$240.930.776,90.

2.2 Sugere que, não obstante o regulamento do Plano estabelecer o indexador de correção dos benefícios pela TR + 6% a.a., seja fixado um indexador que reflita efetivamente a inflação, apontando o INPC-IBGE. Enfatiza, entretanto, que a fixação de um outro indexador contemplaria, não só os benefícios concedidos, como também sobre os valores correspondentes ao serviço passado já contratado e a contratar junto à patrocinadora. Por outro lado, alerta que a alteração do indexador somente para os benefícios concedidos, levaria a um déficit do plano, podendo levá-lo a uma situação de insolvência definitiva ou aumento significativo da contribuição dos participantes.

2.3 Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (já considerado o valor da dotação contratada) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 19,02%.

2.4 Por outro lado, chama a atenção para o fato de que o plano já está em seu grau máximo de capitalização, com índice de despesas correspondendo a 100,87% das receitas. Diante desse cenário, e caso o plano não tenha novas adesões, o patrimônio da entidade entra em fase de declínio.

2.5 Recomenda a agilização das negociações relativas à contratação das insuficiências atuariais, porquanto a postergação de tal providência poderá levar a entidade a uma situação insustentável, com reflexos diretos para a patrocinadora e participantes, já que o quadro atual de descapitalização do plano poderá levar a uma situação de insolvência.

3. Com base nos dados analisados, concluiu que o Plano de Benefícios Previdenciários encontrava-se, na data da reavaliação, em equilíbrio na cobertura do custo normal do plano, justificando a manutenção da aplicação da tabela atual de contribuições. Chama a atenção, contudo, para o fato de que a cobertura dos encargos de Serviço Passado é insuficiente e a situação financeiro-atuarial é deficitária, pelo fato de que os valores a amortizar aportados serem inferiores às necessidades prevaletentes.

4. A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano, e, inclusive, com a extensão de cobertura do custeio das despesas administrativas por parte dos assistidos, na forma preceituada no art. 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

5. Finalizando o seu parecer, a empresa responsável pela reavaliação, destaca que, em vista das características do Plano da entidade, no que se refere à vitaliciedade dos benefícios, há uma tendência de majoração dos custos pelo agravamento dos aumentos na expectativa de vida dos

participantes. Diante desse cenário, recomenda a manutenção dos superávits futuros em reservas de contingências, distribuídas somente após estudos atuariais.

6. Ao examinar os balanços patrimoniais do Cibrius levantados em 31 de dezembro de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu o seguinte parecer: “*Em nossa opinião, com base em nosso exame e no parecer do atuário externo sobre a adequação dos cálculos atuariais das provisões matemáticas e fundos e reservas, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CONAB de Seguridade Social – Cibrius, em 31 de dezembro de 2003, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social*”.

7. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevalecentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

8. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

9. O portfólio dos investimentos garantidores apresenta um perfil relativamente conservador, já que 73,10% dos recursos estavam alocados em renda fixa.

10. Os rendimentos obtidos na carteira de aplicações globalmente considerada situaram-se no patamar de 18,83%, superior à meta atuarial (10,93%:TR + 6% a. a.) e de referência (17,00% : INPC + 6% a .a.)

11 Encontram-se registradas no balanço do exercício, provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$ 17.477.612,28. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

12.. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

Quadro C.36.11 Rentabilidade dos Investimentos no Exercício de 2003

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2003	TR+6% aa JAN A DEZ 2003	RESULTADO
RENDA FIXA	19,32%	10,9300%	7,56%
RENDA VARIÁVEL	53,40%		38,29%
MÓVEIS	-18,85%		-26,85%
Fundo Imobiliário	5,26%		-5,11%
EMPRÉSTIMOS	38,22%		24,60%
CARTEIRA GERAL	18,83%		7,12%

CARTEIRA	RENTABILIDADE JAN A DEZ 2003	INPC+6% aa JAN A DEZ 2003	RESULTADO
RENDA FIXA	19,32%	17,00%	1,98%
RENDA VARIÁVEL	53,40%		32,96%
MÓVEIS	-18,85%		
Fundo Imobiliário	5,26%		
EMPRÉSTIMOS	38,22%		18,14%
CARTEIRA GERAL	18,83%		1,78%

Relativamente à rentabilidade bruta dos investimentos, constata-se que o resultado global obtido, quando cotejado com os índices de referência, manteve-se em patamar superior.

No caso da carteira de imóveis, o resultado adverso se deu, principalmente pelo ajuste do valor do imóvel localizado no Centro Século XXI, que provocou um impacto negativo de R\$3.228.625,68 na rentabilidade dessas aplicações.

Auditorias Especial de Gestão- Audin Nº 03/2010 Exercício de 2002

Consoante Acórdão Nº 2.887/2008-TCU-1ª Câmara, o Tribunal de Contas da União – TCU, determinou à Companhia Nacional de Abastecimento – Conab “*que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, devendo tais atividades serem retomadas a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001 c/c art. 41, § 2º, da Lei Complementar nº 109/2001*”.

Tendo em vista a quantidade expressiva de exercícios a serem auditados, foi ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC que a Audin incluiria em seu plano de trabalho a fiscalização no Cibrius nos exercícios pretéritos, de forma escalonada, a partir do último exercício auditado. Nesse sentido, o relatório contemplou a **análise da gestão do exercício de 2002 e consignou as seguintes conclusões:**

Conclusões

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

2. Relativamente à reavaliação atuarial elaborada pela empresa responsável pelo Plano de Benefícios, merecem ser destacados os seguintes pontos:

2.1 Os resultados apurados na reavaliação de 31.12.2002, apontam uma Reserva Matemática total de R\$344.693 mil e um Ativo Líquido Previdenciário de R\$91.710 mil, resultando em um Déficit Técnico de R\$252.983mil.

2.3 Relativamente ao grau de capitalização do Plano, chama a atenção para o fato de que, considerando o volume do Patrimônio Líquido Previdenciário (incluído o valor da dotação contratada de R\$66.135 mil) e a exigibilidade derivada dos benefícios concedidos, os benefícios a conceder estão cobertos em apenas 14,14%.

2.4 Salienta que o índice atual de correção dos Benefícios Concedidos (TR), apesar de regulamentado, não é compatível com a realidade da inflação, e sua mudança, dependendo do momento econômico, deve provocar aumento do custo do plano. Nesse sentido, entende como conveniente de estabelecer, no caso da contratação do serviço passado junto à patrocinadora, o INPC/IBGE como indexador, ou outro índice compatível com a inflação, acrescido de juros atuariais de 6% ao ano.

2.5 A avaliação da empresa atuária registra que o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano.

3. Ao examinar o parecer do atuário externo sobre os cálculos atuariais das provisões matemáticas e dos fundos e reservas e os balanços patrimoniais do Cibrius e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro, a Auditoria Independente (Trevisan Auditores Independentes), emitiu parecer, no sentido de que as demonstrações *contábeis relativas ao exercício de 2002*

“representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CONAB de Seguridade Social – Cibrius, em 31 de dezembro de 2002, a apuração de seu resultado e seu fluxo financeiro para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas contábeis emanadas pela Secretaria da Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social”.

4. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevalecentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

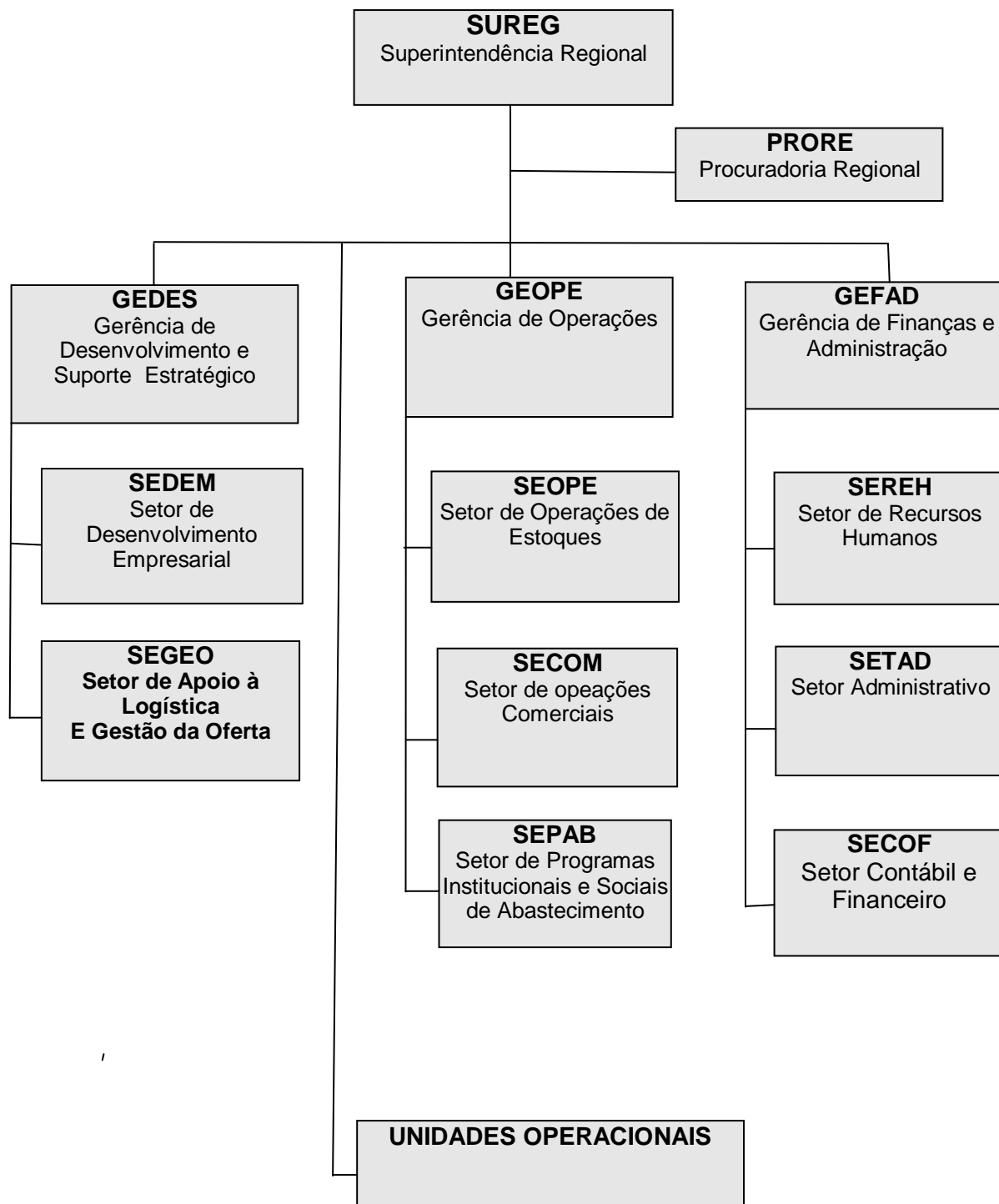
5. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

11. Encontra-se registradas no balanço do exercício provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$13.476 mil. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, as quais ainda se encontram em curso até a presente data.

12. As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas às diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.

ANEXO A

ORGANOGRAMA DA UNIDADE JURISDICIONADA



ANEXO B – DECLARAÇÃO SIASG
(PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/1/2010)



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Avenida Antônio Carlos Magalhães, nº 3.840 Ed. Capemi 4º andar Bloco A Pituba Salvador/Bahia
CEP: 41.820-920 Telefones (71) 3113-8630 / 3113-8631 Fax (71) 3353-9457

DECLARAÇÃO SIASG

Declaramos, para os devidos fins, que as informações referentes aos contratos da Superintendência Regional da Bahia e Sergipe, estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, conforme estabelece o art. 19 da lei n.º 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Salvador-BA, 13 de maio de 2011


André Vinícius Fontes Ribeiro
Setor Administrativo
Encarregado
Matrícula 106863

"Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural,
participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento".

ANEXO C - DECLARAÇÃO
(PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/1/2010)



DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de atendimento aos normativos de elaboração do Relatório de Gestão, que os valores recebidos pela Conab no exercício de 2010, foram provenientes de Termos de Cooperação, e estes não são registrados no SICONV.

Brasília-DF, 21 de fevereiro de 2011.


Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente


Mara Nivia Ribeiro Costa
Gerência de Controle de Convênios e
Operações Governamentais
Gerente

ANEXO D

(PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N° 107, DE 27/1/2010)



**RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2010
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CONAB NA BAHIA E SERGIPE**

**DECLARAÇÃO DE BENS E RENDIMENTOS
ANO CALENDÁRIO 2010 EXERCÍCIO 2011**

Declaro que, em cumprimento ao estabelecido na lei 8.730/93, regulamentada pela Portaria Interministerial MP/CGU número 298/2007, todos os empregados da Superintendência Regional da Conab nos Estados da Bahia e Sergipe, autorizaram o acesso, por meio eletrônico, às suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física ou apresentaram em papel a Declaração de Bens e Valores que compõem o seu patrimônio privado.

Salvador (BA), 17 de maio de 2011

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "JLQ", is positioned above the printed name of the signatory.

José Luiz Quitete de Carvalho Júnior

Matrícula 072670

Encarregado do Setor de Recursos Humanos

ANEXO E

ITEM 16 - TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

(PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107, DE 27/1/2010)

Conab - Companhia Nacional de Abastecimento			
Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
15/2010 - (ACG) - SUREG BA/BA -	746 - Os processos encontram-se autuados e são compostos por dossiês individualizados por produtor rural, cujas análises relata-se abaixo: a) PROCESSO nº 21205.000443/2009-11 - Aquisição de Feijão no Pólo de Compras de Cícero Dantas/BA, para atendimento ao município e região. Detectou-se que os Certificados/Laudos de Classificação estão anexados fora do dossiê de cada produtor rural e encontram-se anexados às folhas 71 a 81. As cópias das consultas aos CPFs dos produtores rurais não estavam anexadas à cópia da respectiva Guia de Pagamento - GP, a partir da folha 69 e seguintes. Faltaram a assinatura, nome e o CPF das testemunhas na Declaração de Grupo Informal - Título 27 - Documento 2 - MOC, às folhas 8, 67 e seguintes. b) PROCESSO nº 21205.000191/2010-63 - Aquisição de Feijão no Pólo de Compras de Ribeira do Pombal/BA, para atendimento ao município e região. Detectou-se que os Certificados/Laudos de Classificação estão anexados fora do dossiê de cada produtor rural e encontram-se anexados às folhas 63 a 65, 193 a 207. As cópias das consultas aos CPFs dos produtores rurais não estavam anexadas à cópia da respectiva Guia de Pagamento - GP às folhas 6, 10, 15, 23, 60, 68, 73, 189 e seguintes. Faltaram a assinatura, nome e CPF das testemunhas na Declaração de Grupo Informal - Título 27 - Documento 2 - MOC, às folhas 6, 10, 15, 23, 60, 68, 73, 189 e seguintes. Faltaram as cópias das Carteiras de Identidade e CPFs dos produtores rurais. c) PROCESSO nº 21205.000393/2009-71- Aquisição de Feijão no Pólo de Compras de Euclides da Cunha/BA, para atendimento ao município e região. Detectou-se que os Certificados/Laudos de Classificação estão anexados fora do dossiê de cada produtor rural e encontram-se anexados às folhas 2.207 a 2.210, 2.400, 2.401, 2.406 a	746.1 - Recomenda-se à Sureg-BA/SE que as cópias das consultas aos CPFs dos produtores rurais sejam anexadas à documentação específica de cada produtor rural (dossiê), nos respectivos processos de aquisição; Recomenda-se à Sureg-BA/SE que adote procedimentos para que todos os formulários relativos aos mecanismos de formação de estoque estratégico pelo PAA, em especial os da CDAF, sejam devidamente preenchidos conforme Manual de Operações da Conab - MOC; Recomenda-se à Sureg-BA/SE que adote procedimentos de forma uniforme, exigindo também a cópia da Carteira de Identidade e do CPF dos produtores rurais a exemplo do contido no processo nº 21205.000443/2009-11 - CDAF Feijão no Pólo de Compras de Cícero Dantas/BA.	de José Santiago em 31/08/2010 como Pendente Decorridos 22 dias após o prazo final para o oferecimento das respostas, sem nenhuma providência adotada até o momento, solicitamos posicionamento urgente dessa Sureg/BA, quanto ao solicitado. de José Santiago em 01/09/2010 como Solucionado Considerando as resposta oferecidas e devidamente acostada de seus comprovantes, damos o item com suas recomendações devidamente solucionado de Mario Silva em 01/09/2010 como Pendente CI 5.436 citada na resposta. de Mario Silva em 01/09/2010 como Pendente Anexamos CI SUREG nº 5439 de 31.08.10, onde resta determinado às gerências GEDES, GEOPE e GEFAD o cumprimento das recomendações dessa AUDIN. Com relação a recomendação para exigir cópia da Carteira de Identidade e do CPF dos produtores, como não consta do MOC esta exigência, encaminhamos a CI nº 5.436 de 31.08.10 a DIPAI, solicitando a inclusão desta exigência nos Títulos 27, 30 e 33 do Manual de Operações. Seguem anexo os documentos citados.

Conab - Companhia Nacional de Abastecimento			
Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>2.410 e 2.525 a 2.528. As cópias das consultas aos CPFs dos produtores rurais não estavam anexadas à cópia da respectiva Guia de Pagamento - GP às folhas 10, 14, 18, 22, 257, 278, 433, 498, 506, 581, 618, 756, 782, 871, 956, 965, 1.055, 1.151, 1.160, 1.169, 1.339, 1.343, 1.347, 1.351, 1.394, 1.398, 1.563, 1.795, 1.830, 1.955, 1.991, 1.999, 2.012, 2.084, 2.202, 2.206 e seguintes. Faltaram a assinatura, nome e CPF das testemunhas na Declaração de Grupo Informal - Título 27 - Documento 2 - MOC às folhas 8, 12, 16, 20, 255, 431, 496, 504, 579, 616, 745, 754, 780, 869, 954, 963, 1.053, 1.150, 1.158, 1.166, 1.336, 1.337, 1.341, 1.346, 1.349, 1.353, 1.369, 1.392, 1.396, 1.561, 1.793, 1.828, 1.953, 1.989, 1.997, 2.010, 2.082, 2.094, 2.200 e 2.204. Faltaram a assinatura, nome e CPF de uma das testemunhas instrumentárias. Faltaram as cópias das Carteiras de Identidade e CPFs dos produtores rurais. No documento à folha 579 faltaram o local e a data onde foram assinados e o nome e CPF das testemunhas Instrumentárias. As declarações individuais de Josefa Terezinha dos Santos (fl.1.337), Maria Nivalda Santos Santana (fl.1.341), José Rodrigues de Matos (fl.1.345), Adriano do Conselho Santos (fl.1.349), Lenilson Souza de Jesus, Márcio de Jesus Silva (fl.1.357), José Everaldo de Matos (fl.1.361), Everaldo Jesus dos Santos (fl.1.369), Josefa Jesus dos Santos (fl.1.374) e José Agnelo da Silva (fl.1.379) encontram-se arquivadas fora de ordem dos demais documentos que compõem o dossiê específico de cada produtor rural, conforme volumes VI e VII.</p> <p>d) PROCESSO nº 21205.000414/2009-59 - Aquisição de Leite em Pó Integral, no Pólo de Compras de Baixa Grande/BA, para atendimento ao município e região. Detectou-se a falta da cópia da Carteira de Identidade e CPF dos produtores rurais.</p> <p>e) PROCESSO nº 21205.000412/2009-60 - Aquisição de Feijão no Pólo de Compras de Araci/BA, para atendimento ao município e região. Detectou-se a falta da identificação de uma das testemunhas instrumentárias na Declaração de Grupo Informal - Título 27 - Documento 2 - MOC, às fls. 83 e 87. Faltaram as cópias das Carteiras de Identidade e CPFs dos produtores rurais.</p>		
	747 - Os processos encontram-se autuados e são compostos por dossiês	747.1 - Recomenda-se à Sureg-BA/SE que	de José Santiago em 31/08/2010 como Pendente

Conab - Companhia Nacional de Abastecimento			
Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>individualizados por produtor rural, cujas análises relata-se abaixo: a) PROCESSO nº 21205.000133/2009-04 - CPR Doação. Proponente: Associação Solidária Seguidores de Cristo - CNPJ: 05.915.190/0001-90 - Santa Luzia do Itanhi/SE. Detectou-se que, no conjunto, a Proposta de Participação - Doação Simultânea (fls.9 a 19) estava preenchida e não continha assinatura, nome, CPF, data, local, telefone e e-mail do representante do Conselho Estadual e/ou do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e das Entidades Proponentes (fls.18 e 19). Faltou discriminar o número da CPR a que se refere o Termo de Compromisso Mútuo assinado entre a Conab e a Associação de Ação Solidária Seguidores de Cristo e o CPF do Superintendente Regional (fl.52). Não consta do Instrumento Particular de Contrato de Comodato entre a Associação Solidária Seguidores de Cristo e a TropFruit Nordeste S.A., a identificação das testemunhas instrumentárias (fls.81 a 83). Na Cédula de Produto Rural faltou discriminar o cargo de seus subscritores. b) PROCESSO nº 21205.000159/2009-44 - CPR Doação. Proponente: Associação dos Agricultores do Povoado de Mangue Grande - CNPJ: 32.745.655/0001-85 - Boquim/SE. Detectou-se que faltou discriminar o número da CPR a que se refere o Termo de Compromisso Mútuo assinado entre a Conab e a Associação dos Agricultores do Povoado Mangue Grande, bem como o nome e o CPF do Superintendente Regional (fl.59). O conjunto de documentos da Proposta de Participação - Doação Simultânea encontra-se repetido, sem assinatura, nome, CPF, data, local, telefone e e-mail do representante do Conselho Estadual e/ou do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, bem como sua assinatura, nome, CPF, data e local dos representantes das Entidades Proponentes (fls.81 a 93). A última folha anexada ao processo, supostamente a de número 95 (Cópia de Cédula de Produto Rural - CPR), não estava numerada. c) PROCESSO nº 21205.000557/2009-51 - CPR Doação. Proponente: Associação dos Produtores e Trabalhadores no Comércio e Indústria do Sisal da Agricultura Familiar, Caprinos e Ovinos no Semi-Árido da Bahia - CNPJ: 03.980.666/0001-41 - Valente/BA. Detectou-se que o</p>	<p>adote procedimentos para que todos os formulários relativos aos mecanismos de formação de estoque estratégico pelo PAA, da CPR Doação, sejam devidamente preenchidos conforme Manual de Operações da Conab - MOC; Recomenda-se à Sureg-BA/SE que determine às áreas competentes que tratam do recebimento das documentações relativas à CPR Doação, que se atenham à conferência minuciosa dessas documentações, principalmente, com relação às datas, assinaturas, CPFs, números de CPR, entre outros.</p>	<p>Decorridos 22 dias após o prazo final para o oferecimento das respostas, sem nenhuma providência adotada até o momento, solicitamos posicionamento urgente dessa Sureg/BA, quanto ao solicitado.</p> <p>de José Santiago em 01/09/2010 como Solucionado</p> <p>Considerando as resposta oferecidas e devidamente acostada de seus comprovantes, damos o item com suas recomendações devidamente solucionado</p> <p>de Mario Silva em 01/09/2010 como Pendente</p> <p>Em atenção as recomendações acima, nos manifestamos de igual forma a resposta constante do item 7.46.1, inclusive com a anexo encaminhado CI SUREG BA/SE nº 5.439 de 31.08.2010.</p>

Conab - Companhia Nacional de Abastecimento			
Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>conjunto de documentos da Proposta de Participação - Doação Simultânea encontra-se repetido, sem assinatura, identificação, nome, CPF, data, local, telefone e e-mail do representante do Conselho Estadual e/ou do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, bem como sem assinatura, identificação, nome, CPF, data e local dos representantes das Entidades Proponentes (fls.10 a 25). Os dados do representante do Conselho Estadual e/ou do Conselho Municipal de Segurança Alimentar estão contidos na fl.26, não fazendo parte do conjunto de documentos anteriormente citados. d) PROCESSO nº 21205.000202/2009-91 - CPR Doação de Mel em Sachê. Proponente: Cooperativa dos Apicultores de Ribeira do Pombal/BA - COOARP - CNPJ: 04.883.842/0001-90. Detectou-se falta de discriminação do número da CPR a que se refere o Termo de Compromisso Mútuo assinado entre a Conab e a COOARP, do nome e do CPF do Superintendente da Conab (fl.98). Faltam também a identificação e assinatura do representante do grupo fornecedor da CPR 507 (fl.420).</p> <p>OBSERVAÇÕES/COMENTÁRIOS: Em contato com os representantes da Cooperativa COOARP (Presidente e Diretor), obteve-se a informação de que em 2009, aquela cooperativa trabalhou com uma CPR Doação no montante de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) e segundo informações da Sureg-BA/SE, a redução para os atuais R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais), deu-se em função de corte no orçamento. A Cooperativa hoje é composta por uma média de 130 cooperados, sendo que destes, 90 estão inscritos no Pronaf e, na ocasião, 45 deles procediam as entregas relativas à CPR de R\$ 450.000,00. Este número de produtores rurais foi reduzido para 22 em função do atual valor da CPR (R\$ 99.000,00). A Cooperativa, em função do PAA, fez vultosos investimentos e está preparada para a exportação de mel. Chegou a atender 64 entidades beneficiadoras em quatro municípios diferentes e hoje atende apenas ao município de Ribeira do Pombal com 26 entidades. A Cooperativa administrou conflitos externos e internos. O primeiro promovendo reunião com escolas, esclarecendo a redução no fornecimento de mel. O segundo entre os</p>		

Conab - Companhia Nacional de Abastecimento			
Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	cooperados, informando que buscariam alternativa de solução do problema junto à Sureg-BA/SE. A Cooperativa foi demandada por diversos municípios e, ultimamente, pela Pastoral da Criança, que pleiteia participar do programa em função da repercussão da redução dos índices de resfriados e gripes dos alunos das escolas beneficiadas, com o recebimento do mel em sachê.		
	<p>748 - Os processos encontram-se autuados e são compostos por dossiês individualizados por produtor rural, cujas análises relata-se abaixo: a) PROCESSO nº 21205.000334/2009-12 - Formação de Estoque de Suco de Laranja CPR Estoque - Proposta de participação Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povoado de Feirinha - Santa Luzia do Itanhi/SE. Detectou-se a falta do número da CPR Estoque na Declaração da Associação Desenvolvimento Comunitário do Povoado Feirinha (fl.37). Faltou discriminar o número da CPR Estoque a que se refere o Termo de Compromisso Mútuo assinado entre a Conab e a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povoado de Feirinha, bem como o cargo e CPF dos representantes da entidade proponente e o CPF do Superintendente Regional (fl.39). Faltou no instrumento Particular de Contrato de Fornecimento de Matéria Prima e Industrialização, firmado entre a Associação Desenvolvimento Comunitário do Povoado de Feirinha e a Indústria de Sucos Sumo Industrial Ltda., a identificação das testemunhas instrumentárias, conforme especificado no último parágrafo daquele instrumento (fl.43). O documento Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar - CAEAF encontra-se em duplicidade no processo (fl.153 - em branco e fl.156 - datada e assinada, sem identificar local). Na CPR Estoque faltou identificar o cargo de seus subscritores (fl.163). Não consta anexo à GP nº 3.719, à fl.165, as cópias das certidões negativas da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povoado de Feirinha. O último documento anexado ao processo trata-se de despacho de liquidação de CPR, datado de abril de 2010, não assinado pelo titular do Secom (fl.223). b) PROCESSO nº 21205.000340/2009-70 - Formação de Estoque de Suco de Laranja CPR Estoque - Proposta de participação Associação de</p>	<p>748.1 - Recomenda-se à Sureg-BA/SE que adote procedimentos para que todos os formulários relativos aos mecanismos de formação de estoques estratégicos pelo PAA, em especial da CPR Estoque, sejam devidamente preenchidos conforme Manual de Operações da Conab - MOC. Recomenda-se à Sureg-BA/SE que determine às áreas competentes que tratam do recebimento das documentações relativas à CPR Estoque, que se atenham à conferência mais minuciosa dos documentos, principalmente com relação às datas, assinaturas, CPFs, números de CPR, entre outros.</p>	<p>de José Santiago em 31/08/2010 como Pendente Decorridos 22 dias após o prazo final para o oferecimento das respostas, sem nenhuma providência adotada até o momento, solicitamos posicionamento urgente dessa Sureg/BA, quanto ao solicitado.</p> <p>de Mario Silva em 01/09/2010 como Pendente Na resposta ao item 7.46.1 anexamos cópia da CI SUREG BA/SE nº 5.439 de 31.08.10 contemplando as recomendações dessa AUDIN.</p> <p>de José Santiago em 01/09/2010 como Solucionado Considerando as resposta oferecidas e devidamente acostada de seus comprovantes, damos o item com suas recomendações devidamente solucionado</p>

Conab - Companhia Nacional de Abastecimento			
Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>Desenvolvimento Comunitário do Povoado de Feirinha - Santa Luzia do Itanhi/SE. Detectou-se que o documento CAEAF encontra-se em duplicidade no processo às fls.4 (sem assinatura) e 143 (assinado e datado, sem contudo identificar o local). Na CPR Estoque faltou identificar o cargo de seus subscritores (fl.148). c) PROCESSO nº 21205.000403/2009-79 - Formação de Estoque de Suco de Laranja CPR Estoque - Proposta de participação da Associação dos Agricultores do Povoado Mangue Grande - Boquim/SE. Detectou-se a falta de identificação do número da CPR Estoque na Declaração da Associação dos Agricultores do Povoado Mangue Grande (fl.20). Faltou identificar o número da CPR Estoque, o cargo dos seus subscritores e o CPF da Superintendente Regional (fl.24). Faltou no instrumento Particular de Contrato de Fornecimento de Matéria Prima e Industrialização, firmado entre a Associação dos Agricultores do Povoado de Mangue Grande e a Indústria de Sucos Sumo Industrial Ltda., a identificação das testemunhas instrumentárias, conforme especificado no último parágrafo daquele instrumento (fl.30). Na proposta de participação , Formação de Estoque da Associação dos Agricultores do Povoado Mangue Grande, não consta o local e a data onde foi formalizado (fl.40). Os Processos de n.º 21205.000612/2009-12 - CPR Estoque - Proposta de participação da Associação do Desenvolvimento Comunitário do Povoado Marimbondó - Rio Real/BA e n.º 21205.000613/2009-67 - CPR Estoque - Proposta de participação da Associação do Desenvolvimento Comunitário do Povoado Marimbondó - Rio Real/BA apresentaram as mesmas inconsistências verificadas nos demais processos dessa modalidade de formação de estoque.</p>		
	<p>750 - Ao visitar a Cooperativa dos Apicultores de Ribeira do Pombal - COOARP, para verificação da CPR Doação de Mel em Sachê, aproveitou-se a oportunidade para também visitar a Unidade Armazenadora da Conab, e não se obtendo êxito. A informação recebida foi de que os vigilantes (diurno) estariam em horário de almoço. Após concluir a visita aos apicultores e à área de processamento do mel, a equipe retornou à Unidade, mas não foi possível falar com os vigilantes e ou com o gerente. A</p>	<p>750.1 - Recomenda-se à Sureg-BA/SE adotar procedimentos visando a recuperação da Unidade e a segurança dos produtos armazenados.</p>	<p>de José Santiago em 31/08/2010 como Pendente Decorridos 22 dias após o prazo final para o oferecimento das respostas, sem nenhuma providência adotada até o momento, solicitamos posicionamento urgente dessa Sureg/BA, quanto ao solicitado.</p> <p>de Mario Silva em 01/09/2010 como Pendente</p>

Conab - Companhia Nacional de Abastecimento			
Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
	<p>impressão que ficou foi de abandono, conforme fotos. Entretanto, em levantamento feito no SIAFI, detectou-se que a Unidade armazenava aproximadamente 3.800 t de feijão proveniente do PAA, equivalente a R\$ 5.683.333,44 (cinco milhões seiscentos e oitenta e três mil, trezentos e trinta e três reais e quarenta e quatro centavos).</p>		<p>Outra foto.</p> <p>de Mario Silva em 01/09/2010 como Pendente Mais uma foto 2</p> <p>de Mario Silva em 01/09/2010 como Pendente Com relação a este item, desconhecemos o imóvel da foto como propriedade da CONAB e mais especificamente como sendo a UA Ribeira do Pombal. Não sabemos a quem pertence o imóvel. Segue anexo fotos da UA Ribeira do Pombal que encontra-se em pleno funcionamento.</p> <p>de Mario Silva em 01/09/2010 como Pendente Mais uma foto.</p> <p>de Mario Silva em 01/09/2010 como Pendente Mais uma foto 3</p> <p>de José Santiago em 01/09/2010 como Solucionado Considerando e reconhecendo o equívoco dessa equipe de auditoria com relação à recomendação retro, uma vez que nos relataram a existência de guardas do imóvel, que por duas vezes não conseguimos contato, visando elucidar a dúvida/equívoco de não ser uma unidade nossa. Assim sugerimos se for do interesse dessa Sureg/BA que tente via gerente da UA/Ribeira do Pombal, localizar proprietários do imóvel com vista a nos permitir, ou mesmo a eles próprio a retirada da nossa logomarca, mesmo pouco legível, o que poderia ser feito com simples pinceladas de cal. Damos como solucionado esse grande equívoco do qual fomos protagonistas.</p> <p>de Mario Silva em</p>

Conab - Companhia Nacional de Abastecimento			
Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>01/09/2010 como Pendente Mais uma foto 1</p> <p>de Mario Silva em 01/09/2010 como Pendente Anexamos mais uma foto.</p> <p>De Mario Silva em 01/09/2010 como Pendente Última desta remessa.</p>
	<p>751 - No decorrer das visitas aos municípios do interior de Sergipe, aproveitou-se para, também, visitar a UA/Itabaiana, onde foi encontrado um armazém abarrotado de mercadorias com 101,99% de ocupação ou seja 3.288.280 kg (mês de abril). A capacidade de armazenagem é de 3.200 t. Entretanto, registrou-se nos meses de janeiro e fevereiro, o índice de ocupação de 131,17% e 134,97%, respectivamente. As mercadorias do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA representaram 90,44% do total dos produtos armazenados. A Unidade apresenta precário estado de conservação, comprometendo a imagem da Conab, necessitando urgentemente de reforma e modernização (vide fotos), contemplando o que segue: a - Reparação de telhados para evitar goteiras no interior do armazém (90% dele encontra-se comprometido com vazamentos); b - Limpeza geral da área externa e pintura da logomarca no telhado; c - Ampliação do escritório; d - Construção de guarita para vigilantes; e - Construção de muro de alvenaria; f - Substituição ou recuperação das portas do armazém; g - Colocação de quatro postes de iluminação no pátio interno; h - Instalação de exaustores; i - Revisão geral das instalações elétricas e aterramento ; j - Aquisição de quatro carrinhos plataforma com capacidade para 500kgs; k - Pavimentação do pátio da unidade. Os itens citados fizeram parte da Proposta Orçamentária de 2009 e foram autuados em processos, contudo não houve a liberação de recursos para a contratação/execução dos serviços.</p>	<p>751.1 - Recomenda-se à Sureg-BA/SE cobrar da Superintendência de Armazenagem e Movimentação de Estoques - SUARM a alocação de Recursos Orçamentários Extraordinários, para execução desses serviços ainda em 2010, sob risco de perdas dos produtos armazenados e comprometimento do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.</p>	<p>de José Santiago em 31/08/2010 como Pendente Decorridos 22 dias após o prazo final para o oferecimento das respostas, sem nenhuma providência adotada até o momento, solicitamos posicionamento urgente dessa Sureg/BA, quanto ao solicitado.</p> <p>de jose.santiago em 01/09/2010 como Solucionado Considerando a documentação anexada, e à tempestiva providencia adotada, inclusive fazendo ciência que referidas demandas também foram sugeridas em relatório dessa Audin, damos como solucionado a recomendação.</p> <p>de mario.silva em 01/09/2010 como Pendente Capa do Processo nº 21.205.000444/2010-07</p> <p>de mario.silva em 01/09/2010 como Pendente Com relação a este quisito, esta SUREG através da CI 3.325 de 08.06.10 se manifestou junto a DIRAB de forma contraria aos serviços e obras contemplados para a Regional BA/SE na Programação da Alocação de Recursos Orçamentário para a Rede Armazenadora Própria no Exercício 2010, encaminhada através da CI SUARM/GERAP nº 366 de 19.05.2010, entretanto, até a presente data não temos notícia de alteração dessa Programação. Ainda sobre a</p>

Conab - Companhia Nacional de Abastecimento			
Relatório de Auditoria	Constatação	Recomendação	Tratamento das Recomendações
			<p>UA/Itabaiana, informamos que em 11.05.2010, já tínhamos autuado o Processo nº 21205.000444/2010-07 que trata da Avaliação da Estrutura de Madeira e do Telhado do Armazém da UA/Itabaiana, que encontra-se em tramitação na DIRAB.</p> <p>de mario.silva em 01/09/2010 como Pendente Folha 2 do FAX SUREG BA/SE nº 3.325 de 08.06.10</p>

ANEXO F

Quadro C 36.10 Projeções considerando o Plano de Custeio Atual, com aporte das Reservas a Amortizar Contratadas (Sobrevida até 2017).

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
Patrimônio					270936139,57
2010	17.750.245,92	R\$ 12.205.379,85	2.773.475,93	43.909.342,53	254.208.946,89
2011	15.593.345,80	R\$ 11.514.509,30	2.436.460,28	46.128.252,77	232.752.088,93
2012	13.427.958,15	R\$ 10.862.744,62	2.098.118,46	48.379.109,96	206.565.563,28
2013	11.279.276,85	R\$ 10.247.872,28	1.762.387,01	50.331.879,39	175.998.446,01
2014	9.739.765,90	-	1.521.838,42	50.773.667,75	133.442.705,74
2015	8.448.207,81	-	1.320.032,47	50.451.665,54	90.119.215,55
2016	7.445.673,96	-	1.163.386,56	49.448.003,90	46.953.499,06
2017	6.609.510,50	-	1.032.736,02	47.986.847,08	4.543.426,46
2018	5.803.073,23	-	906.730,19	46.522.158,93	(37.082.389,43)
2019	5.214.854,43	-	814.821,00	44.510.286,96	(77.192.642,97)
2020	4.637.381,54	-	724.590,86	42.653.187,06	(115.933.039,36)
2021	4.190.675,35	-	654.793,02	40.505.588,64	(152.902.745,68)
2022	3.822.374,55	-	597.246,02	38.272.324,29	(187.949.941,44)
2023	3.528.670,33	-	551.354,74	35.960.262,51	(220.932.888,37)
2024	3.225.902,26	-	504.047,23	33.836.601,11	(252.047.634,45)
2025	2.988.119,46	-	466.893,67	31.609.249,19	(281.135.657,85)
2026	2.768.640,16	-	432.600,03	29.467.288,41	(308.266.906,13)
2027	2.553.109,99	-	398.923,44	27.419.834,52	(333.532.554,09)
2028	2.345.520,53	-	366.487,58	25.484.298,50	(357.037.819,65)
2029	2.162.261,72	-	337.853,39	23.625.971,50	(378.839.382,82)
2030	1.978.788,93	-	309.185,77	21.890.604,70	(399.060.384,36)
2031	1.806.457,04	-	282.258,91	20.252.269,99	(417.788.456,22)
2032	1.641.232,19	-	256.442,53	18.672.009,26	(435.075.675,82)
2033	1.491.801,57	-	233.094,00	17.167.476,22	(450.984.444,46)
2034	1.352.778,51	-	211.371,64	15.747.969,23	(465.591.006,82)
2035	1.226.648,09	-	191.663,76	14.392.329,84	(478.948.352,34)
2036	1.108.759,57	-	173.243,68	13.112.196,43	(491.125.032,88)
2037	992.330,48	-	155.051,64	11.912.773,44	(502.200.527,48)
2038	890.401,37	-	139.125,21	10.777.566,55	(512.226.817,87)
2039	795.956,51	-	124.368,20	9.712.714,32	(521.267.943,89)
2040	708.756,34	-	110.743,18	8.716.987,52	(529.386.918,25)
2041	628.562,89	-	98.212,95	7.789.242,66	(536.645.810,97)
2042	555.131,97	-	86.739,37	6.928.384,86	(543.105.803,23)
2043	488.206,10	-	76.282,20	6.133.224,61	(548.827.103,94)
2044	427.518,53	-	66.799,77	5.402.521,69	(553.868.906,86)
2045	372.789,85	-	58.248,41	4.734.856,71	(558.289.222,14)
2046	323.719,51	-	50.581,17	4.128.476,82	(562.144.560,62)
2047	279.995,85	-	43.749,35	3.581.449,89	(565.489.764,02)
2048	241.287,90	-	37.701,23	3.091.436,26	(568.377.613,62)
2049	207.250,22	-	32.382,85	2.655.754,05	(570.858.500,30)
2050	177.524,38	-	27.738,18	2.271.405,43	(572.980.119,53)
2051	151.744,27	-	23.710,04	1.935.019,47	(574.787.104,78)
2052	129.535,46	-	20.239,92	1.642.983,43	(576.320.792,67)
2053	110.468,70	-	17.260,73	1.390.878,51	(577.618.463,21)
2054	93.794,24	-	14.655,35	1.171.018,62	(578.710.342,94)

ANO	Receitas Previdenciárias	Contrato R\$44.830.506,05	Despesas por Repartição	Despesas Previdenciárias	RESULTADO
2055	79.824,30	-	12.472,55	985.853,30	(579.628.844,49)
2056	67.853,49	-	10.602,11	827.860,86	(580.399.453,97)
2057	57.136,68	-	8.927,61	688.999,82	(581.040.244,72)
2058	47.262,97	-	7.384,84	564.454,31	(581.564.820,89)
2059	38.732,01	-	6.051,88	458.322,19	(581.990.462,94)
2060	31.990,96	-	4.998,59	374.193,56	(582.337.664,13)
2061	25.702,56	-	4.016,02	298.339,52	(582.614.317,12)
2062	20.604,64	-	3.219,47	237.246,42	(582.834.178,37)
2063	16.485,69	-	2.575,89	188.295,25	(583.008.563,83)
2064	12.861,04	-	2.009,54	146.248,09	(583.143.960,42)
2065	9.610,73	-	1.501,68	109.479,61	(583.245.330,98)
2066	6.808,01	-	1.063,75	78.341,89	(583.317.928,61)
2067	4.861,73	-	759,65	56.523,87	(583.370.350,40)
2068	3.419,48	-	534,29	40.369,40	(583.407.834,61)
2069	2.390,34	-	373,49	28.783,39	(583.434.601,15)
2070	1.660,55	-	259,46	20.514,84	(583.453.714,91)
2071	1.025,84	-	160,29	13.464,20	(583.466.313,55)
2072	732,25	-	114,41	9.944,66	(583.475.640,38)
2073	462,39	-	72,25	6.816,25	(583.482.066,48)
2074	299,81	-	46,84	4.839,95	(583.486.653,47)
2075	194,93	-	30,46	3.511,26	(583.490.000,26)
2076	138,24	-	21,60	2.711,15	(583.492.594,77)
2077	71,80	-	11,22	1.861,62	(583.494.395,81)
2078	50,76	-	7,93	1.485,08	(583.495.838,06)
2079	39,39	-	6,16	1.231,79	(583.497.036,61)
2080	31,15	-	4,87	1.029,11	(583.498.039,43)
2081	23,66	-	3,70	850,63	(583.498.870,10)
2082	19,70	-	3,08	720,56	(583.499.574,04)
2083	12,00	-	1,88	566,71	(583.500.130,62)
2084	5,81	-	0,91	437,49	(583.500.563,22)
2085	3,60	-	0,56	356,31	(583.500.916,49)
2086	2,25	-	0,35	291,81	(583.501.206,40)
2087	0,97	-	0,15	234,73	(583.501.440,32)
2088	0,75	-	0,12	194,00	(583.501.633,69)
2089	0,65	-	0,10	159,99	(583.501.793,13)
2090	0,04	-	0,01	125,84	-583501918,94